Dayse Lúcide Silva Santos

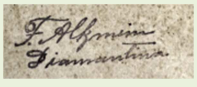


Cidades de vidro

A fotografia de Chichico Alkmim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina. 1900 a 1940.

Belo Horizonte

Novembro/2015.





Dayse Lúcide Silva Santos

Cidades de vidro

A fotografia de Chichico Alkmim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina.

1900 a 1940.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓSGRADUAÇÃO história ufmg

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese defendida pela aluna **Dayse Lucide Silva Santos** em **30** de **novembro de 2015** e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses – Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Márcia Regina Romeiro Chuva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
(por quem assina o presidente da Comissão, Prof. Dr. **José Newton Coelho Meneses**)

Prof . Dr . James William Goodwin Junior
Centro Federal de Educação Tecnológica-MG

Prof. Dr. Marcos Lobato Martins
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Dr. Rogério Pereira de Arruda
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial das fotografias do Acervo Fotográfico Chichico Alkmim sem autorização da respectiva família ou da Instituição que obtiver a guarda das imagens.

Ficha Catalográfica

981.51

S237c

2015

Santos, Dayse Lucide Silva

Cidades de vidro [manuscrito] : a fotografia de Chichico Alkmim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina : 1900 A 1940 / Dayse Lucide Silva Santos. - 2015.

330 f. : il.

Orientador: José Newton Coelho Meneses.
Coorientador: Carlos José Cândido Guerreiro Fortuna.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. História – Teses 2.Alkmim, Chichico, 1886-1978. 3. Fotografia - Teses. 4. Patrimônio - Teses. 5.Diamantina (MG) - Teses. I. Meneses, José Newton Coelho. II. Fortuna, Carlos José Cândido Guerreiro. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Dedicatória

À memória do meu pai, “Vavá”,
por sua obstinação em minerar a terra, ao longo da vida,
em busca de diamantes...

À memória de Chichico Alkmim
Por esses olhares...

GRATIDÃO

Agradeço de modo especial, ao Professor José Newton Coelho Meneses pela orientação desta tese, pelas leituras preciosas feitas a cada capítulo, pelas sugestões e apontamentos de caminhos que foram estimulantes para seguir adiante no processo “quase solitário” de escrita desse trabalho acadêmico.

Ao professor Carlos Guerreiro Fortuna, agradeço pela atenção e por aceitar ser co-orientador no doutoramento sanduíche na Universidade de Coimbra pela Faculdade de Economia e do Centro de Estudos Sociais/CES-UC, em Portugal. As leituras e discussões foram proveitosas e especialmente incorporadas neste estudo. Agradeço ao CES-Coimbra pela recepção e atenção, especialmente a Alexandra e Maria José.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), pela concessão da bolsa para realização de doutoramento sanduíche em 2014.

Aos professores da Universidade Federal de Minas Gerais pelas aulas, sugestões, conversas e debates importantes que marcaram a trajetória acadêmica que construí nesta Universidade desde o Mestrado. Dessa maneira, agradeço a Júnia Ferreira Furtado, Maria Eliza Linhares Borges, Regina Helena Alves da Silva, Eduardo França Paiva, José Carlos Reis, Regina Horta Duarte, Betânia Gonçalves Figueiredo e Eliana Regina de Freitas Dutra.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG (PPGH-UFMG), pela prorrogação do prazo da defesa e à secretária da pós-graduação, Edilene Oliveira, pelo apoio constante.

Agradeço a todos os professores que compuseram a banca de defesa de doutorado, pois a contribuição de cada um deles certamente enriqueceu esse estudo.

Ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/IFNMG, pela concessão de um ano de licença remunerada para dar continuidade ao processo de pesquisa e escrita da tese. Nesse particular, agradeço aos amigos do Campus de Pirapora: Júlio Cézar Braga, Maria do Socorro Barreto, Jamil Domingos, Joaquina Nobre e Marcelo Miranda. No Campus Diamantina, agradeço em especial a Júnio Jáber, pela amizade, apoio e horários especiais para a conclusão desse estudo.

Durante o trabalho nos arquivos, agradeço a Aderlaine, a Rony e a Denise (*in memorian*), da Biblioteca Antônio Torres/IPHAN. Ao Sr. Francisco, funcionário do Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina, pela atenção e disponibilização dos documentos dessa instituição. Ao Junno Maris, diretor do IPHAN de Diamantina, pelas portas abertas do arquivo dessa Instituição. No Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina, agradecimentos a Verônica Mota pela recepção e atenção durante a pesquisa. Uma pessoa a quem desejo render gratidão pela amizade e pela ajuda em diversos momentos da vida e deste estudo, é a pesquisadora Maria Eugênia Ribeiro (Malô), grande conhecedora dos arquivos de Diamantina e notável por sua sensibilidade ao perscrutar tais arquivos do século XVIII e XIX.

No Acervo Fotográfico Chichico Alkmim, no qual fui bolsista de Aperfeiçoamento do CNPq em 1999 e 2000 (Projeto levado a cabo por Júnia Ferreira Furtado e Virgínia Valadares Mendes), trabalhei na limpeza e organização das fotografias de Chichico em seu estúdio, com sua filha "Tia Dete" (*in memorian*), pessoa maravilhosa, paciente e dócil, que nos servia todos os dias rosquinhas, um cafezinho e um sorriso sem igual. Donizete Carvalho e Paulo Francisco Alkmim eram igualmente integrantes desse projeto de pesquisa e, no estúdio de Chichico, trabalhamos na limpeza dos negativos. Quando esse acervo foi cedido à FAFIDIA/FEVALE, aprovamos um projeto de digitalização na FAPEMIG por meio da FEVALE/UEMG e, durante aquele período, coordenei o processo de digitalização das fotografias do Acervo. Outras pessoas se somaram à preocupação em manter a longevidade das chapas de vidro, digitalizando o Acervo, a saber: Carlinho (Yatcha), Inês Cristina, Gisele, Graciele Cruz, Luiza Almeida e Lívia Gabriele, todos estudantes bolsistas e/ou voluntários da FAFIDIA/FEVALE.

Grandes amigos e colegas de trabalho e pesquisa, empenhados com a história regional e com o destino dos arquivos de Diamantina, merecem especial destaque: Paulo Alkmim (Kiko), Marcos Lobato, Antônio C. Fernandes (Toninho – *in memorian*), James W. G. Júnior, Wander Conceição, Wanda Praxedes e Deivison Amaral.

Ao Bráulio Chaves e a Terezinha Vilarinho pela amizade que brotou das conversas, dos estudos, ansiedades e cumplicidades durante o doutoramento e que, claro, permanece. A Tia Terezinha, Heloisa, José Layre, Evelyne e Eliza, pessoas especiais que sempre me receberam em Belo Horizonte com braços abertos. A Cláudia Maia, pela amiga especial de sempre. A Eduardo (Dê) e Wlisses (Tuia), pelo incentivo e presença especial. Ivaneide e Edmilson, pelas proveitosas discussões nos GT's de patrimônio do I e II Encontros de História da UFMG.

Ao Wander Conceição, agradecida pela disponibilização de vários documentos da Família Entreportes e recortes de jornais recolhidos no Pão de Santo Antônio. A Marcos Lobato, pelas leituras prévias e diálogo frutífero. A James Goodwin, pelas indicações de leitura e participação ímpar na qualificação para o doutorado. Ao Seminarista Marcelo Fonseca, pela ajuda com as informações sobre os trajes dos clérigos antes do Concílio Vaticano II.

Aos amigos conquistados no período do doutorado-sanduíche e que tornaram mais amena a saudade da família, agradeço a Dona Vitalina, Aureni, Bell Mendonça, Kalil Makhoul, Anastácio, Walmira Costa, Jamile Paiva e Lúcio Flávio.

À minha mãe, Dona Rita Rodrigues da Silva, mulher que ao longo de seus oitenta anos demonstrou ser incansável na batalha da criação de seus dez filhos e que acompanhou e compreendeu, ao seu modo, esse estudo. A Geraldo Pereira, Maria Otoni e Rejane, pela compreensão e apoio. A Thomas Souto, obrigada pela presença de sempre.

Ao Maurício, companheiro em todos os momentos da vida, agradeço pela cumplicidade, compreensão e "quase paciência". A Alice, por permitir ver nascer em você à curiosidade sobre os arquivos de Diamantina e, a Pedro, pelos incontáveis manhê no dia a dia. Por significarem meu porto seguro, agradeço por serem "estrelas da vida inteira".

RESUMO

Este estudo – desenvolvido na linha de Pesquisa em História Social da Cultura – teve como objetivo compreender a maneira pela qual Chichico Alkmim (1886-1978) deu a conhecer a cidade de Diamantina por meio da fotografia. As imagens produzidas pelo fotógrafo foram tomadas como chave de compreensão da sociedade diamantinense, e a análise dessas imagens, juntamente com um exame acerca do processo instituinte da cidade-patrimônio em Diamantina de 1900 a 1940, constituíram o objeto de nossa pesquisa. Ao longo de 92 anos de vida, Francisco Augusto Alkmim constituiu um acervo de fotografias bem diverso, totalizando 5.349 negativos de vidro, dos quais foram utilizados 369. A tese que se advoga é que a noção de Diamantina como *cidade patrimônio nacional* necessitou dialogar e se apoiar em outras imagens da cidade – tais como cidade "episcopal", "para além do garimpo e comércio" e "patrimonial" – essas, por sua vez, identitárias do lugar, contribuindo para lhe dar sentido e significação. Todas elas apresentam, como pano de fundo, o modo como se evidenciam a inovação e a tradição em Diamantina, de maneira a contribuir na configuração desse espaço. Neste trabalho, articulam-se diversos estudos acadêmicos que consideram Diamantina como objeto de estudo, quer seja em discussões de História Econômica, quer seja em História Social. Do ponto de vista teórico, os estudos de Reinhart Koselleck, Walter Benjamin, Carlos Fortuna, Dominique Poulot e Peter Burke iluminaram as reflexões sobre a cidade, o patrimônio e a imagem da cidade. Desenvolvida na esteira da História Regional, esta tese pretende contribuir com os estudos de cunho regional na história da fotografia, da cidade e do patrimônio.

Palavras-Chave: Chichico Alkmim, Diamantina, Fotografia, Patrimônio, Garimpo, Episcopal.

ABSTRACT

The purpose of this project, from a Social and Cultural History perspective is to understand Chichico Alkmim's (1886-1978) view when he portrayed Diamantina through his camera. In order to better understand how life was in Diamantina from 1900 to 1940, Alkimim´s pictures were used. During his life, Francisco Augusto Alkmim built a comprehensive collection of 5,349 glass negatives, from which 369 of them, portraying Diamantina, were used. The concept of Diamantina as a national heritage is based in many images, which gave the place both sense and meaning. Such images can be seen as a pictorial reconstruction of Diamantina as a "religious" place, "beyond the gold and local trade" and "the heritage part". All of these ideas come together as a background for both the innovation and tradition in Diamantina. This project used different academic studies with Diamantina as a subject, taking into account the concepts given by both Economical History and Social History as well. Studies accomplished by Reinhart Koselleck, Walter Benjamin, Carlos Fortuna, Dominique Poulot and Peter Burke added lots of information about the town, its heritage and how people see it. This project, which is based in Regional History, intends to add more information to the local photography, to the place itself and its heritage.

Keywords: Diamantina; Photography; Heritage; Gold-digging; Episcopal, Chichico Alkmim.

RESUMEN

Este estúdio desarrollado en la línea de Investigación en Historia Social de la Cultura tiene como reto comprender la forma por la cual Chichico Alkmim (1886 hasta 1978) dio a conocer la ciudad de Diamantina través de la fotografía. La clave para entender la sociedad diamantinense son las imágenes producidas por el fruto del trabajo del fotógrafo, cuyo objeto de estudio es el análisis de las imágenes de la ciudad y el proceso de establecimiento de la ciudad-patrimonio, de 1900 a 1940. A lo largo de 92 años de vida Francisco Augusto Alkmim constituyó un inventario de fotografias demasiado destinto con un total de 5.349 negativos de vidrio donde se usó 369 negativos, en cuyas imágenes la ciudad de Diamantina está enfocado. La tesis que defiende es que la noción de ciudad Diamantina como patrimonio nacional necesita diálogo y el apoyo de otras imágenes de la ciudad, a su vez, la identidad de este lugar, que ayuda a darle sentido y significado. Estas imágenes son construcciones de imagen de la ciudad de Diamantina como "obispo", "más allá de la minería y el comercio" y "significacion" . Todos tienen, como telón de fondo, la forma en que demuestran la innovación y tradición en Diamantina, con el fin de contribuir a la configuración de ese espacio. En este trabajo se articula varios estudios académicos que consideran Diamantina como objeto de estudio, ya sea en Historia Económica de las discusiones, ya sea en Historia Social. Desde un punto de vista teórico, los estudios de Reinhart Koselleck, Walter Benjamin, Carlos Fortuna, Dominique Poulot y Peter Burke se iluminaron reflexiones sobre la ciudad, el patrimonio y la imagen de la ciudad. Desarrollado en la estela de Historia Regional, esta tesis pretende contribuir a los estudios de la naturaleza regional en la historia de la fotografía, la ciudad y la propiedad.

Palabras clave: Diamantina, Fotografía, Patrimonio, excavación de oro, Episcopal, Chichico Alkmim.

INDICE DE FIGURAS

Figura 1: Caixa de negativos de vidro Eisenberger, Extra-Rapid. Tamanho 13 x 18 cm. Diamantina, s/d. 49
Figura 2: Caixa de negativos de vidro Kodak Plates. Tamanho 13 x 18 cm. Diamantina, s/d. 49
Figura 3: Negativo de vidro MT-043, tamanho 13 x 18 cm. Diamantina, s/d. 49
Figura 4: Caixa de negativos de vidro Agfa Extrarapid – Platten, tamanho 10 x 15 cm. Diamantina, s/d. 49
Figura 5. Carimbo utilizado por Chichico Alkmim, Diamantina, 1920. 52
Figura 6. Carimbo utilizado por Chichico Alkmim, Diamantina, 1921. 52
Figura 7: Retrato de Maria e Antônio, Diamantina, Setembro de 1931. 52
Figura 8. Carimbo utilizado por Chichico Alkmim, Diamantina, 1953. 52
Figura 9. Criança no estúdio do fotógrafo. Negativo de vidro C-344. Diamantina, s/d. 54
Figura 10. Casal no estúdio do Fotógrafo. Negativo de vidro G-379. Diamantina, s/d. 54
Figura 11. Retrato de Chichico Alkmim. Negativo de vidro H-197, Diamantina, s/d. 56
Figura 12. Retoque do rosto feminino, em negativo. Negativo de vidro G-793. Diamantina, s/d. 61
Figura 13. Retoque do rosto feminino, em positivo. Negativo de vidro G-793. Diamantina, s/d. 61
Figura 14. Retrato de mulher dentro do estúdio de Chichico Alkmim. Negativo de vidro M-142. Diamantina, s/d. 67
Figura 15. Madame Pavie. Negativo de vidro M-258. Diamantina, s/d. 67
Figura 16. Criança fotografada no estúdio de Chichico Alkmim. Negativo de vidro C-579. Diamantina, s/d. 67
Figura 17. Homens fotografados no estúdio de Chichico Alkmim. Negativo de Vidro G-170. Diamantina, s/d. 67
Figura 18. Grupo de pessoas que comemoram no estúdio. Negativo de vidro F-001. Diamantina, s/d. 71
Figura 19. Jazz Band da Polícia Militar, Diamantina, 1940. Negativo de vidro G-570. 71
Figura 20. Estudantes do Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina. Negativo de vidro G-295. Diamantina, s/d. 73
Figura 21. Colégio Diamantinense, Homenagem do Curso Científico de 1938 a 1944. Negativo de vidro R-013, Diamantina, 1944. 74
Figura 22. Escola Normal Regional Américo Lopes, Diamantina, 1916. Negativo de vidro R-014. .. 76
Figura 23. Pessoas portando bandeira do Divino. Negativo de vidro G-228. Diamantina, s/d. 77
Figura 24. Fotografia de Anjinho. Negativo de vidro G-173. Diamantina, s/d. 77
Figura 25. Crianças com trajes de Primeira Comunhão. Negativo de vidro G-219. Diamantina, s/d... 78
Figura 26. Fotografia de família. Negativo de vidro G-304.Diamantina, s/d. 80
Figura 27. Casamento. Negativo de vidro G-268. Diamantina, s/d. 80
Figura 28. Grupo de crianças no estúdio do fotógrafo. Negativo de vidro C-249. Diamantina, s/d. 81
Figura 29. Família de Levy e Adelina, 1934. Negativo de vidro G-587. Pouso Alto/Distrito de Diamantina. 82
Figura 30. Reflexo de Chichico Alkmim ao fotografar um automóvel. Negativo de vidro T-002. Diamantina, s/d. 85
Figura 31. Vista panorâmica de Diamantina a partir do alto do Bom Jesus. Negativo de vidro P-032. Diamantina, s/d. 90
Figura 32. Área de Garimpo no leito do rio. Negativo de vidro P-003. Diamantina, s/d. 96
Figura 33. Negativo de vidro P-001. Área de Garimpo no leito do rio. 96

Figura 34. Área de Garimpo de Diamantina: garimpo de massa. Negativo de vidro P-006. Diamantina, s/d. 99
Figura 35. Área de Garimpo de Diamantina: garimpo de massa. Negativo de vidro P-046, detalhe. Diamantina, s/d. 99
Figura 36. Aspecto interno da Fábrica de Lapidação da Formação. Negativo de vidro G-116. Diamantina, 1922. 104
Figura 37. Aspecto externo da fábrica de Formação. Negativo de vidro A-119. Diamantina, s/d..... 104
Figura 38. Novo Florescente surto de lapidação em Diamantina. 1ª Edição do Centenário de Diamantina, 1938. 106
Figura 39. Joias de coco e ouro. Negativo de vidro D-005. Diamantina, s/d. 108
Figura 40. Taça de coco e ouro com bandeira mineira. Negativo de vidro D-010. Diamantina, s/d. . 110
Figura 41. Taça de coco e ouro com busto de Tiradentes. Negativo de vidro D-008. Diamantina, s/d. 110
Figura 42. Fotografia da taça do centenário de Diamantina, ocorrido em 1938. Negativo de vidro D-016. Diamantina, s/d. 111
Figura 43. Detalhe da taça do centenário de Diamantina. Negativo de vidro D-016. Diamantina, s/d. 111
Figura 44. Rua Francisco Sá, atual rua da Quitanda. Negativo de vidro A-037. Diamantina, s/d. 112
Figura 45. Hotel Diamantina e Drogaria Santo Antônio, rua Bonfim. Negativo de vidro A-058. Diamantina, s/d. 114
Figura 46. Hotel Central, praça Conselheiro Mata. Negativo de vidro A-082. Diamantina, s/d. 114
Figura 47. Praça Barão de Guaicuí. Negativo de vidro A-088. Diamantina. 119
Figura 48. Prédio da Matriz Casa Cruzeiro do Sul. Negativo de vidro A-093. Diamantina, 1929. 122
Figura 49. Prédio da Filial “Casa Cruzeiro do Sul”, inaugurada Negativo de vidro A-090. Diamantina, 1929. 122
Figura 50. Lapidação de Diamantes. Jornal *A Ideia Nova*, 05 de Novembro de 1911. 123
Figura 51. Rua do Bonfim esquina com a rua Campos Carvalho. Negativo de Vidro A-117. Diamantina, s/d. 125
Figura 52. Joalheria Horta. Diamantina, 1911. 127
Figura 53. Rua do Bonfim. Detalhe do negativo de vidro A-058. Diamantina, s/d. 128
Figura 54. Praça Conselheiro Mata. Detalhe do negativo de vidro A-082. Diamantina, s/d. 128
Figura 55. Rua Francisco Sá, atual rua da Quitanda. Detalhe do negativo de vidro A-037. Diamantina, s/d. 128
Figura 56. Rua Macau do Meio com a capistrana. Detalhe do negativo de vidro P-042. Diamantina, s/d. 128
Figura 57. Praça Dr. Conselheiro Mata. Detalhe do negativo de vidro A-048. Diamantina, s/d. 128
Figura 58. Mapa de divisão Eclesiástica de Minas Gerais de 1854 a 1910..... 136
Figura 59. Mapa de divisão Eclesiástica de Minas Gerais de 1913. 137
Figura 60. Mapa de divisão Eclesiástica de Minas Gerais de 1950 e 1960..... 137
Figura 61. Fotografia Arcebispo de Diamantina D. Joaquim Silvério de Souza (1859 a 1933). Negativo de vidro H-269. Diamantina, s/d. 141
Figura 62. Vista panorâmica Negativo de vidro P-021. Diamantina, s/d. 144
Figura 63. Antiga Sé Diamantina. Negativo de vidro A-024. Diamantina, s/d. 146
Figura 64. Interior da velha Sé Cathedral de Diamantina, 1938. 146
Figura 65. Antiga Sé de Diamantina. Negativo de vidro A-022. Diamantina, s/d. 147
Figura 66. Reforma da Torre da Antiga Sé. Detalhe do negativo de vidro A-022. Diamantina, s/d. . 147

Figura 67. Conserto do telhado da Antiga Sé. Detalhe do negativo de vidro A-022. Diamantina, s/d. 147
Figura 68. Fotografia panorâmica da nova Catedral. Negativo de vidro P-010. Diamantina, s/d..... 149
Figura 69. Catedral em construção. Fotografia 043. Diamantina, s/d. 153
Figura 70. Parte superior do Cruzeiro do Rosário. Detalhe do negativo de vidro A-023. Diamantina, s/d. 155
Figura 71. Fotografia da Igreja do Rosário. Negativo de vidro A-023. Diamantina, s/d. 155
Figura 72. Tronco do Cruzeiro do Rosário. Detalhe do negativo de vidro A-023. Diamantina, s/d... 155
Figura 73. Gameleira e o Cruzeiro. Detalhe do negativo de vidro P-028. Diamantina, s/d. 155
Figura 74. Tronco do Cruzeiro partido pela gameleira. Negativo de vidro P-028. Diamantina, s/d... 155
Figura 75. Encontros festivos e musicais no Cruzeiro do Anastácio. Negativo de vidro G-630. Diamantina, s/d. 159
Figura 76. Religioso com familiares. Negativo de vidro G-059. Diamantina, s/d. 161
Figura 77. Religioso com familiares. Negativo de vidro G-124. Diamantina, s/d. 161
Figura 78. Detalhe do carimbo de Francisco A. Alkmim. 163
Figura 79. Fotografia do Monsenhor Levi Pires de Oliveira com carimbo Francisco A. Alkmim PHOTOGRAPHO. Diamantina, 1953. 163
Figura 80. Lembrança sacerdotal do Padre Raul de Melo. Negativo de vidro MT-2134. Diamantina, 1947. 168
Figura 81. Estudantes e padres do Seminário e o Bispo D Joaquim. Negativo de vidro G-453. Diamantina, 1932. 169
Figura 82. Detalhe do negativo de vidro G-453. Diamantina, 1932. 169
Figura 83. Detalhe do negativo de vidro G-453. Diamantina, 1932. 169
Figura 84. Bispo Dom João, de Montes Claros, 1921. 172
Figura 85. Verso de fotografia e carimbo de Chichico Alkmim. Montes Claros, 1921. 172
Figura 86. Quadros e fotografias na parede em cena de velório. Detalhe do negativo de Vidro G-515. Diamantina, s/d. 181
Figura 87. Cena de velório de anjinho. Negativo de vidro G-515. Diamantina, s/d. 181
Figura 88. Anjinho. Detalhe do negativo de vidro G-515. Diamantina, s/d..... 181
Figura 89. Anjinho. Detalhe do negativo de vidro G-544. Diamantina, s/d..... 181
Figura 90. Cena de velório com anjinho. Negativos de Vidro G-222. Diamantina, s/d..... 183
Figura 91. Cena de velório com anjinho. Negativo de Vidro G-544. Diamantina, s/d. 183
Figura 92. Cena de velório de uma senhora. Negativo de vidro G-790. Diamantina, s/d. 183
Figura 93. Caminhos entre os Arraiais originários de Diamantina. 191
Figura 94. Planta de Diamantina em 1955. 195
Figura 95. Mapa com identificação dos locais onde Chichico Alkmim se posicionou para fotografar. 203
Figura 96. Planta de Diamantina em 1955 com localização dos locais fotografados por Chichico.... 206
Figura 97. Vista panorâmica com a Antiga Sé. Negativo de vidro P-013. Diamantina, s/d. 209
Figura 98. Foto panorâmica a partir da torre da Igreja do Rosário. Negativo de vidro P-009A. Diamantina, s/d. 211
Figura 99. Igreja de Nossa Senhora do Carmo com a torre na parte frontal. Negativo de vidro A-055. Diamantina, s/d. 213
Figura 100. Pessoas na Cavalhada Velha. Negativo de vidro P-036. Diamantina, s/d. 214
Figura 101. Vista da rua Macau do Meio e seus edifícios. Negativo de vidro A-076. Diamantina, s/d. 215

Figura 102. Prédio da antiga cadeia na rua Macau do Meio. Detalhe do negativo de Vidro P-076. Diamantina, s/d. 215
Figura 103. Cadeia Pública construída na Cavalhada Velha. Negativo de Vidro A-031. Diamantina, s/d. 216
Figura 104. Vista da praça Barão de Guaicuí. Negativo de Vidro A-049. Diamantina, s/d. 219
Figura 105. Largo Dom João. Negativo de vidro P-015. Diamantina, década de 1910. 229
Figura 106. Caldeira do Trem de Ferro e da Carroça no largo Dom João. Detalhe do negativo de vidro P-015. Diamantina, década de 1910. 229
Figura 107. Basílica do Sagrado Coração de Jesus e a Ferrovia. Negativos de vidro A-067. Diamantina, s/d. 230
Figura 108. Vista do largo Dom João arborizado. Detalhe do negativo de vidro P-027. Diamantina, s/d. 232
Figura 109. Vista do largo Dom João arborizado e novas edificações. Detalhe do negativo de vidro A-089. Diamantina, s/d. 232
Figura 110. Casas da Estação Ferroviária. Negativo de Vidro A-089. Diamantina, s/d. 233
Figura 111. Fachada em Principal do Projeto em construção para o Seminário do Sagrado Coração de Jesus em Diamantina. Negativo de vidro A-001. Diamantina, 1932. 234
Figura 112. Rua da Estação e Morro do Grupiara. Detalhe do negativo de vidro P-019. Diamantina, s/d. 235
Figura 113. Construção do Reservatório de Água Potável no morro da Grupiara. Detalhe do negativo de vidro A-111. Diamantina, s/d. 236
Figura 114. Obra do Reservatório de Água Potável do morro da Grupiara concluída. Detalhe do Negativo de vidro A-043. Diamantina, 1926. 237
Figura 115. Vista panorâmica da rua da Luz. Negativo de negativo P-024. Diamantina, s/d. 238
Figura 116. Vista panorâmica da rua do Fogo. Negativo de negativo P-034. Diamantina, s/d. 238
Figura 117. Vista do Quartel de Polícia a partir da Grupiara. Negativo de negativo P-018. Diamantina, s/d. 238
Figura 118. Quartel de Polícia Militar. Negativo de negativo A-102. Diamantina, s/d. 238
Figura 119. Antiga Sé, Diamantina. Negativo de vidro A-024. Diamantina, s/d. 241
Figura 120. Interior da Sé Cathedral de Diamantina, 1938. 241
Figura 121. Cruzeiro do Rosário. Negativo de vidro A-023. Diamantina, s/d. 242
Figura 122. Cruzeiro do Rosário, 1938. 242
Figura 123. Página do jornal A *Voz de Diamantina* de 06 de março de 1938. 243
Figura 124. Recorte de jornal *Voz de Diamantina*, 06 de março de 1938. 245
Figura 125. Recorte de jornal *Voz de Diamantina*, 26 de março de 1938. 245
Figura 126. Vista panorâmica do Bom Jesus. Negativo de vidro P-038. Diamantina, s/d. 256
Figura 127. Praça Correia Rabelo. Negativo de vidro A-084. Diamantina, 1938 a 1940. 260
Figura 128. Rua da Caridade. Negativo de vidro A-009. Diamantina, s/d. 264
Figura 129. Pessoas conversando na rua. Detalhe do negativo de vidro A-009. Diamantina, s/d. 265
Figura 130. Crianças conversando na rua. Detalhe do negativo de vidro A-009. Diamantina, s/d. 265
Figura 131. Piquenique na Serra do Barão. Negativo de vidro G-375. Diamantina, 1915. 270
Figura 132. Piquenique na Pedra Grande. Negativo de vidro G-636. Diamantina, s/d. 271
Figura 133. Parque Municipal da Cavalhada Velha, atual praça Dr. Prado. Negativo de vidro G-376. Diamantina, s/d. 275
Figura 134. Detalhe do negativo de vidro G-376. 275
Figura 135. Grupo de pessoas no parque municipal da Cavalhada Velha, atual praça Dr. Prado. Negativo de vidro G-567. Diamantina, s/d. 276

Figura 136. Vista panorâmica do parque municipal da Cavalhada Velha, atual praça Dr. Prado. Negativo de vidro A-032. 277
Figura 137. Autobonde. Negativo de vidro T-009. Diamantina, 1924. 281
Figura 138. Rua Direita com o Grande Hotel, União Operária e Teatro Trianon. Negativo de vidro A-083. Diamantina, s/d. 281
Figura 139. Rua Direita com o Teatro e automóvel. Negativo de vidro A-041. Diamantina, s/d. 282
Figura 140. Família Mata Machado com máquina fotográfica. Negativo de vidro G-779. Diamantina, s/d. 285
Figura 141. Construção em pau-a-pique. Detalhe do negativo de vidro P-038. Diamantina, s/d. 294

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Custos para estruturar o espaço físico do ateliê 51
Quadro 2. Custos com equipamentos para estruturar o ateliê. 52
Quadro 3: Joias vendidas em Coração de Jesus 57
Quadro 4. Retratos vendidos/recebidos em Coração de Jesus, próximo a Bocaiúva. 57
Quadro 5. Fundos do Acervo Fotográfico Chichico Alkmim 64
Quadro 6. Quantidade de Imagens realizadas dentro e fora do Ateliê 70
Quadro 7. Quantitativo de Imagens utilizadas no estudo. 84
Quadro 8. Fotografias da cidade: garimpo e comércio 88
Quadro 9. Fotografias com estabelecimentos comerciais. 115
Quadro 10. Estabelecimentos comerciais fotografados por Chichico. 117
Quadro 11. Bispos e Arcebispos de Diamantina 139
Quadro 12. Fotografias da Cidade Episcopal. 145
Quadro 13. Arquidiocese de Diamantina em 1923: população, religiosidade e arrecadação 164
Quadro 14. Delimitação da área histórica de Diamantina 200
Quadro 15. Posicionamento do fotógrafo segundo grandes planos visuais. 205
Quadro 16. Posicionamento do fotógrafo segundo planos médios 207
Quadro 17. Áreas Antiga e Nova na Fotografia de Chichico Alkmim 208
Quadro 18. Comparação de negativo de vidro e fotografias em jornais 241
Quadro 19. Relação de autoridades e suas respectivas fotografias exibidas nos jornais de 1938. 246
Quadro 20. Diamantina em 1914 e 1947 287

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAT	Arquivo de Antônio Torres
ACMD	Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina
AFCA	Acervo Fotográfico Chichico Alkmim
AJTN	Arquivo José Teixeira Neves
AMAD	Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina
BAT	Biblioteca Antônio Torres/Diamantina-MG
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Optou-se em manter a grafia original dos textos citados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **19**

I - O passado que se quer presente sob o olhar de Chichico Alkmim 19

II - As escolhas do olhar 22

III - Os testemunhos e a metodologia 28

IV - A tessitura da tese: proposição de um caminho 38

CAPÍTULO 1: **43**

A Fotografia de Chichico Alkmim: Trajetória, estúdio e constituição do acervo. **43**

1.1. Trajetória de Chichico e o seu ateliê. 44

1.2. Os retoques nos negativos de vidro e os percalços da fotografia 59

1.3. O estúdio e os negativos de vidro 63

1.4. O observador da vida no interior de Minas Gerais 69

1.4.1. Observando a sociedade através do estúdio 70

1.4.2. Observando a cidade 83

CAPÍTULO 2 ..... **87**

A cidade para além do garimpo: as "pedras que não acabarão nunca" e as representações de uma cidade. **87**

2.1. "Das cinzas da Acayaca... nascem os diamantes!" 89

2.2. O garimpo fotografado por Chichico Alkmim 94

2.3. A lapidação e a ourivesaria em Diamantina 102

2.4. O comércio e os transeuntes na cidade dos diamantes 113

CAPÍTULO 3 ..... **133**

A Cidade Episcopal **133**

3.1. A cidade, a romanização e a reconquista 133

3.2. A Nova Catedral como projeto de monumentalização clerical 145
3.3. Os cruzeiros da cidade..... 154
3.4. “Limite não tem o seu zelo para o bem das almas”: o sacerdote 160
3.4.1. Os religiosos e o “modo de fazer voar ao longe suas palavras” 172
3.5. Sobre as representações da “morte” na fotografia mortuária 176
CAPÍTULO 4 187
A Cidade Patrimônio: “duas pontas de épocas diferentes a entrelaçarem os homens” 187
4.1. O desenvolvimento urbano de Diamantina 189
4.2. O posicionamento de Chichico para olhar a cidade patrimonial 202
4.3. Antigos espaços de urbanização em Diamantina 208
4.4. Espaços de urbanização recente em Diamantina..... 227
4.5. A cidade patrimonial e as comemorações do centenário de Diamantina 240
a) Chichico Alkmim, os jornais e o centenário da cidade 241
b) O poder público, as intenções clericais e o patrimônio..... 248
CAPÍTULO 5 254
Representações da Cidade de vidro: Diamantina, uma cidade que se conserva e se moderniza. ... 254
5.1. A defesa da cidade que se conserva e se moderniza: a contribuição de Aires da Mata Machado 258
5.2. Percepção de ritmos de tempo mais lento: a cidade tradicional..... 264
5.3. As memórias do carpinteiro e as mudanças percebidas 273
5.4. Inter-relacionando as imagens: a destradicionalização da cidade. 286
CONSIDERAÇÕES FINAIS 297
REFERÊNCIAS 302
1. Fontes 302
2. Bibliografia 308
ANEXO I 320
ANEXO II 323

INTRODUÇÃO

I - O passado que se quer presente sob o olhar de Chichico Alkmim

A cidade de Diamantina comemorou festivamente o seu centenário em 1938. Foi agitada por eventos e discursos, as pessoas renderam os mais primorosos elogios ao lugar. Em uma das comemorações – a iluminação e a bênção do antigo cruzeiro do Anastácio, agora luminoso, localizado no bairro Rio Grande – houve o pronunciamento do ex-prefeito Francisco Netto Motta, que afirmou que "vivendo a hora do passado, o diamantinense vive a si mesmo e experimenta simultaneamente duas emoções diferentes: - a da hora dos mortos, pela recordação, e da hora dos vivos pela gentileza e pela elegância de maneiras com que acolhe seus visitantes".[1]

Esses momentos de festividades eram vivenciados por Francisco Augusto Alkmim que, nos registros de imagens em preto e branco, captava a luminosidade da cidade de Diamantina e de seus habitantes. O jornal Voz de Diamantina estampou pelo menos duas de suas fotografias tiradas durante o evento, nas quais é possível observar a relação que estabelecem com o passado vivido, fazendo relembrá-lo e, até mesmo, edificá-lo num esforço de presentificar a experiência pregressa. *Hora dos mortos* e *hora dos vivos*... a fotografia de Chichico Alkmim foi registrando os diamantinenses e sua cidade em diversos momentos no decorrer da primeira metade do século XX, legando para o pesquisador dos dias atuais um rico acervo fotográfico.

Tais imagens constituem o problema central dessa pesquisa, ao mesmo tempo em que constituem a sua fonte privilegiada. Em geral, são sedutoras, tanto para um olhar desavisado quanto para aquele que as esquadrinha, indaga e investiga. Apresenta-se, por isso, como um desafio que pode ser identificado no trato mesmo da fotografia que, neste estudo, é concebida

[1] Arquivo da Biblioteca Antônio Torres/BAT, jornal Voz de Diamantina, 05/04/1938.

como um documento produzido socialmente, o que implica ao pesquisador reconhecer nesta tipologia de fonte a sua historicidade que, por sua vez, supera a abordagem das fotografias como ilustração. Na realidade, o ofício do historiador implica em "reconhecer, compreender e interpretar, à luz das evidências históricas, da qual a imagem fotográfica é uma das manifestações, os sentidos que os indivíduos isoladamente ou em grupo, quiseram atribuir às suas práticas sociais".[2] Compreendidas como evidência histórica, conforme aponta Peter Burke, as imagens fotográficas são abarcadas num sentido mais amplo, apresentando indícios para que se possa estudar uma dada sociedade.[3] Dono de um olhar curioso, Chichico Alkmim construiu um diálogo com o seu tempo, marcado pela discrição, pela raridade, pelas presenças e ausências, pelas ambivalências que tangenciaram o acontecer da vida na cidade do interior de Minas Gerais.

Nessa medida, o estudo que aqui se apresenta tem por objetivo compreender a maneira pela qual Chichico Alkmim deu a conhecer a cidade de Diamantina e se relacionou com seu espaço urbano, de modo a evidenciar a coexistência do moderno e a permanência da tradição no período de 1900 até meados dos anos 1940. É também nosso objetivo perceber o modo pelo qual essa aparente contradição pode ser percebida nas imagens resultantes do trabalho do fotógrafo, num contexto em que uma nova imagem da cidade começava a se constituir, qual seja, a de Diamantina como Patrimônio Nacional, a partir de 1938.

É indispensável apresentar, ainda que brevemente, a trajetória de Francisco Alkmim, carinhosamente chamado por parentes e conhecidos de Chichico Alkmim – apelido incorporado neste estudo nas referências ao fotógrafo. Nascido em 1886, na cidade de Bocaiúva, na "Fazenda do Sítio",[4] era filho do fazendeiro Herculano Augusto Alkmim. Ainda na infância, mudou-se para a casa de sua avó, Ana Gomes Ribeiro, no distrito de Diamantina denominado São João da Chapada, onde permaneceu até a adolescência. Em seguida, foi morar por algum tempo em Montes Claros e retornou à Fazenda, contando já com quinze anos de idade. Entre 1900 e 1902, aprendeu a fotografar e, por volta de 1910, mudou-se para a cidade de Diamantina, época em que empreendeu uma viagem para o Rio de Janeiro. Faleceu em Diamantina em 22 de agosto de 1978, segundo o texto publicado por Paulo Francisco

[2] BORGES, 2005, p.112.
[3] BURKE, 2004.
[4] A fazenda do Sitio aparece na obra de Murilo Badaró *José Maria Alkmim – uma biografia*, como sendo um local, no século XIX, "preferido para o descanso dos comboios de escravos vindos da Bahia, das "muladas" procedentes de São Paulo e dos viajantes errabundos procurando as minas". Com a morte de Gustavo Cristóvão em 1870, conhecido como Guarda-mor Alkmim, pai de Herculano Augusto Alkmim, a fazenda dos Alkmins (fazenda do Sítio) entrou em declínio, pois todos os bens foram divididos para uma numerosa prole. BADARÓ, 1996.

Flecha Alkmim, no livro *O olhar eterno de Chichico Alkmim*, que constitui a primeira e única publicação de imagens do acervo fotográfico por ele deixado.

Em seu trabalho como fotógrafo, Chichico registrou diversos momentos vividos pela sociedade diamantinense e também aspectos físicos da cidade, legando um acervo de negativos em vidro que sobreviveu à umidade, à poeira e ao calor, num total de 5.349 unidades que suportam uma ou mais imagens fotográficas em chapas emulsionadas em sais de prata.[5] Como pesquisadora, o contato com o acervo de fotografias iniciou-se em 1998, durante um trabalho de limpeza e organização do material. Àquela época, o que muito chamou a atenção foram as cenas urbanas, fundamentais nesta pesquisa na medida em que o olhar do fotógrafo deixa entrever um diálogo permanente com as questões de seu tempo, tais como os aspectos modernizantes e tradicionais que marcaram Diamantina na primeira metade do século XX. Dessa maneira, as fotografias são tomadas como evidências que dão a conhecer a ação dos sujeitos sociais, os quais serão aqui compreendidos como construtores de uma rede de significados que evidenciam o processo histórico ocorrido no interior mineiro.

Desse modo, tomamos as fotografias produzidas por Chichico Alkmim como chave de compreensão da sociedade diamantinense. Nossa intenção é pôr em relevo o objeto de estudo da tese que é o processo instituinte de construção de Diamantina como patrimônio, e suas contingências, sob os registros do olhar de Chichico, entre 1900 a 1940.

Esta tarefa está longe de ser fácil. O recurso teórico e metodológico é fundamental para que o trabalho de pesquisa tenha reais condições de fazer florescer uma compreensão sobre a história dessas paragens e de seus entrelaçamentos microrregionais. Nessa medida, as fotografias são compreendidas como indícios que dão testemunhos da história que se deseja apreender, de modo a dar sentido à compreensão do tempo vivido no qual a trama se desenvolve. Para tanto, na esteira da história dos conceitos, duas categorias meta-históricas apresentadas por Reinhart Koselleck contribuem sobremaneira, a saber: *o espaço de experiência*, compreendido como sendo o "passado atual, no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados", e o *horizonte de expectativa*, relatado pelo autor como aquilo "que se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não".[6]

A conjugação dessas categorias não subjaz um conteúdo histórico em si, mas, uma vez que apresenta uma maneira para se compreender o tempo histórico, será adotada a fórmula sugerida por Koselleck na qual ele afirma que "quanto menor for o conteúdo de experiência,

[5] A quantidade de chapas de vidro é menor que a quantidade das imagens fotográficas, pois uma mesma chapa poderia ser usada para fazer até 12 fotos.
[6] KOSELLECK, 2006, p. 310.

tanto maior a expectativa que se extrai dele".[7] Aplicando tal noção ao período de tempo deste estudo, é possível afiançar que, para a cidade de Diamantina, tendo em vista a sua considerável trajetória histórica, o período analisado não pode ser compreendido como um momento novo em essência, caracterizado pela modernidade alhures, pois o peso da tradição ainda se faz presente, não permitindo distanciamento do espaço de experiência e nem a total ampliação do horizonte de expectativa.

Em outras palavras, a tradição ainda persiste ao mesmo tempo em que novo não foi completamente estabelecido. Por isso, trata-se de um tempo de ambiguidade, de contradição, marcado pela tradição e pelo desejo do moderno. Estudar a cidade no período proposto implica, sobretudo, compreender os ideais de modernização em curso, a permanência de valores de cunho mais conservador, a cidade como Patrimônio Histórico e a produção de imagens sobre esse lugar. Por isso, tomamos como referência o estudo de Carlos Fortuna sobre processos de *destradicionalização* ocorrido nas cidades patrimoniais[8] e, também, a noção de *porosidade*, de Walter Benjamin.[9] Ambas as concepções nos permitem perceber o modo pelo qual se estabelece a relação entre a tradição e o novo, bem como compreender a mudança em sociedades patrimoniais.[10] Além dessas categorias, o conceito de *representação* permeou o estudo no que tange ao modo de compreender a imagem fotográfica, apontando que se trata de representações bidimensionais de uma realidade tridimensional.[11]

II - As escolhas do olhar

Diamantina apresenta reconhecida trajetória histórica já contada por diversos autores, notadamente os memorialistas, os *homens de imprensa*, os fotógrafos e tantos outros que nela viveram ou que deste lugar se apropriaram como seu, evocando elementos vivos do passado com o intuito de valorizar, conhecer, compreender e estabelecer um diálogo com a cidade. Tal trajetória é recortada pelos historiadores no século XVIII, época em que o Antigo Arraial do Tijuco foi fundado, constituindo-se como um local que despertava grande interesse na Metrópole pelo fato de possuir, em seus terrenos, lavras diamantíferas de alto valor. No

[7] KOSELLECK, 2006, p. 326.
[8] FORTUNA, 1997, p.231-257.
[9] BENJAMIN, 1987.
[10] O termo sociedades patrimoniais, neste estudo, significa tão somente as sociedades que se preocupam e conseguem manter vivas as suas raízes, suas edificações do passado e seus costumes por meio de ações práticas; mesmo que se modernizem na lógica da destradicionalização, como veremos no capítulo 5..
[11] BORGES, Maria Eliza Linhares. Desafios da Interdisciplinaridade. 2005, p. 46. Vários trabalhos utilizam a fotografia entendendo-a como representação social, a saber: BORGES, 2005; ARRUDA, 2013; BURKE, 2004; CAMPOS, 2008; FREHSE, 2005; RIBEIRO, 2006; PESAVENTO, 2004, 2007.

âmbito da Administração da América Portuguesa, o próspero arraial estava ligado à Comarca do Serro Frio e tornou-se vila e cidade, respectivamente, em 1831 e 1838.[12]

Os estudos que abordaram Diamantina ao longo da segunda metade do século XIX e da primeira do século XX, marcaram processos ora de ênfase na tradição, ora em aspectos de modernização; tanto na sua lógica urbana, quanto no modo em que se possa relacionar espaço urbano e identidades sociais.[13]

A cidade – tema recorrente dos relatos de literatura regional[14] – foi importante lugar de atuação de política pública nacional por meio do SPHAN (título de patrimônio nacional em 1938) e teve destaque como significativo polo econômico dinamizador da vida no Norte de Minas.[15] O momento histórico registrado por Chichico Alkmim assinalou a existência de um passado em diálogo com o presente vivido, bem como os desafios apresentados pelos horizontes de expectativas dos habitantes de Diamantina diante do moderno que ora se anunciava. Conforme aponta André Rouillé, o fotógrafo "percebe suas próprias imagens e recorda-se do processo findo de sua realização. Coloca-se, assim, no cruzamento de duas temporalidades: o presente da percepção e o passado contemporâneo da lembrança".[16]

Os ideais de modernização e de modernidade que chegaram a Diamantina, vindos de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Paris,[17] dialogaram com a tradição existente e, por vezes, se apresentaram "inadequados" à realidade regional. Minas Gerais não se constituiu como "sociedade industrial e nem plenamente liberal, embora não fosse estranha a nenhum dos dois elementos",[18] por isso mesmo os homens de imprensa, como aponta Goodwin Júnior, "queriam imprimir aos seus concidadãos uma nova cidade justamente porque não entendiam ser a realidade existente adequada ao modelo de civilização que emulavam".[19]

Uma nova imagem ganhou contornos em 1938, com a elevação de Diamantina a patrimônio nacional e, paulatinamente, adquiriu corpo e forma. Todavia, não se pode

[12] Podem-se destacar alguns estudos para esse período, a saber: FERREIRA, 2004, 253p; ÁVILA, 1995; FONSECA, 2004; FURTADO, 2007, 2008; GONÇALVES, 2010, 2012; MACHADO FILHO, 1980; MENESES, 2000, 2007, 2013; SANTOS, 1976; VASCONCELLOS, 1959.
[13] A respeito dessa temática, citam-se os estudos de FERNANDES, 2005; GOODWIN JÚNIOR, 2007, 2008, 2010; ALCÂNTARA, 2015; OLIVEIRA, 2011; SANTOS, 2003, 2014; MARTINS, 2008, 2010; SOUZA, 1993;
[14] Na literatura regional destacam-se os textos a seguir: RABELO, 1978; SANTOS, 1963; MORLEY, 2012; MACHADO FILHO, 1980;
[15] Estudada como patrimônio ou utilizada a título de comparação com outras cidades patrimoniais, destacam-se os estudos de GONÇALVES, 2010, 2012; TAVARES, 2012; MENESES, 2006, 2013; COSTA, 2009. Os estudos da economia diamantinense ganharam fôlego com os estudos de MARTINS, 2004, 2008, 2010, 2014; VELLOSO; MATOS, 1998.
[16] ROUILLÉ, 2009, p.210. Nesse texto o autor discute a compreensão da fotografia como arte.
[17] Sobre a representação de Paris como cidade moderna a embalar o Rio de Janeiro, ver PESAVENTO, 2002.
[18] GOODWIN JÚNIOR, 2010, p. 153.
[19] GOODWIN JÚNIOR, 2010, p. 153.

compreendê-la sem antes se atentar para a crítica feita por José Newton Coelho Meneses que defende que a noção de patrimônio "deve nos dar a dimensão da consciência inseparável da cultura e de sua construção social, da memória e de sua ética, da política e das escolhas coletivas".[20] Desse modo, olhar em direção ao passado a partir de indagações do presente significa "dar sentido a um repertório de valores que identificam essa sociedade",[21] num processo de idas e vindas, de aceitação e de rejeição que, lentamente, estabelece um significado, e até mesmo, inventa o sentido de uma cidade patrimônio nacional. Tal interpretação deve se revestir de historicidade, num reconhecimento de que Diamantina, e as demais cidades coloniais, são "herdeiras de fato e obviamente da cultura lusa, distintas em sua construção distante do reino, mas, sobretudo, diversas entre si e forjadas em uma vida e uma longevidade temporal que incorpora elementos estéticos, simbólicos e naturais que lhes são próprios".[22]

É por isto que o acervo fotográfico de Chichico Alkmim é fundamental para este estudo. Ele nos fornece pistas para desvendar as representações de Diamantina, pois algumas imagens são perceptíveis em suas fotografias.

A atenta lente de Chichico Alkmim registrou diversos eventos que agitaram Diamantina e marcaram a vida dos homens e das mulheres desse lugar, tais como: a chegada de órgãos públicos, o processo de embelezamento da cidade, o desejo de tornar a cidade higiênica e "moderna". Igualmente, evidenciou a permanência da tradição e dos costumes e o seu diálogo com as mudanças advindas de um processo de modernização, tais como calçamentos, luz elétrica, construção da rede de água potável na cidade, entre outros. Em seus registros encomendados ou não, Chichico viu os Correios e Telégrafos se estabelecerem em 1905; notou as escolas serem fundadas, reformadas e até mesmo fechadas; observou debates intensos quanto à malfadada tentativa de derrubada do Mercado Velho (1930-37) para dar lugar ao prédio dos Correios e Telégrafos; testemunhou as comemorações do aniversário da cidade centenária e, também, o processo que a levou a se tornar patrimônio nacional, em 1938. Em meados da década de 1940, não foram localizadas fotografias de espaços públicos. Acredita-se que Chichico produziu imagens no estúdio até 1955, quando contava com 69 anos. A razão para tal situação pode ser identificada nas limitações que o fotógrafo apresentava em suas mãos, dificultando o manejo de seus equipamentos no espaço público, bem como o próprio avançar da idade. Todavia, a fotografia feita profissionalmente,

[20] MENESES, José Newton Coelho. 2012, p.27.
[21] MENESES, 2012, p.27.
[22] O autor prossegue criticando a pasteurização dos modos de tratar as cidades coloniais, rebatendo o modo errôneo de que se fala em "cidades históricas". MENESES, 2012, p. 26.

circunscrita ao estúdio, se estendeu um pouco mais, como já dito. Ali, o fotógrafo cuidou das chapas fotográficas limpando-as e guardando-as de modo a impedir sua destruição pela poeira e umidade. Algumas fotografias foram produzidas a pedido de diferentes órgãos e agentes – diamantários, membros do clero, prefeitura, jornais, estudantes, seminaristas, normalistas, famílias e instituições escolares – com vistas a retratar diferentes momentos da vida social. [23]

No avançar da década de quarenta do século vinte, houve o delineamento de um projeto de cidade que ganhava contornos mais claros, "amarrando" melhor a ideia de atribuir significado a cidade patrimônio, configurando pilares para novos tempos em Diamantina. As fotografias de Chichico registraram esse momento constituinte na cidade, evidenciando a tradição, a permanência e o diálogo com o novo. Certamente, nesse processo houve o não-representado, ou o não-dito. Por tudo isso, a escolha do marco cronológico segue o intervalo de tempo em que Chichico trabalhou em Diamantina, notadamente realizando fotografias da cidade entre as décadas de 1900 e 1940.[24]

Tributário do olhar de Chichico Alkmim, as imagens da *Cidade de vidro* que se podem perceber nos registros fotográficos entreveem noções que, por sua vez, se inter-relacionam, evidenciando aspectos advindos do plano econômico, cultural e político, a saber: a cidade para além do garimpo na constituição de um centro comercial distribuidor[25], a cidade episcopal[26] e a cidade patrimônio nacional.[27] Nesta pesquisa, debruçamo-nos sobre as representações que apontam para a convivência entre o instituinte e o instituído, entre a tradição e a inovação, sobre a influência do processo de configuração da cidade como Patrimônio Histórico Nacional e os sujeitos sociais envolvidos nesta configuração histórica.

Dito de outro modo: a reflexão que aqui desenvolvemos é orientada segundo a necessidade de se compreender o modo pelo qual o olhar do fotógrafo registrou a convivência da tradição e do moderno em Diamantina no processo em que ela se tornou patrimônio

[23] Há que se destacar que não foi possível aprofundar sobre a circulação das fotografias e sua destinação final. Esta é uma questão em aberto para novas pesquisas que visem considerar o Acervo de Fotográfico de Chichico Alkmim como importante fonte de estudo.

[24] Francisco Alkmim fotografou em seu ateliê até aproximadamente 1955. As fotografias relativas ao espaço da cidade foram identificadas somente até meados da década de 1940, motivo de fixar o marco temporal ao final desta década.

[25] Na abordagem de Marcos Lobato Martins, seriam as atividades mercantis, envolvendo agricultura e indústria. MARTINS, 2004.

[26] Essa terminologia foi utilizada no estudo de mestrado de FERNANDES, A.C., 2005 e, também, no estudo de OLIVEIRA, 2011.

[27] Outros trabalhos contribuíram para pensar Diamantina, a saber: SOUZA, 1993; GONÇALVEZ, 2010. FERNANDES, A.C., 2005; OLIVEIRA, 2011. O termo cidade polida ou ilustrada pode ser percebido no estudo de doutoramento de James William Goodwin Junior. GOODWIN JR, 2007. Ainda, contribuiu sobremaneira para pensar as imagens de Diamantina o doutoramento *São Paulo: a invenção da Metrópole*, especialmente o quarto capítulo no qual Regina Helena Alves da Silva estuda a invenção da imagem de cidade bandeirante pelos modernistas paulistas. SILVA, 1997.

nacional, bem como para identificar e analisar as demais imagens que fazem parte da obra de Chichico Alkmin. O que importa saber desse processo é a maneira pela qual os sujeitos com ele se envolveram, dando a ver certo (re)ordenamento urbano de Diamantina, que por sua vez dialoga com o modo pelo qual as pessoas de Diamantina internalizaram e defenderam a ideia de cidade e de cidade-patrimônio, como também o rechaçaram.

Este trabalho partiu de duas hipóteses confirmadas no processo de pesquisa. A primeira defendia que Chichico Alkmim fotografou o novo, ao mesmo tempo em que olhou significativamente para a tradição na cidade. Em sua atuação, ele foi fiel à "era dos estúdios" porque, ao constituir um acervo de fotografias, cuja predominância se constitui nos retratos, o espaço utilizado preferencialmente foi o seu ateliê. Como fotógrafo de estúdio, seria mais fácil para Chichico se adaptar às contingências regionais e, dessa maneira, investir alguns parcos recursos no sustento de sua família, além de atender a contento à sua formação de cunho mais tradicional, expresso em suas fotografias por meio da técnica do "retoque" das imagens nos negativos em vidro, antes mesmo de serem revelados. Convém ressaltar que muitos outros fotógrafos passaram por Diamantina e representaram algum tipo de concorrência para Chichico. De todo modo, fato é que ele não investiu em melhoramentos técnicos, pois, mesmo em 1927, quando já estavam disponíveis no mercado máquinas fotográficas mais avançadas, Chichico continuou retocando os seus negativos de vidro, buscando a perfeição do traço e vendo a vida passar lentamente. Diante da forte presença da tradição e da ausência de clareza sobre os rumos das transformações em curso, Chichico apegou-se ao que era costumeiro: fazer as fotos e vendê-las quando solicitado, além de fotografar velórios, anjinhos[28] e a própria cidade. O seu olhar é, por assim dizer, um testemunho da vida em Diamantina.

Outra linha hipotética verificada e confirmada na pesquisa em questão percebeu a cidade que se deu a conhecer pelo olhar de Chichico. O que se assinalou foi a existência de diferentes níveis de apropriação da tradição e da inovação na sociedade diamantinense, aqui estudados por meio das imagens representativas da cidade,[29] ora sobrepostas, ora justapostas. As imagens da cidade *para além do garimpo, a cidade episcopal e a cidade patrimonial* constituem as *Cidades de vidro* que subjazem no acervo de fotografias de Chichico Alkmim. As suas fotografias abriram defesa à transformação conservadora da cidade, havendo a

[28] Termo popular aferido à criança inocente, sem pecado, morta nessa condição.
[29] As fotografias sugerem variadas imagens da cidade, a saber: episcopal, garimpeira, polida e ilustrada, centro administrativo e patrimonial.

conjugação – sem exclusão – de aspectos da tradição e da inovação desejada entre 1900 e 1940, sem rompimentos drásticos.

Outras fontes conjugadas com os registros iconográficos apontaram para a coexistência de diferentes modos de ver e viver numa sociedade do interior de Minas Gerais, onde houve lugar para o novo sem se contrapor peremptoriamente ao velho. Em vista disso, essas diferentes visões da cidade puderam comportar um projeto preocupado em dar sentido à noção de cidade patrimônio, sob os auspícios do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e de Juscelino Kubitschek (1902-1976), levado a cabo com o prefeito municipal Joubert Guerra, ao longo de 1937 e 1938, estendendo-se para os anos subsequentes. Conforme aponta o estudo de Antônio Risério sobre a cidade no Brasil, os homens vanguardistas que atuaram no país, tais como Juscelino Kubitschek e Niemeyer, nasceram bifrontes, voltados para o novo e para a tradição, ao mesmo tempo.[30] Em Diamantina, observa-se que a conjugação dos ideais de modernização e de tradição contribuiu para o delineamento da imagem da cidade como patrimônio, ao longo do tempo, especialmente chegando a seu ápice nas décadas de 1940 e de 1950. Soma-se a isto o fato de que preservar o ambiente físico da cidade colonial e imperial foi um processo complexo, já que os diamantinenses tinham dificuldade em aceitá-lo, o que demandou significativo esforço político, local e estadual, bem como a criação da imagem da cidade patrimonialista.[31]

Por fim, a tese que se advoga neste estudo é que a noção instituinte de Diamantina como *cidade patrimônio nacional* necessitou dialogar e apoiar em *outras imagens*, por sua vez identitárias desse lugar, contribuindo para lhe dar sentido e significação. A ação do SPHAN encontrou resistências e questionamentos por parte dos dirigentes públicos e da população em geral. Contudo, aos poucos, com as representações já existentes sobre Diamantina (a cidade como um lugar de tradição religiosa, como um lugar de tradição comercial e de garimpo e, também, como um lugar patrimonial por excelência), a noção e a significação de cidade patrimônio foram amalgamando-se com a feição identitária de Diamantina, tornando a ideia de patrimônio cada vez mais presente no cotidiano dos indivíduos. Dito de outra maneira: para que a população compreendesse o significado da cidade patrimonial mineira, no caso de Diamantina, houve a necessidade de associá-lo a outras imagens correntes – garimpo, comércio e episcopal –, que por sua vez eram identitárias desse lugar urbano. É neste sentido que o exame das fotografias nos permite perceber, analisar e confrontar as representações existentes sobre Diamantina, nas quais os indivíduos se

[30] RISÉRIO, 2013, p.272.Ver capítulo 7, Vanguarda, Memória e História, p.265-299.
[31] A ideia de cidade patrimonialista é tributária da análise de FORTUNA, 1998.

apoiaram para dar sentido ao lugar, bem como para criar e dar significado a imagens instituintes de cidade, como a patrimonial. Esta é a tese que se busca demonstrar ao longo deste estudo.

III - Os testemunhos e a metodologia

A principal fonte utilizada neste estudo, como já apontado anteriormente, são as fotografias deixadas por Chichico Alkmim, notadamente as cenas urbanas e as imagens de Diamantina feitas fora do estúdio do fotógrafo, correspondentes a 369 imagens fotográficas, do total de 10.045.[32] Entretanto, trata-se de uma tipologia de fonte que requer uma série de cuidados, pois não é possível acreditar que a realidade em si está contida nas fotografias. Aliás, é mais provável que elas apontem para os mistérios das ausências, dos silêncios, do não contido. Pensando dessa maneira, claro está que o problema da fonte (ou indícios do passado) já se coloca.[33]

Quando se aprecia uma foto, pode ocorrer a falsa impressão de que o real, objetivamente, ali está inserido. Seria ingenuidade afiançar que os vestígios do objeto sejam deixados numa chapa fotográfica como colagem do mundo real ou como duplicação da realidade. Por isso, nos arquivos, como alertou Arlete Farge, há a presença das testemunhas que ligam o passado ao presente e "ao descobri-las temos a impressão de não estar mais trabalhando com os mortos".[34] Trabalhar com a fotografia pensando lidar com um duplo do real ou mesmo com o real, significaria abarcar essa evidência segundo paradigma da escola metódica, como adverte Maria Eliza Linhares Borges.[35] Como não é esta escola historiográfica que influencia a presente pesquisa, é preciso estabelecer uma postura capaz de tratar os indícios do passado no presente, como a imagem fotográfica, de modo a responder às indagações do historiador na lógica de uma história-problema no trato de uma História Social

[32] O Acervo Fotográfico Chichico Alkmim é composto por 10.045 fotografias fixadas em 5.349 negativos de vidro. Para o presente trabalho, vale distinguir a quantidade de fotografias feitas dentro do estúdio (9.628) e fora do estúdio (417), sendo que foram selecionadas 369 fotografias da cidade realizadas fora do estúdio. A quantidade de fotos difere da quantidade de negativos, pois um mesmo negativo de vidro podia conter até 12 fotografias. Nesse processo, o fotógrafo economizava as chapas de vidro para o registro das imagens tanto dentro quanto fora de seu ateliê.

[33] Peter Burke faz uma distinção entre fonte e indício, preferindo usar o termo indício para acentuar que "é impossível estudar o passado sem uma cadeia de intermediários". BURKE, 2004, p. 16.

[34] FARGE, 2009, p.15. François Hartog, ao citar Farge, lembra que o arquivo citado não é mais a abstração, mas o documento em sua materialidade, não é mais a série, mas a testemunha, o singular, sem que se deixe de manter uma vigilância crítica. HARTOG, 2011, p. 233.

[35] BORGES, 2005.

e Cultural. Desse modo, a compreensão da fotografia depende de seu contexto social, conforme afirma Peter Burke.[36]

Conforme o entendimento de Maria Eliza Linhares Borges, "reproduzir fragmentos do real não é um processo passivo, pois o fotógrafo age sobre o real informado por códigos sociais, políticos, ideológicos, comerciais, mas também estéticos". Diante disso, a autora segue afirmando que a imagem que a fotografia produz é "a um só tempo, informada por sua gênese automática e pelos condicionamentos socioculturais que orientam o olhar e as escolhas do fotógrafo".[37] Compreendê-la como representação é reconhecer o seu significativo grau de codificação. Nessa medida, é possível afiançar que as fotografias não são espelho da realidade, não são a realidade, mas buscam representá-la.[38] Nessa linha, Peter Burke afirma que

> as imagens não são nem um reflexo da realidade social nem um sistema de signos sem relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre estes extremos. Elas são testemunhos dos estereótipos, mas também das mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupos vêm o mundo, incluindo o mundo de sua imaginação.[39]

Concordando com o autor, as fotografias de Chichico são evidências de valor real e oferecem um testemunho sobre o passado que necessita dialogar com outros documentos. Elas fornecem modos de acessar este passado sobre determinados aspectos que dificilmente outras fontes alcançam. Daí, depreende-se que a fotografia de Chichico tem a condição de apontar para situações diferentes daquelas evidenciadas por outras fontes documentais, comumente utilizadas nos trabalhos historiográficos. Por isso, a fotografia pode se constituir como uma "nova janela" que se descortina para o pesquisador.

Todavia, é sabido que uma fotografia é resultante da decisão do fotógrafo. No dizer de John Berger, ela é mais que "decidir que ver isto é algo que merece ser registrado",[40] é substancialmente um jogo do que é visto e do não visto, de presenças e de ausências, ou seja, "o que mostra evoca o que não mostra".[41] Diante disso, é possível perscrutar as imagens da cidade que os habitantes diamantinenses construíram para si, perceptíveis pela fotografia, uma

[36] BURKE, 2004, p. 225.
[37] BORGES, Fotografia: desafios da interdisciplinaridade. 2005, p. 46.
[38] PESAVENTO, 2004; BORGES, 2005; BORGES, 2006; ARRUDA, 2011; BURKE, 2004; MAUAD, 2011.
[39] BURKE, 2004, p. 232.
[40] BERGER, 2013, p. 318.
[41] BERGER, 2013, p. 319.

vez que esta, no dizer de Siegfried Kracauer, "possui uma notória afinidade com a realidade não encenada".[42]

O acervo fotográfico Chichico Alkmim apresenta uma série de imagens sobre a sociedade e a cidade de Diamantina, porém, foram várias as dificuldades para identificação e análise do material. Elas não são datadas e, além disso, a identidade dos fotografados é uma incógnita. Os fotógrafos arrumavam os objetos e as cenas que queriam registrar, muitas vezes recortando cenários e excluindo elementos, enfim, a produção do trabalho do fotógrafo era marcada pela sua intencionalidade na produção da fotografia.[43] Por isso, é fundamental que seja redobrada a atenção no trato dessas fotos às seguintes situações: as condições de produção; o conteúdo representado nas imagens e sua circulação; a trajetória do fotógrafo; a intencionalidade dessas imagens; e o contexto social.

Este Acervo, inédito na pesquisa histórica como objeto,[44] fornece imagens e pistas sobre o olhar do fotógrafo que registrou o desenvolvimento urbano de Diamantina na primeira metade do século XX, evidenciando processos importantes vividos localmente, como a transformação da cidade em patrimônio nacional e pistas para a compreensão dos arranjos locais necessários para levar adiante tal construção. Somam-se ao acervo três cadernetas de apontamentos pessoais nas quais ele registrou suas viagens, preços cobrados pelas fotografias, outros negócios nos quais se envolveu, nascimento de seus filhos e listas de encomendas quando fazia viagens a Belo Horizonte e ao Rio de Janeiro. Todo esse material está sob a guarda de um de seus netos, Paulo Francisco Flecha Alkmim, que autorizou a pesquisa às cadernetas, bem como ao Acervo de Fotografias de 5.439 negativos em vidro. Ainda, é importante reafirmar que, como as imagens não possuem datação em seus negativos de vidro (há raras exceções), o que muito dificulta o trabalho com essas imagens, impõe-se a necessidade de cotejá-las com outras fontes. É fundamental lembrar que os negativos de vidro *não apresentam título*, todavia, nomeamos as figuras com a intenção não lhe aferir títulos (o que seria inconcebível), mas tão somente com a finalidade de destacar o assunto da fotografia, visando ganhar em informação e clareza.

---

[42] KRACAUER, Siegfried. p. 284. Nesse texto, a preocupação do autor gira em torno de demonstrar que a fotografia é arte se for considerada a sensibilidade que a envolve e a beleza emanada pelas imagens fotográficas.

[43] A intencionalidade do fotógrafo, como observou Marcos Lobato (a quem agradeço a contribuição), é marcada por elementos fortuitos, conscientes e inconscientes, tanto presentes nas imagens da cidade quanto naquelas realizadas no espaço do estúdio.

[44] O primeiro livro que divulga a produção do fotógrafo Chichico Alkmim é ALKMIM, 2005. Há uma importante resenha feita deste livro em BORGES, 2006. Algumas fotografias de Chichico Alkmim, foram utilizadas na tese de doutoramento de Cristiane Souza Gonçalves intitulada *Experimentações em Diamantina: um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado (1938-1967)* na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em 2010.

Nessa linha de raciocínio, o estudo das imagens pode ser entendido "como um jogo complexo entre visualidade, aparatos, instituições, discursos, corpos e figuração. Cada um desses termos indica um complexo conjunto de práticas subjacentes que tornam possível a imagem e sua capacidade de conter significados".[45] Com o objetivo de estabelecer uma reflexão sobre o modo como se recebem, se apropriam e se exploram as imagens, Eduardo França Paiva discute a relação entre História e Imagem. Assim, a história é construção que "não cessa, é a perpétua gestação, como já se disse, sempre ocorrendo do presente para o passado"[46] e a imagem também não se esgota em si, pois nela há muito mais do que os olhos vêm. Por isso, é preciso explicar que a imagem fotográfica é utilizada como um índice da imaginação do passado, conforme aponta Peter Burke, pois o "uso de imagens por historiadores não pode e não deve ser limitado à evidência no sentido estrito do termo", mas ter espaço para a o impacto da "imagem na imaginação histórica".[47] Dessa maneira, as imagens da cidade correspondem a visões correntes na história diamantinense, num dado momento, sem que jamais sejam interpretadas numa relação direta com o real, pois que são representativas deste.[48]

O cotejamento da fotografia de Chichico Alkmim com outros acervos de fotografias na cidade nos permitiram perceber a circulação das suas fotos.[49] Por tal motivo, foram consultadas as sete caixas de fotografias do arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina, nas quais foram identificadas seis fotografias com carimbo de Chichico Alkmim. Além disso, foi consultado o Acervo do diamantinense "Zé da Sé", do Senhor José Aguilar de Paula, em que se localizaram diversas fotografias cujos originais em negativo encontram-se no Acervo de Chichico.[50] No SPHAN, foi feita uma consulta às correspondências entre SPHAN e Prefeitura Municipal, aos mapas e croquis existentes, ao documento que delimitava a área de tombamento e aos pedidos de mudanças na área central da cidade. Foi pesquisado o arquivo pessoal de Pedro da Mata Machado, pois nele existem dezessete postais de Diamantina a partir de 1938 e foi verificada a existência de exemplares do jornal A Voz de Diamantina que

[45] KNAUSS, 2006, p. 114.
[46] PAIVA, 2002, p. 19.
[47] BURKE, 2004, p. 16.
[48] BURKE, 2004, p. 237-238.
[49] Esse aspecto da circulação das fotografias pode ser melhorado em pesquisas futuras. Entretanto, foi possível identificar fotografias de Chichico Alkmim em jornais, em acervos familiares e na Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Tais lugares apontam para a importância social de seu trabalho.
[50] Outra possibilidade de perceber a circulação das fotografias de Chichico é a identificação das fotografias em álbuns de família na cidade de Diamantina e região, mas este trabalho ficará aqui apenas apontado para futuras pesquisas. As fotografias feitas por Chichico Alkmim e que estão contidas no Acervo Zé da Sé, podem ser observadas no anexo II e disponíveis na internet para livre acesso no sítio: <http://nelioblog.blogspot.com.br/> acessado em 02 de julho de 2015.

eram comemorativas do centenário da cidade, publicados em 26 de março e 05 de abril de 1938.

O caminhar dessa pesquisa exigiu uma metodologia que, mantendo o foco nas fotografias produzidas por Chichico Alkmim, integrasse diferentes tipos de fontes.[51] Concordando com José de Souza Martins quando afirma que é preciso "muito mais do que uma foto para compreender o que uma foto contém",[52] neste estudo, para analisar as imagens da cidade de Diamantina, foi necessário comparar e compreender os testemunhos contidos em outras fontes em perspectiva das fotográficas. Tal ação ancora-se na visão de que, se o social é complexo, há que se considerar que as evidências também o são. De acordo com esse critério, utilizei aqui os livros de memórias e a literatura da época, as publicações de artigos nos jornais e os registros de atas das reuniões da Câmara Municipal de Diamantina. Interessante notar que essas fontes contribuíram significativamente para a compreensão do "visto" e do "não visto" nas imagens.

Os cuidados que o historiador precisa ter ao lidar com tais evidências passam pelo conhecimento de que estas são produzidas a partir das intencionalidades dos sujeitos sociais, que podem omitir ou mesmo distorcer aspectos de uma determinada situação. Uma dessas evidências são aquelas identificadas nas Atas da Câmara Municipal, documentos institucionais que registraram as opiniões finais que envolveram o debate acerca dos rumos que se desejava desenvolver na cidade e, claro, que apresentam informações detalhadas sobre as contendas em que se envolveram diversos políticos locais. Entretanto, é importante destacar a consciência que temos a respeito do lugar de fala oficial de que esta fonte é portadora, e que marca o espaço de intencionalidade dos detentores do poder. As atas das reuniões da Câmara Municipal foram utilizadas pelo fato de apontarem as decisões desse órgão em alterar o aspecto urbano da cidade e apresentar várias propostas que visavam regulamentar a vida em Diamantina e seus distritos, além de contribuírem sobremaneira no processo de identificação das fotografias e sua inserção num tempo histórico mais específico.

Colaborou com esta análise a consulta aos jornais que, embora de circulação regional, mantiveram-se atentos às informações e inovações sobre diversas partes do mundo, tais como

[51] O cotejamento das fontes nos permitiu perceber as ausências do Acervo de Fotografias. A título de exemplo, vale ressaltar que alguns lugares não foram fotografados por Chichico Alkmim, como a área de prostituição de Diamantina localizada, até a década de 1970, no Beco do Mota, área central posicionada à frente da Nova Catedral. É possível afirmar que a sua formação cristã católica poderia contribuir para filtrar o que deveria ou não ser fotografado. No entanto, não sabemos se alguma mulher do afamado beco teria se dirigido ao ateliê do fotógrafo para se fotografar. Ao que tudo indica, Chichico "tomou partido" em favor de uma certa lógica social de cunho mais tradicional.

[52] MARTINS, 2009, p. 174.

a fotografia. Esta fonte é um espaço privilegiado para o debate, carregado de paixões e ilusões, de demarcação de espaços próprios para circulação de ideias e de notícias. Apropriando-nos das palavras de James William Goodwin Júnior, é lícito afirmar que o jornal é um produto histórico, construído diretamente pelas mãos e interesses de várias pessoas, bem como evidencia as representações de poder, nem sempre explicitadas, mas sempre atuantes, tencionando o tecido social.[53] Os jornais que cobrem o período relativo à pesquisa foram consultados no Arquivo da Biblioteca Antônio Torres/IPHAN e no Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Neles foram identificadas informações ligadas aos fotógrafos, à fotografia e à cidade na época. Os jornais consultados foram: *A Catedral, Pão de Santo Antônio, A Estrela Polar, O Município, Voz de Diamantina, A Idéia Nova, Diamantina* e *O Momento.*

Outro arquivo pesquisado foi o acervo pessoal de José Teixeira Neves, localizado no Arquivo da Biblioteca Antônio Torres/IPHAN. Este jornalista e memorialista da cidade cuidadosamente anotou, em suas cadernetas, as impressões e notificações que lhe pareceriam importantes sobre os mais diversos aspectos da vida de Diamantina, tematizando em suas anotações, os seguintes tópicos: os melhoramentos urbanos (todos eles datados); biografias; diamantes e diamantários; educação e professores; hotéis; pensões; advogados na cidade; trajetória de jornais; igrejas e o clero em Diamantina; fotografias e fotógrafos, entre outros.

O sabor da época pode ser sentido por meio da literatura existente na cidade, por isso, esta pesquisa trabalhou com a análise de livros de memória e literatura ficcional marcada pelo romantismo e pelo realismo, segundo categorização feita por Antônio de Paiva Moura.[54] Ao utilizar a produção literária dos modernistas para perceber os signos que compõem a invenção da metrópole, Regina Helena Alves da Silva afirmou que por meio da literatura, "a cidade pode aparecer como um cenário, pano de fundo ou até mesmo personagem principal",[55] mas se apresenta ao historiador como fonte importante para desvendar "uma cidade imaginária que não procura reproduzir um espaço, mas produzi-lo, ou uma cidade que não foi construída ou ainda uma cidade que pode ser inventada. Essas cidades descobertas ou inventadas podem ser um mundo verbal e, a partir disso devem ser tratadas como um espaço criado pelas palavras".[56]

Considerando as observações de Walter Benjamin, nas quais "o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros, e incorpora as

[53] GOODWIN JÚNIOR, 2007; 2008.
[54] MOURA, 1994.
[55] SILVA, 1997, p.165.
[56] SILVA, 1997, p.165-166.

coisas narradas à experiência dos seus ouvintes",[57] as memórias de diferentes diamantinenses que tematizaram a cidade foram selecionadas para compor a configuração histórica no período de 1900 a 1940. Tal seleção se fez pelo fato de suas narrativas apresentarem indícios que contribuem para a identificação dos silêncios no acervo de fotografias e que apontam para a existência das imagens da cidade correntes nesse ambiente urbano, nem sempre presentes no acervo de Chichico Alkmin. Os textos selecionados foram tratados como fontes históricas, merecendo cuidados no trato, de modo semelhante ao que o historiador dedica no trabalho com fontes de outra natureza. Feita essa ressalva, convém destacar que os critérios básicos de escolha dos livros foram: textos ambientados em Diamantina, que tivessem autoria de pessoas que nasceram ou viveram nessa cidade e que, pelo arguto olhar de seus narradores, apresentam narrativas da cidade de modo a evidenciar visões sobre Diamantina e até mesmo contribuir em edificar uma imagem desse lugar.

Exclusivamente para melhor visualização dessas fontes, optou-se por relacioná-las do modo a seguir, entendendo que as memórias desses escritores eram vistas por eles próprios como história e falavam da cidade como testemunho de "verdade". São as obras: *Minha Vida de Menina*, de Helena Morley [Alice Dayrell Caldeira Brant], que apresenta anotações sobre Diamantina de 1893 a 1895; *Memórias de um Carpinteiro* de Luiz Gonzaga dos Santos que contextualiza as suas lembranças do período de 1900 a 1950, publicado em 1963, enfatizando o olhar de um carpinteiro sobre a vida na cidade de Diamantina em comparação com as outras por ele visitadas no norte de Minas; e *O Hóspede*, de Aristides Rabelo, que cria seus personagens ambientados no período de 1890 a 1910, publicado em 1926, constituindo o melhor exemplar da literatura realista na cidade.[58]

A incorporação dessas fontes à pesquisa tornou necessária uma discussão sobre a relação entre História e Literatura. Tal debate, relativamente recente, significou para a História a ampliação do modo de acessar os conhecimentos produzidos no passado. Em nosso estudo, a este debate integra-se um terceiro componente, que é central em nossa pesquisa: a imagem fotográfica.

Nessa linha de raciocínio, é preciso destacar o conceito de representação que, por sua vez, pode ser assim entendido: "representar é fundamentalmente estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo que dá a ver uma ausência; a ideia

[57] BENJAMIN, 1985, p. 201.
[58] MORLEY, 2012; RABELO, 1926; SANTOS, 1963.

central é, pois, a da substituição que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença".[59] A ambiguidade do conceito é percebida, pois "na relação que se estabelece entre presença e ausência, a correspondência não é de ordem do mimético ou de transparência; a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele".[60]

Entretanto, não basta entender simplesmente este conceito. É possível chegar à compreensão das representações da cidade por meio dos "traços, pistas, palavras, discursos que dela falam, expressando a lenta construção de um tornar-se urbano".[61] No caso da produção literária, o contexto histórico-social origina o romance, mas ele transcende esse contexto na medida em que inventa ou ressignifica elementos ficcionais que brotam da imaginação do autor, fazendo surgir interpretações e possibilidades de leitura do mundo.[62] Dito de outra forma: tanto a história quanto a literatura dão a conhecer o mundo por meio de narrativas, mas somente o conhecimento histórico tem a pretensão de chegar ao real acontecido, operando num regime de verossimilhança e pretende criar/estabelecer limites para a ficção.[63] Já a literatura, é livremente construída e pode se basear no elemento ficcional, servindo à história não como uma fonte a mais, mas como um tipo de texto que fornece leituras que os documentos tradicionalmente usados pelo historiador não apresentam. O escritor pode ser compreendido como um "filtro" que recolhe as fontes mais diversas para compor sua escrita e propor uma interpretação, recorrendo à invenção, à fruição, à lembrança, e assim construindo a sua narrativa.

Cada qual a seu modo, os livros de memória, os discursos, as narrativas ficcionais e as imagens fotográficas nos remetem a outro tempo. Motivados pelo firme propósito de dar a conhecer suas memórias, seu olhar, seu tempo, os autores dessas fontes lembravam aos diamantinenses como a vida era representada em sua época. Sobretudo, apresentavam um recorte, ou mesmo um olhar, capaz de estabelecer um diálogo entre o tempo vivido e o tempo passado, edificando imagens da cidade. É nesse sentido que Roberto Vecchi afirma que "texto e imagem, narração e fotografia, encontram novas possibilidades quando colocadas dentro de um enredo que ressignifique os rastos", pois "a imagem nunca duplica a palavra porque não

[59] PESAVENTO, 2004, p.40. Uma boa discussão sobre o conceito de representação pode ser identificado em SANTOS, 2011.
[60] PESAVENTO, 2004, p.40.
[61] PESAVENTO, 2002, p.391.
[62] RAMA, 2008.
[63] PESAVENTO, 2004; RAMA, 2008.

há coincidência ou até tautologia, pelo fato que se libertam da conjugação de significados novos e impensados, captando assim porções mais amplas de experiência e de significação".[64]

Hoje, ao lidar com as fotografias, torna-se necessário pensar os pequenos indícios a serem perseguidos, à analogia do trabalho do historiador com o do detetive, estimulando o seu faro, o seu golpe de vista e a sua intuição ao perscrutar o passado. Neste sentido, José D'Assunção de Barros aponta que "essa atenção simultânea aos detalhes e pormenores, de um lado, e às muitas vozes de um texto ou às múltiplas versões de um processo, de outro, corresponde ao que estaremos chamando aqui de uma 'análise intensiva das fontes".[65] Por isso mesmo, o autor reforça que "frequentemente, será necessário pôr as fontes a dialogar em registros de intertextualidade, deixar que uma ilumine a outra, permitir que seus silêncios falem e seus vazios se completem".[66]

Diante das pistas identificadas, das diferentes representações construídas e percebidas, é possível empreender uma leitura e interpretação sobre a configuração histórica de Diamantina na primeira metade do século XX, segundo a perspectiva da História Regional. O debate sobre a História Local[67] e Regional envolve historiadores e geógrafos ao longo da constituição de suas respectivas áreas de conhecimento, notadamente a discussão do uso das categorias tempo e espaço.[68] Na tese que se apresenta, a compreensão do regional não se limita ao espaço físico, sendo muito mais um conjunto de relações e articulações em torno de singularidades locais, revelando leituras em que se entreveem as diferenças entre o regional e o geral, excluindo-se uma abordagem dicotômica.

A proliferação de estudos de cunho local e regional desvendou a existência de vários arquivos, de novas fontes, novos olhares e novos objetos na abordagem histórica. Sobretudo, pensar a história nessa perspectiva de análise requer considerar que a sociedade é compreendida em sua complexidade, e não somente na visão "daqueles poucos que, felizes, a

[64] VECCHI, 2008, p.84.
[65] BARROS, 2007, p.184.
[66] BARROS, 2007, p.184. É importante clarificar que a metodologia tratada por Barros refere-se à micro história. Neste estudo, não "fazemos" micro história, embora esses cuidados descritos em tal metodologia contribuam para melhor tratar o objeto em questão. A esse respeito, ver LIMA, 2007.
[67] Pierre Gouber, na década de 1970, definiu a história local que se praticava em França desde os anos 1950 como sendo "aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um *county* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, uma *bailiwick* ou *pays* francês). Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a história local foi mais tarde desprezada — principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX — pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado". GOUBERT, 1988, p. 70.
[68] José D'Assunção de Barros apresenta uma discussão entre História Local e Regional no Brasil, apontando que os limites são fluidos, mas que se pode definir a História Regional como um lugar integrado a um sistema, embora dotado de uma dinâmica própria interna. BARROS, 2013, p. 17.

governavam, oprimiam e doutrinavam".[69] No Brasil, conforme aponta Afonso de Alencastro Graça Filho, a curiosidade em registrar as reminiscências locais, quase sempre de modo apologético – no qual os indivíduos contaram feitos e particularidades de um lugar – levou à proliferação de livros de crônicas e elevação de particularidades dos lugares.[70] Segundo este autor, a nova história local e regional no pós Segunda Guerra Mundial, apesar do fortalecimento da história totalizante francesa, revestiu-se de novas perspectivas e prestígio, uma vez que se deveu aos novos problemas e métodos de pesquisa aplicados ao regional com o intuito de compreender a complexidade de uma dada sociedade.[71]

Por tudo isso, ao longo do texto que se apresenta nesta tese, há menção a Diamantina e região, e, desde já, faz-se necessário definir o que se entende por região. Lança-se mão da acepção oferecida por José D'Assunção de Barros que, além de entender a história como a ação do homem *no tempo* e *no espaço*, define o conceito de região como sendo

> uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que, dentro dos seus limites, pode ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos específicos. Vale dizer, a região também pode ser compreendida como um sistema de movimento interno. Por outro lado, além de ser uma porção do espaço organizada de acordo com um determinado sistema ou identificada através de um padrão, a região quase sempre se insere ou pode se ver inserida em um conjunto mais vasto.[72]

Dito de outro modo, Barros define "região" como uma maneira de recortar o espaço por apresentar uma lógica interna que o singulariza, ao mesmo tempo em que pode ser observada como uma unidade. Pensada nesses moldes, Diamantina insere-se num espaço de maior abrangência, qual seja, o Vale do Jequitinhonha, nordeste mineiro, com o qual apresenta semelhanças e diferenças. Sua relação com esse lugar se dá de modo a evidenciar certa área de influência no norte mineiro, conforme aponta o estudo de Carolina Paulino Alcântara, no qual o epíteto de "Princesa do Norte" teria sido construído pelas elites locais com vistas a se afirmarem com importância regional, mas o que fizeram foi "demonstrar que

[69] GOUBERT, 1988, p.73. Em geral, os estudos de história Local e Regional tem buscado fundamentação nos textos de Marc Bloch, Emmanuel Le Roy, Pierre Goubert e Fernand Braudel.
[70] GRAÇA FILHO, 2009, p.48.
[71] GRAÇA FILHO, 2009, p.49. O autor sugere o uso da micro história para abordagens de temas da história local e regional, o que geraria uma história assentada em novas bases metodológicas. p.57-62.
[72] BARROS, 2013, p.3.

esses discursos, que propalavam a imagem de centro progressista, consistiam em uma espécie de reação ao imaginário que tratava o norte de Minas com abandono, carência e doenças".[73]

Este conceito contribui sobremaneira com o estudo ora apresentado, uma vez que aponta para a definição exata da região em que Diamantina está inserida a partir da concepção de que esses marcos seriam fixos, mas a ideia flexível, e de que a espacialidade que foi sendo construída comportou imaginários da região de Diamantina, bem como da cidade. As fotografias de Chichico Alkmim nos permitem perceber esse imaginário, mas também os seus limites. Isto é possível porque este lugar representa a apropriação que os indivíduos fazem dele.[74]

Após essas considerações, espera-se que a tese contribua com estudos regionais que abordem diferentes formas de ver e viver na sociedade diamantinense no período proposto, acrescentando a essas discussões um importante elemento, qual seja, a cidade tomada como objeto de estudo à luz de imagens fotográficas. Pretendemos, com isso, fortalecer questões na área da História Local e Regional, acentuando-se o uso da fotografia como fonte histórica, especialmente relacionando essa fonte a outras, tais como aos jornais, aos documentos oficiais do poder público e à literatura.

IV - A tessitura da tese: proposição de um caminho

Neste estudo, vários trabalhos foram elencados, mas vale ressaltar alguns com os quais se estabelecerá um diálogo mais próximo. A razão de se destacar os que se seguem é pelo fato de abordarem a cidade, ou aspectos da sociedade de Diamantina como objeto e por apresentarem interpretação dessa história regional para o período do final do século XIX e as cinco primeiras décadas do século XX.

Na esteira da História Social, o doutoramento de James William Goodwin Jr, *Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição – 1884-1914*, constitui um trabalho fundador de uma interpretação para o estudo da atuação dos "homens de imprensa". Sua abordagem contempla as cidades de Diamantina e Juiz de Fora quanto ao progresso e à tradição no

[73] ALCÂNTARA, 2015, p.160. Neste trabalho há uma discussão importante quanto à definição de sertão e de litoral. Situada no sertão norte mineiro, a autora demonstra como Diamantina e suas elites reagiram a esse imaginário, "que associava o norte mineiro às doenças e ao atraso, forjando a imagem da cidade como um local de desenvolvimento cultural, político e econômico, objetivando garantir maiores investimentos e firmar o município como porta-voz e centro urbano de referência para a região". p.159. A discussão dessa importância regional pode ser percebida nos estudos de MARTINS, 2014; GOODWIN JÚNIOR, 2007; FERNANDES, 2005; SOUZA, 1993; SANTOS, 2015.
[74] CERTEAU, 2011, p.182-186.

diálogo dos jornais com a cidade onde eram veiculados. Ao pensar a temática da modernidade, Carolina Paulino Alcântara discute as contradições da modernidade em Diamantina por meio de sua dissertação de mestrado intitulada *"Princeza do Norte": contradições da modernidade em Diamantina (1889-1930).*[75]

Ainda na linha da História Social, o estudo de Antônio Carlos Fernandes, em *O turíbulo e a chaminé: a ação do Bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina* (1864-1917), cujo objeto é a compreensão da ação do clero de Diamantina na perspectiva do pensamento conservador que intentava engendrar certa modernidade na "cidade episcopal". A ação do Bispo Dom João Antônio dos Santos foi estudada por Gabriele Oliveira em *A presença da Igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro: o caso de Diamantina* e apresenta uma contribuição para se pensar a cidade episcopal cuja influência do bispado ultrapassa os limites de Diamantina.[76]

Compondo o cenário de estudo regional, dialogamos com o importante trabalho na área de História Econômica, *Os negócios do Diamante e os Homens de fortuna na praça de Diamantina/MG (1870-1930)*, tese de Marcos Lobato Martins que constrói uma interpretação a respeito dos homens de fortuna e de seus projetos para desenvolvimento da cidade e da região norte mineiro. Este autor apresenta estudos que fincam a base de uma análise econômica regional de fundamental importância para o tema desta tese, considerando que o seu olhar perpassa diversas atividades na cidade e seus significados diante da atuação de diferentes grupos sociais que apresentavam projetos de cidade e de região. Na lógica da comparação entre cidades, o trabalho na área de sociologia urbana levado a cabo por José Moreira de Souza, *Diamantina e Serro na formação do norte mineiro no século XIX*, aponta, entre outras coisas, para as condições de formação dessas cidades, especialmente o capítulo 4, quando o autor discute "os desafios da vida urbana" até o início do século XX.[77]

Além dos estudos já citados, o trabalho desenvolvido por Cristiane Souza Gonçalves intitulado *Experimentações em Diamantina: um estudo da atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado* (1938-1967) é fundamental no presente estudo. Essa tese de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo tem como objeto o conjunto tombado em Diamantina e, nela, a autora analisa como esta cidade serviu de experimentação para o desenvolvimento de políticas

[75] GOODWIN JUNIOR, 2007; ALCÂNTARA, 2015.
[76] FERNANDES, 2005; OLIVEIRA, 2011.
[77] MARTINS, 2008; 2010; 2014.

patrimoniais a partir de 1938, lançando mão de fotografias de Diamantina localizadas em vários acervos, inclusive algumas de Chichico Alkmim e de Assis Horta.[78]

Esses estudos trilharam por caminhos que se aproximam do trabalho que ora se apresenta, C*idades de vidro*, especialmente por se ocuparem, seja em primeiro ou em segundo plano, da abordagem significativa da cidade de Diamantina no início do século XX. Nesse cenário, pretende-se contribuir para a compreensão de Diamantina que se construiu por meio da lente de um de seus ilustres fotógrafos, num processo em que são registradas imagens fotográficas da cidade, nas quais se observa o delineamento de uma trajetória que irá edificá-la a patrimônio nacional, atrelada à lógica da tradição. Em especial, a escolha do título *Cidades de vidro* é uma analogia ao estudo "Cidades de Papel" de James William Goodwin Junior, no qual o autor lança mão dos documentos produzidos pelos homens de imprensa – os jornais – para veicularem suas ideias. De maneira semelhante, a Diamantina que se torna visível por meio do olhar de Chichico Alkmim são representações de *cidades de vidro*, considerando que os negativos que geraram o positivo das imagens existiram em um suporte de vidro e deram lugar a variadas representações de Diamantina e sua sociedade, evidenciando *as cidades* que se sobrepunham nessas representações, tais como, a cidade para além do garimpo e o comércio gerado, a cidade episcopal e a cidade patrimonial.

Nunca é fácil escolher um caminho e, no caso deste trabalho não foi diferente. Entretanto, é uma ação fundamental para a tessitura de uma tese, especialmente quando as fotografias suscitam vários problemas que não estão circunscritos às fotografias em si. O desafio é grande. Inicialmente, a estrutura dos capítulos foi pensada a partir da tipologia das fontes e de como estas davam a ver a cidade. Contudo, ficou claro que o objeto corria o risco de se desmantelar no trabalho, o que acarretaria a perda do foco. Refletindo melhor essa questão, buscou-se concentrar a organização da tese de modo a evidenciar uma sociedade multifacetada, a dinâmica social na qual Chichico viveu, bem como a Diamantina que ele viu delinear em suas lentes, dando a ver várias imagens da cidade, e aqui foi colocado em relevo o aspecto comercial, religioso e patrimonial. A identificação das imagens da cidade "para além do garimpo", "episcopal" e "patrimonial" pôde colaborar na leitura da sociedade feita pelo fotógrafo da sociedade em que ele viveu. Todavia, o acervo fotográfico em análise permite outras identificações e olhares sobre a cidade, não se esgotando nestas aqui destacadas.

Considerando que o olhar do fotógrafo não é inocente, que sempre subjaz uma intenção, um ponto de vista, neste estudo se compreende que as fotografias não são reflexo do

[78] GONÇALVES, 2012; 2010.

real, mas são representações deste real, como já apontado anteriormente. As imagens de Diamantina são representações construídas por sua população ao longo do tempo.

Nessa medida, a tese foi dividida em cinco capítulos. O capítulo 1, ***A fotografia de Chichico Alkmim: trajetória, estúdio e constituição do acervo,*** apresenta a trajetória do fotógrafo de modo mais profundo, analisando o seu acervo e algumas de suas potencialidades. Além disso, duas questões guiaram as discussões, a saber: em primeiro lugar, por que Chichico manteve-se, prioritariamente, como fotógrafo em seu estúdio e por qual razão não se adaptou às novidades técnicas de sua época? Em segundo lugar, e pensando na cidade e nas situações sociais por ele registradas: qual ou quais imagens de cidade foram dadas a conhecer por meio de suas lentes e, consequentemente, pelo seu olhar? A percepção de várias imagens da "cidade de vidro" nos permitiu perscrutar alguns aspectos de Diamantina, a partir das fotografias de Chichico Alkmim, e estas contribuíram na estruturação dos demais capítulos.

No capítulo 2, ***A cidade para além do garimpo: as "pedras que não acabarão nunca" e as representações de uma cidade***, é apresentado o estudo da sociedade diamantinense constituída sobre as bases do garimpo, por isso o termo "além do garimpo": embora haja a sua continuidade, o garimpo engendrou outras atividades econômicas na cidade, além de influenciar a conformação de indivíduos afeitos à mineração. Ao longo do tempo, houve a constituição de uma imagem de Diamantina baseada nesta atividade que pode ser apreendida nas fotografias de Chichico Alkmim. Neste capítulo, a discussão da imagem da cidade girou em torno de sua representação como ponto importante do comércio regional, sobre as bases do garimpo.

Na lógica de organização do capítulo 3, ***A cidade Episcopal***, o estudo direcionou-se para a apreensão das imagens fotográficas que evidenciavam o caráter episcopal que configura uma imagem de Diamantina. As fotografias de Chichico Alkmim denotaram esta ideia de cidade que apresentava grande influência do arcebispado nela localizado, bem como deixava transparecer os processos vividos pela Igreja Católica, como a romanização e a necessidade de edificação de projetos monumentais.

Na sistematização do capítulo 4, ***A Cidade Patrimônio: "duas pontas de épocas diferentes a entrelaçarem os homens***", buscou-se discutir a urbanização da cidade de Diamantina, por meio das fotografias, que apontam para a imagem da cidade patrimonial em construção. Desse modo, os espaços mais antigos e os de edificação recente são percebidos pelo fotógrafo ao registrá-la, permitindo entrever que a imagem da cidade patrimônio ganhou

realce e sentido ao se aproximarem as comemorações do centenário ocorrido em março de 1938, que tornou Diamantina Patrimônio Nacional.

No capítulo 5, ***Representações da Cidade de vidro: Diamantina, uma cidade que se conserva e se moderniza***, o ponto de discussão parte da indagação sobre como se pode compreender o diálogo estabelecido entre o novo e a tradição em Diamantina, por meio das imagens fotográficas de Chichico Alkmim. Os conceitos utilizados permitiram melhor perceber como a cidade tradicional pode mudar, bem como a relação estabelecida entre as imagens que se construíram da cidade de Diamantina.

CAPÍTULO 1:
A Fotografia de Chichico Alkmim: Trajetória, estúdio e constituição do acervo.

> *Recebeu a segunda carta de Arnaldo, datada já do Rio; ele encontrara a família toda bem de saúde e suas irmãs acharam-na muito bela, a julgar pelo retrato que levou. Prevenira que o retrato era muito inferior à realidade, pois o amador que o havia feito não sabia dar os retoques. Por que razão não lhe mandava ela uma outra fotografia?*
> *Amália, neste trecho da carta, pensou:*
> *- Ora, e esta! Terá esquecido que o retratista daqui viajou?*
>
> Aristides Rabelo.

O fazer fotográfico de Chichico Alkmim deu a conhecer não apenas imagens feitas no estúdio, mas também fotografias de Diamantina que nos permitem perceber uma visão sobre a cidade, bem como a atuação do fotógrafo no interior de Minas Gerais. O seu estúdio, para além de um espaço de trabalho, fez-se paragem: lugar onde se constituíam tecidos sociais, onde se registrava a intensidade da vida, compunham-se cenas e personagens... este era um local povoado por múltiplos sentimentos.

As imagens fotográficas de Chichico Alkmim foram legadas para a posteridade graças à sua dedicação e cuidado com as chapas fotográficas nas primeiras décadas do século XX.

Ao longo desse tempo, ele se apropriou de maneira duradoura da habilidade de fotografar as pessoas, a cidade, os seus modos de estar numa imagem. A experiência vivida, e por isso construída, conforme aponta Richard Sennet, demora no tempo, a lentidão do ato [de ser fotógrafo] aponta para o desenvolvimento da habilidade artesanal, essa expressa no fazer bem feito e no orgulho do trabalho que evidencia a sua perícia e empenho.[79]

Este capítulo será conduzido por duas questões. Em primeiro lugar, por que Chichico manteve-se, prioritariamente, como fotógrafo em seu estúdio e por qual razão não se adaptou às novidades técnicas de sua época? Em segundo lugar, e ainda pensando na cidade e nas situações sociais por ele registradas: qual ou quais imagens de cidade foram dadas a conhecer por meio de seu olhar?

Na tentativa de responder a essas indagações e em compreender a atuação do fotógrafo, este capítulo foi estruturado do modo a seguir: a trajetória do autor e do seu ateliê; uma breve compreensão sobre as potencialidades do acervo no que se refere às fotografias feitas dentro do ateliê; e, por fim, o olhar de Chichico sobre a cidade de Diamantina.

1.1. Trajetória de Chichico e o seu ateliê.

Francisco Augusto Alkmim traçou a sua trajetória de vida associada à profissão de fotógrafo, em Diamantina. Estudar as suas fotografias é também compreender o modo como o tecido social e urbano desta cidade foi apreendido pelo seu olhar. Ao revistar o seu acervo, lembranças, outros tempos, memórias, pessoas, momentos e processos se fizeram presentes e evocam a Diamantina da primeira metade do século XX.

Arguto, observador e discreto: esta foi a marca de Chichico em Diamantina. Filho de Luíza Gomes D´Alkmim e Herculano D´Alkmim nasceu na cidade de Bocaiúva, em Minas Gerais, no dia 28 de março de 1886 e faleceu em Diamantina, no dia 22 de agosto de 1978. Casou-se em 1913 e teve seis filhos, sendo cinco moças e um rapaz.[80] Viveu e trabalhou em Diamantina o maior tempo de sua vida e, diante de dificuldades financeiras de seu pai Herculano, com quinze anos de idade, aproximadamente em 1901, foi para Montes Claros, mas logo retornou para a "fazenda do Sítio", local onde nascera.

Na primeira década de 1900, aprendeu a fotografar com o Padre Manuel Gonzales e com Francisco Theodoro Passig ou João Passig (irmãos Passig), provavelmente na época em

[79] Para uma visão pragmática do fazer e da experiência, ver SENNET, 2013. p. 328.
[80] Maria de Jesus (30/06/1916), que faleceu logo ao nascer, Maria Bernadeth (Tia Deth, 20/08/1917), Déia Maria (17/04/1919), Luíza de Marilac (20/10/1920), Maria Ruth (13/10/1921) e José (12/11/1924). Caderneta nº 2 de Chichico Alkmim, acervo da família Alkmim.

que esses paulistas desenvolveram atividades no interior de Minas Gerais. Francisco Theodoro Passig manteve um estabelecimento comercial em São Paulo na década de 1870, tendo seu irmão João Passig como sócio. Juntos, os irmãos Passig viajaram para a cidade de Franca e Ribeirão Preto, em São Paulo e para São João Del Rey (1884), Campanha (1880-1882) e Juiz de Fora em Minas Gerais, segundo informam Boris Kossoy, Rogério Pereira de Arruda e Maraliz de Castro Vieira Christo.[81] Em 1883, eles publicaram em jornal de Juiz de Fora que haviam instalado o seu ateliê na cidade, estando disponíveis para atender a população a qualquer tempo.[82] Não se sabe ao certo quando foi que Chichico aprendeu com os irmãos Passig, mas provavelmente no início do XX. Em 1912, os Irmãos Passig possuíam uma firma em Belo Horizonte denominada "Photographia Alemã".[83]

Ao final do século XIX e início do século XX, a atividade fotográfica em Minas Gerais caracterizou-se pela itinerância, e eram recorrentes as viagens dos fotógrafos para o interior do estado. Chichico Alkmim também viajou para vários distritos e cidades próximos a Diamantina. Todavia, é possível considerá-lo como fotógrafo não-itinerante, uma vez que fixou residência em Diamantina, especialmente em meados dos anos 1920, quando estruturou melhor seu estúdio. Apesar disso, no início de sua carreira, a julgar por suas cadernetas de anotações, houve a influência da lógica itinerante em seu trabalho.[84]

Conforme o estudo de Rogério Pereira de Arruda, *O ofício da fotografia em Minas Gerais no século XIX*, foi possível identificar vários fotógrafos que passaram por Diamantina nos períodos de 1867 a 1883 (2º momento de itinerância) e de 1884 até 1900 (3º momento de itinerância).[85] Na pesquisa de Arruda, o segundo período foi marcado pelas primeiras itinerâncias em Minas Gerais, apresentando um levantamento de anúncios de fotógrafos nos jornais mineiros. Em Diamantina, foi identificada a atuação dos fotógrafos Francisco Manoel da Veiga (atuou entre Ouro Preto, Diamantina e Conceição do Mato Dentro de 1868 a 1876), José Faustino de Magalhães Castro (1870) e o italiano Carlos Lotti (1876). Já o terceiro momento da itinerância foi marcado pela alteração na técnica para produção (compra de chapas prontas, já emulsionadas, facilitando o trabalho dos fotógrafos que eram dispensados

[81] KOSSOY, 2002, p. 252-253; CHRISTO, 2000; ARRUDA, 2013, p. 75-77.
[82] CHRISTO, 2000.
[83] CAMPOS, 2008, p. 141.
[84] A fixação de fotógrafos foi observada por Maraliz Christo na cidade de Juiz de Fora entre 1870 e 1910. CHRISTO, 2000, p. 130.
[85] No levantamento realizado por Rogério Pereira de Arruda há três divisões possíveis para a atividade de itinerância fotográfica em Minas Gerais, a saber: 1º: 1845 a 1866, 2º: 1867 a 1883; 3º 1884 a 1900. No primeiro momento da itinerância alguns fotógrafos visitam Minas Gerais, apontando para a atividade de daguerreotipistas e retratistas nesse Estado, porém, não há registro para Diamantina. ARRUDA, 2013, p. 11-184. Augusto Riedel fotografou Diamantina em 1868.

de fazer a emulsão para fixação da imagem nas fotografias) reduzindo o tempo de exposição para *um segundo* de minuto. Nesta época passaram por Diamantina os fotógrafos João José Leal (1887), José Gallotti (1888 e 1889), Carlos Beck (1896), Emilio Rouède e Delphin Câmara (1896), Victorino do Prado (atuou em Diamantina em 1896), Arthur Napoleão (1900) e Raimundo Pinto (década de 1910).[86]

A fotografia começou a ser valorizada e ganhou várias notas nos jornais de Diamantina, cuja intenção era convencer os indivíduos sobre a beleza desse novo invento, agora à disposição da população. Em geral, os fotógrafos ofereciam seus serviços realçando "a rapidez, a perfeição, a nitidez e os preços módicos".[87]

O fotógrafo Francisco Manoel da Veiga, por exemplo, em um anúncio no jornal, oferecia os seus serviços à Rua Macau de Baixo, em frente ao Hotel, informando o horário de atendimento, o preço das fotografias, destacando os "cartões imperiais de tamanhos modernos".[88] Já comunicando a sua partida da cidade em fevereiro de 1870, registrava "as vantagens incontestáveis da fotografia", no intuito de se fazer mais conhecido:

> 1º Sua belleza e transparência jamais obtidos em outro semelhante.
> 2º Colorido inalteravel, e brilho sem igual, que nem com agua, nem com ácidos, poderá alterar-se sem a completa destruição da photographia; vantagem esta muito importante, para todos aquelles que tiveram a felicidade de se retratarem por este novo e bellisimo systema.
> O abaixo assignado não poupou sacrificios para enriquecimento e progresso da arte; não vacillou na acquisição do novo processo photographico, o qual tem a honra de offerecer ao publico d'esta cidade, ou a todas as pessoas que o quizerem honrar com sua confiança.
> Francisco Manuel da Veiga. Diamantina, 24 de Dezembro de 1868.[89]

Nessa mesma época, o dentista José Faustino de Magalhães anunciava fotografias (em ambrótipo[90]) à Rua do Amparo.[91] Interessante que, neste caso, diferentemente de Chichico Alkmim, a fotografia era um trabalho coadjuvante na renda do dentista, era comum dentistas se dedicarem à fotografia, não apenas em Minas Gerais, mas em todo o Brasil.[92] Vários

[86] ARRUDA, 2013, p. 11-184.
[87] CHRISTO, 2000, p. 131.
[88] BAT, *O Jequitinhonha*, 23 de janeiro de 1870.
[89] BAT, *O Jequitinhonha*, 10 de janeiro de 1869. Boris Kossoy acusa, em seu *Dicionário Histórico-Fotográfico*, a presença de Francisco Manuel da Veiga em Diamantina na década de 1870, segundo informações do Arquivo Público Mineiro. KOSSOY, 2002, p. 316.
[90] O Ambrótipo é um processo técnico que surgiu em 1852. Consiste na feitura de um negativo em vidro, em que se coloca atrás um cartão ou tecido preto, fazendo parecer um positivo. Era mais barato que o daguerreótipo e durou até aproximadamente 1880. BORGES, 2005; KOSSOY, 2002, p. 33.
[91] BAT, jornal *O Jequitinhonha*, 06 de junho de 1870. Ver ARRUDA, 2013, p. 50.
[92] Boris Kossoy menciona vários fotógrafos que anunciavam suas habilidades como dentistas no Maranhão, em São Paulo, na Paraíba, no Piauí, em Goiás e no Espírito Santo. Com relação a Minas Gerais o autor destaca a atividade de fotógrafo de José Severino Soares que era dentista, fotógrafo e comprava cristais em Uberaba/MG.

fotógrafos ambulantes passaram por Diamantina e deixaram suas pistas ao anunciarem seus serviços nos jornais locais. Há registro da passagem de alguns deles, a saber: Carlos Penutti (1869), Carlos Lotti (1876), José Gallotti/Fotografia Artística Italo-Brasiliana (1888-9), Carlos Beck (1896), Emílio Rouède (1896), Lindolfo Câmara (companheiro de Emilio Rouède – 1896), Victorino Prado (1896), Francisco Figueiredo (1902), Henrique Bernardelli (1902), Raimundo Pinto (1904), Artur Napoleão (1904), Orozimbo Paulo da Silva (1904), Valentim da Fonseca (?), Vitor de Paula (?).[93]

Em 1905, por ocasião da divulgação do Tratado Prático de Photographia (1904) de autoria de Raimundo Alves Pinto, material de conhecimento de Chichico, o jornal *O Jequitinhonha* assim informava:

> O sr Raimundo Pinto não é um principiante, não é um simples amador, como muito bem exprimiram os srs Beltrão & Comp: é um distincto e aperfeiçoado photographo com perto de treze longos annos de exercicio ininterrupto e já conhecido em diversas partes deste Estado como mestre da sua arte, pois que tem tido muitos discipulos e todos elles trabalham regularmente (...) Pode-se fazer aquisição de uma brochura nitidamente impressa, com diversas gravuras explicativas, com a insignificante quantidade de vinte mil reis! É o caso de dizer-se, comprar uma profissão que tantos lucros deixa ao indivíduo que a exerce, o qual acaba sempre por ficar rico.[94]

A possibilidade de enriquecimento por meio do ofício da fotografia era um horizonte ilusório para Chichico. Ao longo de cerca de cinquenta anos dedicados a essa atividade, viu diversos fotógrafos passarem por Diamantina, mas continuou o seu trabalho a fio, juntando, guardando, conservando os negativos em vidro, em sua maioria, nas dependências do seu ateliê, abraçando, destarte, o seu tempo.

A fotografia se apresentava como uma técnica promissora. Por isso, o aprendizado de Chichico Alkmim contou com os conhecimentos do italiano Igino Bonfioli, importante fotógrafo que atuou em Belo Horizonte comercialmente por volta de 1912.[95] Segundo consta em uma de suas cadernetas de anotação pessoal (ele possuía três, sendo uma herdada do pai), em 1914 Chichico gastou em sua ida a Belo Horizonte 820 mil réis. Contudo, nessa anotação, não são especificadas as razões de tal viagem. É possível supor, a julgar pela relação de seus

---

Além de dentistas, os fotógrafos associavam esta atividade à comercialização de pedras preciosas, relojoeiros e cabeleireiros. KOSSOY, 2002, p.28-29.

[93] BAT, AJTN, Caderneta de anotação pessoal nº 04 – Artistas. Vale a pena conferir em ARRUDA, 2013.

[94] BAT, jornal *O Jequitinhonha*. "Tratado Prático de Photographia". 18 de março de 1905. O mesmo jornal de 19 de julho de 1905 anunciou a presença de outro fotógrafo na cidade, a saber, João Lopes de Freitas, que auxiliava Raimundo Pinto no levantamento de imagens para o Álbum Ilustrado do Estado de Minas Gerais.

[95] Para aprofundar os conhecimentos sobre a biografia de Francisco Augusto Alkmim, ver: ALKMIM, 2005. Sobre Bonfioli e outros fotógrafos que atuaram em Belo Horizonte, ver CAMPOS, 2008.

gastos, que se destinava a tornar seus conhecimentos sobre fotografia mais lapidados, bem como comprar material fotográfico. Desta viagem Chichico fez as seguintes anotações:

> Levei para Bello Horizonte 820:000
> Deste dinheiro dei a Therezinha 39000
> Despeza de retirada dos títulos 44000
> Despeza em Bello Horizonte 116500
> 9/4 [chapas] 32000
> Iodato de Sódio 9000
> Paletó de lã de Dete 10000
> Óculos 3000
> Dinheiro 2500
> Loterias 1000
> Chapa de Cobre 9800
> Dinheiro a Carminha em 20 de maio 20000
> Velas – 2 maços 3200
> Registros, empostos e busca de documentos 72200
> ---------- 70200
> ---------- 10000[96]

O gasto total de Chichico foi de 441:900 réis ao que tudo indica, sendo utilizado para a estruturação de seu estúdio fotográfico e em seu aprendizado, além de outros gastos necessários para si e seus familiares. Há várias anotações esparsas constando tamanho e valores de chapas utilizadas para o trabalho, a saber, uma caixa 9/12 a 3000 réis, e 13/18 a 2500 réis.[97] Esses registros e o próprio acervo de fotografias apontam para os tamanhos dos negativos de vidro comprados por Chichico.

[96] Acervo da família Alkmim, Caderneta 02.

[97] As placas de vidro eram compradas já emulsionadas, diminuindo o tempo de exposição do fotografado para ½ segundo.

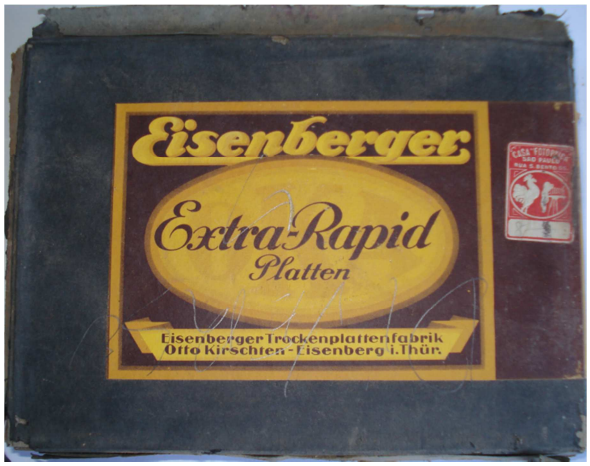


Figura 1: Caixa de negativos de vidro Eisenberger, Extra-Rapid. Tamanho 13 x 18 cm. Diamantina, s/d.
Comprado na Casa "Fotóptica São Paulo". Rua São Bento - 55.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

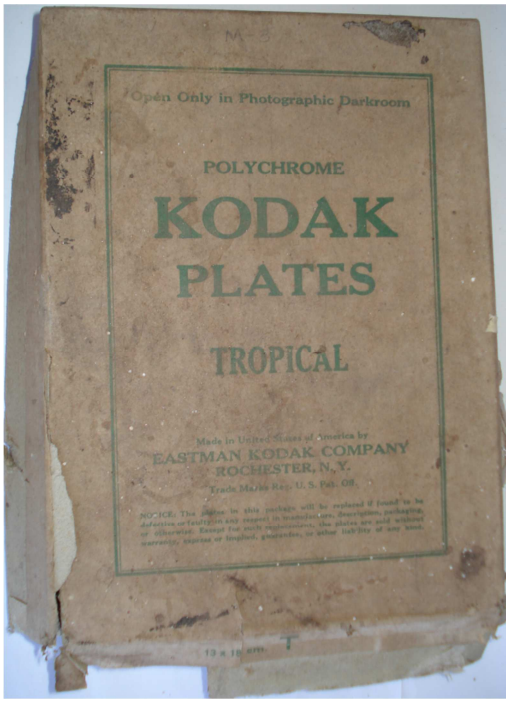


Figura 2: Caixa de negativos de vidro Kodak Plates. Tamanho 13 x 18 cm. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 3: Negativo de vidro MT-043, tamanho 13 x 18 cm. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 4: Caixa de negativos de vidro Agfa Extrarapid – Platten, tamanho 10 x 15 cm. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Os insumos para a realização da fotografia vinham do Rio de Janeiro e de São Paulo pela linha férrea que chegara a Diamantina em 1914. No intuito de fazer seus produtos chegarem ao mercado consumidor as empresas Kodak (norte americana) e Agfa (alemã), segundo Ana Maria Mauad, veicularam materiais publicitários que visavam convencer, respectivamente, acerca das ideias: "educação fotográfica do grande público" e "acesso ao mundo *chic* e elegante".[98] Após os anos 1930, o Estúdio Werneck, localizado na rua Jogo da

[98] MAUAD, 2008, p. 132-135.

Bola, em Diamantina, passou a vender os insumos fotográficos, o que facilitou bastante a prática da fotografia na cidade.[99] Em 1936, o fotógrafo diamantinense Assis Horta comprou o Estúdio Werneck rebatizando-o de Photo Assis.[100]

As caixas que acondicionavam tais insumos (figuras 1, 2 e 4) indicam que os negativos de vidro eram comprados preferencialmente com 13 x 18 cm e 10 x 15 cm, embora existissem outros tamanhos. Chichico Alkmim aproveitava a mesma chapa de vidro para realizar mais de uma imagem. Em geral, um negativo de vidro de 13 x 18 cm cabia de duas a dez fotografias, como mostram as suas fotografias do fundo "montagem" (figura 3).

Com relação ao aprendizado da fotografia, no caso de Chichico, ela se desenvolveu com uma boa dose de autodidatismo. Da mesma maneira que ocorria com tantos outros fotógrafos, ele se guiou pelos manuais, sendo que dois deles foram encontrados em sua documentação pessoal, guardada pelo seu neto Paulo Francisco Flecha Alkmim: o "Manual Prático de Photographia" de Alberto da Veiga (1910) e o Tratado Prático de Photographia de Raymundo Pinto (1904). Esses manuais demonstravam o passo a passo para a realização de uma boa fotografia, bem como explicavam a técnica fotográfica.

De posse desses manuais, Chichico estabeleceu-se em Diamantina. Entretanto, não foi possível identificar a data precisa dessa mudança, mas é razoável supor que tenha sido na década de 1900, pois nesse período ele fotografava na cidade.

Com relação às viagens, estas eram importantes para o desenvolvimento do aprendizado. Ver o que os outros fotografavam e como eram feitas as fotografias, em outras palavras, vivenciar o fazer fotográfico na capital mineira, era importante. Em vista disso, além de Belo Horizonte, Chichico também foi ao Rio de Janeiro. Em uma de suas cadernetas, foi possível localizar o registro, em 1910, de uma viagem à capital brasileira. Nas esparsas anotações, está registrado que ele foi ao cinema, comprou meias, chinelos, chapéu, camisa, suspensórios, chapas de vidro para fotografar, telegrama, selos e cartões postais. Para se ter uma ideia dos gastos de Chichico, ele anotou na Caderneta:

---

[99] "Photo Werneck, trabalhos técnicos e comerciais. Serviço completo para amadores". AMAD, jornal *A Catedral*, 26 de junho de 1936.

[100] Assis Horta, nascido em 1918, é importante fotógrafo de Diamantina, que trabalhava para o SPHAN. Uma exposição de seu trabalho foi realizada na cidade de Ouro Preto, intitulada "Assis Horta: a democratização do retrato fotográfico através da CLT", organizada por Guilherme Horta. Pode ser observada no sítio: http://issuu.com/studioanta/docs/catalogo_democratizacao, acesso em 15 de agosto de 2015.

> cinema: 1$000; despesa 200; Chapas para fotografia: 1$800; meias: 2$000; telegrama: 3$000; cerveja: 500; cinema 500; chinelo: 1$200; selo: 200; doce: 800; maçãs: 600; café: 100; bilhete postal: 100; suspensório: 1$000; camisa: 5$000; cartão postal: 100; [dentre outros itens].[101]

Tanto em Belo Horizonte quanto no Rio de Janeiro, Chichico teve acesso aos cartões postais. No entanto, este modo de divulgação de imagens nunca foi produzido por ele, apenas os cartões de visita.[102] Esta escolha limitou a popularização de sua obra, todavia, as viagens que Chichico fazia na região tornavam-no conhecido. Após os anos 1940, a sua produção permaneceu mais recôndita, no ateliê.

Casou-se em 1913, aos vinte e sete anos de idade, com Maria Josefina Neta Alkmim, conhecida como Miquitita, filha de sua madrasta Sérgia Luísa Caldeira. Antes de adquirir uma casa em Diamantina, residiu na praça Pe. Belchior, praça Correia Rabelo, na Avenida Francisco Sá e, finalmente, comprou uma casa no Beco João Pinto (nº 28) em 1920, fixando residência e seu ateliê neste último endereço. Ao adquirir tal casa, Chichico a reformou, anotando cuidadosamente em suas cadernetas os gastos que envolviam a troca do telhado da casa, bem a estrutura do ateliê. Para a estruturação física do estúdio, Chichico gastou 554 mil réis, como apontam os quadros a seguir.

Quadro 1: Custos para estruturar o espaço físico do ateliê

Itens relacionados	***Valores em réis***
Madeira	116.500
Pregos	16.000
Madeira	------
Caibros e pregos	26.000
Bica de folha	16.500
Lines [sic]	144.000
Vidro Vitroux	88.000
Forradeira	3.000
Tinta	2.000
Cimento Barrica	48.000
Cimento 1 arroba	6.000
Cimento barrica	46.000
Pago a Madoqueiro	42.000
Total	***554.000***

Fonte: Caderneta 3 de Chichico Alkmim.

Com o estúdio, o gasto foi maior que o capital descrito em sua caderneta, pois há que se considerar que Chichico já possuía a máquina de *fole 13x18 com objetiva* (não há identificação da marca), por isso não necessitava comprar outro equipamento. Chichico gastou ainda:

[101] Acervo da Família Alkmim. Caderneta 2.
[102] Na Mitra Arquidiocesana de Diamantina encontram-se cartões de visita com carimbo de Chichico Alkmim.

Quadro 2. Custos com equipamentos para estruturar o ateliê.

ITEM	VALOR	ITEM	VALOR
Pano	5:400	Pano	7:000
Tinta e olio	8:900	Permanganato	-
Óleo garafa	2:000	Torneira	1:000
Mais uma biela	2:000	Papel vermelho	500
Alvaiade	400	Ceras escuro	3:000
Bacias e balde	8:000	Velas	700
Taxas	200	Carimbo	5:500
Pano	800	Alumem	200
Branco	600	[ilegível]	-
Velas	700	Papel [suponho para revelar fotos]	2:300
Soma 49:200			

Fonte: Caderneta 3, Acervo da Família Alkmim.



Figura 7: Retrato de Maria e Antônio, Diamantina, Setembro de 1931.
Fotografia 9 x 6 cm e Cartão 14 x 10 cm.
Fonte: Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina.

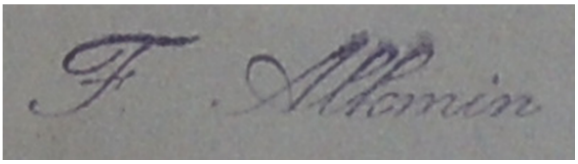


Figura 5. Carimbo utilizado por Chichico Alkmim, Diamantina, 1920.
Fonte: Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina.

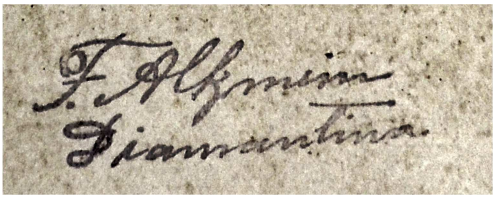


Figura 6. Carimbo utilizado por Chichico Alkmim, Diamantina, 1921.
Fonte: Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina.



Figura 8. Carimbo utilizado por Chichico Alkmim, Diamantina, 1953.
Fonte: Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina.

As fotografias em positivo entregues por Chichico Alkmim a seus clientes contavam com o seu carimbo, como se observa nas imagens (figuras 5 a 8). As assinaturas/carimbo "F.Alkmin e F.Alkmim Diamantina" correspondem ao início aos anos 1920 e 1921, e algumas dessas fotografias foram feitas em Montes Claros, a julgar pelas imagens identificadas no

arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. O carimbo “Francisco A. Alkimim” está presente em uma fotografia de 1953, e foi identificado no mesmo arquivo. Interessante observar que Chichico preocupou-se em deixar sua autoria nas imagens feitas por ele. Embora não se possa afirmar de modo generalizado para as imagens do acervo, pelo menos essas fotografias identificadas na Mitra Arquidiocesana embasam a afirmação de que a definição da autoria era algo importante para o fotógrafo, o que não é possível perceber apenas quando se analisa o acervo de negativos de vidro.

A construção do ateliê ajudou no estabelecimento de Chichico em Diamantina. A edificação ocorreu em sua própria casa e, para tanto, ele desembolsou de suas economias um valor de 603 mil e duzentos réis, como aponta o quadro 2. O estúdio foi construído de modo a se obter dois ambientes, sendo que um era destinado à preparação para a fotografia, além de ser onde as pessoas eram propriamente fotografadas; e o outro era reservado ao laboratório de revelação. Para exercer esse ofício, obteve o registro na prefeitura municipal pagando o valor de 36 mil réis[103] como fotógrafo de primeira classe, ficando habilitado a manter o seu estúdio de portas abertas.

Nas imagens a seguir (figuras 9 e 10), é possível observar parte do ambiente de preparação para a foto. O pano de fundo era composto por figuras que embelezavam e criavam temas para as fotografias, como também os objetos utilizados no espaço: flores, tapetes, pedestais, mesa, cadeira, cavalinho de madeira e tantos outros objetos observados no acervo. Compunha o espaço de preparação para a foto uma mesa com um espelho e existiam grandes janelas com cortinas para controlar a iluminação e, ao fundo, a sustentação do pano de boca era feita por meio de uma viga de madeira. O tempo de exposição não era longo: com as chapas de vidro (secas) o tempo de exposição era de ½ segundo, o que permitia que as fotos não fossem tremidas, rígidas e sem vida.

[103] Na documentação pessoal de Chichico encontrei um registro datado de 1917, mas possivelmente existam outros e que não foram guardados.



Figura 9. Criança no estúdio do fotógrafo. Negativo de vidro C-344. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 10. Casal no estúdio do Fotógrafo. Negativo de vidro G-379. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

O ambiente do laboratório ocupava o primeiro piso da casa e era destinado à revelação das imagens dos negativos em vidro. Para tanto, possuía "uma bancada com três banheiras: uma com revelador, outra com água e outra com fixador. Ao lado ficava uma balança usada para pesar os sais com os quais fazia o revelador e o fixador". [104] A ambientação construída contava com a luz natural que entrava no ateliê por uma claraboia de vidro vermelho. O laboratório possuía uma pia com água corrente destinada a lavar os negativos e as cópias do material fotográfico a ser entregue ao cliente.

Chichico Alkmim utilizava métodos fotográficos herdados da segunda metade do século XIX,[105] por isso, o seu suporte para a imagem foi o vidro, emulsionado com nitrato de prata, designado como *negativo de vidro*. Este suporte, após ser retirado da máquina fotográfica com saída para negativos de até 13 x 18 cm, era passado no revelador, fixado, lavado e

[104] ALKMIM, 2005, p. 102.
[105] Chichico utilizou as chamadas placas secas, feitas de vidro e emulsionadas. Estas eram compradas prontas para uso e exigiam poucos segundos de exposição para tirar a fotografia. Ele utilizou essas chapas de vidro até 1955, mesmo havendo disponibilidade no mercado de negativos de nitrato de celulose.

> após a secagem, passava-se em alguns negativos, que precisavam ser retocados, um líquido chamado matolém. Para imprimir a fotografia colocava-se um papel virgem sob o negativo e estes dentro de um chassi, eram levados para a exposição, utilizando-se um facho de luz do sol proveniente de um pequeno buraco na janela. O laboratório permanecia durante o tempo de trabalho com luz vermelha.[106]

Trabalhando em seu ateliê, Chichico passava o tempo como assíduo leitor dos jornais diamantinenses, assim como das revistas cariocas de circulação nacional que traziam ilustrações gráficas e textos que informavam sobre política, divertimento, notícias, variedades, crônicas, poesias, contos e história, a saber: a revista "Ilustração Brasileira" (1909-1944),[107] a revista "Careta" (1908-1960) [108] e a revista "A Noite Ilustrada" (1930-1945?).

As suas amizades não eram muitas, como informa o texto de Paulo Francisco Flecha Alkmim. Todavia, mantinha em um círculo de convívio pessoas com as quais debatia sobre política local e nacional, sobre a vida cultural no país, música, arte e teatro. Além disso, gostava de música caipira, de boleros e tango e de música clássica.[109] Gosto eclético que era compartilhado com os amigos: o maçom dono de um cartório e importante pessoa que guardava memórias da "vida da cidade de Diamantina", José de Lota; Antônio Lacerda; o policial e seu aprendiz do ofício de fotógrafo Joaquim Carlos Entreportes; e o escritor e professor Aires da Mata Machado.[110]

Na década de 1950 se aposentou, mas continuou a conservar "hábitos da sua vida profissional: levantava todo dia muito cedo, vestia-se com muita elegância, invariavelmente trajando terno, gravata, colete e cachecol",[111] cuidava do jardim de sua casa e dirigia-se ao ateliê, onde cuidadosamente remexia, limpava, organizava e arrumava os negativos de vidro com esmero. Essa atitude garantiu que o acervo de fotografias chegasse ao século XXI contando com a quase totalidade dos negativos de vidro bem conservados.

Entretanto, não tem sido tarefa fácil perscrutar sobre o cidadão Chichico Alkmim, uma vez que as informações são poucas e esparsas. É possível afirmar que ele, como um mestre de

---

[106] ALKMIM, 2005, p. 103.

[107] A Ilustração Brasileira, "compunha-se de muitas crônicas, poesias, contos, muitas reportagens fotográficas e abundantes ilustrações. O conteúdo versava sobre artes, letras, doutrinação política e religiosa, exaltação a personalidades da história brasileira, questões econômicas, críticas literárias e de arte, comportamento, moda, festas e recepções da alta sociedade, e outros". Ver SILVA, 2007, p. 49.

[108] A revista ilustrada Careta era uma revista de variedades e marcou época por ser representativa de uma cidade desejosa de representar os símbolos da modernidade. A esse respeito ver NOGUEIRA, 2010, p. 60-80.

[109] ALKMIM, 2005, p. 101.

[110] Apenas para destacar um de seus visitantes e amigos, Aires da Mata Machado (Diamantina, 1909; Sete Lagoas, 1985) foi Filólogo, professor e linguista; foi um dos fundadores da Comissão Mineira de Folclore. Lecionou na UFMG e na PUC-Minas. Escreveu Curso de Folclore (1951), Tiradentes, herói humano (1948), além do nº 12 da Série Publicações do SPHAN (1945), Membro do Conselho Consultivo do SPHAN, Autor do livro: Arraial do Tijuco: Cidade Diamantina (1944) e muitos outros trabalhos. Foi membro da Academia Brasileira de Filologia e da Academia Mineira de Letras. CHUVA, 2009, p. 427. MACHADO FILHO, 1980.

[111] ALKMIM, 2005, p. 101.

fotografia, ensinou o seu ofício ao policial militar músico Joaquim Carlos Entreportes[112], que chegou a produzir cartões postais e, a título de exemplo, cobrava por quatro postais, na década de 1930, o valor de 18 mil réis.[113] Interessante observar que, apesar desses ensinamentos significarem em última instância concorrência, Chichico não se eximiu de passar adiante seus conhecimentos, pois o valor da aprendizagem significava o ato de um cidadão que se sente mestre e responsável por ensinar seu ofício.

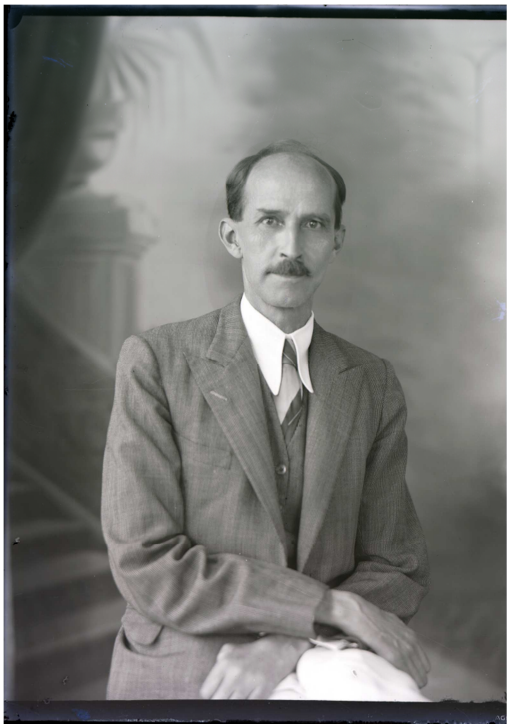


Figura 11. Retrato de Chichico Alkmim. Negativo de vidro H-197, Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Ao longo de seus 92 anos, a fotografia marcou a vida de Chichico Alkmim. Foi a responsável pelo sustento de sua família, até ele se aposentar e poder contar com a ajuda dos filhos que, em sua velhice, sempre lhe ampararam. Contudo, em suas viagens a trabalho nas localidades circunvizinhas a Diamantina, ele via, nesses momentos de fotografar as pessoas, a oportunidade para realizar pequenos negócios, como por exemplo, a venda de joias e, até mesmo, recebia objetos (armário, pilão) como forma de pagamento pelos seus serviços, bem

[112] Joaquim Carlos Entreportes (1904 a 1977) era um policial militar que fazia parte da Banda de Música do 3º Batalhão de Diamantina. Ele possuía uma caderneta de anotação e nela registrou as quantidades de fotos vendidas, seus valores, mas raramente anotando datas. Numa dessas partes identificamos que a "importância recebida de retratos até a data de 1934, soma 580 mil e quatrocentos reis". "Em 1937 este soldado estava à disposição de Juscelino Kubitschek". Caderneta sob a guarda da família Entreportes, gentilmente cedida por Wander Conceição, neto do fotógrafo e músico militar.
[113] Acervo da Família Entreportes, Caderneta.

como fazia a restauração de retratos.[114] A movimentação de joias era significativa, porém subalterna, se comparada com os rendimentos advindos do seu ofício de fotógrafo. Em uma de suas viagens na localidade de Coração de Jesus, Chichico registrou a venda de fotografias e de joias, como expresso nos quadros abaixo:

Quadro 3: Joias vendidas em Coração de Jesus

Descrição	Custo	Vendido por	Descrição	Custo	Vendido por
1 medalha	14:000	18:000	2 aneis de prata		2:000
1 medalha	14:000	18:000	Santa Luzia	1:200	1:800
1 medalha	14:000	18:000	Brincos	3:000	4:000
Anel	6:000	9:500	Corrente	3:000	4:000
Anel	5:000	5:500	[?ilegível]	3:000	4:000
2 Santas Luzia	1:200	3:800	Figa	3:000	4:000
Brincos	4:800	7:500	Medalha	14:000	17:500
Lixas [sic]	8:000	10:000	Brinco	3:000	4:500
Lixas [sic]	1:200	2:000	Annel	500	7:000
Lixas [sic]	1:200	2:000	Brinco	3:000	5:000
1 annel	500	1:000	Brinco	3:000	5:000
1 annel	500	1:000	[?]	1:800	2:500
Santa Luzia	1:200	2:000	Peixe	-	8:000
Corrente	-	3:000	Corrente	30:000	34:000
Medalha	10:000	18:000	Santa [?]	-	2:000
Medalha	10:000	13:000	[?ilegível]	1:800	2:800
Brincos	2:200	4:800	Brinco	3:000	6:000
2 broche	1:800	5:000	1 Santa Luzia	-	2:000
Soma: Custo: 168:900 vendido por: 258:200					

Fonte: Caderneta 3, sem data específica sobre a viagem. Ganho de 89:300 (oitenta e nove mil e trezentos réis). Acervo da Família Alkmim.

Quadro 4. Retratos vendidos/recebidos em Coração de Jesus, próximo a Bocaiúva.

Cliente	Valor	Cliente	Valor
D. Zina	10:000	Padre Mauricio	10:000
Bebita	10:000	Muzicus	32:500
Vista prezepio	6:000	Pedro Bras	8:000
Alda	5:000	Xisto	10:000
Nazinha	13:000	Xisto	3:000
Alinina preta	4:000	Luzia A.	10:000
Justino	4:000	Odete	13:000
[?ilegível]	8:000	Sargento	15:000
Padre Chico	10:000	Pimenta	20:000
Victor Ferreira	4:000	Serva	10:000
Soma 205:500			

Fonte: Caderneta 3, sem data da viagem. Acervo da Família Alkmim.

[114] Sobre restauração de retratos Chichico anotou: "Restauração de Retratos: água 1000m, Bicloreto de M 19 gram., sal comum 2 gram. Passa-se para um banho de amônia bem diluída". Acervo da Família Alkmim, Caderneta 2.

A associação do ofício de fotógrafo a outra atividade que lhe rendia algum capital, ajuda a compreender melhor como foi possível a Chichico manter o sustento da sua família.[115] Desta maneira, aproveitava a oportunidade de fotografar para vender algumas joias nas viagens, especialmente em épocas em que ocorriam festas, casamentos, batizados, e outros eventos em Diamantina e nos lugarejos próximos, o que lhe rendia significativos dividendos. Quanto à venda das fotografias, Chichico não anotou o seu cálculo relativo aos valores gastos para realiza-las, tais como preço do papel, do revelador e o desgaste da máquina. Com as fotografias em Coração de Jesus (região de Buenópolis), recebeu o valor de 205 mil e quinhentos réis. Considerando que era a grande novidade, é lícito pensar que as pessoas dariam prioridade às fotos, sempre que possível. Essas observações são ilustrativas, mas apontam, sobremaneira, para o fato de o ofício de fotógrafo ser o de maior importância para Chichico, mesmo que por vezes houvesse a necessidade de outra atividade comercial para complementar o capital recebido com a fotografia. Para se ter ideia dos valores cobrados por fotografias na segunda metade do século XIX, o estudo de Solange Ferraz de Lima afirma que em São Paulo em 1871, a dúzia de fotografias era vendida por 10$000 no ateliê de Francisco Passig, diminuindo para 5$000 em 1900 e por 300 reis em 1905.[116] Segundo análise de Maraliz Christo, para Juiz de Fora, a Fotografia Alemã dos Irmãos Passig oferecia a dúzia de cartões de visita por 6$000.[117] Houve a diminuição dos preços da fotografia dada à concorrência, mas também, devido aos avanços técnicos.

O público solicitante das fotografias de Chichico era bem variado e compunha-se de pessoas de Diamantina, bem como moradores das cidades por onde Chichico viajou e realizou fotografias, tais como Coração de Jesus, Buenópolis, Bocaiúva, Montes Claros, Pirapora e distritos de Diamantina. Isso, porém, não responde satisfatoriamente à indagação dos motivos de ele ter ensinado a outras pessoas esse ofício.[118] É bem possível que tal resposta se alinhe ao fato de Chichico ser um homem de tradição, de repetição de costumes, como se fazia em Diamantina em sua época. Afeito às tradições do século XIX e um mestre de ofício, aí reside

[115] Infelizmente não encontrei os dados referentes a sua renda familiar total, mas foi possível verificar que o seu irmão José Maria Alkmim contribuía com o orçamento da família. José Maria Alkmim morou por cerca de sete anos com Chichico Alkmim a partir de 1914, quando saiu da Fazenda do Sítio em Bocaiúva para se tratar de uma febre terçã e para estudar em Diamantina na Escola Américo Lopes. Daí galgou carreira política. A esse respeito ver ALKMIM, 2005; BADARÓ, 1996. Vale ressaltar que o fato de Chichico ter ensinado a outras pessoas esse ofício não significou o aumento de seus dividendos, pois ele não cobrou para ensinar o seu ofício. Tampouco lançou mão da prática corrente entre os fotógrafos de vender a "máquina antiga" para comprar uma nova.

[116] LIMA, 1991, p. 77.

[117] CHRISTO, 2000, p. 132. O contraponto é necessário: em 1899, em Campanha, o fotógrafo Etiene Farnier anunciava o valor cobrado pela dúzia de cartões de visita: 25$000. ARRUDA, 2013, p. 178.

[118] Há que se considerar que a prática de ensinar a outrem este ofício era algo comum entre os fotógrafos, segundo apontou Rogério Arruda.

o ponto fundamental de sua atribuição de valor ao ato de ensinar a outrem o ofício. Ressalte-se que Chichico era membro da União Operária Beneficente de Diamantina, órgão que valorizava os saberes dos indivíduos segundo a lógica de uma associação de classe que atuava na educação das "classes subalternas". Como mestre fotógrafo, registrou em sua caderneta que pagava à União Operária de Diamantina o valor de nove mil réis. Esta instituição foi importante para os mestres de ofício na cidade, atendendo a estes desde 1891, especialmente "os oficiais lapidários, ourives, alfaiates, sapateiros, músicos e ferreiros", os quais eram assistidos em momentos difíceis enfrentados pelas famílias operárias, além de haver a educação formal profissional quando instalou em 1893 o "Liceu de Artes e Ofícios de Diamantina". [119]

1.2. Os retoques nos negativos de vidro e os percalços da fotografia

Chichico presenciou o desenvolvimento de Diamantina e a fotografou em vários momentos. Entretanto, não alterou coisas básicas que melhorariam o seu trabalho, como trocar a sua máquina de fole 13 x 18 cm com objetiva por outras novidades técnicas existentes.[120] Nesse sentido, é lícito indagar se ele desconhecia os melhoramentos técnicos de sua época. Imediatamente se rechaça tal ideia, pois ele possuía um livreto da Kodak Brasileira publicado no Rio de Janeiro, datado de 1926, intitulado "Kodak Graflex e Acessórios", demonstrando uma variedade de máquinas disponíveis no mercado e suas novidades no fazer fotográfico.

Então, resta saber se ele acreditava nesses melhoramentos tecnológicos! A chave dessa questão está nesse ponto: as novidades tecnológicas iam tornando o fazer fotográfico cada vez mais automático, por isso, é pertinente pensar que Chichico preferia um exercício mais artístico com uma máquina que exigia dele a interferência para retocar seus retratos. O retoque valorizava o trabalho do fotógrafo, como evidenciou a literatura da época, assinalada na epígrafe deste capítulo. Logo, é possível afirmar que, além de um temor em mudar o que já sabia fazer, há outra questão relevante, que é a força da tradição. Tal tradição pode ser observada na técnica do século XIX, aprendida por Chichico, por meio do retoque.[121] Ao

[119] MARTINS, 2010, p. 6.
[120] Refiro-me a máquina disponível no mercado brasileiro em 1927, a Leica, que foi vendida na década de 1930 num total de 100 mil exemplares e operava com rolo de filme de 35mm. BORGES, 2006, p. 237-8.
[121] Para Walter Benjamin o retoque nos negativos representava a decadência do gosto, recheando os álbuns de fotografias de retratos com uma falsificação da aura (encantamento sobre o exemplar único de um objeto). A invenção do negativo de vidro definiu um novo período, o do declínio da aura (ou a falsificação dela), ao impor uma autonomia da fotografia em relação à fantasmagoria do exemplar único. BENJAMIN, 1985.

analisar a atuação dos fotógrafos artistas no final do século XIX, Siegfried Kracauer[122] afirmou que "trata-se de um meio que oferece ao artista criador tantas possibilidades como a pintura ou a literatura, desde que ele não deixe que as condições da câmera o inibam".[123] Assinalou que cabia "todo tipo de manhas, truques e estratagemas para extrair beleza da matéria-prima fotográfica".[124]

O retoque utilizado por Chichico Alkmim predominava no rosto das pessoas, mas raramente estava presente nas edificações. O fotógrafo Raimundo Pinto, quando publicou o seu Tratado Prático de Fotografia[125], material utilizado por Chichico Alkmim, explicou como deveria o fotógrafo lançar mão da técnica do retoque:

> O retoque das chapas é a parte mais delicada e por isto depende de muita paciência e de algum conhecimento de desenho. Não queremos, comtudo, dizer, que precisamos ser desenhista para sermos bom retocador; basta-nos conhecer as regras do sombreado e seu perfeito esbatimento. Com capricho, constancia e paciencia, podemos chegar a perfeição na prática do retoque, o qual fisemos da seguinte forma:
> Tomamos a chapa depois de bem secca e no lugar em que vamos proceder o retoque passamos um pouco de mattoleina (grappholeina) e com um lenço macio friccionamos bem este verniz, até que fique perfeitamente espalhado sobre a camada da chapa. Em seguida colocamos a chapa no retocador, e com um lápis, grafite da Sibéria nº 2 ou 3 H, bem apontado, vamos suprindo os traços duros do sombreado, e evitando, desta maneira, os traços ou contrastes fortes de péssimo effeito, da luz com a sombra, pois esta deve ser esbatida.
> Os furos, que por acaso tenha na camada, tapamos com a tinta carmim, usando para isto de um fino pincel.
> Tiramos depois uma cópia e se não apresenta bastante relevo no rosto podemos melhoral-a dando uma camada delgada de carmim nas costas da chapa. Para isto passamos o pincel molhado na tinta já referida e em seguida o passamos sobre o rosto; e, antes que fique secca, damos pequenas e repetidas pancadinhas com o dedo até que a tinta se espalhe egualmente. Com o objecto de ponta aguda, tiramos a tinta de sobre as sombrancelhas, cabelos, olhos, bigodes, etc., ficando tinta apenas sobre a parte que desejamos clarear.[126]

[122] O autor cita o fotógrafo Adam-Salomon que "confiou nos retoques" para alcançar efeitos artísticos pretendidos. KRACAUER, 2013, p. 271
[123] KRACAUER, 2013, p. 272.
[124] KRACAUER, 2013, p. 272
[125] Para compreensão do uso dos manuais na segunda metade do século XIX e uma comparação sobre a orientação que estes dispunham aos fotógrafos profissionais e amadores, ver: MENDES, 1998, p. 83-130.
[126] PINTO, 1904, p.21-22.



Figura 12. Retoque do rosto feminino, em negativo. Negativo de vidro G-793. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 13. Retoque do rosto feminino, em positivo. Negativo de vidro G-793. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

A prática do retoque exigia tempo e dedicação com os negativos de vidro. (figuras 12 e 13). A partir do uso desta técnica, Chichico oferecia à população diamantinense um "toque" a mais com a sua produção, uma marca de sua individualidade artesanalmente feita.[127] É bem possível que ele visse os novos equipamentos oferecidos no mercado que facilitavam cada vez mais o trabalho do fotógrafo como resultantes de automatização que gerava distanciamento entre o fotógrafo e o fotografado. Por isso, trabalhar com essas novidades na área da fotografia significaria, para Chichico, a quebra da sua "intervenção" na foto, pois dispensaria o retoque.

A atitude de Chichico de ensinar o ofício de fotógrafo, com base em seu próprio aprendizado, corrobora para compreendermos como ele se expressava valorizando a tradição. A intenção era a de perpetuar a arte fotográfica numa tendência que vigorava no século XIX,[128] da qual ele era tributário, qual seja, uso de negativo em vidro emulsionado com

[127] Sobre pintor que utilizou a fotografia para facilitar a sua criação ou interferiu na fotografia por meio do retoque, ver CHRISTO, 2000, p. 136.

[128] Cabe aqui um esclarecimento quanto aos processos técnicos fotográficos existentes no século XIX para que possamos melhor situar Chichico Alkmim, que utilizou, adiantamos, o processo aperfeiçoado no final do século XIX (1880-1910). Neste século existiam as seguintes técnicas fotográficas: daguerreótipo (daguerreotipia), calótipo, ferrótipo, colódio, ambrótipo. Vejamos: a técnica conhecida como "calótipo" foi desenvolvida por William Henry Fox Talbot (1800-1877) substituindo a placa metálica desenvolvida por Daguerre (daguerreótipo) por um papel sensibilizado a partir de iodo, podendo ser reproduzido também em vidro. Em 1837/1838 as pesquisas de Daguerre levam a descobrir que uma fina camada de prata polida, aplicada sobre uma camada de cobre e sensibilizada em vapor de iodo produzia uma imagem de alta precisão, uma cópia apenas a qual foi batizada por "daguerreotipia". A técnica de "colódio úmido" foi desenvolvida por Frederick Scott Archer (1813-1857) e consiste em um processo que mescla partes iguais de éter/álcool em uma solução de nitrato de celulose. Seu uso em negativo sobre vidro e provas de albumina predominou de 1855-1880. Esse processo é denominado de ambrótipo. Desse processo surgiu o ferrótipo, no qual a imagem é produzida a partir do colódio úmido sobre um suporte em chapa de ferro esmaltada com laca preta e marrom. A cor castanha da imagem permite uma visão como positivo, quando colocada sobre uma superfície negra. Substituiu o daguerreótipo devido a seu baixo custo. *Já para o período de 1880 e 1910, predominou o uso dos negativos em gelatina e brometo de prata sobre vidro (método usado por Chichico, também chamado de chapa seca),* bem como as provas em papel direto de fabricação industrial (de gelatina ou colódio). Em 1888, George Eastman (1854 a 1934) criou a Kodak, aparelho

nitrato de prata (chapa seca), aplicação do retoque nesses negativos e concentração da produção em ateliê. Estes negativos eram comprados pré-sensibilizados, industrializados, apresentando grande sensibilidade à luz, diminuindo o tempo de exposição do fotografado, que àquela época era de meio segundo.

O trabalho do fotógrafo não era fácil. Ao identificar um texto que Chichico recortou e colou em sua caderneta de anotação, compreende-se o grau de tal dificuldade, uma vez que havia muitos percalços a serem vencidos. Dizia o artigo assinado por R:

> Percalços da Fotografia
> Há quem pense que a profissão de photographo é suave e rendosa. É um engano. Engano completo.
> O retrato não é um gênero de primeira necessidade. Nem de segunda. individuos ha que se retratam uma vez, de camisa de renda (ou nus) e chupeta na boca, e outra por occasião da maioridade; e acreditam que estão assim cumpridos os seus deveres para com os photographos. O primeiro retrato serve para ilustrar os álbuns de família. O segundo para todos os outros effeitos especialmente para a reprodução na imprensa. Ha dias A NOITE publicou uma photographia, com apparencia de vinte annos, de um senador conhecido. No entanto, quem comprasse o original por sessenta, talvez realisasse um lucro de dez por cento.
> Há excepções a esta regra, mas são raras.
> Outro dia entrou em uma photographia da Avenida um individuo do interior. Depois de contratar uma dose [sic] de retratos, tomou posição e deu ao rosto a expressão adequada. Quando o operador já ia apertar a pêra, o homem o interrompeu:
> - Esqueci uma recomendação. Quero que o senhor me retrate com a barba maior do que trago hoje, porque a uso ordinariamente crescida.
> E o trabalho que têm para embellezar o rosto dos clientes!
> Uma vez chegou uma senhora a um photographo, irritada:
> - Não aceito este retrato! Não está exacto; não está fiel.
> - Minha senhora – respondeu tranquilamente o artista – si os nossos retratos femininos fossem fieis, já teríamos sido obrigados a fechar o "atelier" há muito tempo. – R.[129]

Chichico partilhava da ideia veiculada neste fragmento de texto intitulado "Percalços da Fotografia", ou pelo menos era simpático a ela, pois a guardou num local que dificilmente se perderia e que era de fácil acesso: as suas cadernetas. Salta aos olhos, após a leitura do texto, o quanto a fotografia podia conter a intervenção artística do fotógrafo por meio do retoque no negativo de vidro. A ironia contida ao final do texto lembra que o trabalho do fotógrafo que utilizava dos retoques permitia maior embelezamento em pessoas desfavorecidas desse encanto (ou com algum sinal que incomodava). Ao mesmo tempo,

---

fotográfico portátil contendo um rolo de filme que permitia sacar até 100 imagens, intitulado instantâneo. Em 1892 é criada a Eastman Kodak Company que comercializa o aparelho fotográfico direcionado ao público amador, como a Brownie comercializada a partir de 1900. Em 1925, Oskar Barnak cria a máquina fotográfica de pequeno tamanho que usa filme de rolo, como o que é utilizado no cinema e que faz 36 fotos. Para mais detalhes sobre o assunto, ver: BORGES, 2005, p.115-120; GRANCEIRO, 1998; PINTO, 1904; FREUND, 2010.

[129] Caderneta 2 de Chichico Alkmim, recorte de jornal sem nome e data. Acervo da Família Alkmim.
Possivelmente esse R. é referente a Raymundo Pinto e pode-se identificar situações semelhantes descritas em seu "Tratado Prático de Photographia". PINTO, 1904, p.13.

coloca em relevo que este ofício não era uma tarefa fácil, até porque a fotografia não era um gênero nem de primeira, nem de segunda necessidade. A intenção de "R." era sensibilizar os leitores do jornal para se lembrarem de seu compromisso com os fotógrafos, pois uma foto ou duas, é pouco!

A atitude fotográfica, na concepção de Kracauer, permite compreender que a atuação de Chichico ao fotografar as pessoas e a cidade aproximava-se mais da "empatia do que à espontaneidade desapegada", acentuando a ideia de "infinitude" e de fortuito. Entendendo desse modo, "o enquadramento de uma fotografia marca um limite transitório; o seu conteúdo remete para conteúdos exteriores ao enquadramento, a sua estrutura indica algo impossível de abarcar".[130]

1.3. O estúdio e os negativos de vidro

Ao passo que Chichico fotografava, selecionava, colecionava, enfim, constituía o seu acervo de imagens – quase numa atitude de se construir um álbum – o imaginário social influenciava essa construção. O acervo em si é influenciado pelas escolhas do fotógrafo que, por sua vez, é a sua criação. Nesse processo de registro do social, o visual é o elemento que assume posição de centralidade. A imagem fotográfica representa a visão de mundo de Chichico, balizada pelo imaginário social e pela constituição material da cidade e das pessoas da região. Nessa medida é que o acervo de imagens de Chichico é visitado pelo olhar do pesquisador e, por meio dela, descortina-se uma trama cujos personagens centrais são o fotógrafo e o fotografado: "a partir daí está se construindo a memória e o esquecimento do urbano, jogando com visualidade e invisibilidade dos traços da cidade".[131]

Ora perdendo uns, ora cuidando e guardando outros, mas sempre conservando os negativos de vidro, Chichico dedicou vários anos à fotografia na cidade de Diamantina. O seu trabalho gerou um acervo que por si é um patrimônio da população, pois "o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir", segundo a acepção antropológica de José Reginaldo Santos Gonçalves, que adverte: "o patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas".[132]

A ação levada a cabo por Chichico fez com que chegasse até os dias atuais um total de 5.349 negativos de vidro, os quais permitem vislumbrar o seu olhar sobre a cidade de Diamantina enquadrada nestas fotografias. Nestes negativos estão presentes diversas imagens

[130] KRACAUER, S. 2013, p. 282.
[131] POSSAMAI, 2007, p. 60.
[132] GONÇALVES, 2003, p. 27.

fotográficas, distribuídas em onze fundos denominados: montagem, arquitetura, mulher, grupo de pessoas, criança, homem, paisagem, festa, transporte, retrato e diversos que, por sua vez, contabilizam 10.045 fotografias. Na primeira organização do acervo de imagens, esses fundos foram assim nomeados e, na segunda organização, foram mantidos, havendo poucas reformulações na lógica organizacional para o uso de descritores/temas. O quadro a seguir mostra os fundos e suas quantidades em negativos do acervo.[133]

Quadro 5. Fundos do Acervo Fotográfico Chichico Alkmim

Fundo	Descrição (*)	Quantidades totais de negativos por fundo digitalizado
MT	Montagem	2837
A	Arquitetura	120
M	Mulher	396
GP ou G	Grupo de pessoas	797
C	Criança	594
H	Homem	453
P	Paisagem	56
F	Festa	10
T	Transporte	11
R	Retrato	54
D	Diversos	21
Total		**5.349**

(*) A nomeação dos fundos do Acervo corresponde a uma nomenclatura aferida nos anos 1986, época de sua primeira organização. Para manter essa marcação de tempo mantive essa nomeação, embora ela não seja adequada para uma boa representação das potencialidades do acervo de Chichico Alkmim. Após a organização e catalogação da qual participei entre 1999 e 2005, criamos outros descritores que certamente melhorarão a busca no acervo.

Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

[133] A nomeação dos fundos foi aferida na primeira organização do acervo na época do Festival de Inverno da UFMG em Diamantina, em 1986, sendo composto pelas siglas descritas no quadro 5. Após esse período, em 1998, o acervo foi doado à Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha/FEVALE pela família Alkmim, representada pelo seu neto Paulo Francisco Alkmim. Nessa época, trabalhei no projeto de organização desse acervo como bolsista do CNPq juntamente com um colega fotógrafo e estudante de História, Donizete de Fátima Carvalho (no ateliê do Chichico). Tal projeto foi resultante de uma parceria entre a Universidade Estadual de Minas Gerais/UEMG, a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina/FAFIDIA/FEVALE e a Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, sob coordenação da Prof.ª Virgínia Mendes Valadares e Prof.ª Júnia Ferreira Furtado, contando com uma equipe de vários pesquisadores, pois existiam várias linhas de pesquisa, e o Acervo Fotográfico constituía uma dessas linhas. Após a conclusão desse trabalho a FAFIDIA/FEVALE deu continuidade à organização, e iniciamos a digitalização das imagens, pois já havia sido criado, sob coordenação do Prof. James William Goodwin Júnior, o Centro de Memória do Vale do Jequitinhonha, que passou a abrigar vários projetos, inclusive o projeto de organização do Chichico. Coordenei o projeto de Digitalização do Acervo de Chichico com apoio da FAPEMIG (financiamento de dois bolsistas para o projeto) de 2006-2008; nesse processo de digitalização não foi alterada a nomenclatura aferida aos fundos em 1986, mas reorganizamos a lógica de trabalho. Contando com apoio de profissionais da área de biblioteconomia, passamos a criar fichas catalográficas constando descritores que remetiam às fotos digitalizadas. Em 2009, diante do fechamento da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina pertencente à Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, a família requereu o Acervo, pois o referido Centro de Memória também foi desarticulado. Atualmente, a Fevale inexiste, uma vez que, em 2014, houve a incorporado da Fundação pela Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG. A família Alkmim está em processo de ceder os direitos e a guarda do Acervo ao Instituto Moreira Salles (IMS).

Com relação à quantidade total de negativos é importante explicar que, na época da digitalização do acervo na Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha/FEVALE, alguns poucos negativos não foram manuseados e digitalizados, pois se encontravam em péssimas condições de conservação. Por essa razão, neste estudo será considerado, para efeito de contagem e análise das fotografias, o total digitalizado, que soma 5.349 negativos. Resta dizer, a respeito desses números gerais, que as afirmações sempre terão que levar em consideração as condições de construção do próprio acervo e, principalmente, o fator perda/descarte de negativos, sobretudo pela implacável ação do tempo, o que nos força a lembrar que esses negativos são os sobreviventes que venceram a poeira, a umidade, a quebra, enfim, a tentativa de seu desfazimento pelo tempo.

Nessa medida, e considerando os aspectos gerais da obra de Chichico Alkmim, torna-se impossível afirmar que esse acervo de negativos de vidro seja correspondente à totalidade de positivos que ele confeccionou. Todavia, constituem parte significativa de seu trabalho. É importante dizer que se optou, nesta pesquisa, pela análise qualitativa das imagens selecionadas, o que não impedirá que algumas quantificações sejam feitas de modo a clarificar a obra e a corroborar os rumos dessa investigação.

Como já dito anteriormente, Francisco Augusto Alkmim realizava algumas viagens em Diamantina e região ao passo que construía o seu ateliê. Realizou fotografias da cidade e de seus diversos moradores, mas seu trabalho foi feito majoritariamente em estúdio. Depreende-se, assim, que Chichico é um fotógrafo do interior de Minas Gerais tributário da "era dos estúdios". No século XIX, a história da fotografia pode ser compreendida em três etapas, sendo a primeira de 1839-1850, quando os indivíduos provenientes da classe abastada europeia realizavam fotos de cunho artístico (Nadar, Carjat e Le Gray); a segunda etapa, a partir de 1854, quando o cartão de visita foi inventado por Disdéri (início da era dos estúdios); e o terceiro momento foi de massificação, por meio da confecção de cartões postais que, no Brasil, chegaram em 1901.[134]

A invenção do francês Disderi,[135] em 1854, deu condições para que um maior número de pessoas pudesse criar seus espaços fotográficos de atendimento à população, por meio do cartão de visita que poderia ser feito aproveitando uma mesma chapa fotográfica em até oito clichês simultâneos, o que barateou, significativamente, a fotografia. Conforme aponta Maria Eliza Linhares Borges, novos atributos da fotografia podem ser percebidos na era dos

[134] A esse respeito ver FABRIS, 1998, p. 11-37. FREUND, 2010, p.25-66.
[135] André Adolphe Eugène Disdéri (1819-1889) inventa um aparelho que permite até 8 clichês em uma única chapa e o cartão de visita, fotografia montada num cartão rígido. BORGES, 2005, p.50.

estúdios, a saber: democratização da imagem, mobilidade espacial dos fotógrafos e de suas criações e, por fim, o aparecimento de novos negócios ligados ao mundo da fotografia.[136] Chichico Alkmim foi adepto desse tipo de produção que vigorou na Europa, nos Estados Unidos da América e no Brasil, especialmente em fins do século XIX. No Brasil, foram criados diversos estúdios, especialmente nas principais capitais do país, bem como estabelecimentos comerciais voltados para atender às demandas advindas desse gosto burguês pela fotografia, como demonstrou Luana Campos ao estudar os fotógrafos e os seus estabelecimentos comerciais em Belo Horizonte.[137] Ressalta-se que diversos fotógrafos chegaram até o norte/nordeste de Minas Gerais, época da itinerância, e ofereceram os seus serviços, tanto ensinando o ofício de fotógrafo, como também atendendo a população com fotografias.

Chichico aprendeu, encantou-se, aprimorou a fotografia no início do século XX e foi, no norte de Minas Gerais, um representante legítimo do fotógrafo da era dos estúdios, segundo o modelo inventado por Disdéri e a exemplo dos demais fotógrafos que atuaram no Brasil em fins do século XIX. Aliás, toda a sua produção foi assinalada pelas características de produzir a fotografia, pois é possível afirmar que, para Chichico, fotografar significava dialogar constantemente com a tradição. Nesse diálogo, não se deve esquecer que "a cultura visual do século XIX, sobretudo a fotográfica, pouco nos diz acerca das condições históricas dos atores nelas representados",[138] pois, antes de tudo, são muito mais "a expressão da produção, da circulação e da reprodução de imaginários sociais, muitos deles idealizados".[139]

Nessa medida, seu ateliê ofereceu, ao longo de cinquenta anos de atuação, diversas formas para as pessoas se autorrepresentarem. Para tanto, havia variados aparatos teatrais dos quais as pessoas (crianças, mulheres, homens) podiam se apropriar para *inventarem* a melhor representação de si. Tornadas nossas as palavras de Annateresa Fabris, os artifícios teatrais disponibilizados no estúdio definem certo status desejado pelos sujeitos, "longe do indivíduo e perto da máscara social".[140] Estavam disponíveis cavalinhos de madeira, cadeira de balanço, almofadas, mesas, cadeiras, sombrinhas, balaustrada, sofá, espelho, colunas, tapetes, poltronas, ramalhete, livros e revistas, para que os fotografados se servissem e fizessem a sua melhor pose diante do fotógrafo, como pode ser observado nas imagens que se seguem.

---

[136] BORGES, 2005, p.52.
[137] Sobre os estabelecimentos comerciais em Belo Horizonte, ver: CAMPOS, 2008; Para uma visão panorâmica sobre a "era dos estúdios" e dos "cartões-postais" ver BORGES, 2005.
[138] BORGES, 2011, p. 503.
[139] BORGES, 2011, p. 503.
[140] FABRIS, 1998, p. 21.



Figura 14. Retrato de mulher dentro do estúdio de Chichico Alkmim. Negativo de vidro M-142. Diamantina, s/d.



Figura 15. Madame Pavie. Negativo de vidro M-258. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 16. Criança fotografada no estúdio de Chichico Alkmim. Negativo de vidro C-579. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 17. Homens fotografados no estúdio de Chichico Alkmim. Negativo de Vidro G-170. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

As marcas inconfundíveis dos fotógrafos dos estúdios são as poses e o uso nos ateliês de pano de boca como ilustração que compõe o fundo de representação dos sujeitos. Nas fotografias de Chichico, as poses eram variadas e havia a predominância de fotografias de meio-corpo (figuras 15) e em pé, como se pode observar nas figuras 14, em que "Madame Pavie" representa o ideal de beleza, sobriedade e recato, fazendo exprimir a sintonia entre o fotografado, o olhar do fotógrafo e a pose *correta* para o instante de feitura da imagem. A preferência por fotografar homens e mulheres de corpo inteiro era para demonstrar a atualidade dos trajes à época, como em uma das fotografias da figura 14, em que a mulher se apresenta em sintonia com a moda parisiense e carioca dos anos 1920. [141] Observa-se que a pose e os trajes masculinos eram sinônimos de elegância e distinção (figura 17), além de um homem posar com um adereço que lhe permite demonstrar individualidade: por meio dos óculos escuros, ele se expõe como moderno.[142]

A posição das mãos, o uso adequado das roupas e a expressão do olhar constituíam detalhes que não podiam escapar à atenção do fotógrafo para que fotografia correspondesse ao desejo do fotografado, conforme a orientação de Raymundo Pinto em seu *Tratado Prático de Photographia*, em 1904 e, também, como praticou André Bello em Belo Horizonte, conforme aponta o estudo de Rúbia Soraya Lélis Ribeiro.[143]

Nessa medida, a beleza da fotografia e a satisfação do cliente constituíam algo que o fotógrafo precisava conquistar para adquirir expressiva clientela.[144] O seu ateliê, como aponta Mauad, passa a ser o *lócus* da representação social e de comportamento da sociedade.[145] No século XX, dado o desenvolvimento técnico atingido (exemplo de uso de chapas secas, de máquinas mais sofisticadas), as fotografias ganharam em maior quantidade os espaços da cidade, deixando de predominar apenas nos ateliês.

Os diferentes tipos de pano de boca utilizados por Chichico evidenciam as dificuldades que ele enfrentou ao longo de seu trabalho, especialmente em construir e manter o estúdio, pois existem fotos que apresentam um fundo/pano de boca muito rústico e sem pintura. Ao mesmo tempo, há imagens que apresentam um pano mais sofisticado (figuras 14, 15, 16 e 17), semelhante aos utilizados por outros fotógrafos daquela época, composto por

[141] LAVER, 1989, p.230-248.
[142] Outra possibilidade para o uso dos óculos escuros é a ocorrência de alguma deficiência visual.
[143] RIBEIRO, 2006.
[144] As imagens feitas por Chichico eram "acertadas" em suas "extremidades", buscando retirar os excessos que não deveriam compor uma dada fotografia, retirando a madeira à vista sobre a qual estava pendurado o pano de boca, bem como utensílios que não deveriam compor aquela cena.
[145] MAUAD, 2008, p. 130-131.

figuras que representam enormes flores, escadas, balaustradas entre outros. É possível afirmar que tal situação ocorreu pelo fato de Chichico ter construído o seu ateliê mais lentamente e, claro, considerando os limites de sua condição financeira.

É preciso informar que os pontos negros vistos nas imagens correspondem a marcas do tempo que demonstram a proliferação dos fungos que "corroem" e até "descolam" o substrato da emulsão onde se localiza a imagem num negativo de vidro e as fraturas do vidro.[146]

1.4. O observador da vida no interior de Minas Gerais

A grande maioria das imagens realizadas por Chichico foram feitas no ateliê, mas também houve algumas fotos fora do estúdio. Dos negativos que ficaram para a posteridade, 9.628 imagens fotográficas foram feitas em estúdio, e 417 fora desse ambiente, totalizando 10.045 imagens fotográficas. Não foi possível contabilizar 32 negativos de vidro, por estarem corroídos por fungo e não apresentarem pistas que permitissem a leitura da imagem. Posto isto, é significativo afirmar que Chichico era especialista nas atividades fotográficas de estúdio, apesar de vez ou outra empreender viagens a trabalho,[147] bem como realizar, fora do estúdio, tomadas urbanas diversas, uma vez que a sociedade coloca demandas para que o fotógrafo delas se aproprie.

No presente estudo lançaremos mão, prioritariamente, das fotografias que permitem observar *a cidade de Diamantina vista por Chichico Alkmim*, logo, as fotos tiradas fora do ateliê. Todavia, é importante que se apresente a quantidade geral de fotos do acervo para demonstrar o recorte dessa pesquisa. A esse respeito o quadro a seguir é esclarecedor.

[146] A importância da constituição e conservação dos acervos regionais está posta. O Acervo de Chichico Alkmim é um bom exemplo disso.
[147] Impossível, no momento, saber a regularidade das viagens de Chichico, pois a documentação consultada é lacunar.

Quadro 6. Quantidade de Imagens realizadas dentro e fora do Ateliê

Descrição dos fundos	Fotos dentro do ateliê	Fotos fora do ateliê*	Ilegíveis
Arquitetura	***-***	***120***	-
Criança	***566***	***12***	18
Diversos	***14***	***5***	02
Festa	***4***	***6***	-
Grupo de pessoas	***618***	***170***	09
Homem	***442***	***8***	03
Montagem	***7550 ****	***14***	-
Mulher	***391***	***5***	-
Paisagem	***-***	***56***	-
Retrato	***43***	***11***	-
Transporte	***-***	***10***	-
Soma	**9.628**	**417**	**32**
Soma final	**Total de imagens no acervo: 10.045**		**32**

(*) Montagem: como foi utilizada uma chapa de vidro para várias fotografias, a quantidade de imagens do acervo é superior à quantidade de negativos em vidro.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Há predominância de fotografias dentro do estúdio e, uma das razões para tal pode estar relacionada à variável custo das fotografias para os indivíduos. Pensar Chichico como observador da vida na cidade do interior de Minas Gerais significa compreender, ainda que brevemente, as fotografias feitas dentro e fora do estúdio. De maneira breve e antes de adentrar à discussão das representações da cidade por meio das fotografias, pretende-se apresentar panoramicamente o olhar de Chichico ao fotografar dentro do estúdio, sem que haja a pretensão de aprofundamento neste item.[148]

1.4.1. Observando a sociedade através do estúdio

A sociedade diamantinense utilizou o ateliê de Chichico como expressão de seu *modus vivendi*. Todavia, são representações, momentos criados para o registro dos desejos e das intenções dos fotografados, que, por isso, omitiam uma ou outra situação.

As imagens a seguir assinalam várias potencialidades de estudo no acervo fotográfico, a saber: momentos de descontração e lazer; religiosidade da população; aspecto educativo e sua valorização pela população; afeição à música e a expressão musical dessa comunidade; moda masculina e feminina e sua expressão no interior de Minas Gerais e conexão com outros espaços; estudo do modo como as famílias se representaram, evidenciando questões ligadas ao mundo feminino, masculino e infantil; dentre outras potencialidades.

[148] Outros aspectos da vida dos diamantinenses podem ser apreendidos por estas fotografias e aqui se registra que as mesmas não constituem objeto de nossa análise, por isso apenas serão mencionadas.

As fotografias de Chichico apontam para as representações que foram construídas em seu estúdio e que assinalam a presença de *momentos festivos de descontração e de comemoração* representados dentro do ateliê do fotógrafo.



Figura 18. Grupo de pessoas que comemoram no estúdio. Negativo de vidro F-001. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Observação: Na fotografia se observa sobre a mesa que, além da cerveja, há um cigarro e um prato de "petiscos", como ocorre num bar.



Figura 19. Jazz Band da Polícia Militar, Diamantina, 1940. Negativo de vidro G-570.
Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Da esquerda para a direita: em pé, Washington Paranhos dos Santos (saxofone), João Damaceno de Oliveira (trombone), Sigismundo Lopes de Figueiredo (clarineta), Sebastião José de Paula (contrabaixo), Agenor Alves de Deus (banjo); sentados, Arnulfo Lisboa (trompete), Boanerges Apolônio de Meira (bandolim), Jair Emídio Ferreira (trompete).
Fonte: FERNANDES, A e CONCEIÇÃO, W. *La Mezza Notte*. Diamantina: Maria Fumaça, 2003, p.76 e

Representar o lugar de um bar, no estúdio, nos faz lembrar o gosto da população local por esses espaços. Salta aos olhos (figura 18) a presença de apetrechos frequentemente presentes no bar: o cigarro sobre a mesa e o prato de petiscos, a cerveja "Americana Pilsen" e, ao redor da mesa do ateliê, os amigos comemorando um momento possivelmente importante para eles ou que assim queriam se lembrar. O diamantinense guarda fama de ser um povo que gosta de festa e a figura acima vem corroborar tal percepção.[149]

Uma sociedade que valoriza a música também foi retratada nos trabalhos Chichico Alkmim. Além da fotografia da Jazz Band da Polícia Militar de Diamantina (figura 19), outra banda de música constituída por seminaristas e padres do Seminário Arquidiocesano foi fotografada por ele. Isso aponta para a importância da música nesta sociedade. Antônio Carlos Fernandes e Wander Conceição estudaram o lugar social do músico diamantinense e o que

[149] Esse gosto pela festa e pela vida noturna festiva é demonstrado na criação literária de Aristides Rabelo, em *O Hóspede* e nas memórias de Juscelino Kubitschek em "Meu caminho para Brasília". Há várias passagens que mostram esse gosto diamantinense nos memorialistas locais. A esse respeito ver RABELO, 1978; OLIVEIRA, 1974; MACHADO FILHO, 1980.

eles chamaram de "origem da vesperata".[150] Na esteira desse trabalho, vislumbra-se a atuação da banda da polícia militar. Além de realizar encontros festivos, as bandas efetivavam as retretas em determinados pontos da cidade para animar a população, além de tocar nas festas religiosas, especialmente nas alvoradas.[151] As bandas que existiam em Diamantina também tocavam em cerimônias fúnebres de indivíduos importantes, como foi o caso do falecimento de seus dois bispos, Dom João e Dom Joaquim. Enfim, pode-se afirmar que o entretenimento em Diamantina também era "polido" e contava com saraus, bailes, orquestras, quermesse, banda, festa de casamento, teatro e cinema, somando-se a eles os momentos de festas religiosas e o carnaval.[152]

Além do entretenimento, as fotos sugerem o apreço que as pessoas tinham pela *educação e a construção de uma sociedade ilustrada*. O termo recorrentemente utilizado pelos homens de imprensa e os memorialistas para caracterizar Diamantina é "Atenas do Norte". O projeto educacional era resultante da ação do bispado de Diamantina, que construiu o Colégio Nossa Senhora das Dores (1867)[153] e o Seminário Episcopal (1864). Mulheres e homens, respectivamente, estudavam nestes colégios e recebiam a formação de acordo com os padrões morais pensados e implantados pela Igreja Católica de Diamantina, bem como tinham acesso a uma cultura livresca. A educação das mulheres era importante, segundo o discurso católico, e recorrente na cidade e na região, pois as preparava para serem mães e esposas, além de necessária para a valorização da virgindade feminina (figura 20).[154]

[150] A *vesperata* é um evento histórico-artístico existente em Diamantina e reavivado em 2000, capaz de trazer à cidade, de modo sustentável, grande quantidade de turistas.
[151] FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2003, p. 74-75.
[152] Para maior aprofundamento dos divertimentos polidos, sinais de civilidade em Diamantina, ver GOODWIN JÚNIOR, 2007, p. 279-290.
[153] A respeito do Colégio Nossa Senhora das Dores e sua influência em Diamantina e região, ver o estudo de MARTINS; MARTINS, 1993.
[154] Especialmente no Colégio de orientação Vicentina, ver o estudo de LAGE, 2013. Sobre a implantação de um padrão moral direcionado às mulheres, ver SANTOS, 2003.



Figura 20. Estudantes do Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina. Negativo de vidro G-295. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Além destas, a Escola Normal Américo Lopes,[155] fundada pelo Prof. Leopoldo Luiz de Miranda, em 12 de outubro de 1913, cumpria o papel de oferecer educação para meninas advindas de famílias que não podiam custear os estudos e despesas com o Colégio Nossa Senhora das Dores. Outra escola particular foi instituída na cidade, o "Ginásio Diamantinense". Fundado em 1933, este educandário destinava-se à formação de homens de toda a região e contou com apoio da Mitra Arquidiocesana (figura 21).

[155] A Escola Américo Lopes funcionou até 1928 como educandário particular, ano em que seu nome mudou para Escola Normal Oficial de Diamantina, tornando-se pública, e formando mulheres para o ofício de normalista. A Escola Normal Oficial foi extinta pelo Estado em 1938 e reaberta em 1951. A esse respeito ver: VIEIRA; SOARES, 2013.



Figura 21. Colégio Diamantinense, Homenagem do Curso Científico de 1938 a 1944. Negativo de vidro R-013, Diamantina, 1944.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Identificação: 1: Juiz de Fora, Nelson J. Ramos; 2: Guinda, Zanito M. da Silva, Orador; 3: Diamantina, Jaime Neves; 4: Pe. José Pedro Costa, Reitor; 5: Prof. Dr. Lomelino Ramos Couto; 6: Paraninfo, Prof.ª Mª J. das Dôres M. Duarte; 7: Diamantina, Maria Déa Ramos; 8: Prof. Mauro N. Vilela; 9: Prof. Dr. Sóter Ramos Couto; 10: Diamantina, Walter A. Perpétuo; 11: Diamantina, Olinto M. Soares; 12: Diamantina, Clóvis M. Filho.

As lembranças de formatura foram fotografadas por Alkmim, como se observa nas imagens (figuras 21 e 22). As formandas, formandos e professores são recorrentes nas fotografias do estúdio e reforçam a valorização atribuída à educação. Esse aspecto é reforçado também nas representações que o próprio fotógrafo produzia em suas imagens: muitas pessoas eram fotografadas com livros, jornais e revistas em suas mãos e era comum as pessoas se fotografarem trajando uniformes das escolas de Diamantina.

A educação era sinônimo de mudança de condição de vida. Em Diamantina esse pensamento era seguido a fio. Conforme afirma Marcos Lobato Martins, para que a modernização da cidade fosse possível, era preciso o atendimento ao tripé que articula densidade política, coesão na atuação das elites locais e criação de capital cultural.[156] Para resolver o problema da educação, tornava-se necessário levar a "ilustração" para além das elites, chegando até às camadas médias. Enquanto o estado de Minas Gerais necessitava de

[156] MARTINS, 2012, p. 48.

uma formação na linha técnica e da engenharia, as escolas em Diamantina ofereciam a opção pelo bacharelismo, pelo Direito e formavam "homens detentores de cultura geral".[157]

Vale ressaltar que as instituições escolares em Diamantina formaram indivíduos que ganharam relevo no cenário regional, influenciando uma geração. Assim,

> Os professores de história dos principais educandários da Atenas do Norte possuíam traços comuns. Em primeiro lugar, todos foram leitores de Joaquim Felício dos Santos e admiraram as Memórias do Distrito Diamantino como modelo de estudo histórico regional. Em segundo lugar, eles eram republicanos moderados, católicos praticantes, ativos colaboradores de jornais. Em terceiro lugar, com exceção de José Augusto Neves, todos tiveram engajamento político-partidário, disputando eleições parlamentares. Integrantes de famílias tradicionais de Diamantina, esses professores foram porta-vozes das elites letradas da cidade, inteiramente comprometidos com a promoção do progresso e da grandeza da cidade.[158]

Sendo assim, compreende-se que os retratos de formatura, as fotomontagens que incluíam diretores, paraninfos, professores homenageados e os estudantes, todos nomeados na imagem, representavam a contemplação de uma conquista pessoal que alegrava a toda a família (figuras 20, 21 e 22), mas também acenava para uma atuação no campo social e político.[159] Em todas as imagens há disposição hierárquica dos indivíduos fotografados: o paraninfo ou homenageado ao centro, o diretor ou reitor acima da imagem, diretor ao centro e acima de todos, nas laterais, os professores e os estudantes.

[157] O autor se baseia em DULCI, 1999; MARTINS, 2012, p. 50.
[158] MARTINS, 2012, p. 53.
[159] O termo "campo" é utilizado neste estudo segundo a acepção de Bourdieu, no qual tal conceito pode ser compreendido como sendo os diferentes espaços da vida social com estrutura própria e relativamente autônoma com relação a outros campos sociais (campo político, religioso, social, científico, literário), podendo orientar a ação dos indivíduos e sempre se caracteriza pelas lutas entre os seus agentes. BOURDIEU, 1983.



Figura 22. Escola Normal Regional Américo Lopes, Diamantina, 1916. Negativo de vidro R-014.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim

Identificação:
1: Lente Nícia Mourão.
2: Lente Clélia L. Jardim.
3: Lente Edésia Rabelo.
4: Lente D Francisco Mourão.
5: Lente Cônego de L.C. Rocha.
6: Director Leopoldo de Miranda.
7: Vice-Diretor A.D.Mandacaru.
8: Tesoureiro Redelvim Andrade.
9: Lente Euphrosina Mourão.
10: Lente Bernarda de Menezes.
11: Secretária Dulce Leão.
12: João J. dos Santos.
13: Lente Maria L. L.
14: Normalista N. J. Eulálio.
15: Normalista R. dos R. Coelho.
16: Normalista M. J. Lessa.
17: Normalista Eloiza de A. Ferreira.
18: Normalista M. J. Telles.
19: Lente Mercedes de Miranda.
20: Paraninfo Homenageado Dr. Américo Lopes – Secretário do Interior.
21: Chrysantino P. da Cruz.

Em 1916, as meninas que estudavam na Escola Américo Lopes de Diamantina resolveram se dirigir ao estúdio de Chichico Alkmim para tirar uma fotografia que ficaria para lembrança dessas estudantes (figura 22). Com este ato, pretendiam presentificar o "último momento" das amigas juntas no "ambiente" daquela escola, e também, lembrar-se do companheirismo entre as mulheres, do recato e do pudor vigente na sociedade em que viviam. A valorização dos estudos e da leitura é grande na cidade e pode ser percebida em diversas imagens, especialmente pela presença de pessoas que escolhem fazer a sua com uma revista ou livro nas mãos ou sobre as pernas.

Por meio dos jornais que circulavam na cidade de Diamantina entre 1884 e 1914, James William Goodwin Júnior identificou, entre outras coisas, o desejo de ilustração da sociedade diamantinense, que representava, em última instância, a possibilidade de ingresso na dita civilização. Em suas palavras

> Os eventos escolares, especialmente as cerimônias de abertura e encerramento do ano letivo, eram utilizados estrategicamente como momentos de valorização do espaço escolar, das atividades ali desempenhadas, dos alunos e seus professores e, em última instância, da própria escola. Era uma forma de responder às críticas e às limitações concretas, especialmente diante das altíssimas expectativas geradas pelo discurso da educação como fator de ascensão individual e transformação social.
> (...) a educação formal foi alçada à condição de símbolo de status, como revela esta anedota publicada num jornal local: No atelier de um retratista: // - Em que posição quer vossa senhoria quer que o retrate? // - Sentado com as pernas cruzadas e com um livro aberto na mão e de modo que se veja que estou lendo em voz alta (A Idea Nova, 22/11/1908).[160]

Além da questão educacional, o *aspecto religioso* da sociedade foi expresso pelos indivíduos diamantinenses e representado no ateliê de Francisco Augusto Alkmim. Como a intenção neste momento é tão somente informar sobre o modo como as pessoas se representavam no ateliê de Chichico, salienta-se que as fotografias tiradas em seu interior exibiam padres, bispos, seminaristas, mulheres religiosas, crianças com trajes e adereços de primeira comunhão, crianças com indumentárias de anjos (propícias para coroação de Nossa Senhora), festas religiosas, missas, entre outros. Certamente vários temas para pesquisa podem ser apontados a partir da análise desse material iconográfico, a exemplo das imagens a seguir.



Figura 23. Pessoas portando bandeira do Divino. Negativo de vidro G-228. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 24. Fotografia de Anjinho. Negativo de vidro G-173. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

No estúdio de Chichico a religiosidade dos diamantinenses ficou bem representada. A festa do Divino (figura 23) ocorria nas ruas e nas igrejas, e as pessoas, ao final, se dirigiam ao

[160] GOODWIN JÚNIOR, 2007, p.277-8. O autor chama a atenção para o "não ilustrado", presente na cidade e percebido por meio dos jornais, todavia, esta situação não nos pareceu evidente nas fotografias.

estúdio para serem fotografadas, com o desejo de eternizar aquele momento com o estandarte representativo da festa que tanto honra a família que organiza a festa. Essa imagem deixa em evidência a importância atribuída ao registro iconográfico nas ocasiões consideravam importantes para suas vidas. Os espaços em que as festas ocorrem são "ótimos pretextos para recriar a unidade da família e expor periodicamente os laços tecidos entre seus membros",[161] mas também reforçam a amizade entre as pessoas. Antes de enterrar uma criança falecida e ornamentada a caráter (essa discussão aparecerá no capítulo 3), o retrato de sua última imagem foi registrada por Chichico e certamente guardada pelos familiares como modo de rememoração (figura 24). Neste caso em especial, como as fotografias de mortos eram tão comuns como a de vivos, alguns fotógrafos chegaram a publicar seus trabalhos em jornais, como é o caso do "retratista Miguel Genna, (...) especialista em retratos de crianças (...) Encarrega-se de tirar fotografias de cadáver em qualquer posição, para o que deve ser prevendo logo após o falecimento".[162] Não foi possível identificar nenhuma publicidade de Chichico Alkmim nos jornais de Diamantina à sua época, mas sim o registro de várias fotografias de mortos (ver capítulo 3). É bem possível que o motivo disso se deva ao fato de ele ter sido muito conhecido (o que dispensaria a publicidade[163]) e de ter havido muita demanda pelos seus serviços.



Figura 25. Crianças com trajes de Primeira Comunhão. Negativo de vidro G-219. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

[161] SCHAPOCHNIK, 1998, p. 482.
[162] Jornal *O Pharol*, 29 de novembro de 1887, citado por CHRISTO, 2000, p. 134. Também evidencia essa situação ARRUDA, 2013, p. 128.
[163][163] Alguns serviços dispensava a publicidade. Ver GOODWIN JÚNIOR, 2007.

Do mesmo modo, após a missa de 1ª comunhão, as duas crianças (figura 25) foram registrar para posteridade aquele rito de passagem católico, certamente de alto valor para elas e para suas famílias, tirando uma fotografia. Assim como o batismo, esse sacramento marca a entrada da criança naquela comunidade cristã, além de favorecer momentos das famílias se reunirem e comprovarem sua vitalidade.[164]

O bispo Dom Joaquim e diversos padres atuantes na cidade, tais como o Padre Lessa e José Pedro Costa, eram frequentadores assíduos do estúdio de Chichico.[165] Agentes do projeto de cidade episcopal, realizaram suas fotografias trajados segundo a sua prática social e muitos encaminhavam esses retratos para familiares distantes.

Outra temática que apresenta frequência nas imagens do acervo de Chichico e abre possibilidades para a história da família, da mulher e das relações de gênero são as *fotografias de famílias*. Certamente, estudos de família, questões de gênero e religiosidade em Diamantina, à época de Chichico precisam ser analisados de modo relacional. Essas fotografias colocam em evidência aspectos do mundo masculino, feminino e mesmo infantil, relacionando-se a diversas discussões, como por exemplo, a moda feminina e masculina, os brinquedos infantis que compunham o imaginário das famílias, as posições hierárquicas dos membros de uma dada unidade familiar, entre outras. Considerando que as imagens não são datadas e identificadas, opera-se muito no campo do código de vestimenta. A intenção aqui é tão somente salientar essa potencialidade das fotografias de Chichico, como nas imagens a seguir.

[164] MAUAD, 2008, p. 127.
[165] Foi possível identificar alguns padres que aparecem nas fotografias ao passo que comparei algumas imagens de Chichico com o Acervo de Fotografias da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Ver capítulo 3.



Figura 26. Fotografia de família. Negativo de vidro G-304.Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 27. Casamento. Negativo de vidro G-268. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

A fotografia é aliada nos estudos sobre famílias. Lílian Moreira Leite estuda fotografias de famílias anônimas e vê índices, sinais, do mundo passado que são testemunho e modos de representação de uma dada sociedade. Para estudá-las, a autora lança mão de registro de impressões da literatura de viajantes estrangeiros e apresenta as dificuldades em arrolar ambas as fontes documentais. Analisa que o retrato de casamento, por exemplo, possui sua importância ritual, uma vez que é a institucionalização de novo grupo familiar.[166] Para a análise desse tipo de fotografia, deve-se ter em mente a pose, o teatro construído para o momento: em geral, o que se observa são os papéis sociais, como a "noiva", a "mãe dedicada e amorosa", logo, veem-se papéis sociais embutidos nas representações de imagens de casamento. Assim, este tipo de fotografia é resultante de escolha, geralmente de integração ou institucionalização do grupo familiar.

Essas questões são observadas nas fotografias de Chichico em destaque (figuras 26, 27 e 28), nas quais se pode perceber a forma como os pais querem se deixar representar. O mundo infantil (figura 28) assevera que o brincar fazia parte da vida dos menores, mas ao passo que a juventude se aproximava, a responsabilidade passa a ser uma imagem que se deseja transmitir. Por este motivo, além de esteticamente melhor distribuídos, a centralidade da fotografia está no jovem com maior estatura na imagem.

[166] LEITE, 2000, p. 74 e 112.



Figura 28. Grupo de crianças no estúdio do fotógrafo. Negativo de vidro C-249. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

A fotografia a seguir (figura 29) nos permite conhecer um pouco mais sobre as famílias da região de Diamantina, pois foi possível identificar a foto original sob o domínio da família de Levy de Oliveira e Silva e Adelina Rodrigues da Silveira, moradores do então distrito diamantinense de Pouso Alto. Ao se fotografarem, eles construíram uma crônica de si mesmos, testemunhando a coesão desta família.[167] Este grupo familiar que contava com pessoas brancas e negras, foi constituído por meio do casamento em 1923 e ao longo de suas vidas tiveram treze filhos.[168] Entre 1933 e 1934, mudaram-se para outro distrito do município denominado Sopa, visando explorar a mineração naquela localidade. Como a família crescia e a exploração mineral não ascendia na mesma proporção, Levy e Adelina retornaram ao distrito de Pouso Alto e foram cuidar dos bens da família, casas e chácara herdados por Adelina, além de estabelecerem um comércio na cidade. Levy comprava diamantes, cristal, cuidava de gado, dentre outros.

[167] SONTAG, 2013, p.17.
[168] Relação dos filhos do casal, por ordem de nascimento: Plínio, Francisca, Hermínio, Jovelino, Terezinha, Rita, Geralda, Conceição, Jacy, Niva, Levy Efigênio, Vicente, Antônia. Antes do casamento, Levy possuía uma filha que fora criada por Adelina, chamada Zita. Todos os dados biográficos desta família foram adquiridos por meio de entrevista concedida por Terezinha de Oliveira Gonçalves, Professora, 84 anos, setembro de 2015.



Figura 29. Família de Levy e Adelina, 1934. Negativo de vidro G-587. Pouso Alto/Distrito de Diamantina.

Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

A motivação dessa fotografia foi o batizado da criança (Rita), em 1934, que está no colo da sua mãe (Adelina), posicionada ao centro da imagem. Todos se apresentam bem vestidos e, para esta ocasião, de fato utilizaram seus melhores trajes, embora um dos filhos estivesse descalço. Adelina costurava ternos para homens e roupas para suas filhas, mantendo-os sempre bem aparentados. Por vezes, costurava para pessoas de Pouso Alto e, com, isso ganhava algum dividendo. Observam-se, em segundo plano, dois homens que parecem guarnecer a família: o primeiro à esquerda em pé, é o progenitor, Levy de Oliveira e Silva, ao seu lado, o filho homem mais velho, Plínio de Oliveira e Silva, e o terceiro homem à direita é o padrinho da menina batizada naquele ano, Sr. Filismino. A identificação das pessoas ao lado da progenitora (da esquerda para a direita) são: Francisca (filha mais velha do casal), Jovelino, Rita, Zita (filha apenas do progenitor mas criada por Adelina) e Terezinha, pessoa que identificou esta fotografia.[169]

Nota-se que há uma hierarquia no modo desta família se representar: o progenitor e o padrinho ("similar" de um "pai"), posicionam-se como se protegessem os demais, o que deveria ser extensivo ao filho Plínio. As mulheres posicionadas ao lado da mãe, parecem indicar a reprodução do papel materno e de feminilidade. Essa família foi fotografada por

[169] O nascimento das filhas do casal que aparecem na fotografia segue a seguinte datação: Zita: 08/02/1923, Plínio: 28/10/1923, Francisca: 06/04/1925, Jovelino: 05/08/1927, Terezinha: 26/10/1931, Rita: 01/01/1934.

Chichico Alkmim, como também foi retratada por outros fotógrafos de Diamantina, além de mandarem fazer pinturas, a partir das fotografias, de todo o grupo familiar.[170]

O acervo de Chichico permite várias leituras e apresenta grande diversidade de situações e pessoas. Por isso, no caso de algumas fotografias, demanda trabalho minucioso para a sua identificação, bem como para a compreensão da trajetória de certos indivíduos que foram por ele fotografados. Outras fotografias de Chichico foram identificadas e estão disponíveis no livro *O Olhar eterno de Chichico Alkmim*, tais como retratos da família Mata Machado, das filhas e do filho de Chichico Alkmim, dentre outros.

O ateliê de Chichico era muito frequentado: recebeu crianças que tinham acabado de fazer a primeira comunhão e apresentavam nas fotos uma imagem que ressaltava a candura, associada a este sacramento católico; acolheu os esposos que recém-casados na Igreja; aceitou famílias inteiras no jardim ou no quintal de sua casa, bem como no estúdio, para fazer uma fotografia que melhor incorporasse a lógica social daquela instituição; recebeu os "anjinhos" em seu ateliê para eternizar a última imagem daquelas crianças, além de construir diversas lembranças para os formandos no Seminário Arquidiocesano de Diamantina, da Escola Américo Lopes e do Colégio Diamantinense. Ele fotografou pessoas com trajes carnavalescos, de festas religiosas da cidade e fez fotos para documentos (as únicas chapas datadas). Além disso, observou a cidade e realizou fotografias de Diamantina, as quais serão analisadas mais detidamente nos capítulos que se seguem.

1.4.2. Observando a cidade

As fotografias feitas fora do estúdio, por representarem o aspecto urbano de Diamantina, serão abordadas detidamente nos capítulos que se seguem, especialmente porque evidenciam imagens da cidade, objeto deste estudo. Sendo assim, o quadro seguinte evidencia a seleção de imagens que representam a visão de Chichico sobre a cidade de Diamantina.

[170]Acervo da Família de Levi de Oliveira e Silva. Segundo Terezinha, Plínio Rodrigues de Oliveira tornou-se o primeiro prefeito do antigo Pouso Alto, atual cidade de Presidente Kubitschek, quando esta foi emancipada em 1963. Desta família, já faleceram Levy (10/07/1975), Adelina (23/08/1976), Hermínio (23/05/1923), Plínio (19/05/1975), Jacy (08/02/1996) e Zita (14/04/2012).

Quadro 7. Quantitativo de Imagens utilizadas no estudo.

Descrição dos fundos	Fotos fora do ateliê	Exclusão de fotos/critérios			Quantidade de fotos fora de estúdio utilizadas
		Não visibilidade da cidade*	Negativos Corroídos **	Fotos de outra cidade	
Arquitetura	**120**	**2**	**2**	**2**	***114***
Criança	**12**	**-**	**-**	**-**	***12***
Diversos	**5**	**-**	**-**	**-**	***5***
Festa	**6**	**-**	**-**	**-**	***6***
Grupo de pessoas	**170**	**27**	**6**	**-**	***137***
Homem	**8**	**2**	**-**	**-**	***6***
Montagem	**14**	**3**	**-**	**-**	***11***
Mulher	**4**	**1**	**-**	**-**	***3***
Paisagem	**56**	**-**	**-**	**2**	***54***
Retrato	**11**	**-**	**-**	**-**	***11***
Transporte	**10**	**-**	**-**	**-**	***10***
Soma	**417**				***369***

(*) Não há visibilidade da cidade: critério relacionado a pessoas que são fotografadas fora do estúdio mas que não permitem identificação da cidade.
(**) Negativos corroídos: critério aplicado aos negativos fora de estúdio que não apresentam visibilidade de imagem o suficiente, estão muito corroídos e com pouca visibilidade do espaço da cidade representado. Ex. fotografias "descoladas" ou "corroídas" por fungos.

Como é possível perceber, as fotografias selecionadas para o presente estudo totalizam 369 imagens fotográficas de Diamantina, representando 6,89% do total de imagens do acervo. As demais fotografias foram feitas dentro do estúdio e não dão a ver a cidade, motivo de não nos debruçarmos sobre essas imagens.[171] É instigante perscrutar as razões de Chichico não ter fotografado apenas em seu estúdio. Logo, é pertinente perguntar quais imagens da cidade ele queria compor.

O que se observam são trajetórias "contadas pelo olhar" do sujeito que legou para a posteridade negativos de vidro que hoje iluminam memórias sobre a cidade, obtidas em vários anos de trabalho. Imagens foram sendo construídas, a vida foi sendo vivida e registrada e a cidade foi sendo documentada pelo olhar do fotógrafo. Nesse percurso de vivência, Chichico acumulou fotografias de diferentes ângulos e perspectivas de Diamantina, realizando significativas imagens ao se posicionar em morros, ao subir no alto de torres de igrejas e casas coloniais, com vistas a registrar suas imagens fotográficas.

As fotografias fora do ateliê de Chichico apresentam quantidade bem menor se forem comparadas com aquelas feitas dentro do ateliê, como já apontado anteriormente, no entanto, são importantes na medida em que tematizam a cidade de variadas formas, constituem as

[171] Em trabalhos futuros, nota-se a possibilidade de pesquisas sobre Diamantina, abarcando as fotografias feitas no estúdio.

fotografias que, selecionadas no presente estudo, permitem enxergar o modo como Diamantina foi vista pelo fotógrafo.

Chichico fotografou pessoas andando pelas ruas, indivíduos em frente aos seus estabelecimentos comerciais ou em frente a casarios, piqueniques em locais próximos de Diamantina, paisagens e elementos da arquitetura. Com efeito, foram evidenciados os quintais e os jardins, as fábricas, os bares, os ambientes de reformas de igrejas, as festas, o uso das praças, os momentos cívicos, as edificações na cidade, e tantas outras situações.[172]

Não foi possível identificar a câmera utilizada no dia-a-dia por Chichico – logo após sua aposentadoria, ele a vendeu para um fotógrafo na cidade – mas pode-se notar, na imagem a seguir, a sua sombra projetada na lataria de um automóvel que circulou possivelmente nos anos 1940. Esta é a única imagem sobrevivente que nos permite enxergar o fotógrafo exercendo o seu ofício.

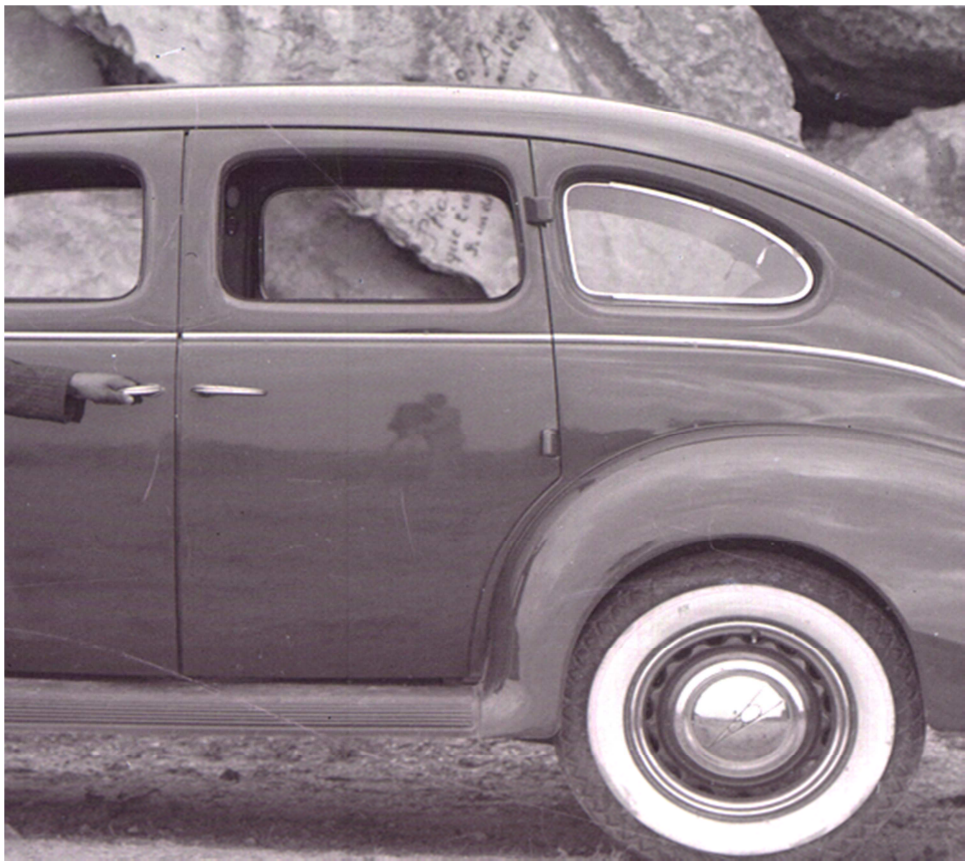


Figura 30. Reflexo de Chichico Alkmim ao fotografar um automóvel. Negativo de vidro T-002. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Para enriquecer as possibilidades de representação da sociedade diamantinense, Chichico lançava mão de variados espaços, dando a ver a sociedade e a cidade que, por sua

[172] As imagens da cidade não serão aqui inseridas, mas sim nos capítulos a seguir.

vez, se vê eternizada pela fotografia, evocando os momentos passados. Nessa medida, convém analisar mais detidamente alguns aspectos das imagens fora do estúdio, feitas por Chichico, que nos permitem perceber a cidade de Diamantina. A cidade que se observa nas fotografias de Chichico é um lugar resultante de um processo histórico-cultural, "é patrimônio de seus moradores", é "espaço de memória" e, mais que isso, "é lócus *continuum* de cultura onde natureza, construção material, símbolos, significados e representações se constroem em diversidade e em harmonia".[173]

É neste sentido que se compreendem as fotografias de Diamantina feitas por Chichico Alkmim. Ele fotografou a cidade de modo a evidenciar suas edificações e seus indivíduos que, por sua vez, dão a ver representações construídas sobre o lugar que habitam.

Ao perscrutar as fotografias e as imagens a ela subjacentes, postula-se que Chichico registrou várias imagens da "cidade de vidro", o que apontou para a existência de uma cidade resultante das atividades advindas do garimpo e o florescimento de um lugar como entreposto comercial. Além disso, outras duas imagens são observáveis no acervo de fotografias de Chichico, a saber, a da cidade episcopal e patrimonial.

Por considerar que o olhar não é inocente ou livre de preconceitos e expectativas, as fotografias de Chichico apresentam "um ponto de vista".[174] É o seu olhar sobre Diamantina, que ao mesmo tempo se conservava e se modificava, que é apreendido neste estudo. A cidade de vidro era aquela além do garimpo e marcada pelo comércio, era a cidade episcopal, marcada por práticas e ações de cunho religioso católico e, era também, a cidade patrimonial. Em todas essas imagens, a tradição era evocada e dialogava com o desejo de mudança. As fotografias utilizadas neste estudo não são compreendidas como reflexo do real, mas como buscas de representação deste real. As imagens da cidade de Diamantina são compreendidas, sobretudo como um construto social que busca dar sentido ao lugar. São, dessa forma, representações construídas pela população dessa cidade ao longo do tempo.

Nos capítulos que se seguem, os aspectos de Diamantina, observáveis no Acervo Fotográfico de Chichico Alkmim, foram estudados de modo a revelar as imagens construídas e em construção, pois entre o fotógrafo que realiza seu *clic* e a cidade representada, há muito mais que aquele momento apreendido nos negativos de vidro.

[173] MENESES, 2006, p. 86-87.
[174] BURKE, 2004, p. 24.

CAPÍTULO 2

A cidade para além do garimpo: as "pedras que não acabarão nunca"[175] e as representações de uma cidade.

Com o diamante na mão
Eu garimpo o real.
Sei muito bem da sensação
Do bem e do mal.
Compro a ilusão de ser imortal,
A minha cintilação de gente.
Quero que fique nele
O que minh'alma sente.

Luiz Paiva de Castro. O Cometa é um homem a cavalo.
Poema Transfiguração, 1978, p.54.

A atividade garimpeira e o seu poder de gerar uma cidade pulsante de atividades comerciais, por ela impulsionadas, é notável nas fotografias de Chichico Alkmim. Neste capítulo serão estudadas as marcas desta atividade econômica na constituição da representação da cidade "para além do garimpo" que, por meio da fotografia, expõe atividades comerciais cujas bases nele se fundamentam. Assim, a imagem para além do garimpo é, ao

[175] SANTOS, 1963, p. 151.

fim, a imagem da cidade do comércio e da representação de Diamantina como entreposto comercial.

O quadro a seguir demonstra o quantitativo de imagens selecionadas no Acervo Chichico Alkmim e utilizadas neste item, como se observa a seguir.

Quadro 8. Fotografias da cidade: garimpo e comércio

Tema	Assunto	Nº dos Negativos	Quantidade
Garimpo	Vista panorâmica da cidade	P032	01
	Área de mineração	P001, P002, P003, P006, P046.	05
	Lapidação	G116, A119.	02
	Ourivesaria	D005, D008, D010, D016	04
	Total parcial		***12***
Comércio	Casas comerciais de: compra e venda de diamantes, bancos, hotéis, comércio de tropeiros, drogarias e farmácias, cinema, bar e café, olaria, padaria e confeitaria, vestuário, secos & molhados e armarinhos em geral.	A010, A033, A037, A039, A044, A048, A049, A050, A053, A054, A058, A059, A063, A071, A077, A079, A082, A083, A084, A086, A087, A088, A090, A093, A094, A107, A117, A120, F004, G402, P042, P045, P049, T003.	34
	Total parcial		***34***
	Total		***46***

Observação: Existe uma fotografia da Fábrica de São Roberto, localizada em Gouveia e duas da Fábrica de Biribiri. Essa situação foi apontada por Marcos Lobato e apresenta-se como uma nova área para a pesquisa regional. Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

De acordo com o quadro, optou-se por categorizar a cidade a partir das fotografias que revelam a importância do garimpo e do comércio, apontando para as características de uma cidade polo de desenvolvimento regional. O garimpo e o comércio são chaves para compreensão desse contexto no qual Diamantina é construída como entreposto comercial. As imagens evidenciam uma cidade em que pululam atividades comerciais, como será demonstrado adiante.

Antes, porém, de avançar, vale pensar como a imagem do garimpeiro é captada e divulgada por Aristides Rabello, em 1921:

> Sonhadores de nascença, por origem...Nossa Diamantina foi fundada pelos bandeirantes, que vieram esbarrar nessas plagas, trazidos pela esperança; os nossos antepassados foram ou aventureiros ou fidalgos estroinas, que, empobrecidos na corte portuguesa, para aqui vieram em busca do diamante e do ouro. Somos, pois, descendentes de mineradores. E o que são os mineradores? São aqueles que depositam toda a sua fé numa esperança e num acaso; quem lavra um terreno e o semeia está certo daquilo que colherá. O mineiro, não. Ele não pode ver o que está sob a terra: trabalha, esforça-se, unicamente fiado no acaso. Às vezes, sem esforço e sem trabalhos, colhe uma fortuna; outras vezes, mata-se no labor, e arruína-se. Por isso, os mineradores perdem a fé no esforço e confiam mais no acaso. A sua existência dá-lhes, naturalmente, esta noção. Ora, todos nós provimos desta raça: temos em nossas veias o sangue dos bandeirantes, o que nos torna firmes na esperança; o dos garimpeiros, que nos dá certa resignação nas desilusões e nas lutas;

> o dos faisqueiros, estes boêmios catadores de diamantes, o que nos faz... nós garimpamos na vida e somos os faisqueiros do ideal![176]

2.1. "Das cinzas da Acayaca... nascem os diamantes!"

O garimpo foi uma atividade econômica que animou a cidade de Diamantina desde os seus primórdios. Neste capítulo, a intenção não é realizar um estudo sobre a história do garimpo, mas compreender brevemente este cenário e compreender o modo pelo qual a se cidade se constrói em relação à representação do garimpo de diamantes. Ou seja, intento tão somente demonstrar como a atividade garimpeira marcou o período em que Chichico viveu e, por isso, houve representatividade de tal atividade em suas fotografias – aqui selecionadas – referentes à primeira metade do século XX.

A caracterização da imagem da cidade originária do garimpo não pode prescindir da ideia do diamante como mito fundador de identidade da sociedade Diamantina, remontando à conhecida lenda da Acayaca, cuja imagem é idílica.[177] Segundo a lenda, a Acayaca era uma imensa peroba sagrada que protegia os indígenas Puris da ganância dos brancos pêros, bandeirantes.[178] Esses indígenas viviam próximo ao Tijuco entre o largo do Curral e a Cruz das Almas, e, constantemente, guerreavam – com perdas para ambos os lados – com os bandeirantes. Entretanto, uma estratégia do mameluco Tomaz Bueno foi fatal à tribo: destruir a fonte de sua vida, de sua força, de seu vigor, de sua fonte do sagrado: derrubar a Acayaca. Num dia festivo para os Puris (núpcias de Cajubi – flor de manacá, filha do pajé – com o guerreiro Ieppipo) a árvore foi ao chão como "denúncia do crime da civilização contra os senhores da terra".[179] O pajé incendiou a árvore caída e de um grande cataclisma que convulsionou a terra, assistiu-se ao fato dos carvões incandescentes espalharem-se por toda a região e transformarem-se em diamantes; assim, das cinzas da Acayaca surgiu a desgraça dos pêros.[180]

---

[176] RABELLO, 1978, p. 59. Nota-se que nessa visão exclui-se a origem africana desta população. Vale ressaltar que as fotografias de Chichico feitas dentro do estúdio apresentam um potencial para se pensar melhor a presença africana e afrodescendente na região.

[177] O romance histórico e indianista "Acayaca", cuja autoria é do advogado e professor diamantinense Joaquim Felício dos Santos (1828-1895), foi publicado em forma de folhetim, em capítulos semanais, no jornal *O Jequitinhonha*, no período que se estende de 16 de dezembro de 1862 a 06 de junho de 1863. Alguns autores tratam da lenda da Acayaca e da descrição construída por Joaquim Felício, a saber: COUTO, 1954, p. 35- 44; MACHADO FILHO, 1980, p. 14-15; MIRANDA; SILVA, 2004. Vale destaque ao estudo de Valéria Seabra de Miranda e de Oscar Vieira da Silva em 2004, cujo trabalho filológico analisa as publicações das edições do jornal *O Jequitinhonha*, atualiza o texto, constrói notas explicativas de termos e busca a base histórica e literária na qual Joaquim Felício dos Santos se inspirou para a sua construção textual.

[178] Pêros é nome que os índios davam aos portugueses no início da colonização, como esclarece Joaquim Felício dos Santos, jornal *O Jequitinhonha*, 20 de dezembro de 1862. Ver MIRANDA; SILVA, 2004, p. 85.

[179] COUTO, 1954, p. 37

[180] Joaquim Felício dos Santos citado por MACHADO FILHO, A. 1980, p. 15.

A fascinação provocada pelo romance histórico “Acayaca”, a árvore sagrada dos Puris, é fruto da criação de Joaquim Felício dos Santos, publicado no jornal *O Jequitinhonha* entre 1862 e 1863 e apresenta uma explicação mítica para a existência do diamante e para as desventuras que a sociedade diamantinense sofreu ao longo de sua história. O local onde existiu a árvore sagrada dos Puris foi identificado como sendo no alto da cidade, marcado desde 1711 com um cruzeiro localizado no alto do bairro Bom Jesus, onde foi erigida uma cruz chamada de “Cruz das Almas”, daí o nome do Cruzeiro da Cruz das Almas, em razão do “morticínio de indígenas que havia debaixo dela”.[181] Na fotografia a seguir (figura 31), Chichico Alkmim posicionou-se no alto da Cruz das Almas para conseguir uma boa vista panorâmica da cidade.



Figura 31. Vista panorâmica de Diamantina a partir do alto do Bom Jesus. Negativo de vidro P-032. Diamantina, s/d.
Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

No plano da tradição, o escritor diamantinense Aires da Mata Machado Filho reafirma a ideia veiculada no texto *Memórias do distrito Diamantino* de Joaquim Felício dos Santos, de que os mineiros no Tijuco não conheciam diamantes, apenas o ouro.[182] Diante da dificuldade de identificar o processo inicial de descobrimento dos diamantes no Arraial do Tijuco, esta história é envolta em incertezas. Há relatos nos quais os tijucanos empregavam as

[181] BAT, jornal *Voz de Diamantina*, 26 de março de 1938.
[182] SANTOS, 1976, p. 49.

ditas pedras como adorno em peças de vestuário ou utilizavam-nas como tento em jogos de cartas. Todavia, sabe-se que, por volta de 1720, os diamantes já eram conhecidos e, possivelmente, sabiam do valor dessas pedras[183]. O comunicado oficial ao Rei português deu-se em 1729, quando o governador Dom Lourenço de Almeida informou o ocorrido na Comarca do Serro Frio.[184]

Ao longo do século XVIII e início do XIX, período em que ocorreu o chamado sistema de Contrato (1740-1771) e a Real Extração (1771 a 1841), na interpretação de Sylvio de Vasconcellos (1975) e de Aires da Mata Machado (1980), os rigores da administração da Coroa Portuguesa teriam influenciado no crescimento urbano do Arraial de Tijuco. Joaquim Felício dos Santos[185] inaugurou esse tipo de interpretação, que compreendia o sistema de contratos como altamente regulador, arbitrário e impediria o distrito Diamantino de se conectar livremente aos demais lugares da Colônia.

Júnia Ferreira Furtado questionou os reais rigores de tal administração e a especificidade de Diamantina, dado que em outras áreas mineradoras da capitania se observavam rigores semelhantes aos do Tijuco. Todavia, estes não estavam sistematizados num livro, o "livro da capa verde", como no Tijuco.[186] Observa-se que, no decorrer da história, mais especificamente na segunda metade do século XIX, entre 1860 e 1870, as descobertas de diamantes na África do Sul, os diamantes do Cabo, provocaram queda nos preços dessas pedras no mercado, gerando importante crise do diamante na região do antigo Tijuco.[187]

O ânimo na produção de diamantes retornou à cidade quando, a partir de 1890, empresas nacionais e estrangeiras se instalaram no Rio Jequitinhonha, apesar de existirem diversas dificuldades, como a legislação confusa. Assim

> (...) avolumaram-se as críticas à legislação minerária do Império e, com a Proclamação da República, houve alteração drástica neste campo. A Constituição de 1891 estabeleceu o direito fundiário para a mineração, que afirmava que as minas pertenciam aos proprietários dos solos. Imediatamente, os mineradores fizeram

[183] Refiro-me a Bernardo da Fonseca Lobo, que possuía a lavras de morrinhos desde 1721.
[184] SANTOS, 1976, p.49. MACHADO FILHO, 1980, p.16. MARTINS, 2014. FERREIRA, 2004, p. 15-26. FURTADO, 2008. FURTADO, J.F. O distrito diamantino. Disponível em http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/distritodiamantino.pdf acessado 01 maio 2015.
[185] Diversos autores seguem esse pensamento, para citar alguns: VASCONCELLOS, 1959; MACHADO FILHO, 1980; ÁVILA, 1995.
[186] FURTADO, 2008.
[187] Martins lança mão de variada tipologia de fonte para tratar do assunto: inventários, processos de falências, contratos, jornais, discursos e panfletos políticos. Propõe uma periodização para a atividade minerária em Diamantina, a saber: a) 1808 a 1832 – Primeira crise do diamante; b) 1832 a 1870 – *Boom* da atividade garimpeira; c) 1870 a 1897 – Segunda crise do diamante e; d) 1897 a 1930 – Reanimação da atividade mineradora. MARTINS, 2008, p. 613.

> queixas contra as imposições dos donos das terras. As porcentagens cobradas pelos proprietários sobre o resultado bruto dos serviços de lavra descontentaram os mineradores, além de acirrar os conflitos pelo controle dos terrenos minerais. Para os diamantinenses, havia ainda o problema de que o governo estadual cogitava transferir a Repartição dos Terrenos Diamantinos para a capital, bem como aumentar os impostos sobre as áreas de lavra. Os grandes mineradores e os diamantários da cidade enxergaram estas pretensões do governo como tentativas de enfraquecer seu controle sobre o diamante, de modo que se opuseram tenazmente aos desígnios do Estado. A disputa atingiu o clímax em janeiro de 1904, quando um ato de insurreição paralisou Diamantina.[188]

Martins prossegue afirmando que os garimpeiros e faiscadores foram os mais atingidos pela crise e se viram obrigados a vender suas terras mineradoras. Vários serviços de lapidação foram instalados em Diamantina na segunda metade do século XIX, exatamente quando as mineradoras estrangeiras mecanizadas, embora temporárias, representaram um esforço de soerguimento da atividade.[189]

Prosseguindo nas ideias aqui apresentadas, ao adentrar o século XX, à época de Chichico, a cidade continuava marcada pelo diamante. A literatura regional inspirava-se na saga da busca do diamante para demarcar seu lugar. Em *Minha Vida de Menina,* texto baseado em diários escritos entre 1893 e 1895, Helena Morley deixa clara a possibilidade de encontrar facilmente um diamante era realidade possível. Veja o trecho:

> Estávamos, todos os meninos, andando de um lado para outro, cada um com os olhos arregalados nos corridos. Estava conosco Arinda. De repente ela abaixou com um grito e apanhou um diamante bem grande. Corremos todos para o rancho, atrás de meu pai e meu tio. Ele olhou e disse ao meu pai: "veja, Alexandre, que beleza!". E deu para Arinda 5 notas de 100 mil-réis, novinhas. Ela saiu correndo para o rancho do pai dela e nós atrás. O pai, a mãe e todos ficaram doidos de alegria. O pai dela dobrava as notas, metia no bolso, tornava a tirar, olhava, tornava a guardar.
> Fiquei até com pena do pobre e achei que foi melhor Arinda ter achado o diamante. O rancho dela não tem senão um couro para todos dormirem, coitados.
> O pai dela disse que vai aumentar o dinheiro, que vai fazer um serviço num lugar que ele sabe que vai dar diamante. Fiquei triste quando cheguei em casa e contei, e que meu pai disse a meu tio: "que idiota! Eu sei onde ele vai enterrar o dinheiro; é naquela gupiara do Bonsucesso que nós já lavramos".
> Arinda não ganhou nem 100 réis e não se importou.[190]

As famílias que necessitavam do garimpo para sobreviver, como demonstram as anotações de Helena Morley [Alice Dayrell Caldeira Brant], vivenciaram momentos de grande dificuldade. Às vezes os diamantes que se retiravam do cascalho não cobriam as despesas de um dado grupo familiar. Os indivíduos pobres, em sua maioria, experimentaram a incerta vida de garimpeiro e a penúria de quem dependia da faina do garimpo para sobreviver.

[188] MARTINS, 2008, p. 617.
[189] ÁVILA, 1995 p. 262; MARTINS, 2008.
[190] MORLEY, 2012, p. 23.

Em 1963, na visão do memorialista Luis Gonzaga dos Santos em *Memórias de um Carpinteiro*, "o diamante tem trazido todas as felicidades e desventuras para os que vivem destas pedrinhas tão cobiçadas". O garimpo e o diamante marcaram de tal modo a cidade, na visão de Gonzaga dos Santos, que a impediu de ter "melhor aparência", tornando-se "torta", "cheia de ladeiras" e "feita num buraco onde se veem vestígios de lavras, como montes de cascalho, buraco de catas, enfim, onde podiam ver melhor e administrar as suas lavras".[191]

É bem ilustrativo um conto corrente na literatura regional que se refere à "Vida, paixão e morte de João das Mercês", criado por Aires da Mata Machado e baseado nas trajetórias de garimpeiros na cidade. O trecho selecionado do conto tem o intuito de evidenciar o modo como a sociedade diamantinense vivenciava as esperanças de enriquecimento, sinônimo de "achar um caldeirão bem rico" ou encontrar um "diamantão". Veja o trecho a seguir.

> Afinal, o pai consentiu: ia trabalhar na mineração. No princípio, só carregava carumbé. Mas viram logo que João das Mercês era um rapazinho ativo. Aprendeu a mexer uma canoa. Com pouco, sabia dar conta de uma cata. Os processos de bater o baco não tinham segredo para ele. Até lavar sabia, mas não deixavam. Lidava com alavancas, almocrafes, frincheiros; com peneiros e bateias, não.
> Quando o serviço acabou, foi faiscar por conta própria. Há por aí tanto cascalho bonito... E os corridos? Mais hoje, mais amanhã, podia dar um caldeirão bem rico. De uma hora para outra...
> Desanimado, largou um serviço que lhe parecera de esperança. Veio outro faiscador e deu com o diamantão, que foi afinal vendido no Rio de Janeiro por uma fortuna. Ele bem que tinha visto pela formação. Largou, de cisma, foi um sonho que teve. O sonho do outro é que deu certo. Não faz mal. "O que há de ser meu, às minhas mãos chegará".
> Nem lhe importou a história de Ribeirão do Inferno. O serviço, que tinha exigido um despesão, acabou sem dar coisa alguma. Os mais experientes deixaram a sociedade.
> Não foi nada não. Um dia, os que ficaram resolveram mexer um pouco mais para baixo. Logo de começo o diamante foi tanto que parecia castigo. Foi então que Anastácio entendeu de pesar diamante, como quem pesa toucinho. Entrou na venda e pegou do peso de quilo. Eu lhe conto porque vi: a partida deu um quilo bem pesado.
> "E se tivesse no serviço ao menos uma praça? Pensou, mas não se demorou no pensamento. Tinha o seu para principiar".
> Brilhantes por brilhantes, havia os olhos da morena.[192]

No conto, João das Mercês se casa e leva uma vida regrada ao lado de sua amada Elvira, às vezes, o garimpo dava-lhe uns "bons diamantes", às vezes, nada. Teve sete filhos e a esposa esperava mais um. Numa ocasião que tirou um diamante grosso, deixou a faisqueira e montou uma venda, dessas onde se vê de tudo. Foi envelhecendo e adoeceu, não melhorando nem com o curandeiro, nem com o doutor. Veio a falecer e todos os sinos das irmandades soaram para ele. Do velho João das Mercês todos se lembravam: era o apaixonado

[191] SANTOS, 1963, p. 92.
[192] MACHADO FILHO, 1972, p. 48.

por Diamantina, dizendo aos que lhe perguntassem sobre sua terra "não me falem de Diamantina, meu coração desatina".[193]

No conto, na invenção, o diamante é objeto de cobiça. Não foi diferente na sociedade durante os séculos XVIII, XIX e XX, tanto por portugueses quanto por brasileiros e africanos, por indivíduos sós ou em grupo; pelo Estado ou por empresas nacionais e/ou estrangeiras. Essencialmente, era um objeto em que as pessoas identificavam o poder de mudar a sua situação econômica, dando-lhes distinção social, mantendo-se até os dias de hoje como objeto de cobiça dos indivíduos. O diamante aparece na lenda e na tradição, associado à dor, ao desejo, à riqueza, ao conflito e à exploração dos indivíduos. Parecem "pedras que não acabarão nunca".[194]

2.2. O garimpo fotografado por Chichico Alkmim

No século XX, a presença de fotografia de garimpo ou de elementos que remetem a esta atividade tem relevância no conjunto de imagens feitas por Chichico Alkmim, pois coloca em evidência a atividade econômica que embalou os mineiros do Jequitinhonha, assim como assinala alguns dos aspectos da sociedade em tela. As fotografias relativas à lavra mineradora apontam diretamente para a força do garimpo presente na cidade como atividade econômica de destaque, como também reforça a nomenclatura da cidade que se origina de diamante: "diamantina".

Chichico Alkmim fotografou o garimpo conhecido como "de massa" e o garimpo de "leito do rio", o que aponta para representação dos modos de garimpar em Diamantina e região. As jazidas de diamante podem ser encontradas nos rios, nos campos ou nas serras. O mineralogista Henrique Gorceix, ao estudar a formação e composição mineral das Minas Gerais, destaca que os "depósitos de diamantes ocupam quer o fundo do Jequitinhonha e de todos os afluentes, desde suas nascentes, perto do Pico do Itambé, até Grão Mogol e de alguns afluentes do rio das Velhas e São Francisco".[195]

Dificilmente um observador de imagens feitas por Chichico não indagaria: para quem o fotógrafo fez as fotos de garimpo? Por que se deslocou do seu ateliê até as áreas garimpeiras para realizar tais registros? Estas perguntas são de difícil resposta para o pesquisador dos dias de hoje, pois as fotografias não apresentam datação e a identificação do local fotografado é

[193] SANTOS, 1963, p. 92-94.
[194] SANTOS, 1963, p. 151.
[195] GORCEIX, 1913, p, 23.

muito difícil. Entretanto, é possível inferir que tais imagens foram feitas a pedido dos donos das lavras ou por algum minerador que trabalhava nesta lavra. Quanto a sair do ateliê, vale lembrar que Chichico era remunerado para tal e a exploração da atividade fotográfica garantia o sustento de sua família. Há que se considerar a importância da atividade garimpeira na cidade, marcando direta ou indiretamente os indivíduos desse lugar.[196] Por tudo isso, as fotos apontam para a necessidade de pensar o garimpo à época de Chichico como uma das atividades econômicas que impulsionaram outras atividades comerciais na cidade, sobrepujando o garimpo e gerando sociabilidades de cunho burguês.

O lugar representado nas fotos que se seguem corresponde a uma das Zonas na qual foi permitida a exploração do garimpo de diamante no Brasil denominada, em 1938, pelo Decreto 466/38, como a "2ª Zona de exploração: Norte de Minas, compreendendo Diamantina, Serro, Grão Mogol e outros pontos".[197] Nas imagens, observam-se as características da garimpagem, que é considerada o trabalho rudimentar de pesquisa e extração de pedras preciosas dos alvéolos ou margens de curso de água naturais e seus terraços, bem como os depósitos secundários de chapadas, vertentes e altos do morro. Veja as fotografias a seguir.

[196] Entendo que "marcar" os indivíduos significa: alimentar o desejo de garimpar, desejo que se traduz na busca da riqueza mais rápida.

[197] As demais áreas são as que se seguem: "1º Zona: Alto Paraguassú, Lençóis e Chapada do Assuruá, na Bahia; 3ª Zona: Região do Araguaia, a do rio das Garças e os limítrofes dos Estados de Goiás e Mato Grosso; 4ª Zona: Mata da Corda, em Minas Gerais, compreendendo os rios Douradinho, Bagagem, Abaeté, Sono e outros; 5ª Zona: Bacia do Rio Paraguai, tendo por centros Cuiabá e Campo Grande; 6ª Zona: Bacia do Rio Tibagi, no Estado do Paraná". BRASIL, Decreto nº 466 de 4 de junho de 1938, Capítulo 1, Da Garimpagem, p.185. Este decreto foi revogado em 1969. Sobre a legislação mineral ver MARTINS, 2014, p.32-34.



Figura 32. Área de Garimpo no leito do rio. Negativo de vidro P-003. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: O rancho que se observa na fotografia foi descrito por Aires da Mata Machado (1980) por “rancho-beira-chão”, cujo objetivo era guardar ferramentas e local para esquentar a “boia”.



Figura 33. Negativo de vidro P-001. Área de Garimpo no leito do rio.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

As fotografias (figuras 32 e 33) apresentam a atividade mineradora denominada "garimpo de leito do rio". Em uma delas se observa a presença de um barracão que era construído assim que os garimpeiros se estabeleciam num local para minerar, pois este tinha a função de guardar os equipamentos, o alimento e servia de ponto de repouso.[198] Tal atividade exigia maior quantidade de pessoas no trabalho de mineração, consequentemente, os gastos eram avultados, mas, abria a possibilidade de alguns mineradores mudarem de vida. O sustento de várias famílias ao longo da história de Diamantina deveu-se ao trabalho na mineração. Certamente esta não foi a única atividade geradora de renda (há que se ressaltar a agricultura, a pecuária, o comércio e a indústria), mas seguramente foi a que mais enriqueceu alguns, empobreceu outros, e manteve acesa a ilusão do enriquecimento rápido de muitos indivíduos nesta região.

O garimpo feito no leito do rio foi muito bem descrito por Aires da Mata Machado (1980) no livro *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. Este autor foi conhecedor das lavras garimpeiras da cidade e descreveu essa modalidade de exploração diamantífera como sendo das "jazidas baixas, efetuadas nos cursos d'água e em seus depósitos aluviônicos e cuja última fase consiste na lavagem do minério, chamado cascalho".[199] Um bom resumo da técnica de exploração diamantífera oferecida por Aires da Mata Machado Filho foi sistematizada por Marcos Lobato Martins (2004), no qual

> (...) esse tipo de serviço começava pela determinação do lugar onde lavrar, decisão que dependia dos conhecimentos práticos e de uma aposta dos mineradores. Em seguida, era cavado o valo, o canal por onde as águas seriam desviadas. Alguns mergulhavam dentro do rio, munidos de enxadas, com as quais cavavam e afastavam a pururuca, até encontrar terreno mais firme. Esse terreno recebia um judeu, grande feixe de folhas, cheio de pedras e forrado de capim, que era preso ao fundo do rio com vigamentos e estacas de madeira. Colocava-se o enchimento de folhas e capim até chegar acima do nível do rio, que assim era obrigado a recuar para o valo. Desviadas as águas do rio, era marcada a cata sobre o leito seco e os garimpeiros começavam a catear. A água subterrânea que aflorava era esgotada por meio de bateias ou de barris, quando em pequeno volume. No caso contrário, eram usadas bombas na cata. Retirada toda a água da cata, cavava-se até alcançar o cascalho, que era levado em carumbés para o terreiro, lugar preparado para a lavagem e apuração do material diamantífero.[200]

[198] O termo garimpeiro ou grimpeiro é "nome que se apelida neste país aos que mineram furtivamente as terras diamantinas, e que assim são chamados por viverem e andarem escondidos pelas grimpas das serras". MACHADO FILHO, 1980, p. 85.
[199] MACHADO FILHO, 1980, p. 43. Para ver o detalhamento do texto referenciado, observar as páginas 43 a 51, cujas observações são relativas a São João da Chapada.
[200] MARTINS, 2004, p. 78-79.

A outra modalidade de exploração diamantífera também descrita por Machado Filho é aquela que ocorre nas "jazidas altas ou de chapadas, cujo minério é encontrado em camadas mais ou menos profundas, e que se apresenta sob a forma de massa, os mineiros dão o nome de barro, sopa ou paçoca".[201] Ao final do século XVIII é que se passou a explorar as grupiaras[202], mas "sem ir além do gorgulho ou cascalho diamantífero da camada superficial",[203] pois havia a crença que o diamante não se localizaria em pontos muito profundos.

Além do garimpo de leito de rio, também o "garimpo de massa" foi fotografado por Chichico e aqui representado nas imagens que se seguem (figuras 34 e 35). As fotografias apontaram para a exploração das grupiaras, na qual os garimpeiros, observáveis na fotografia, desviaram pequeno feixe de água até a lavra, o que permitia a lavagem do material do qual se retiraria o diamante (cascalho ou gorgulho). A água era escoada através do bicame (estrutura em madeira) impedindo seu apossamento. Isto permitia a remoção de grandes quantidades de cascalho das grupiaras (onde está misturado o diamante), para posterior lavagem e procura cuidadosa das pedras, utilizando pouca quantidade de água, como na imagem que se segue.

[201] MACHADO FILHO, 1980, p. 43.
[202] Grupiaras ou gurupiaras são depósitos de gorgulho ou outro material diamantífero e são sempre altas, abrangendo grandes distâncias e estendendo-se por morros e serras. A exploração nas grupiaras é mais fácil se se comparar com as do leito do rio, pois se retira o gorgulho a seco e este é levado aos bacos e canoas para serem lavados; podem ser mexidos em talho aberto, se houver água. MACHADO FILHO, 1980, p.49-50.
[203] MACHADO FILHO, 1980, p. 43-44.



Figura 34. Área de Garimpo de Diamantina: garimpo de massa. Negativo de vidro P-006. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 35. Área de Garimpo de Diamantina: garimpo de massa. Negativo de vidro P-046, detalhe. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: Com o intuito de ver o detalhe da fotografia, observe o recorte da área de garimpo que agora permite visualizar a lavra, com destaque para a área coberta, chamada terreiro, destinada a lavagem do diamante. Garimpo de massa.

Para saber se um terreno era virgem ou se já havia sido lavrado, assim como a profundidade da terra que estivesse encobrindo o cascalho, o garimpeiro usava a vara de sondar, feita de aço, muito fina e resistente, própria para perfurar um local. Caso fosse um local já lavrado, a verga de aço afundaria, caso virgem, ela resistiria. Um serviço de campo pode ser compreendido através da abertura de

> um valo ou rego, por onde se guiam as águas para o desbarranque ou rebaixo, na área correspondente à "cata" [buraco com água]. Afastada por meio deste a crosta que esconde o material propriamente diamantífero, é ele "quebrado" em "talho aberto", isto é, socado de alavanca, "soprado" de parte da terra, despojado das pedras maiores, transformando-se em batido, que, em cacos, carumbés e panelas, é transportado à cabeceira de bacos ou canoas.[204]

O primeiro diamante encontrado na massa pertenceu a Maria Antônia de Amorim, em 1850, que o encontrou na lavra de São João da Chapada. Em outras áreas de mineração na região se identificaram diamantes, a saber: Boa Vista, Guinda, Sopa, Datas e Curralinho.[205] Vale ressaltar que a realização da atividade de mineração diamantífera era feita pelo indivíduo só ou em grupo.

No final do século XIX, muitos serviços foram feitos pelas companhias de mineração, pois envolviam maior dificuldade no processo de exploração mineral diamantífera. Entretanto, ainda havia os pequenos faiscadores que mineravam os rios, campos e serras existentes na região. As companhias de mineração representaram transformações significativas nas bases técnicas no modo de minerar, pois elas operavam em grande escala de produção e modificaram a relação com a terra mineral: compraram grandes quantidades de terras com o intuito de explorá-las e pagaram salários a seus empregados.[206]

O trabalho do garimpeiro, à exceção daquele das empresas mineradoras, não era por salário. O sistema se baseava na repartição de lucros, mais próximo da ideia de um sistema de cotas. Basicamente, funcionava do seguinte modo: o indivíduo que possuísse uma *praça*

[204] MACHADO FILHO, 1980, p. 45. Canoa é uma espécie de bica larga posta numa correnteza em lugar alto do modo a provocar uma queda d'água, ou num lugar seco, por onde a água possa ser conduzida por meio de regos. Por isso, era instrumento utilizado no tanto garimpo de leito do rio, quanto no garimpo de massa. Já o "baco é uma espécie de caixão de 6 a 7 palmos de comprido por uns 4 de largo e meio de alto, armado de taboa ou lages, à margem e um pouco acima do nível de um poço e aberto do lado deste. O fundo é feito de terra massapé bem socada, e em declive para a cabeceira. Amontoado o batido no terreiro, à cabeceira do baco, entra no poço o baqueiro, vestido de "clavinote", que é um calção americano grosso ou de um simples tanga feita com a própria baeta, companheira inseparável do faiscador. Puxa para dentro do baco determinada porção do paiol e com pequena bateia vai atirando água sobre ele. Areia e pedras leves são assim arrastadas para o fundo do poço. É o rabo de baco. De três em três cabeceiras (chama-se assim cada porção de paiol posta vez a vez no baco) "sangra-se o baco". Sangrá-lo é levar com água menos forte o "batido" já feito e apanhar as pedras maiores". MACHADO FILHO, 1980, p. 45 e 46.
[205] MACHADO FLHO, 1980, p. 44.
[206] MARTINS, 2004, p. 95.

"entraria" com o seu trabalho no serviço, cujo resultado seria dividido pelo número de pessoas que estivessem trabalhando, cabendo a ele a cota correspondente a uma pessoa; já *a meia-praça*, significaria que alguém, geralmente o dono do garimpo, lhe daria a "boia" e o que lhe coubesse, após a apuração seria partido pelos dois. Também, existia o *meio jornal*, no qual a pessoa recebia a metade do ordenado que lhe fosse estipulado, conforme o valor estabelecido para o jornal. Por fim, o *turmeiro* era o indivíduo que trabalhava minerando um lugar com os demais garimpeiros e pagava certa porcentagem ao dono da lavra, arriscando-se em ganhar ou perder o tempo, o trabalho e o dinheiro que conseguisse juntar.[207]

Não foi identificada no acervo de fotos em questão a atividade mineradora desenvolvida pelas empresas de mineração estrangeiras, existentes em quantidade significativa à época de Chichico, como por exemplo, aquelas que tiveram por base a maquinaria da empresa Companhia Boa Vista que "dividia-se em três secções: usina elétrica, hidráulica e usina de lavagem".[208] A respeito da mudança provocada pelos "maquinismos" das empresas mineradoras, Helena Morley (1998) registrou a opinião de seu pai: "os maquinismos vão mexer tudo e os diamantes já saem separados".[209] Para as lavras que não possuíssem água, esta seria "puxada de longe em canudos de ferro", acrescenta Morley, e afirma que sentiria saudades "dos lavradores virando as bateias e a gente vendo o diamante estrelar no esmeril".[210]

Para obter maior informação sobre a mineração em Diamantina, no Acervo de José Teixeira Neves encontram-se várias anotações/informações cuidadosamente recolhidas e organizadas em forma de caderneta dedicadas ao item "mineração". Este jornalista procurou registrar entre o final do século XIX até aproximadamente a década de 1930, o nome das empresas, origem do capital, ano de fundação, diretor e local de atuação.[211] Dessa maneira, informou que o "Cel. Justiniano, explora o Jequitinhonha no trecho Santo Antônio, em 1907, extraindo 140 oitavas de diamante e depois passou a explorar os campos do Sampaio com resultados animadores. Nos campos do Sampaio, bacia do Caetemirim, está situada a matriz das Minas do Barro e outras".[212] O jornalista lembra que várias Companhias de mineração atuaram em Diamantina, a saber:

[207] MACHADO FILHO, p. 50-51.
[208] BAT, AJTN, Caixa 03, livro 01, Mineração VII.
[209] MORLEY, 2012, p. 113.
[210] MORLEY, 2012, p. 113.
[211] Há que se ressaltar que José Teixeira Neves tinha uma ourivesaria com 1 operário, em 1922. PEREIRA, 2007, p. 58.
[212] BAT, AJTN, Caixa 3, Livro 1, Mineração V.

> Companhias de mineração em 1909: Pittsburgh Brazilian Dreading Cº., (Lagoa Sêca); Diamond King Mining, sede Wells Ville (Mendanha); Dattas Diamond & Gold Company, sede Oil City (Dattas); Brazilian Diamond Placer Company Pittsburgh (Pena Branca); Brazilian Diamond Mining Company, Boston (Rio Jequitinhonha); Premier Sôpa Diamond Mining Company, Pittsburgh (Sôpa); Bay State Diamond Company, Boston (Itaipaba); Lavra do Mato Mining Cº, Oil City (Lavra do Mato).[213]
>
> 1914 – Exploradores de Diamantes: uma empresa norte Americana, no Jequitinhonha, a da Boa Vista, de Ramos, Guerra& Cia; a da família Pio Fernandes, na Sopa e Brumadinho; a de João Avelino Pereira, Antônio Machado e Viana Neves, na Perpétua; a de Américo de Matos, João Ferreira de Aguiar e Olimpio José Martins, no Ribeirão do Inferno, além de faiscadores isolados.[214]
>
> Em 1916, havia duas companhias de mineração: Ramos, Guerra, Araújo & Cia e The Cascalho Syndicate Limited. No campo do Sampaio, o Cel Justiniano tinha importante serviço.[215]

Realizando uma análise do referido acervo e articulando-as com outras fontes, Marcos Lobato Martins construiu o panorama de atuação das empresas mineradoras em Diamantina e afirmou que a economia local, após a crise do diamante de 1870, recebeu novo alento, aumentando o preço do diamante no mercado (embora não nos mesmos patamares anteriores à crise), havendo arrendamento de terras diamantíferas e aumento da produção. Até 1950, esse mesmo autor identificou que existiam três companhias de mineração, a Brasileira Diamantífera (antiga Boa Vista), a Minas Serrinha (norte americana) e a Mineração Machado Ltda (capital nacional, no distrito de Maria Nunes). As razões para a curta vida das mineradoras, segundo Martins, deveu-se à má administração das atividades, técnicas e equipamentos inadequados para a região.[216]

A título de informação, Chichico Alkmim não foi o único a fotografar áreas de extração mineral. Em 1868, o fotógrafo Augusto Riedel acompanhou o Duque de Saxe, genro do Imperador Dom Pedro II, em uma expedição pelo Brasil, e chegou a visitar a cidade de Diamantina, realizando fotografias da cidade e das áreas de garimpo na região. A lavra de diamantes fotografada em Diamantina, mais precisamente em São João da Chapada, pertencia ao Sr. Felisberto de Andrade Brant, rico minerador da região.[217]

2.3. A lapidação e a ourivesaria em Diamantina

[213] BAT, AJTN, Caixa 3, Livro 1, Mineração XXXIX.
[214] BAT, AJTN, Caixa 3, Livro 1, Mineração XLI.
[215] BAT, AJTN, Caixa 3, Livro 1, Mineração XXXVIII.
[216] MARTINS, 2004, p. 95-98.
[217] No Acervo digital da Biblioteca Nacional Brasileira, a referida fotografia está disponível em <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=5568>Acesso em 01 maio 2015.

Além das fotografias de áreas de garimpo, é possível identificar no Acervo de Chichico imagens que remetem à lapidação e à ourivesaria, atividades que contribuíram sobremaneira para compreender o desenvolvimento de atividades comerciais originárias da atividade garimpeira.

A lapidação surgiu na cidade por volta de 1873 e é resultante do esforço de *diamantários*[218] em responder à crise vivida pelo setor em 1870. O jornal diamantinense *O Jequitinhonha* afirmou que existiram "vários brilhantes lapidados na fábrica diamantinense do Comendador Serafim Moreira da Silva pelo Sr. Josefino Pereira da Silva. O trabalho era perfeito. Enfim! Está criada a indústria da lapidação em Diamantina pela iniciativa individual".[219]

Conforme aponta Aires da Mata Machado, não há indústria mais apropriada para Diamantina que a lapidação, pois fica na boca das jazidas, de onde saíam as matérias-primas. "E que matéria-prima! A melhor do mundo!",[220] afirmou. Ainda de acordo com este autor, só seria possível realizar grandes investimentos o homem de indústria, aquele que *é pássaro sem o hábito de gaiola*. Certamente ele se referia a homens como João da Mata Machado, fundador da Fábrica de lapidação de Formação, que foi fotografada, em funcionamento, por Chichico Alkmim. Veja as imagens a seguir.

[218] Termo utilizado até os dias atuais para designar os homens negociantes de diamantes. Destacamos ainda uma fotografia da área de garimpo em Diamantina (1888) feita por Marc Ferrez (1843-1923).
[219] *O Jequitinhonha*, 2/09/1873 citado por MARTINS, 2008, p. 621.
[220] MACHADO FILHO, 1972, p. 91.



Figura 36. Aspecto interno da Fábrica de Lapidação da Formação. Negativo de vidro G-116. Diamantina, 1922.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: fotografia publicada no jornal diamantinense *O Momento*, em 15 de janeiro 1922.



Figura 37. Aspecto externo da fábrica de Formação. Negativo de vidro A-119. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Esta foto representa o trabalho na Fábrica de Lapidação na Formação, situada a seis quilômetros de Diamantina, fundada em 1875, pelo Conselheiro João da Mata Machado (figuras 36 e 37). Destacam-se os jovens no trabalho e as rodas de lapidação. Esta foi importante indústria fundada em Diamantina, além da Fábrica do Comendador Serafim Moreira da Silva, na região da Palha (em Diamantina) e a do Barão de São Roberto, na localidade de Gouveia, distrito de Diamantina naquela época. Várias outras lapidações foram construídas Diamantina entre o final do século XIX e início do século XX, tendo diferentes tamanhos, quantidades de rodas e de funcionários, mas, em geral, elas significaram investimentos dos "homens de fortuna" de Diamantina.[221]

A fotografia da Formação (figura 36) ocupou a página do jornal diamantinense *O Momento*, em 15 de janeiro de 1922, com o título "Aspecto da grande fábrica de lapidação de diamantes, no povoado de formação". No jornal não há informação sobre a autoria da fotografia, mas é possível comprovar no Acervo de Chichico Alkmim a presença do negativo de vidro com esta imagem.

Neste jornal houve a preocupação dos "homens de imprensa" em esclarecer o modo como viam a lapidação à sua época, assim, destacaram que até 1912, a compra de diamantes em Diamantina praticamente era privilégio de "Luís Rezende & Cia, do Rio, representando avultados capitais ingleses, franceses e holandeses".[222] Em 1915, a fábrica foi vendida para José Neves Sobrinho, importante industrial e comerciante em Diamantina, que deu continuidade à obra de João da Mata Machado, seu fundador. O jornal informava que

> (...) as 12 rodas primitivas da fundação da fábrica, foram logo augmentadas para 36, no meio de delirantes festas, inaugurada a nova secção. (...)
> Inúmeras casas foram edificadas [no antigo povoado de Formação] com disposições especiais para operários resguardados os princípios geraes da hygiene moderna.
> O antigo e acanhado prédio onde funccionava escola pública mantida pelo governo do Estado, desappareceu, para dar logar a elegância e commodidade de um edifício novo, cuja construção obedeceu as exigências feitas pela fiscalização governamental.
> Nelle recebem instrução cerca de 50 alunnos, em grande maioria filhos de operários da fábrica.
> Em janeiro de 1919 foi inaugurado, na formação, o serviço de luz elétrica e linha telephonica ligando aquella povoação à esta cidade, sendo a força motriz produzida pelos próprios machinismos da fábrica; foram installadas cerca de 400 lâmpadas, sendo a sua distribuição feita gratuitamente para os operários.
> No serviço de lapidação trabalham em média 30 operários, com uma produção anual de 400 quilates de diamantes lapidados, representando um valor estimativo de 350 contos de reis.

[221] Para a composição das lapidações, seus mestres de ofício, quantidade de rodas, localização e produção, sobre os ourives que atuaram em Diamantina, ver MARTINS, 2004, p. 107 a 116.
[222] BAT, jornal *O Momento*, 15 de janeiro de 1922.

> A remuneração dos operários é intelligentemente feita pelo prático systema de empreitada ou parceria industrial. Cada operário tem o lucro ligado directamente à capacidade de trabalho. [223]

Como é possível observar no texto, o serviço na lapidação era pago por meio de empreitada ou parceria industrial. Todavia, esta não era a única forma de pagamento, podendo variar, segundo aponta o estudo de Marcos Lobato Martins. A título de exemplo, "o salário do oficial seria de seiscentos mil reis mensais, como gratificação pelas pedras que o Comendador [Serafim Moreira da Silva] apresentar a fim de aprender a arte de lapidação",[224] caso a fábrica lapidasse uma quantidade superior a seiscentos mil réis, o oficial receberia um valor a mais por quilate lapidado e cortado.

Observa-se que a lapidação foi vista na cidade como a indústria capaz de trazer o desenvolvimento regional, haja vista os melhoramentos urbanos lá instalados e destacados à época das comemorações em torno dos cem anos de Diamantina, em seis de março de 1938 (figura 38). O recorte de jornal a seguir demonstra esse momento:



Figura 38. Novo Florescente surto de lapidação em Diamantina. 1ª Edição do Centenário de Diamantina, 1938.
Fonte: Jornal *A Voz de Diamantina*, 26 de março de 1938.

O jornal *Voz de Diamantina* chamou a atenção da população para "Novo e florescente surto de lapidação em Diamantina: a lapidação Recorder de Francisco Clavell, do Rio de Janeiro, pela sua aparelhagem moderna, será o orgulho dos diamantinenses". As fotografias

[223] BAT, jornal *O Momento*, 15 de janeiro de 1922
[224] MARTINS, 2004, p.109.

destacadas na matéria do jornal foram utilizadas pelo jornalista para enfatizar o "progresso conquistado pelo empreendimento", colocando em relevo os maquinismos modernos e conclamando os diamantinenses a apoiarem a ação de Clavell, pois na cidade não havia nenhuma lapidação moderna (que lapidasse um diamante em 48 horas!) em condições de enfrentar as indústrias dos lapidários da capital do país. Esperava-se que este fosse um novo "patrimônio para a cidade".[225] Interessante observar que a menção ao Rio de Janeiro evoca a ideia de "modernidade" e de progresso.

Outras lapidações anunciaram os seus serviços, demonstrando que essa atividade teve sobrevivência e significativa importância para o comércio local e regional. Em 1944, Joaquim Oliveira Souza anunciou no jornal *Voz de Diamantina* no dia 02 de julho, que a Lapidação Esmeralda "aceita qualquer serviço com urgência e máxima perfeição – beco do corte, unida ao Acayaca Clube. Diamantina".

Entretanto, vale ressaltar que, geralmente, as lapidações não possuíram mão de obra qualificada e operaram de modo irregular, sempre trocando de proprietários. Apresentaram aparelhagem deficitária em relação à Europa e lapidaram pedras gastando muito tempo. Na década de 1950, existiram apenas três lapidações em funcionamento em Diamantina.[226]

A ourivesaria, além da lapidação, teve destaque em Diamantina. Existiram vários destes profissionais atuando à época de Chichico Alkmim, como também no final do século XIX. Entre os afamados ourives de Diamantina, citam-se os mais antigos conhecedores dessa técnica: Antônio de Souza Neves e João Alves do Couto. Além destes, outros ourives se destacaram, como é o caso de Ezequias José Lopes, Luis Lopes Siqueira, João Motta Sobrinho, Leonel Tolentino, Gregório Vieira de Matos, Francelino Silva Horta, Antônio de Pádua Oliveira,[227] Luiz Theodoro,[228] Itagiba e Vicente Torres.[229] Os ourives também se envolveram com atividades extrativas. A título de ilustração, vale salientar que Francelino Silva Horta criador do objeto de adorno denominado "agulhas do coração" e fabricado por João Motta Sobrinho, explorou a lavra do funil em 1908, no distrito de Pouso Alto e era o

[225] BAT, jornal *Voz de Diamantina*, 26 de março de 1938.
[226] MACHADO FILHO, 1980, p. 193.
[227] MACHADO FILHO, 1980, p. 193-4.
[228] DUARTE, 1917, p. 113.
[229] Itagiba Torres, filho de Vicente Torres (vereador em Diamantina) teria confeccionado um tinteiro em filigrana de prata com emblemas de fé, esperança e caridade, com retrato de Dr. Teles de Menezes e de sua esposa, para presentear o próprio Dr. Teles no dia de seu aniversário. Fizeram também outros trabalhos em filigrana de ouro. BAT, AJTN, Caixa 3, Livro 1, Ourivesaria II.

proprietário do Hotel Horta, em 1911, além de ocupar a 2ª secretaria do diretório estadual do Partido Republicano Mineiro, em 1906.[230]

Em 1922, a ourivesaria gerava vários empregos em Diamantina, a saber:

> De Cosme Alves do Couto, com 12 operários, dos quais é afamado pelos trabalhos de filigrana o "Seu" Castro, luso, como seu patrão.
> De Antônio de Almeida Ramos, luso e genro (?) do Sr. Cosme. Com 6 operários.
> De Almeida & Cia. Com 4 operários;
> De Luís José Lopes de Siqueira, com 2 operários;
> De Serafim de Souza Neves, com 1 operário;
> De Vicente de Guimarães Torres, com 2 operários;
> De Pedro Pereira Andrade, com 3 operários;
> De Antônio de Pádua Oliveira (da família dos 24 ou Gomes de Oliveira), especialista em trabalhos de coco, ouro, prata, cristal – trabalham os seus filhos;
> De José Teixeira Neves, com 1 operário;
> De Pedro Andrade, com 1 operário;
> De João Francisco da Mota (luso), com 2 operários.[231]

No Acervo de Chichico há uma fotografia que evidencia os afamados trabalhos da ourivesaria diamantinense, as joias em coco e ouro (figura 39).

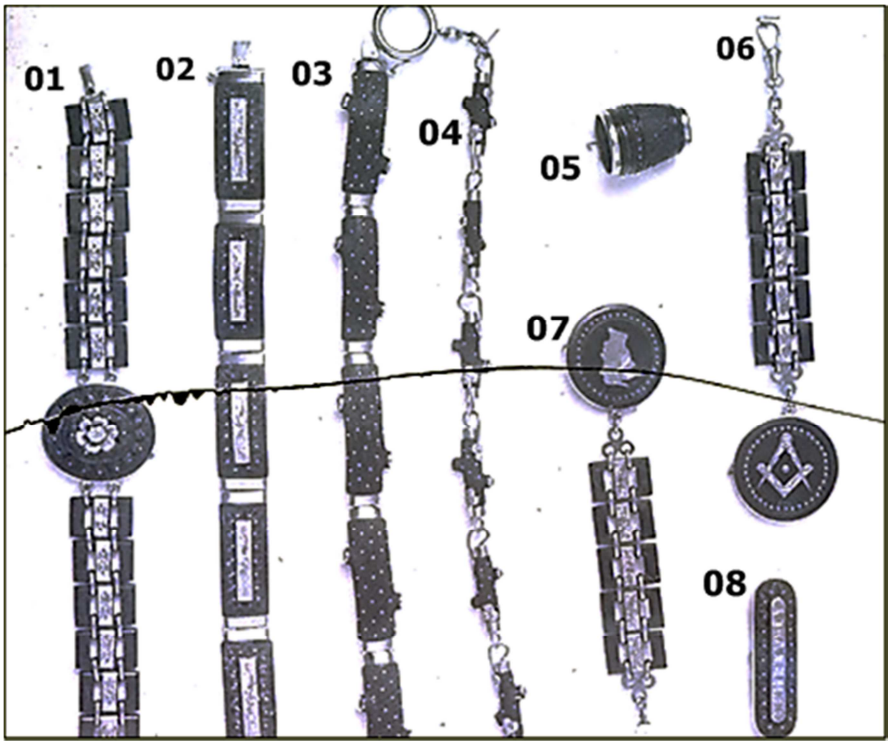


Figura 39. Joias de coco e ouro. Negativo de vidro D-005. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: Destacam-se exemplos de joias: pulseira de elos (01); pulseira de florão (02); pulseira de tronco (03); pulseira de tronquinho (04); dedal (05); chatilene para relógio de bolso com símbolo maçônico (06); chatilene para relógio de bolso (07); barrete florão – broche (08). Identificação dos objetos em coco e ouro feita pelo ourives e artesão Senhor Antônio de Pádua Oliveira Neto, conhecido como "Toninho Pádua", responsável até os dias de hoje pela Joalheria Pádua (fundada em 1888), em Diamantina e herdeiro desse fazer artístico. Entrevista concedida em 09/12/2014.

[230] BAT, AJTN, Caixa 7, Envelope 4, Biografia.
[231] PEREIRA, 2007, p. 58.

Antônio de Pádua Oliveira (1865-1951) foi um dos ourives mais afamados de Diamantina, participou da exposição nacional de 1908, no Rio de Janeiro, recebendo duas medalhas e uma menção honrosa pela distinção no trabalho em coco e ouro. Apresentou uma taça de coco talhada em ouro com as seguintes representações: quadro da primeira missa de Vitor Meireles, Independência do Brasil e posse das terras brasileiras por Cabral.[232]Nessa ocasião, a colônia portuguesa do Rio de Janeiro adquiriu do ourives duas obras de arte contendo o busto do rei português, Dom Carlos I (1863 a 1908), para oferecer a D. Maria Amélia Luísa Helena de Orléans (1865 a 1951) e a seu filho, o príncipe Dom Manuel.[233] Todavia, sua fama vinha sendo construída desde 1905, quando a joalheria Machado, situada à rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, expôs duas de suas taças. Em 1908, na Exposição Nacional no Rio de Janeiro, Cosme Alves Couto e Antônio Ramos de Almeida ganharam prêmios por suas joias produzidas em coco e ouro. Numa lógica ambivalente, também circulava, na capital nacional, uma visão negativa de seu trabalho, associada ao repúdio ao passado colonial e aos hábitos portugueses. [234] Entretanto, nota-se que havia espaço para o elemento tradicional.[235]

Para participar de uma exposição em Turim, Antônio de Pádua construiu uma taça de coco e ouro com três faces, colocando em evidência indivíduos e momentos da história brasileira: Marechal Hermes da Fonseca, uma alegoria que representava a República Brasileira e a Batalha do Riachuelo na Guerra do Paraguai. Também gravou em taça de coco e ouro a representação da primeira missa no Brasil, reproduzindo a pintura do artista Victor Meirelles.[236] Além de Antônio de Pádua Oliveira, Ezequias José Lopes foi o mestre no trabalho com o coco e ouro, indivíduo com quem Pádua teria aprendido tal arte.[237]

O fato de retratar momentos da vida nacional em sua obra como ourives e pôr em relevo indivíduos do panteão nacional, de fato, destacou Antônio de Pádua Oliveira. Outras taças que não foram citadas pelos jornais consultados ou pelos memorialistas, foram identificadas no Acervo de Chichico Alkmim. Os indícios que sugerem que teriam sido de sua autoria, advêm da observação das fotografias, da análise do traço artístico que o ourives imprimia em sua obra e a confirmação feita pelo Senhor “Toninho Pádua”, neto e aprendiz de

[232] BAT, AJTN, Caixa 3, Livro 1, Ourivesaria IV.
[233] BAT, AJTN, Caixa 3, Livro 1, Ourivesaria I.
[234] PESAVENTO, 2002, p.191.
[235] Ao analisar a produção de João do Rio, Pesavento lembra que há evidências notáveis entre a cidade das elites e dos populares. PESAVENTO, 2002, p.207-208.
[236] A pintura histórica da Primeira Missa no Brasil foi feita por Vitor Meirelles (1832-1903) por volta de 1861.
[237] MARTINS, 2004, p.114.

Antônio de Pádua Oliveira, que até os dias atuais mantém em funcionamento a Joalheria Pádua, fundada em 1888.

As duas taças em coco e ouro a seguir foram fotografadas por Chichico Alkmim e apresentam a mesma lógica de produção artística do ourives Antônio de Pádua Oliveira. A primeira taça (figuras 40 e 41) apresenta duas faces, na qual há representação de símbolos político-oficiais da sociedade mineira do século XVIII, a face de Tiradentes e a bandeira de Minas Gerais. A segunda taça (figuras 42 e 43) foi forjada para o evento comemorativo do aniversário da cidade, nomeada como Taça do Centenário de Diamantina, em 1938.[238]Nessa taça há clara representação de uma cena cuja vivência é de uma sociedade garimpeira, na qual se evidenciam garimpeiros com objetos sobre a cabeça (como bateias, carumbés, peneiras) e instrumentos que geralmente são utilizados no garimpo (enxada, foice). Antônio de Pádua confeccionou a taça do Centenário de Diamantina em 1938 e Chichico Alkmim a fotografou para a posteridade.



Figura 40. Taça de coco e ouro com bandeira mineira. Negativo de vidro D-010. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 41. Taça de coco e ouro com busto de Tiradentes. Negativo de vidro D-008. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

[238] BAT, jornal *Voz de Diamantina*, 06 de março e 1938. Informação publicada confirmando que Antônio de Pádua Oliveira confeccionou a Taça do centenário, evidenciando a fotografia do Sr. Antônio de Pádua Oliveira.



Figura 42. Fotografia da taça do centenário de Diamantina, ocorrido em 1938. Negativo de vidro D-016. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

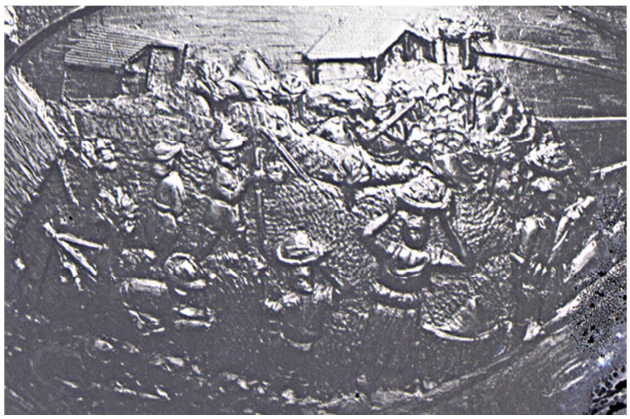


Figura 43. Detalhe da taça do centenário de Diamantina. Negativo de vidro D-016. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Nestes objetos estão representados momentos da história da cidade de Diamantina e de Minas Gerais. Neles está impresso o estilo artístico de Antônio de Pádua Oliveira no manejo do ouro cravado no coco. Há notória contribuição para a construção da imagem de Diamantina que sobrevive de garimpo e comércio.

A ourivesaria também teve destaque com o português Cosme Alves do Couto, indivíduo que ganhou prêmios na exposição nacional de 1908, ao lado de Antônio de Pádua Oliveira. Ele foi fotografado por Chichico e contribuiu para a compreensão do significado da cidade do garimpo. Na fotografia (figura 44), destaca-se a localização da ourivesaria, à rua Francisco Sá (atual rua da Quitanda), localizada bem no centro comercial de Diamantina, apontando para a prosperidade do negócio.



Figura 44. Rua Francisco Sá, atual rua da Quitanda. Negativo de vidro A-037. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Cosme Couto foi importante vereador e vice-presidente da Câmara (1912-1916)[239] em Diamantina, e sempre cobrava posições firmes e coerentes do poder instituído, além de ser o provedor da Santa Casa de Caridade de Diamantina. Em 1938, era um ourives de grande distinção social na cidade e contava, nessa época, com numerosa família, constituída com Elvira Ramos Couto.

As joalherias em Diamantina eram pequenos lugares de produção, oficinas com reduzida quantidade de equipamentos. Nesses ambientes, geralmente o ourives trabalhava com um ou dois aprendizes. O ramo desse negócio não era seguro, por isso alguns desistiam.[240]

Por fim, como foi possível observar, a lapidação e a ourivesaria representaram para Diamantina importante fonte de renda e prestígio para os indivíduos que enveredaram por essa seara, considerando que os mesmos, em geral, variavam de atividade econômica, como

[239] O presidente da Câmara nesta época era Juscelino Pio Fernandes. BAT, *A Ideia Nova*, 23 de junho de 1912. ACMD, Livro de Ata da Câmara Municipal de 1912 a 1916. O partido republicano em Diamantina possuía dois grupos rivais. Um era o 45 e o outro era 69. Nas eleições de 1912, Cosme do Alves Couto foi cooptado pelo grupo político do Senador Mourão para abandonar os 45 e apoiar os 69. As forças de oposição, identificadas no grupo dos 45, foram sufocadas até os anos 1930. No período de 1930 a 1936, sem eleições, os prefeitos que assumiram o cargo foram os seguintes indivíduos: Juscelino Demerval da Fonseca (1930-1931), Farmacêutico Francisco Neto Mota (1931-1933), Prof. Artur Eugenio Furtado (1933-1934), Cosme Alves do Couto (1934), Pedro da Costa Miranda (1934), João Kubitschek de Figueiredo (1934), José Rosa de Mattos (1934-1936), Mario Meireles (1936), Joubert Guerra (1936-1940). SILVA, 1975, p.57-58; ACMD, Livros de Ata.
[240] MARTINS, 2004, p.116.

visto, um ourives ou lapidário podia ser minerador, político e dono de casa de comércio na cidade.

2.4. O comércio e os transeuntes na cidade dos diamantes

Além das fotografias de áreas de garimpo, de lapidação e ourivesaria, outras imagens de Francisco Augusto Alkmim contribuem significativamente para a caracterização da imagem da cidade originária do garimpo e sua manutenção como lugar importante de comércio no Jequitinhonha. Os homens de negócio da cidade de Diamantina investiram em vários ramos da economia, mas mantiveram a atividade garimpeira como principal fonte no processo de acúmulo de riquezas. Nessa medida, diversificaram a sua área de atuação e ampliaram para além de Diamantina, atingindo localidades do norte de Minas e do Jequitinhonha.[241] Com base nas informações existentes no acervo de José Teixeira Neves/BAT e nos jornais que circularam em Diamantina à época de Chichico, foram amealhadas informações para confrontar algumas imagens produzidas pelo fotógrafo de modo a demonstrar a maneira como o garimpo e o comércio marcaram a cidade de Diamantina, permitindo perceber a configuração mais apurada destas representações da cidade.

Chichico Alkmim fotografou várias empresas que atuavam em Diamantina. Foram registradas imagens dos empreendimentos da Fábrica de Lapidação da Formação – como já visto anteriormente –, da Fábrica de Tecidos de São Roberto (em Gouveia), do comércio de Franklin de Carvalho, do empreendimento Cruzeiro do Sul e da empresa Ramos, Guerra, Araújo e Cia, além de registros fotográficos de outros comércios na cidade, tais como as Casas Pernambucanas, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, bares, cafés, várias drogarias (figura 45), padaria e confeitaria, sapatarias, hotéis (figura 46) e uma olaria. Veja as imagens.

[241] MARTINS, 2004.



Figura 45. Hotel Diamantina e Drogaria Santo Antônio, rua Bonfim. Negativo de vidro A-058. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim



Figura 46. Hotel Central, praça Conselheiro Mata. Negativo de vidro A-082. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim

Para se ter uma noção do modo como os diferentes estabelecimentos comerciais aparecem nas fotografias, veja o quadro a seguir.

Quadro 9. Fotografias com estabelecimentos comerciais.

Nº do Negativo	Nome do Estabelecimento	Localização	Foco (*)
A-010	Moagem do Café Dayton.	Beco da Tecla	x
A-033	Loja A primavera	Praça Conselheiro Mata.	
	Terra [?] e Horta	Praça Conselheiro Mata.	
A-037	Drogaria e Pharmacia Norte Mineira. [na parede lê-se] Produtos Chimicos e Pharmacêuticos e artigos de perfumaria. Iolactocol. Redelvim Andrade e Elixir Andrade. Vendem-se óculos pince-nez e artigos de borracha.	Rua Dr. Francisco Sá (atual Rua da Quitanda)	x
	Ourivesaria do Cosme.	Rua Dr. Francisco Sá (atual Rua da Quitanda)	x
A-039	Ao Bazar do Norte [duas placas indicativas]. Teódulo Leão & Araújo.	Praça Barão de Guaicuí ou Cavalhada Nova	
	Depósito de sal e toucinho. Manoel Cezar Pereira da Silva	Praça Barão de Guaicuí ou Cavalhada Nova	
A-044	Um comércio sem placa indicativa com o nome do estabelecimento.	Rua Dr. Joaquim Felício	
	Um comércio sem placa indicativa com o nome do estabelecimento.	Rua Dr. Joaquim Felício	
	Um comércio sem placa indicativa com o nome do estabelecimento.	Rua Macau do Meio.	
A-049	Comércio de Tropeiros – Mercado Municipal	Praça Barão de Guaicuí ou Cavalhada Nova	x
	Um comércio sem placa indicativa do nome do estabelecimento.	Praça Barão de Guaicuí ou Cavalhada Nova	
	Um comércio sem placa indicativa do nome do estabelecimento.	Praça Barão de Guaicuí ou Cavalhada Nova	
A-050	Casa comercial - ilegível o nome do estabelecimento.	Rua do Bonfim.	
A-053	Um comércio – ilegível o nome do estabelecimento.	Praça Conselheiro Mata.	
	Um comércio – ilegível o nome do estabelecimento.	Praça Conselheiro Mata.	
A-054	Sapataria. [na parede lê-se] “O sol nasce para todos”.	Praça Antônio Eulálio	
	Pharmácia. [na parede lê-se] Depositário dos acreditados medicamentos da medicina vegetal de Gustavo E. Coelho.	Praça Antônio Eulálio	
A-058	Hotel Diamantina.	Praça Antônio Eulálio	x
	Drogaria Santo Antônio de J. Costa Primo. [na parede lê-se] Grande sortimento de drogas, produtos chimicos, farmacêuticos e Hygienicos. Perfumaria e Fábrica do Cocnac Brazil, Licores tintos, Vinhos de frutas. Vendas por atacado e varejo, preços módicos. Especialidades em artigos de borrachas, [fundas?], sondas, irrigadores, etc.	Praça Antônio Eulálio	x
A-059	Casas Pernambucanas. [na parede lê-se] preços módicos: tecidos que não desbotam.	Praça Antônio Eulálio	x
A-063	Padaria e Confeitaria José Brandão.	Rua Macau do Meio	
A-071	Sapataria Firmino de Aguilar.	Praça Antônio Eulálio	
	Drogaria [sem placa indicativa do nome do estabelecimento, sugere ser a Drogaria Santo Antônio de Costa J. Primo].	Praça Antônio Eulálio	
A-077	Alkmim & Compª Negociantes de molhados, cigarros, compra e venda, couros de gado. Preços módicos.	Rua das Mercês	x
A-079	[Ourivesaria do] Cosme	Rua Dr. Francisco Sá (atual Rua da Quitanda)	
	Café Central – João Ferreira de Aguiar	Rua Dr. Francisco Sá (atual Rua da Quitanda)	
	Anselmo Diamantes	Rua Dr. Francisco Sá (atual	

		Rua da Quitanda)	
A-082	Central Hotel	Praça Dr. Correia Rabelo	x
	Comércio de Rufino Paulo dos Santos [numa placa de propaganda lê-se] "Luzes da Cidade".	Praça Dr. Correia Rabelo	x
	Propaganda de Pneus Dunlop.	Rua Dr. Francisco Sá (atual Rua da Quitanda)	
A-083	Grande Hotel	Rua Tiradentes (atual rua Direita)	
A-084	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Praça Dr. Correia Rabelo	x
A-086	Sapataria de José Soares: elegância e bom gosto.	Rua Tiradentes (atual rua Direita)	x
A-087	Francisco de Salles Rocha Negociantes.	Rua do Rosário.	
A-088	Prédio Franklin de Carvalho	Praça Barão de Guaicuí ou Cavalhada Nova	x
	Comércio de Tropeiros	Praça Barão de Guaicuí ou Cavalhada Nova	x
	[Prédio ao fundo] Filial Estação Gouvêa	Praça Barão de Guaicuí ou Cavalhada Nova	
A-090	Prédio Franklin de Carvalho. 1º Andar: Filial Cruzeiro do Sul, José Neves Sobrinho.	Praça Barão de Guaicuí ou Cavalhada Nova	x
A-093	Prédio José Neves Sobrinho – Diamantes e Brilhantes [3º Andar]. Cruzeiro do Sul [1º Andar]	Rua Dr. Joaquim Felício	x
A-094	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Praça Dr. Correia Rabelo	x
A-107	Alfaiataria Americana, nº82.	Sem identificação	x
A-117	Ramos, Guerra, Araújo & Cia. O primeiro barateiro. Filial Alfândega, 143, Rio. [na placa se lê] Proprietários do Cinema Pathe e Jardim. Aceitam annuncios. Preços módicos.	Rua Campos Carvalho esquina com a Praça Antônio Eulálio.	x
A-120	Café. [sem nome] [lê-se e vê-se] "Charuto Caetano da Silva". Pessoas expõem os jornais: O Imparcial, O livre pensar; A Lanterna.	Sem identificação.	x
F-04	[?] e Companhia.	Rua Dr. Francisco Sá (atual Rua da Quitanda)	
	Cinema Pathê	Rua Dr. Francisco Sá (atual Rua da Quitanda)	
	José Motta	Rua Dr. Francisco Sá (atual Rua da Quitanda)	
	Casa comercial com placas ilegíveis.	Rua Dr. Francisco Sá (atual Rua da Quitanda)	
G-116	Fábrica da Formação – lapidação.	Localidade de Formação, lugarejo pertencente a Diamantina.	x
G-402	Bar (sem identificação do nome do estabelecimento). [na placa lê-se] "Sandwich. Presunto, queijo, mussarela". 3,00 Cr	Sem identificação.	x
P-042	Pharmácia Gruta de Lourdes	Rua Dr. Joaquim Felício	
	Padaria e Confeitaria José B. Brandão	Rua Macau do Meio	
P-045	Fábrica de São Roberto em Gouveia	Distrito de Gouveia	x
P-049	Olaria	Sem identificação	x
T-03	Pharmácia - sem identificação do estabelecimento.	Praça Antônio Eulálio	
	Comércio ao fundo - sem identificação do estabelecimento.	Praça Antônio Eulálio	

Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim. Consulta aos Fundos A-Arquitetura, F-Festa, G-Grupo de Pessoas, MT-Montagem, P – Paisagem e T – Transporte: total de 33 negativos. Para a verificação dos nomes das ruas e praças ver BAT, jornal *A Voz de Diamantina*, 06 de março de 1938.
(*) Item que considera se o foco da fotografia está sobre o estabelecimento comercial.

As fotografias realizadas por Chichico Alkmim traziam a marca de um olhar que se voltava para a representação da cidade que denota pujante comércio motivado pelo garimpo, que se espraia para além da visão da lavra garimpeira em si. Dentre as fotografias tiradas fora do estúdio e demonstradas no quadro, há 20 negativos de vidro cujo foco mirava os empreendimentos comerciais; em outros 14 negativos de vidro os estabelecimentos comerciais não figuravam como foco da imagem, mas a rua, prédios e mesmo os transeuntes.

Os estabelecimentos comerciais fotografados por Chichico e sistematizados a seguir nos permitem compreender melhor um dos olhares possíveis sobre a cidade de Diamantina: o do fotógrafo. No esforço de categorizar o que foi fotografado na cidade, observa-se que as fotografias apontam para uma variedade de estabelecimentos comerciais espalhados pelo tecido urbano. Veja.

Quadro 10. Estabelecimentos comerciais fotografados por Chichico.

Natureza dos estabelecimentos comerciais	Quantidade	%
Secos & molhados e armarinhos (comércio de alimentos, objetos para casa e animais, entre outros)	13	23,21
Vestuário (tecidos, bazar, sapatarias, entre outros)	6	10,71
Drogaria e farmácia	6	10,71
Indústria (lapidação, ourivesaria, fábrica)	5	8,93
Café e Bar	4	7,14
Compra e venda de Diamantes	3	5,36
Hotel	3	5,36
Padaria e confeitaria	2	3,57
Banco	2	3,57
Cinema	1	1,80
Sem identificação/ilegível	11	19,64
Total	**56**	**100%**

Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Os comércios de secos e molhados e armarinhos em geral existiam em grande quantidade na cidade, além do fato de alguns deles serem de grande monta e venderem seus produtos para várias cidades da porção nordeste do Estado de Minas Gerais. Ao confrontar as seis unidades de lojas que vendiam objetos de vestuário com as imagens dos transeuntes fotografados pela cidade, compreende-se que havia uma demanda na cidade ligada ao vestuário feminino e masculino, pois é possível observar que as pessoas saíam à rua vestindo seus melhores trajes. Este fato aponta para o quanto os indivíduos da cidade estavam bem informados a respeito dos modos de vestir nos grandes centros, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

A cidade oferecia bares, cinema e cafés para o divertimento na região. Observado em outras fotos, o teatro Santa Isabel era um espaço de divertimento importante. Nas ruas, como já foi apontando neste estudo, havia locais para retretas e vários espaços para realização de *footing*. O ir e vir de mulheres e homens nas ruas, geralmente no final de tarde e início da noite, ocorria nas ruas com "capistranas", as quais serviam para que os homens pudessem melhor se conduzir neste espaço público.

O ramo das drogarias e padarias era importante, uma vez que estas atendiam não apenas aos indivíduos da cidade, mas também às localidades no entorno. O trânsito de pessoas com vistas ao comércio parecia grande, havendo a necessidade da existência de hotéis na cidade, alguns deles fotografados por Chichico.

As ruas e as praças mais fotografadas por Chichico Alkmim com registros de estabelecimentos comerciais em Diamantina foram: Rua Dr. Francisco Sá (atual rua da Quitanda) e Praça Antônio Eulálio, com 10 registros cada uma, juntamente com a Praça Barão de Guaicuí (ou Cavalhada Nova, atual Mercado Velho) que recebeu 08 registros, representam os locais com comércio mais fotografados por Chichico Alkmim, apontando para certa concentração da importância dessa atividade na cidade. Na sequência, a praça Correia Rabelo (04), a rua Dr. Joaquim Felício (03) e a praça Conselheiro Mata (03) foram fotografadas em menor escala. Com apenas uma fotografia registra-se o beco da Tecla, a rua do Rosário e a rua do Bonfim. Não foi possível identificar 03 dos lugares fotografados e 02 lugares correspondem a locais mais distantes de Diamantina, a Fábrica de Formação e a de São Roberto.

Essas fotografias reforçam a ideia de que Chichico fotografava a cidade sob encomenda (como a das empresas para publicar no jornal), pois esta era a sua principal fonte de renda. Mas também indicam os locais na cidade que eram considerados importantes para se estabelecer um comércio. Exemplo disso é a fotografia da praça do Mercado Velho, como mostra a imagem a seguir.



Figura 47. Praça Barão de Guaicuí. Negativo de vidro A-088. Diamantina.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: Esta fotografia é posterior a 1922, pois nesta data já está construído o prédio de Franklin de Carvalho (prédio de dois andares focalizado na fotografia).

A fotografia demonstra a vivacidade do comércio na praça Barão de Guaicuí (antiga Cavalhada Nova) e a efervescência das tropas e dos tropeiros na cidade (figura 47). Este espaço é dedicado ao comércio desde a época em que o tenente Joaquim Cassimiro Lages, em 1835, edificou um prédio para sua morada e, ao lado, um rancho destinado ao comércio de tropeiros, denominada intendência. Houve desarticulação desse local entre 1881 e 1884, quando Lages desfez o seu comércio em decorrência da crise da mineração.[242]

Em 1889, a população solicitou a construção de um Mercado Municipal, chamado de "barracão" ou "intendências", com vistas ao melhor controle da comercialização dos produtos na cidade. Como existiam outras intendências ou mercados, cujo objetivo era realizar o comércio regional de varejo, carregando e descarregando produtos de toda sorte, o Mercado Municipal passou a centralizar e monopolizar o ponto de comércio na cidade. Assim, os demais pontos foram desaparecendo em favor do monopólio camarário sobre as trocas comerciais na área central da cidade.[243] Conforme afirma José Moreira de Souza a noção de

[242] ÁVILA, 1994, p. 354. MARTINS, 2014, p. 278.
[243] Esse processo ocorreu de modo conflituoso. Em 1896, estabeleceu-se uma querela entre o dono do Rancho da Venda Nova e o dono do antigo "Rancho dos Lages", situado à praça Barão de Guaicuí e de propriedade do

"mercado" como "mercado público" só vem realmente a ocupar as elites dirigentes [Serro e Diamantina] nos primeiros anos da República, e, no caso de Diamantina, a "Intendência dos Lages" que deu origem ao Mercado Municipal que funcionava como uma central de varejo é, "de fato, a primeira medida concreta de colocação do urbano como problema público de abastecimento".[244]

Nesta mesma linha de raciocínio, Martins afirma que a preocupação da Câmara Municipal em organizar o comércio, e construir um Matadouro Público e repouso para as reses, insere-se num quadro bem maior, relativo à urbanização da cidade. Em suas palavras, "as elites de Diamantina também sonhavam com isso, de modo que começaram a pensar na estruturação do espaço urbano, na ordenação racional dos lugares e das funções urbanas".[245] Nessa medida, foi necessário regularizar o abastecimento urbano, assim como a fiscalização da atuação dos tropeiros e dos comerciantes (que vendiam os produtos com maior preço para os diamantinenses). Destarte, a ação da Câmara foi mais que uma "simples resposta a reivindicações populares contra açambarcadores, a criação do Mercado Municipal foi uma ação específica na estratégia de modernização da cidade engendrada pelas elites diamantinenses na virada do século XIX para o XX".[246]

A fotografia de Chichico Alkmim demonstra a importância desse comércio na primeira metade do século XX, uma vez que este foi um dos pontos mais movimentados da cidade de Diamantina, que não se desorganizou apesar da chegada da Estrada de Ferro, em 1914. É importante afirmar que o sistema de tropas continuou a interligar vários municípios no Alto Jequitinhonha, abastecendo-os de gêneros alimentícios e outros produtos, até aproximadamente os anos 1940. A desarticulação regional do referido sistema de tropas deu-se por volta de 1950, quando o sistema de estradas de rodagem passou a ser implantado na

---

Coronel Manoel César. A prefeitura havia proibido a todos os donos de ranchos na cidade o descarregamento de produtos dos tropeiros, visando centralizar a recepção e distribuição dos produtos somente no antigo Rancho dos Lages, tornado "Mercado Municipal". A contenda entre o dono do Rancho Venda Nova envolveu o Prefeito Alexandre Maia, que tinha oposição política de Pedro Matta, apoiador do dono do Rancho da Venda Nova, que discordava da dita centralidade do "Mercado Municipal", argumentando que seu racho distava do centro da cidade "quase dois quilômetros" (ver mapa 5). A contenda foi resolvida à medida que a Câmara Municipal fez valer a sua decisão de manter o Mercado Municipal como único receptor e distribuidor de mercadorias na cidade. Ainda, segundo informa o "Boletim-Denúncia" publicado no jornal da cidade, havia o Rancho de tropas situado no largo do Curral, de propriedade do Barão de Paraúna, que também foi desativado. BAT, *O Município*, "Boletim Denúncia", 14 de março de 1896.

[244] SOUZA, 1993, p. 189.

[245] MARTINS, 2014, p. 280.

[246] MARTINS, 2014, p. 280. Nas páginas seguintes do texto, até a p. 292, o autor discorre sobre a organização dada ao Mercado Municipal pela Câmara, bem como demonstra a continuidade do sistema de tropas que interligavam uma série de municípios até certa de 1950.

região, e o caminhão e o transporte de passageiros passaram a interligar as principais cidades antes percorridas pelas tropas.[247]

Ao longo da primeira metade do século XX, as casas comerciais de maior porte da cidade compõem o quadro de fotografias da cidade de vidro. Os homens de fortuna de Diamantina enfrentaram a crise do diamante de 1870 e dela saíram investindo e diversificando seus investimentos na praça comercial da cidade que, por sua vez, atendia à região no entorno da cidade, como já foi apontado anteriormente. Nessa medida, o enfrentamento da crise nacional e internacional do preço dos diamantes contou com saídas locais/regionais ao longo da primeira metade do século XX, pois

> O diamante é dinheiro e reserva de valor, meio de promover a expansão dos negócios e dos lucros. Riqueza regional que nenhum empresário queria ou podia desprezar, na virada do século XIX para o XX. Os negociantes, as sociedades mercantis e as firmas industriais de Diamantina não se desvincularam das atividades de mineração e da compra e venda de diamantes. O diamante era parte integrante e destacada de seus negócios. Notadamente no caso das grandes empresas sediadas na cidade.[248]

Francisco Augusto Alkmim registrou esse contexto. Observa-se a marca da representação da cidade como originária do garimpo, que favoreceu os investimentos dos homens de fortuna da cidade e da região a diversificarem seus negócios, mas mantiveram o garimpo como grande gerador de riqueza, como aponta o estudo de Marcos Lobato Martins.[249] Um bom exemplo disso são as fotografias que se seguem.

[247] SANTOS, 2005. Ver MARTINS, 2014.
[248] MARTINS, 2004, p. 189.
[249] MARTINS, 2004; MARTINS, 2008.



Figura 48. Prédio da Matriz Casa Cruzeiro do Sul. Negativo de vidro A-093. Diamantina, 1929.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: Prédio reformado no início da década de 1920 e inaugurado em 1925, à rua Dr. Joaquim Felício dos Santos, número 31, Centro, Diamantina.



Figura 49. Prédio da Filial "Casa Cruzeiro do Sul", inaugurada Negativo de vidro A-090. Diamantina, 1929.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: Prédio inaugurado dia 12 de março de 1927 de propriedade de José Neves Sobrinho, à praça Barão de Guaicuí.

Essas fotografias representam os empreendimentos de José Neves Sobrinho e foram publicadas no jornal *Pão de Santo Antônio*, em 16 de junho de 1929.[250] Estes eram de grande monta e de extensão regional, estendendo-se para o comércio no norte de Minas Gerais. Vários produtos eram vendidos, dentre eles, destacam-se os "armarinhos, bijouteria, completo sortimento de calçados para senhoras, creanças e homens, artigos de novidade, fazendas, roupas feitas, perfumaria, chapéos de cabeça e de sol, ferragens fina e grossa, louças, chrystaes, papelaria, brinquedos, cutellaria, etc".[251] Além disso, veja o seu anúncio no jornal *A Ideia Nova* de 05 de novembro de 1911:

[250] O prédio representado no negativo de vidro A-090, situado na praça Barão de Guaicui, pertencia a Flanklin de Carvalho. Segundo o jornal da época, em 1923, "estão sendo vigorosamente ultimadas as obras do magnífico prédio que o nosso bom amigo, Sr. Franklin de Carvalho, bem quisto comerciante desta praça, está construindo, vasto e em estilo moderno, sob todas as regras da hygiene, à praça Barão de Guaicuhy, destinado ao seu acreditado estabelecimento comercial, cuja organização irrepreensível nada deixa a desejar". Jornal *Pão de Santo Antônio*, 24/06/1923. Franklin de Carvalho foi morto em 1931, assassinado no distrito de Sopa, numa rixa por área garimpeira com Vidal Pio Fernandes. O prédio já era usado como filial das "Casas Cruzeiro do Sul", desde 1927. MARTINS, 2004.
[251] AMAD, jornal *A Estrella Polar*. 20 de março de 1927.



Lapidação de diamantes

José Neves Sobrinho & Irmão continúam como sempre a mandar lapidar grande quantidade de diamantes nas conhecidas fabricas desta cidade e nas do municipio. Compram diamantes e brilhantes pelos maiores preços do mercado, têm o seu escriptorio em sua residencia á rua Dr. Joaquim Felicio dos Santos

DIAMANTINA

Figura 50. Lapidação de Diamantes. Jornal *A Ideia Nova*, 05 de Novembro de 1911.

O comerciante José Neves Sobrinho criou seu empreendimento em 1906, e atuava na compra de diamantes e no comércio varejista e atacadista. Nas fotografias, o comércio varejista e atacadista é visível, mas há especial destaque no terceiro andar do prédio, situado à rua Dr. Joaquim Felício, nº31 (matriz) e na praça Barão de Guaicuí, nº52 (filial), onde há o informe aos garimpeiros da cidade "Comércio de Diamantes". A lapidação de pedras na Fábrica da Formação, como já foi apontado anteriormente, era o negócio lucrativo levado a cabo por José Neves Sobrinho, que além de comprar no mercado pedras em estado bruto, comprava também já lapidadas. A empresa entrou em concordata em meados de 1931.[252]

Ambos os prédios em destaque na foto foram construídos (figura 49) e reformados (figura 48) na década de 1920. As suas imagens foram publicadas, lado a lado, no jornal diamantinense *Pão de Santo Antônio* de 16 de junho de 1929. O destino dessas fotografias solicitadas ao fotógrafo Chichico Alkmim, ao que tudo indica, foi a publicação no jornal. O modo de comunicar os seus "bons" preços e a qualidade de seus produtos foi contar com a força da imagem fotográfica, aliada a um texto que buscava orientar/convencer a população sobre as noções básicas de economia. Entre as duas imagens feitas por Alkmim e publicadas no jornal, havia um texto que orientava como proceder para fazer o dinheiro render, mesmo para aqueles indivíduos que dispunham de parcos recursos. Em nome da loja, o jornal informou que "seja qual for seu salário ou renda guarde sempre um pouco para o dia de amanhã, mesmo que disponha dos mais parcos recursos. A sociedade manda e a própria natureza lhe impõe o dever de adquirir um pecúlio para garantia e proteção dos seus filhos".[253]

Interessante observar que a mensagem veiculada juntamente com a fotografia fixava suas bases na família. Nesta perspectiva, a segurança familiar advinha de uma boa economia, comprando sempre o mais barato possível e, certamente, evitando altos gastos que

[252] MARTINS, 2004, p. 142-143. Em 04 de junho de 1939, o jornal *Voz de Diamantina* publicou que o prédio era de propriedade de Dr. Sóter Ramos Couto e exibiu uma fotografia do prédio.
[253] BAT, jornal *Pão de Santo Antônio*, 16 de junho de 1929.

comprometeriam a sobrevivência dos indivíduos na cidade, que necessitava conviver com a insegurança gerada pela própria natureza da sociedade garimpeira. Além do mais, a Casa José Neves Sobrinho informava que todos deviam comprar numa casa que vendesse artigos novos e duráveis, evocando para si a qualidade de "tutor" do povo, pois "as casas Cruzeiro do Sul desempenham incontestavelmente o papel de um grande fator na economia do povo".[254]

José Moreira de Souza lembra uma situação ocorrida tanto no século XIX quanto na primeira metade do século XX e que vale a pena destacar neste momento. Em suas palavras

> o mercado local, regional e inter-regional necessita de correspondentes. A rede comercial tem base familiar. Fortunas se fazem, desfazem e refazem com extrema rapidez. A oportunidade de ascensão ao reino dos riscos oferecida pelo garimpo faz as relações espaciais de Diamantina profundamente inquietas.
> Enfatiza-se, de um lado, o grande rigor nas relações, ao mesmo tempo que todas elas são variadas pelo avesso. Esse poder de inverter as relações pode ser expresso assim: todo mundo sabe o risco que o outro corre: rico hoje, pobre amanhã; pobre hoje, rico amanhã. Há um ambiente tipicamente bocageano.[255]

Diante dessa situação, os comerciantes variaram o seu ramo de atuação, não trabalhando exclusivamente com o garimpo. Prosseguindo a observação das fotografias, há que se destacar outro empreendimento que exemplifica tal situação: são os empreendimentos Ramos, Guerra, Araújo & Companhia, situados à rua do Bonfim, na esquina com a rua Campos Carvalho. Em grande placa na parede do empreendimento lê-se "Proprietários do Cinema Pathé e Jardim", inaugurado por volta de 1909.[256] A maioria dos estabelecimentos comerciais evidencia que seus preços eram os menores, módicos. Veja a imagem a seguir.

[254] BAT, jornal *Pão de Santo Antônio*, 16 de junho de 1929. A mesma ideia é publicada em 10 fevereiro de 1929, no mesmo jornal, seguida de uma fotografia feita por Chichico Alkmim, negativo em vidro nº A-093.
[255] SOUZA, 1993, p. 236. Identifiquei essa ideia nos jornais e na literatura regional. Para exemplificar, o conhecido Rei dos Diamantes, no início do século, era um homem chamado W. Meyer, que chegou a Diamantina com ingleses e americanos, comprando vários terrenos na cidade e em lavras. Ele "quebrou" e ficou devendo muitas pessoas na cidade. RABELLO, 1978, p. 107.
[256] No jornal *A Ideia Nova* de 04 de abril de 1909 e de 01 de julho de 1909 encontra-se a relação de filmes no cinema, a título de exemplo. Sobre esse empreendimento na cidade, ver MARTINS, 2004, p. 140.



Figura 51. Rua do Bonfim esquina com a rua Campos Carvalho. Negativo de Vidro A-117. Diamantina, s/d. Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

A empresa Ramos, Guerra, Araújo & Companhia, organizada em 1908, além de explorar o cinema, foi a empresa que investiu comercialmente no Teatro Santa Isabel.[257] Do mesmo modo que José Neves Sobrinho, o empreendimento comercial Ramos, Guerra, Araújo & Companhia possuía e mantinha riqueza advinda do garimpo, atuando concomitantemente com o Cinema, Loja, Teatro e Companhia de Luz Elétrica (instalação de luz elétrica em Diamantina, em 1910). Segundo Goodwin Júnior, nos jornais pululavam críticas e sugestões ao caráter errático do processo empreendido por este empreendimento comercial na cidade, pois além do capital estar nas mãos de poucos, ele estava concentrado. Assim, "a empresa que efetivamente realizou a eletrificação, Ramos, Guerra, Araújo e Companhia, também foi responsável pela construção do ramal ferroviário, além de ser a proprietária da Loja Ao Primeiro Barateiro" (figura 51).[258]

As grandes empresas, em sua maioria, fracassaram em seus empreendimentos, pois

> O fracasso da maioria das empresas industriais e de serviços (transportes e casas bancárias) que mobilizaram a energia dos Felício dos Santos, dos Mata Machado, dos Barões de Paraúna e São Roberto e do Coronel José Neves Sobrinho, visível na

[257] O Teatro Santa Isabel foi construído em 1840 e aberto ao público no ano seguinte, com o objetivo de aplicar as verbas no hospital da cidade. Foi demolido entre 1912 e 1913, sendo que sua madeira foi aproveitada para construir outro prédio na cidade, em favor de novo teatro e cinema. Para saber mais sobre o Teatro Santa Izabel, ver CONCEIÇÃO, W. 2013.

[258] GOODWIN JÚNIOR, 2007, p. 153. Acentua o autor que o mesmo fenômeno ocorreu em Juiz de Fora, no qual a empresa responsável teve seus negócios ampliados (p. 155).

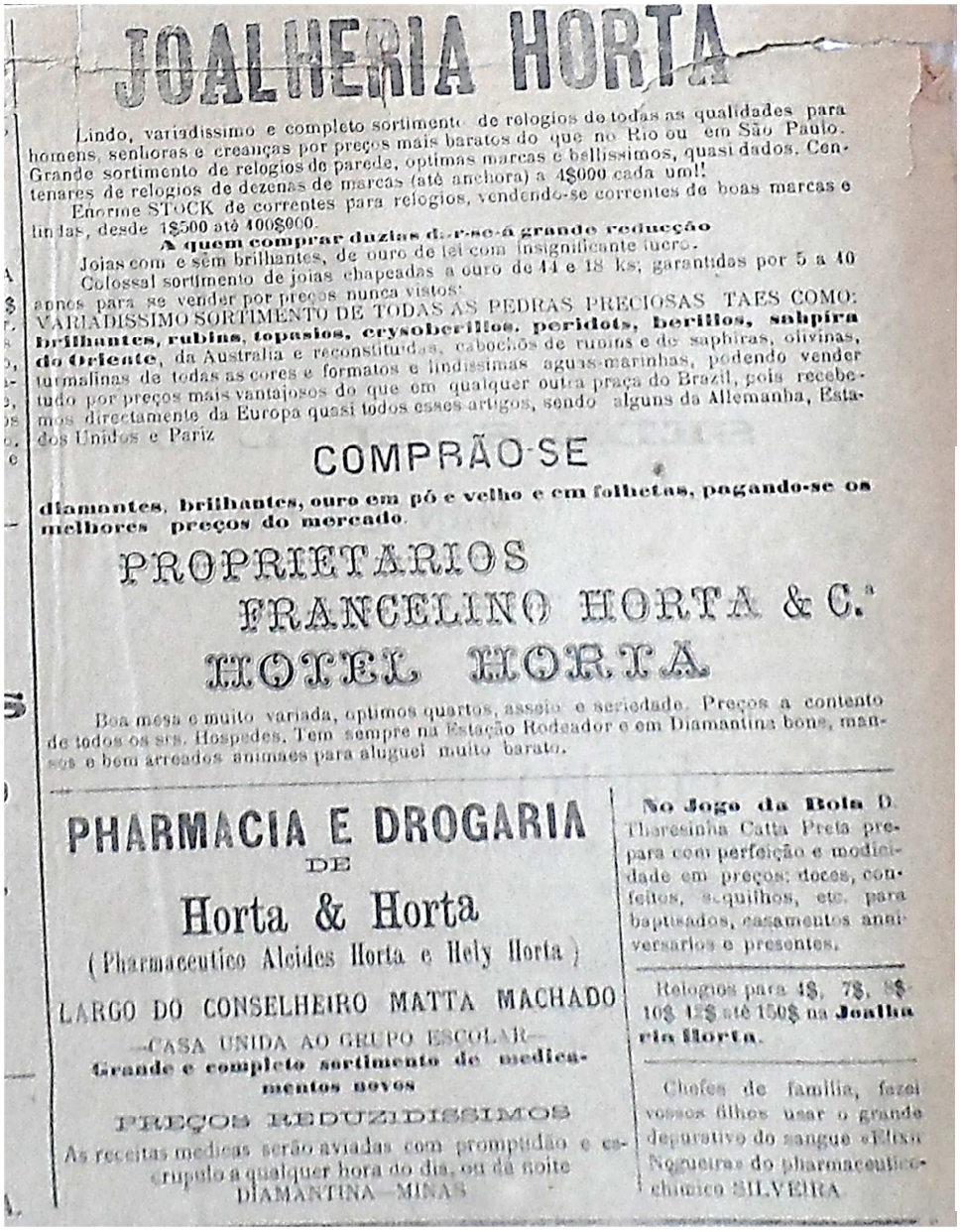
> primeira década do Novecentos, trouxe água para o moinho dos homens de negócio tradicionais da região, que preferiam a adaptação gradual às mudanças infinitesimais do "fluxo circular" da economia regional, aos riscos de "conduzir os meios de produção para novos canais". Por outro lado, a melhora do mercado do diamante, com a entrada dos compradores norte-americanos e os investimentos das companhias estrangeiras (a partir de 1897), bem como o início do processo de semimecanização do garimpo nos anos 1920, abriram boas perspectivas para os grandes mineradores e diamantários.[259]

Chichico Alkmim registrou essa imagem da cidade que tem como elementos constituintes o comércio e o garimpo. Este último, agitava a economia da cidade até os anos 1950, quando ainda existiam várias "casas" que compravam e vendiam diamantes, anunciando nos jornais locais. O jornal "Voz de Diamantina" de 7 de maio de 1938 anunciou que "as minas diamantíferas, deste município, continuam dando muito diamante, dentre eles, pedras boas e de muitas oitavas". Em 1931, o comerciante José Estanilau Machado anunciou no jornal "Pão de Santo Antônio" de 5 de abril que "compra diamantes pelos mais altos preços do nosso mercado, rua atrás das Mercês". O jornal *Voz de Diamantina* de 27 de abril de 1941 publicou o anúncio do diamantário Osvaldo Cézar que dizia: "autorizado pelo decreto 5.717/1940 - compra diamantes pelos maiores preços do mercado, rua municipal, Diamantina" (figura 52).[260] O decreto 466 de 1938 regulamentou a atividade garimpeira, enfatizando a necessidade dos indivíduos que desejassem comprar diamantes se regularizarem nas coletorias regionais e seguirem vários procedimentos indicados no documento.[261] Na imagem a seguir, observe que um proprietário possuía diversos empreendimentos, além de atividades ligadas ao garimpo.

[259] MARTINS, 2008, p. 637.

[260] O Decreto presidencial que assegura ao comerciante Osvaldo César Pereira da Silva comprar pedras preciosas, em Diamantina, é do período getulista e traz os seguintes dizeres: "Artigo único. Fica autorizado o cidadão brasileiro Osvaldo Cesar Pereira da Silva, residente em Diamantina, Estado de Minas Gerais, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n. 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente decreto. Rio de Janeiro, 28 de maio de 1940". BRASIL. Decreto nº 5.717, de 28 de Maio de 1940.

[261] BRASIL. Decreto nº 466 de 4 de junho de 1938.



JOALHERIA HORTA

Lindo, variadissimo e completo sortimento de relogios de todas as qualidades para homens, senhoras e creanças por preços mais baratos do que no Rio ou em São Paulo. Grande sortimento de relogios de parede, optimas marcas e bellissimos, quasi dados. Centenares de relogios de dezenas de marcas (até anchora) a 4$000 cada um!!

Enorme STOCK de correntes para relogios, vendendo-se correntes de boas marcas e lindas, desde 1$500 até 400$000.

A quem comprar duzias d.-se-á grande reducção

Joias com e sem brilhantes, de ouro de lei com insignificante lucro.

Colossal sortimento de joias chapeadas a ouro de 11 e 18 ks; garantidas por 5 a 10 annos para se vender por preços nunca vistos.

VARIADISSIMO SORTIMENTO DE TODAS AS PEDRAS PRECIOSAS TAES COMO: **brilhantes, rubins, topasios, crysoberillos, peridots, berillos, sahpira do Oriente**, da Australia e reconstituidas, cabochões de rubins e de saphiras, olivinas, turmalinas de todas as cores e formatos e lindissimas aguas-marinhas, podendo vender tudo por preços mais vantajosos do que em qualquer outra praça do Brazil, pois recebemos directamente da Europa quasi todos esses artigos, sendo alguns da Allemanha, Estados Unidos e Pariz

COMPRÃO-SE

diamantes, brilhantes, ouro em pó e velho e em folhetas, pagando-se os melhores preços do mercado.

PROPRIETARIOS

FRANCELINO HORTA & C.ª

HOTEL HORTA

Boa mesa e muito variada, optimos quartos, asseio e seriedade. Preços a contento de todos os srs. Hospedes. Tem sempre na Estação Rodeador e em Diamantina bons, mansos e bem arreados animaes para aluguel muito barato.

PHARMACIA E DROGARIA

DE

Horta & Horta

(Pharmaceutico Alcides Horta e Hely Horta)

LARGO DO CONSELHEIRO MATTA MACHADO

—CASA UNIDA AO GRUPO ESCOLAR—

Grande e completo sortimento de medicamentos novos

PREÇOS REDUZIDISSIMOS

As receitas medicas serão aviadas com promptidão e escrupulo a qualquer hora do dia, ou da noite

DIAMANTINA—MINAS

No Jogo da Bola D. Thereszinha Catta Preta prepara com perfeição e modicidade em preços: doces, confeitos, esquilhos, etc. para baptisados, casamentos aniversarios e presentes.

Relogios para 4$, 7$, 8$ 10$ 12$ até 150$ na **Joalheria Horta**.

Chefes de familia, fazei vossos filhos usar o grande depurativo do sangue «Elixir Nogueira» do pharmaceutico-chimico SILVEIRA

Figura 52. Joalheria Horta. Diamantina, 1911. Fonte: Jornal *A Ideia Nova*, 05 de Novembro de 1911.

A Joalheria Horta não foi fotografada por Chichico, no entanto, este recorte vem demonstrar que o ramo do garimpo permitia ampliar os empreendimentos comerciais.

Sendo assim, a cidade que se observa configura-se para além do garimpo. É possível identificar uma cidade que se integra a uma economia pujante no Alto Jequitinhonha, ligada a uma sociedade com sociabilidade burguesa. Então, torna-se necessário saber sobre a presença dos transeuntes no espaço da cidade.

Nas fotografias fora do ambiente do estúdio do fotógrafo, os transeuntes estão presentes diante de uma casa comercial, de uma igreja, caminhando pela capistrana, entre outras situações. Veja as imagens.



Figura 53. Rua do Bonfim. Detalhe do negativo de vidro A-058. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 54. Praça Conselheiro Mata. Detalhe do negativo de vidro A-082. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 55. Rua Francisco Sá, atual rua da Quitanda. Detalhe do negativo de vidro A-037. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 56. Rua Macau do Meio com a capistrana. Detalhe do negativo de vidro P-042. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 57. Praça Dr. Conselheiro Mata. Detalhe do negativo de vidro A-048. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: A fotografia é posterior a 1938, pois demonstra parte da catedral à direita da foto e apresenta uma reforma à esquerda da foto que foi empreendia em 1938. AMAD, jornal *A Estrela Polar*, 06 de novembro de 1938.

Os indivíduos presentes nas fotografias de Chichico representam os sujeitos sociais que viviam na cidade e nela, de um modo ou de outro, se satisfaziam ou sonhavam. Chichico Alkmim fotografou ruas e seus prédios em diferentes momentos, evidenciando os transeuntes da cidade que pulsava para além do garimpo. Os homens, as mulheres e as crianças cujas fotografias apontaram sua presença nos espaços públicos, eram brancos, negros e miscigenados, resultantes do processo histórico que conformou a história de Diamantina e de

Minas Gerais. A população negra na cidade é expressiva e aparece com especial destaque nas fotografias de Chichico Alkmim realizadas em estúdio.

Os transeuntes foram fotografados no espaço público da rua, andando pelas capistranas, em frente aos cafés, bares, drogarias e perfumarias, como também diante de casas comerciais de secos e molhados, sapatarias, ourivesarias e lapidações, hotéis, cinema, banco, alfaiatarias, padarias e confeitarias (figuras 53 a 57). O espaço público da rua é apropriado de modo diversificado pelos que por ela passam ou ali se detêm por algum momento para conversas com conhecidos. A rua pode ser entendida, segundo o estudo da antropóloga paulista Fraya Frehse, como categoria geográfica que incorpora outros termos, a saber: becos, ruelas, ladeiras, jardins entre outros logradouros, desde que mantenham a característica de serem abertos e de acesso legal e social irrestrito (em princípio) a todos. Nessa medida, o espaço da rua é objeto de estudo para a autora e é compreendido como uma "uma mediação fundamental para a introdução de referências sociais e simbólicas ligadas à modernização em curso" na cidade de São Paulo.[262]

Frequentada historicamente por indivíduos vistos como subalternos na sociedade, a rua foi, ademais, espaço para indivíduos que possuíam alguma distinção social. Além de lugar de trânsito, este espaço demonstrou a convivência do moderno e da tradição. Segundo o jornal diamantinense *Voz de Diamantina*, a rua foi vista pelos moralistas da cidade de Diamantina como um espaço inadequado para as mulheres que "deveriam cuidar para manter intacta a sua honra, evitando situações como frequentar lugares suspeitos e circularem em horas impróprias na cidade".[263] Desse modo, lançando mão de uma linguagem que facilitava a recepção do leitor, mas que difundia determinados valores e visões sobre o espaço público, moralistas da cidade escreveram nos jornais situações fictícias, tais como:

> Filha, eu preciso abrir teus olhos.
> Olha, moça séria, moça de valor, que honra e preza o seu nome e de seus pais, não vira coruja, à noite, indo se sujar com marrecos, nos cantos e recantos das ruas, claras ou escuras. Quem se suja às claras, não tem vergonha, e quem procura os escuros é coruja que ainda não a perdeu, deseja perder as asas e cair no inferno!...
> - Olha lá! Há prendas nesta vida, que só perdemos uma vez. Considerai bem minhas palavras: eu sou teu pai!
> - Mas... papai é preciso que o senhor saiba: os homens, hoje sabem guardar a sua honra!...
> Conclusão lógica: Logo... É triste uma casa sem filhos, porém mais triste ainda é uma casa cheia de filhos malcriados e desobedientes.[264]

[262] FRESE, 2005, p. 30.
[263] SANTOS, 2003, p. 53.
[264] BAT, jornal *Voz de Diamantina*, 14 de julho de 1946.

O objetivo desse texto foi socializar princípios de moralização da sociedade, nortear a "boa educação" e difundir um padrão idealizado de família, que via no espaço público da rua um lugar pouco merecedor de crédito para a realização desse intento. Os indivíduos fotografados na rua pelo olhar de Chichico Alkmim estão em momentos de trabalho, de saída da escola, realizando o *footing*, conversando, entre outros momentos de descontração.

Os transeuntes que se observam nas ruas da cidade de Diamantina por meio das fotografias eram homens, crianças e mulheres, bem vestidos e bem apessoados, em sua maioria. As mulheres e crianças fotografadas, possivelmente saíam da missa ou de algum evento religioso na Catedral Metropolitana recém-construída (figura 57), posicionada à direita da fotografia. Em geral, as mulheres eram bem trajadas, usando vestido, meia-fina e quase sempre com cabelos curtos, seguindo a moda europeia dos anos 1920 e 1930. Os homens exibem seus sobretudos, chapéus e casacas, desfrutando dos tempos da *belle époque*.[265] O bem trajar para ir à missa foi observado numa publicação do jornal *Pão de Santo Antônio* que dizia que estavam "vestidos com todo o rigor da moda".[266] As pessoas exibiam suas melhores roupas em momentos especiais, aos domingos para ir à missa, em festas, em procissões e enterros, pois a "vestimenta é uma linguagem simbólica, um estratagema de que o homem se serviu para tornar inteligível uma série de ideias como o estado emocional, as ocasiões sociais, a ocupação ou o nível do portador".[267]

O olhar do fotógrafo captou transeuntes nas ruas da cidade com certo destaque para jovens que posavam para a câmera, que exibiam trajes rotineiros de trabalho e de escolas, estando descalços ou somente com um pé de calçado (quase sempre para economizar o outro par do sapato). Eles usavam chapéus e roupas que aparentam ser bem surrados, demonstrando um dos aspectos da dureza da vida na sociedade garimpeira.

Os trajes que se observam nas fotografias feitas por Chichico, ao mesmo tempo em que sugerem a distinção social de alguns indivíduos, apontam para uma armadilha: aos poucos, como sugere Gilda de Melo e Souza, os sinais exteriores de distinção vão ficando cada vez mais difíceis de identificar na sociedade. Dessa maneira, a moda não deixa de ser um poderoso instrumento de integração social e "desempenha uma função niveladora importante, ao permitir que o indivíduo se confunda com o grupo e desapareça num todo maior que lhe dá apoio e segurança".[268]

---

[265] LAVER, 1989, p. 213-237. SCHAPOCHNIK, 1998, p. 440.
[266] BAT, jornal *Pão de Santo Antônio*, 31 de agosto de 1911.
[267] SOUZA, 2001, p. 125.
[268] SOUZA, 2001, p. 130.

Em Diamantina, os valores sociais desejados foram largamente difundidos pelos jornais locais, assim como foram combatidos os indesejáveis. O cinema, por exemplo, era denunciado como corruptor da moral e dos bons costumes, por isto vários artigos de jornais denunciaram o perigo que o cinema representava. Assim, os autores dos artigos chamavam a atenção dos pais para a necessidade de alertar os filhos e a esposa para "o amor pervertido, o ódio, o assassinato, o roubo, a vingança" que o cinema estimulava.[269] Os filmes eram considerados mais prejudiciais para a índole feminina, pois "conduzida pela tendência mimética tão nossa, a moça brasileira [que] aceita e copia, arbitrariamente, tudo o que lhe impregnam com o rótulo irresistível da novidade".[270] Esta visão acerca do papel do cinema não foi unânime, vários artigos apresentam opiniões mais "brandas", que criticavam apenas os filmes que *excitavam os vícios e apodreciam a sociedade*, e não o cinema de modo geral. [271]

* * *

Ao longo deste capítulo foi possível perceber o modo como Chichico Alkmim registrou as imagens da cidade do garimpo e do comércio.[272] O garimpo, por sua vez, foi atividade econômica constitutiva da identidade dos indivíduos que viveram e vivem nessa cidade. O diamante reforça a identidade do diamantinense, remontando à lenda da Acayaca, cuja representação presentifica a existência de desventuras vivenciadas pelo povo de Diamantina.

Nas fontes arroladas neste capítulo (fotografias, jornais, decretos, memorialistas e literatura) o diamante parece ser pedra angular na qual as pessoas balizam suas vidas. A imagem dessa cidade não é somente bela, pois cabem interpretações como a de Luis Gonzaga dos Santos, que reclamou das ladeiras, da tortuosa rua e da feiura da cidade causada pelo garimpo. Todavia, predomina uma relação homem/cidade que enaltece o garimpo, certamente pela capacidade/possibilidade de enriquecimento proporcionada pela pedra preciosa aos indivíduos, podendo ser retratada como sinônimo de sonhada.

As fotografias de áreas de garimpo exprimem as modalidades de exploração mineral do diamante, podendo ser no "leito do rio" ou no "garimpo de massa", evidenciando as marcas indeléveis dessa atividade. Chichico Alkmim saía de seu ateliê para registrar tais

[269] BAT, jornal *Diamantina*, "O Cinema", 29 de novembro de 1913.
[270] BAT, jornal *Pão de Santo Antônio*, "A obra do cinema". 31 de janeiro de 1926.
[271] SANTOS, 2003, p. 56.
[272] Não é exagero lembrar que outras imagens da cidade podem ser identificadas. Todavia, as fotografias de Chichico Alkmim apontaram, de modo muito forte, para a presença do comércio e o do garimpo. Ressalta-se que o presente estudo não comporta compreender o desenvolvimento das atividades de agricultura e pecuária dado a ausência do olhar do fotógrafo para tais atividades. Outras fontes apontam tal presença.

marcas da cidade, embora seja de bom tom lembrar que ele quase sempre foi remunerado para tal. Da atividade garimpeira o comércio floriu, ganhando destaque a ourivesaria, a lapidação e as grandes casas comerciais na cidade, cuja área de atuação extrapolava os limites do município.

Enfim, vale verter o olhar para os transeuntes que se observam nas fotografias. Estes são indivíduos resultantes do processo histórico vivenciado nestas paragens à época de Chichico Alkmim e assinalam as diferenças sociais existentes na cidade.

CAPÍTULO 3

A Cidade Episcopal

> *Estou convencida que em Diamantina reza vale mais do que proteção e trabalho. Comigo e com toda a nossa família nunca falha. É só a gente rezar uma oração bem forte, com muita fé, e vai logo servida. Mas hoje eu verifiquei que, em casa de gente muito boa como Seu Juca Neves, é só pedir que Deus atende, mesmo sem reza.*
>
> Helena Morley, *Minha vida de menina*.

3.1. A cidade, a romanização e a reconquista

A atuação da Igreja Católica é sentida no antigo Arraial do Tijuco desde o século XVIII por meio da organização social e religiosa desse lugar, especialmente através das irmandades e confrarias, como também pelas edificações de seus templos.[273] Em 6 de junho de 1854,[274] foi instalado na cidade o Bispado de Diamantina, criando a diocese de mesmo nome, cujo principal desmembramento foi do bispado de Mariana.[275] A este novo território clerical coube o encargo de cuidar da extensa área do norte/nordeste de Minas Gerais e de instituir a autoridade papal por meio da atuação dos Bispos e padres, além de submeter as

[273] Vale destacar que o Arraial do Tijuco foi elevado a paróquia em 6 de setembro de 1819 e a Freguesia de Santo Antônio da Sé, em 1822.

[274] Considerando a relação Igreja-Estado para a criação da diocese era necessário um decreto-lei do Estado Imperial Brasileiro, neste caso foi a lei civil nº 673 de 10 de agosto de 1853, executada em 1854. Padre Marcos Cardoso de Paiva Foi indicado para assumir o bispado em 1856, mas não foi sagrado Bispo por motivo de grave doença. Dom Joao Antônio dos Santos tomou posse na Diocese em 2 de fevereiro de 1864. FARIA, p. 2-3.

[275] Criação de Bispados no Brasil: Bahia (1555), Rio de Janeiro (1676), Olinda (1676), Maranhão (1677), Pará (1719), Mariana e São Paulo (1748). FERNANDES, 2005, p.85.

irmandades e as confrarias ao poder do Bispo, visando expurgar as práticas vistas como supersticiosas dos fiéis e disciplinar e instruir o clero.[276]

Essas mudanças se alinharam aos preceitos de uma Igreja reformista, estabelecida sob outras bases que não aquelas do período colonial brasileiro. Conforme Hans-Jyrgen Prien, houve uma consciente romanização do clero latino-americano no período de 1860 a 1930, influenciando a hierarquia católica.[277]

O clero reformista mineiro, atuante nesse processo, teve na cidade de Mariana, Minas Gerais, a partir de 1844, com o Bispo Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875), o marco constitutivo do que se conhece como romanização da Igreja, ou o alinhamento da Igreja brasileira ao pensamento romano ou ultramontano europeu.[278]

O recém-criado bispado de Diamantina foi edificado estrategicamente para ser inserido nessa mesma tendência, por meio do trabalho do Bispo Dom João Antônio dos Santos e de seu sucessor, Dom Joaquim Silvério de Souza.[279] O processo de consolidação da romanização em Minas Gerais e em Diamantina, pode ser identificado até meados dos anos 1930, mas em Diamantina foi coroado quando essa cidade passou a constituir-se como sede metropolitana do recente Arcebispado, criado em 28 de julho de 1917.[280]

Em termos de periodização, para compreender a ação romanizadora, Hans-Jyrgen Prien sugere aproximadamente os seguintes períodos: de 1850 até 1890, ocorreu o processo de reforma cristã católica no Brasil, igualmente chamado de romanização ou movimento ultramontano;[281] de 1890 a 1930, houve uma macroestruturação da Igreja diante da configuração de um Estado laico após a abolição do padroado com a República, em 1889, bem como o fortalecimento do processo de romanização e restauração da Igreja; por fim, um

[276] Esse é o catolicismo romanizado que o Bispado busca implantar e nos referimos no decorrer desse estudo.
[277] O autor critica a constante alienação e dificuldade de leituras próprias do clero latino diante de sua subordinação a Roma no processo de romanização. Deixou-se de prestar atenção a novas formas de compreensão da realidade, como as ciências econômicas e sociais, assim como a história profana e eclesiástica latino-americanas. PRIEN, 1985, p.514.
[278] Outros Bispos brasileiros se envolveram nesse processo, a saber: na Bahia, Dom Romualdo Seixas (1827-1860) e Dom Manuel Joaquim da Silveira (1861-1874); em Fortaleza e Salvador, Dom Luiz Antônio dos Santos (1861-1890); em Belém, Antônio de Macedo Costa (1861-1890); no Rio de Janeiro, Pedro de Lacerda (1869-1890); em Porto Alegre, Dom Sebastião Laranjeira (1860-1888), em Diamantina, Minas Gerais, Dom João Antônio dos Santos (1863-1905), em São Paulo, Dom Antônio Joaquim de Melo (1861-1874); e em Pernambuco, Dom Vital Maria de Oliveira (1872-1878). Outros Bispos reformadores contribuíram para a restauração no Brasil (restaurar é reestabelecer orientações romanas ao clero), a saber: Dom José Pereira da Silva Barros (Olinda, 1882-1891; Rio de Janeiro 1891-1892), Dom Antônio Cândido de Alvarenga (Maranhão, 1879-1897; São Paulo, 1897-1903) e Dom Joaquim José Vieira (Fortaleza/Ceará 1883-1912). PRIEN, 1985, p. 534.
[279] É bem possível que o Bispado tenha sido edificado estrategicamente por Dom Viçoso para ser um multiplicador da reforma por ele iniciada em Mariana. FERNANDES, 2005, p.149-153.
[280] FARIA, p. 2; FERNANDES, 2005; MARQUES, 1995.
[281] Ultramontanismo é um movimento cultural europeu, ocorrido principalmente na França, no qual se entendia que o Estado é que deveria estar a serviço da Igreja, bem como havia primazia da fé sobre a ciência. Ultramontano é relativo à Roma, no que se refere ao poder eclesiástico.

terceiro período, que se estendeu de 1930 a 1960, correspondendo ao momento de uma "nova cristandade", ocorrendo à reaproximação entre o Estado e a Igreja, sobre novas bases, instituindo a Ação Católica (no Brasil em 1935), a monumentalização dos edifícios e templos, a valorização das obras católicas no campo educacional e a difusão da ideia que "ser católico é ser brasileiro".[282]

A cidade de Diamantina, sede do bispado e arcebispado, é compreendida como uma "cidade episcopal", uma metrópole eclesiástica. Para José Moreira de Souza, a cidade episcopal apresenta a característica de ser capaz de regionalizar serviços urbanos, encontros, festas e comemorações, além de possuir autonomia local, contrariando a lógica monárquica do século XIX.[283] A privatização das lavras mineradoras "conferiu à cidade de Diamantina do Serro a força de que necessitava para se tornar a Metrópole do Norte (...)" e, "elevada à categoria de cidade episcopal em 1853, porá, no centro das ações, os conflitos característicos da relação Igreja-Estado e o projeto liberal".[284] O autor descreve outros impactos da cidade episcopal: o renascer da maçonaria local e de conferir vitalidade a ela, além de promover alteração na forma espacial da cidade, uma vez que os edifícios públicos serão ocupados pela Igreja, como a Casa do Contrato e a Casa do Intendente Câmara (atual Casa da Glória).[285]

A ideia e o termo "cidade episcopal" foram apropriados por Antônio Carlos Fernandes em seu estudo de mestrado e, como projeto de uma "cidade católica", por Marcos Lobato Martins.[286] Nesta cidade, os intelectuais de formação católica combatiam veementemente os "males" advindos da República de forma a envidar esforços capazes de movimentar a sociedade, quais sejam: liberalismo, educação laica, a dita modificação dos "bons" costumes, a maçonaria, os protestantes e o desejo de modernização.

O termo *cidade episcopal*, assim como *cidade arquiepiscopal*, foi utilizado na obra de Celso de Carvalho intitulada *Dom Joaquim*, publicada em 1935, pela editora Vozes, para designar os empreendimentos materiais e imateriais da Igreja católica à época daquele Bispo.[287] No presente estudo lanço mão do termo para exprimir o modo como a cidade de Diamantina se distinguiu por ser sede eclesiástica metropolitana e manteve, por longos anos, tal condição, além de utilizá-la na acepção de Celso de Carvalho.

---

[282] PRIEN, 1985, p.514-541.
[283]SOUZA, 1997, p.101-103.
[284] SOUZA, 1997, p.105.
[285] SOUZA, 1997, p.106. José Moreira de Souza estende a sua análise para a atuação dos maçons, especialmente gerando uma cisão no grupo liberal, páginas 107-108.
[286] É cidade episcopal, mas é também a cidade entreposto comercial e industrial. FERNANDES, 2005, p. 84. MARTINS, 2014, p. 388.
[287] CARVALHO, 1935, p. 102.

No final do século XIX e início do século XX, o território correspondente à área de atuação da cidade episcopal era vastíssimo e foi, ao longo do tempo, subdividido com vistas à melhor administração do clero diocesano ou secular e à atuação deste nos longínquos locais da porção noroeste, norte e nordeste do Estado mineiro (figuras 58 a 60). Isto é, esta foi uma ação estruturante de território que correspondia à organização necessária à atuação da Igreja romanizada. Com o avançar do tempo, esta situação se relaciona com o processo de reaproximação, após os anos 1930, da Igreja Católica com o Estado.[288] Para melhor compreensão da extensão territorial do Bispado e Arcebispado de Diamantina, os mapas a seguir são elucidativos.

Mapa 01: Abrangência do Bispado de Diamantina 1854-1910.

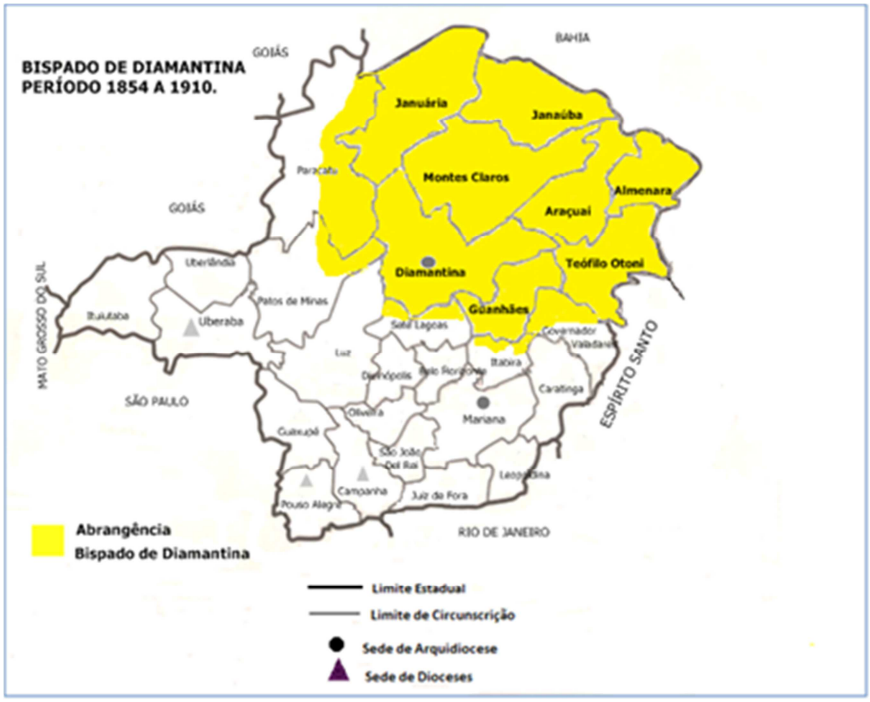


Figura 58. Mapa de divisão Eclesiástica de Minas Gerais de 1854 a 1910.
Fonte: ANUÁRIO Estatístico do Brasil, 1927; BARBOSA, 1995. Mapa base retirado e adaptado do ANUÁRIO Católico do Brasil - 2012. Rio de Janeiro: Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS) e Promocat Marketing Integrado, 2012.

[288] A romanização seguia padrões católicos romanos e evidentemente tem influência sobre a vida e a formação clerical. À medida que o clero se romanizava, também tendia a urbanizar e elitizar. Há um distanciamento cultural e ideológico entre o padre e o povo, embora ele estivesse presente entre o povo, ainda sim possuía uma postura que os identificava com os grupos que detinham o poder. Esta ideia é expressa por ALMEIDA, 2004, p.329. Há que se ressaltar que houve, na região da cidade episcopal de Diamantina, uma identificação dos párocos com a comunidade na qual eles trabalhavam e guiavam, defendendo os indivíduos em situações que consideravam "injustas". A este respeito ver SANTOS, 2003.

Mapa 02: Abrangência do Bispado de Diamantina em 1913.

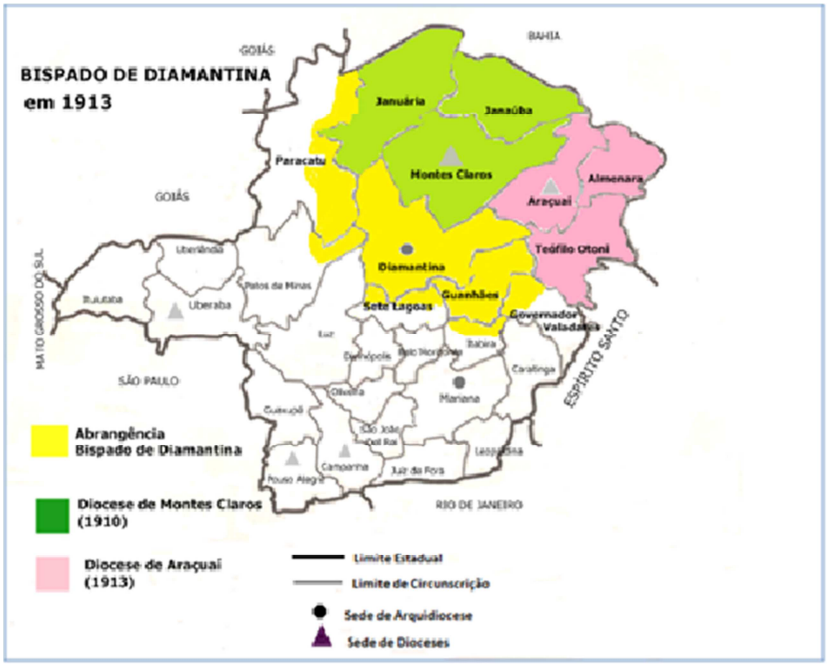


Figura 59. Mapa de divisão Eclesiástica de Minas Gerais de 1913.
Fonte: ANUÁRIO Estatístico do Brasil, 1927; BARBOSA, 1995. Mapa base retirado e adaptado do ANUÁRIO Católico do Brasil - 2012. Rio de Janeiro: Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS) e Promocat Marketing Integrado, 2012.

Mapa 03: Abrangência do Bispado de Diamantina 1950-1960

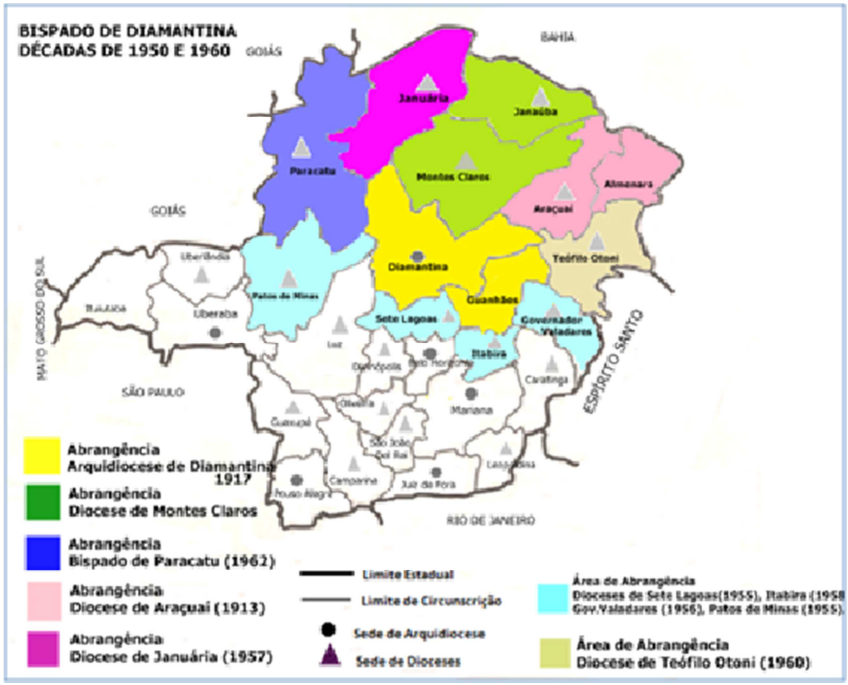


Figura 60. Mapa de divisão Eclesiástica de Minas Gerais de 1950 e 1960
Atualmente, Diamantina é sede da Província Eclesiástica que congrega as seguintes dioceses: Guanhães, Teófilo Otoni, Araçuaí e Almenara.
Fonte: ANUÁRIO Estatístico do Brasil, 1927; BARBOSA, 1995. Mapa base retirado e adaptado do ANUÁRIO Católico do Brasil - 2012. Rio de Janeiro: Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS) e Promocat Marketing Integrado, 2012.

Em 1910, por iniciativa de Dom Joaquim, visando minorar o problema das distâncias entre os lugarejos, a falta de padres e de recursos para a administração eclesiástica do território administrado pela arquidiocese de Diamantina, ocorreu a criação da diocese de Montes Claros[289]. Sendo assim, a divisão do território pertencente à Diocese de Diamantina, em 1912, figurava as seguintes localidades no norte mineiro: Araçuaí, Capelinha, Conceição do Serro, Curvelo, Diamantina, Minas Novas, Paraopeba, Peçanha, Pirapora, Santa Luzia do Rio das Velhas, São João Batista, São João Evangelista, São Miguel e Almas de Guanhães, São Miguel do Jequitinhonha, Serro e Teófilo Otoni.[290] Em 1913, a cidade de Araçuaí passou a sediar a diocese de mesmo nome, sendo desmembrada de Diamantina.[291] Com o avançar do tempo, novos desmembramentos ocorreram e representaram melhor administração eclesial do norte/nordeste, como nos anos 50, quando deixou de pertencer à Arquidiocese de Diamantina parte das dioceses de Patos de Minas (05/04/1955), de Governador Valadares (01/02/1956), de Sete Lagoas (16/07/1955) e de Itabira (14/06/1958).[292] Em 1981 e 1985, respectivamente, foram criadas as dioceses de Almenara (desmembrada de Araçuaí e de Teófilo Otoni) e de Guanhães (desmembrada de Diamantina, de Governador Valadares e Itabira).[293]

Para se ter uma ideia do contingente populacional que residia na cidade episcopal, os dados a seguir são esclarecedores. Em 1858, eram 10 mil indivíduos, número que diminuiu para 8.272 em 1899 e para 7.750 em 1920. Esses dados apresentados por Marcos Lobato Martins se explicam pela baixa da atividade mineradora marcada pela crise dos anos 1870, que praticamente manteve estável ou diminuiu sensivelmente o contingente populacional da cidade, oscilando entre 8 a 10 mil indivíduos.[294] O arcebispado de Diamantina registrou 10

[289] Em 1911 tomava posse o seu primeiro Bispo: Dom João Antônio Pimenta. A Arquidiocese de Montes Claros também foi desmembrada posteriormente, sendo que Paracatu foi criada como prelazia em 1929 e diocese em 1962, desmembrada de Montes Claros e de Uberaba. Em 1957, foi criada a diocese de Januária, desmembrada de Montes Claros e da Prelazia de Paracatu. A diocese de Janaúba foi criada em 2000, desmembrada de Montes Claros. ANUÁRIO Católico do Brasil, 2012.
[290] ANUÁRIO Estatístico do Brasil, 1927.
[291] A diocese de Teófilo Otoni foi desmembrada de Araçuaí em 27 de outubro de 1960.
[292] BARBOSA, 1995. Em julho de 1955, Pio XII criou a Arquidiocese de Sete Lagoas em Minas Gerais, desmembrando-a de parte da Arquidiocese de Belo Horizonte e de Diamantina. De Diamantina foram para nova diocese de Sete Lagoas as seguintes paróquias: Caetanópolis, Cordisburgo, Paraopeba, Riacho Fundo e Pirapama. Em fevereiro de 1956, o mesmo papa criou a diocese de Governador Valadares, desmembrando parte de Araçuaí, de Caratinga e de Diamantina. De Diamantina foram transferidas para nova diocese de Governador Valadares as paroquias de Assucena, Coroaci, Virginópolis e Virgolândia. FARIA, p.10.
[293] Anuário Católico do Brasil, 2012.
[294] MARTINS, 2014, p. 226.

mil pessoas em 1923, e para toda a arquidiocese, o quantitativo de 407.229 indivíduos,[295] sendo que para o ano de 1949, esse quantitativo aumentou para 584.935 pessoas.[296]

Dentro do marco temporal deste estudo, a cidade episcopal contou com a atuação de indivíduos responsáveis pela guia do clero regional, os quais se distinguiram por implementar um modo de pensamento e ação católica na porção nordeste do Estado de Minas, a partir de Diamantina. Tais indivíduos deixaram sua contribuição ao longo do tempo, especialmente quando criaram mecanismos que fortaleceram as bases da Igreja Católica, realizando ações que envolveram vários setores da sociedade e que demonstraram a existência de um projeto que visava alçar a cidade de Diamantina à categoria de metrópole eclesiástica. Para tal, não faltaram motivos, tanto por sua localização geográfica e trajetória histórica, quanto por conseguir traduzir com certa eficiência a nova pedagogia da Igreja.

No quadro abaixo, destacam-se os bispos e arcebispos que guiaram os fiéis católicos em Diamantina no período reformista católico e da romanização. Veja.

Quadro 11. Bispos e Arcebispos de Diamantina

Período	Bispo/Arcebispo
1854 a 1860	Criação da Diocese de Diamantina em 1853, mas executado o decreto-lei 673 em 1854. Nomeado o Pe. Marcos Cardoso de Paiva, que não chegou a ser sagrado Bispo por motivo grave de doença, exonerando-se de tal nomeação em 1860.
1863 a 1905	D. João Antônio dos Santos (19/11/1818-17/05/1905). Teve D. Joaquim Silvério de Souza como Bispo Coadjutor de 1902 a 1905.
1905 a 1933	Bispo e Arcebispo D. Joaquim Silvério de Souza (20/07/1859-30/08/1933). Teve D. Antônio José dos Santos (23/11/1872-02/02/1956) de 1918 a 1930 e D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota (16/07/1890-18/09/1982) de janeiro a maio de 1934, como Bispos Auxiliares.
1934 a 1954	Arcebispo D. Serafim Gomes Jardim (07/09/1875-31/10/1969). Teve como Bispo Auxiliar D. João de Souza Lima (1913-1984) de 27/09/1949 até 06/06/1954.
1954 a 1960	Arcebispo D. José Newton de Almeida Batista (16/10/1904-11/11/2001).

Fonte: FARIA, D. Paulo Lopes de. *Breve História Eclesiástica da Arquidiocese de Diamantina e promove o 4º Sínodo Arquidiocesano 2003-2004-2005*, s/d, (encadernado). MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

Dom João Antônio dos Santos, natural do distrito de Rio Preto, município de Serro, Minas Gerais, responsável pela implantação do Bispado de Diamantina, levou a cabo dois projetos educacionais para o Bispado, sendo um deles a fundação do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em 1867, cujo objetivo foi a formação do clero diocesano, sob os cuidados dos padres Lazaristas; o outro foi a educação das moças na região, ação que ficou a cargo das Irmãs de Caridade Vicentinas: a fundação do Colégio Nossa Senhora das Dores.[297] Há que se destacar outras ações do Bispo, em seus 41 anos de atuação, tais como: a criação da fábrica do

[295] AMAD, Caixa 98, *Relatório da Arquidiocese de Diamantina*, 1923.
[296] AMAD, Caixa 98, *Relatio Trienalis de Statu Seminariorum*, 1949.
[297] FARIA, p. 3-4; FERNANDES, 2005; MARTINS, 2014.

Biribiri, cujo objetivo foi de proporcionar trabalho às moças da região;[298] o trabalho em prol da abolição da escravatura[299] e a criação de uma "moeda própria na região", que eram os "vales que os negociantes, industriais e instituições de beneficência emitiam para suprir, diziam, a falta de trocos, e circulavam como dinheiro. Os *borrusquês* do Bispo eram emitidos pela Caixa Pia da Diocese e assinados por ele. O nome desses vales era o [mesmo do] negociante francês *Barrusque*, que foi o seu introdutor em Diamantina".[300]

Já o Bispo Dom Joaquim Silvério de Souza, natural de São Miguel de Piracicaba, Minas Gerais, deixou marca indelével por meio de sua atuação pastoral, sua capacidade organizativa e atuação junto à imprensa. Em 1905, o semanário oficial da Diocese de Diamantina, *A Estrela Polar*, de 5 de novembro, registrou os festejos comemorativos de sua posse, ocorrida em outubro daquele ano, além de estampar a sua fotografia na primeira página do jornal. Dando continuidade, ampliando e estruturando a administração clerical, o Arcebispo Dom Joaquim enfrentou as adversidades dos resultados da mudança de um sistema político que forçou a Igreja a se repensar em todo território nacional, com o advento da República. Em seus 28 anos de atuação adiante da diocese e arquidiocese de Diamantina, trabalhou incansavelmente no projeto de romanização da Igreja, evidenciado através de várias ações, tais como: fundação do jornal oficial da Mitra *A Estrela Polar* em 1903; criação do Colégio Diocesano; adaptação do Palácio Episcopal (antiga Casa do Contrato em Diamantina); foi membro da Academia Mineira de Letras; escreveu 16 Cartas Pastorais,[301] realizou visitas pastorais em toda a região norte/nordeste de Minas Gerais e envidou esforços na estruturação da Arquidiocese de Montes Claros, até 1910, bem como na construção da Nova Catedral e ampliação do Seminário Diocesano.

Para Celso de Carvalho, essas ações seguiam uma orientação modernizadora, impaciente em fazer tudo para acabar depressa, deixando alguns erros.[302] O Bispo Dom Joaquim promoveu, ainda, três Sínodos importantes para o clero regional, respectivamente, em 1903 (buscava regulamentar condutas cotidianas e coibir os excessos e faltas do clero), em 1913 (além de reforçar as orientações do sínodo anterior, buscava afastar as manifestações de

[298] MARTINS, 2014; FERNANDES, 2005.
[299] A atuação do Bispo Dom João Antônio dos Santos foi estudada por Lívia Gabriele de Oliveira que, ao concluir o seu trabalho de mestrado, apresentou uma das facetas do trabalho de Dom João à frente do Bispado de Diamantina: a defesa aberta do abolicionismo. OLIVEIRA, 2011.
[300] MORLEY, 1998, p. 29. Como modo de comprovação da existência dessas notas, a pesquisadora Maria Eugênia Ribeiro Pinto identificou no Bispado, uma nota de *borrusquês* arquivada. Estas notas foram extintas em Diamantina pelo Delegado de Polícia Salustiano A. da Rocha entre o final do século XIX e início do século XX. BAT, AJTN, Caixa 3, Livro II, Tradições 01.
[301] FARIA, p.5-6. Tinha como Bispos auxiliares Dom Antônio José dos Santos (1918 a 1932) e Dom Carmelo de Vasconcelos Mota (1932 a 1933). Ver quadro 11.
[302] O autor não afirma quais erros, apenas afirma de modo breve e solto. CARVALHO, 1935, p.109.

religiosidade popular no espaço da igreja, proibindo a entrada de catopés, marujada e caboclinhos – permitindo somente rituais romanos –, além de submeter as ordens terceiras à autoridade do pároco) e em 1927 (buscava orientar o clero mineiro sobre o Patrimônio Histórico e combate ao socialismo, comunismo e bolchevismo).[303] Dom Joaquim defendia que os seus sacerdotes deveriam votar, ele próprio assim o fazia, enfatizando que essa relação com o Estado era fundamental, sendo especialmente importante instruir os cristãos para tal exercício político. No arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina, as fontes históricas relacionadas ao período de Dom Joaquim Silvério de Souza (figura 61) apontam para a riqueza de informação e o modo zeloso pelo qual o Bispo tratava e registrava suas observações sobre a região.



Figura 61. Fotografia Arcebispo de Diamantina D. Joaquim Silvério de Souza (1859 a 1933). Negativo de vidro H-269. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Após a morte de Dom Joaquim em 1933, o Arcebispo nomeado para o cargo foi o Senhor Dom Serafim Gomes Jardim, natural de Olhos D'Água, Minas Gerais, transferido da diocese de Araçuaí para Diamantina. Em 20 anos à frente da Arquidiocese, deu continuidade a uma tendência que se observa igualmente no plano nacional, a monumentalização dos templos. Por isso, engajou-se na continuidade das obras de edificação e ampliação do

[303] FERNANDES, 2005, p.165-168; CARVALHO, 1935, p.146-147.

Seminário Episcopal de Diamantina e a construção da "Nova Catedral de Diamantina", ambos iniciados com o Bispo anterior. Envidou esforços para reaproximar a Igreja do Estado Getulista, assumindo postura e defesa ao nacionalismo durante o período de seu bispado: 1934 a 1954.[304] Preocupou-se em fundar a Casa dos Padres, oferecendo lar seguro para estes. Do mesmo modo que o seu antecessor, trabalhou com as visitas pastorais, fundamentais para conhecimento da região.[305]

Como é possível observar, cada Bispo levou adiante um projeto que representava a sua visão de clericalismo e de atuação da igreja junto à comunidade, enfrentando as adversidades regionais e as ações externas determinadas pelo Núncio apostólico sediado no Rio de Janeiro. Tiveram que dosar as especificidades regionais e as determinações "externas". A cidade episcopal foi se fazendo nesse processo, construindo uma imagem de si ao mesmo tempo em que se empenhava, por meio de seus agentes, para dar sentido à atuação clerical reformista, romanizadora e da nova cristandade, em toda a área metropolitana de Diamantina.

Foi desta cidade episcopal que Chichico Alkmim, o conhecido Chico fotógrafo, registrou inúmeras imagens tiradas tanto dentro de seu estúdio, quanto fora dele, aproveitando os diferentes ambientes da cidade.

Interessa-nos perceber que o olhar de Chichico Alkmim não ficou imune à influência cristã católica na cidade episcopal. É bem verdade, como explica Felipe Augusto Bernardi Silveira, que os templos católicos proporcionavam aos homens a sensação de "uma referência ou manifestação material de uma hierofania vislumbrada através da presença dos templos católicos".[306]Assim, não é exagero afirmar que em todas as fotografias panorâmicas da

[304] Estratégias de reconquista foram desenvolvidas no Brasil, assim como em Minas Gerais, no período que se estende de 1945 a 1970, mas iniciaram na década de 1930, mas a Igreja enxergava a si mesma ainda como "romana", ecoando "eternas verdades" emanadas pelo Vaticano. A partir dos anos 1950 é que a Igreja começa a mudar sua estratégia de atuação e busca conquistar as camadas populares que são sua base social. Esse processo é denominado de "reconquista" por PIERUCCI, *et. al*., 2004, p.354-355.

[305] A tendência posterior do Bispo sucessor de Dom Serafim será a de dar mais atenção ao povo, às suas dificuldades e aproximação do clero deste povo pobre sofrido. Dom José Newton de Almeida Batista assumiu o Arcebispado de Diamantina por curtos 6 anos e desenvolveu a Semana Ruralista, que tinha por objetivo promover estudos e orientação sobre o homem do Campo. E 1955, a Semana Ruralista ocorreu em Diamantina e o relatório desta resultou numa mensagem que enumerou os "males reais" existentes em nosso meio: "males oriundos da ignorância, da rotina, da pobreza, de técnica, da falta de meios de fixação do homem à sua terra, desrespeitada e caluniada, dos salários miseráveis, de uma criminosa arritmia entre a agricultura, a pecuária e a indústria, da falta de recursos, do abandono". AMAD, Caixa 98, *Mensagem dos Bispos da província de Diamantina*, 1955. Neste documento denunciou-se a feição dos mandos, das posses e das posições sociais na política que são terríveis para a sobrevivência do homem do campo. Dom José Newton trabalhou também em prol de redistribuir as paróquias que estavam sob a administração da Arquidiocese de Diamantina no processo de criação das novas dioceses de Sete Lagoas (1955) e de Governador Valadares (1956) e saiu de Diamantina para assumir a diocese de Brasília, capital federal. Após sua curta administração, assumiu o Bispado, em 1960, Dom Geraldo de Proença Sigaud.

[306] SILVEIRA, 2010, p. 122.

cidade, as torres das Igrejas dominam a paisagem,[307] todavia, o ato de focalizá-las no enquadramento das fotos indica que são identitárias da paisagem da cidade e Chichico reconhecia e valorizava isso (figura 62).[308] A fotografia a seguir confirma tal afirmativa.

[307] Entendo por paisagem o espaço construído que exprime significados para indivíduos, sendo marcado pela cultura e pelas escolhas sociais.

[308] Cabe aqui a seguinte observação: as igrejas e as suas torres foram construídas entre os séculos XVIII e XIX e compõem a paisagem da cidade. Logo, segundo a posição do fotógrafo, é o que há para ser fotografado quando se deseja uma fotografia panorâmica de Diamantina. Todavia, apesar da cidade mostrar essa sua feição, reforçamos a intencionalidade do fotógrafo por meio da focalização das torres das igrejas no enquadramento da imagem a ser guardada para a posteridade.

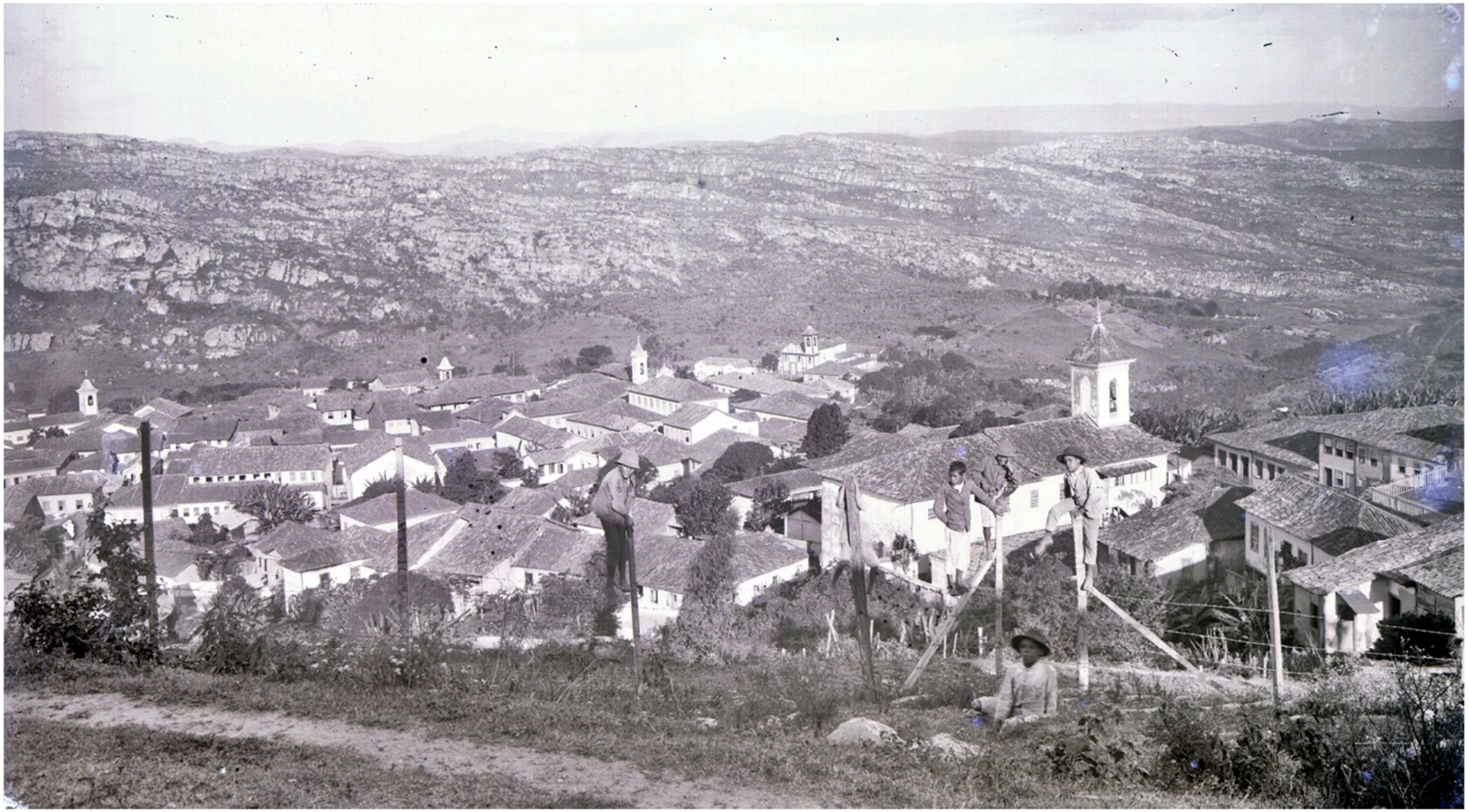


Figura 62. Vista panorâmica Negativo de vidro P-021. Diamantina, s/d.

Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Na imagem, observa-se uma vista panorâmica de Diamantina a partir do alto do bairro Bom Jesus.
Observação sobre a imagem: Da esquerda para direita, observam-se: torre da Igreja de **São Francisco de Assis**, torre da Capela de Nosso Senhor do **Bonfim**, torre da Igreja do **Carmo** com a torre à frente (mudança feita pelo IPHAN colocando-a atrás somente em 1948), Igreja de Nossa Senhora do **Rosário** e Igreja de Nossa Senhora **da Luz**. Foi possível identificar as igrejas e capelas comparando com outros negativos do acervo (para o caso da Igreja do Carmo), posicionando-me num lugar próximo ao local em que o fotógrafo se posicionou, visitando *in loco* os espaços e observando que o plano físico do Mercado Municipal, no qual se encontra a Capela do Amparo, não aparece na foto por ser mais baixo que os demais. Outra observação importante: não aparece a Catedral, que deveria figurar neste conjunto, pois está posicionada no mesmo plano físico das demais igrejas focadas pelo fotógrafo, fazendo supor que esta foi a época de sua construção, entre 1932 e 1937, período provável em que Chichico Alkmim realizou esta fotografia.

No acervo fotográfico de Chichico Alkmim, encontram-se várias fotografias que apontam para a existência de uma cidade episcopal, que aqui será caracterizada considerando o seu caráter regionalizador e centralizador de serviços, atividades comerciais e religiosas. Dessa maneira, optou-se por dividir as fotografias feitas *no ambiente fora do ateliê*, segundo o quadro que se segue:

Quadro 12. Fotografias da Cidade Episcopal.

Tema	Assunto	Quantidade
Edificações religiosas na cidade	Exterior de Igreja ou Capela	24
	Interior de Igreja ou Capela	09
	Cruzeiros da cidade	02
	Total parcial	***35***
Evento/Festa	Festa do Divino e Coroação de Santa	03
	Missa dentro da Igreja e campal	03
	Casamento	03
	Total parcial	***09***
Religiosos	Grupos de religiosos	15
	Grupos de religiosas	02
	Religioso com familiares ou pessoas variadas	07
	Religiosa com familiares ou pessoas variadas	04
	Apenas religioso	03
	Apenas religiosa	-
	Lembrança de sacerdócio	01
	Total parcial	***32***
Morte	Anjinhos	14
	Homens e mulheres mortos	05
	Total parcial	***19***
	Total	**95 fotografias**

Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

De acordo com o quadro acima, a cidade episcopal foi caracterizada por meio dos temas “edificações na cidade”, “evento/festa”, “religiosos” e “morte”. Essas temáticas representam tão somente um esforço de compreender o modo como Chichico enxergava a cidade episcopal, ou pelo menos a forma como quis representá-la, colocando em evidência a maneira como a religiosidade se expressava em Diamantina e como, nesta cidade, ganhava vulto por meio de suas imagens. Nessa medida, o critério utilizado para agregar as imagens dentro deste tema foi a clara intencionalidade do fotógrafo em evidenciar e focalizar o aspecto religioso visível no espaço urbano da cidade.

3.2. A Nova Catedral como projeto de monumentalização clerical

Os espaços da cidade representados nas fotografias, como o interior e exterior das Igrejas ou Capelas de Diamantina, merecem destaque no conjunto do acervo em questão.

Dentre as fotos de interior, foram registradas a parte interna das seguintes igrejas: Antiga Sé, Capela do Pão de Santo Antônio, Igreja do Rosário, Igreja do Seminário Arquidiocesano, Igreja do Carmo e Igreja do Amparo. Quanto às fotografias externas, todas foram fotografadas, quer seja como vista pertencente a uma panorâmica da cidade, quer como foto cujo enquadramento exibe apenas uma determinada igreja. Ainda, o fotógrafo retratou uma paisagem urbana característica da cidade e que a identificava.

Chichico Alkmim fotografou a antiga Catedral de devoção a Santo Antônio, construída em 1750, tanto interna quanto externamente. O espaço interior da igreja foi registrado pelo fotógrafo e socializado na cidade através da publicação no jornal *Voz de Diamantina*, em sua edição comemorativa do centenário da cidade em 6 de março de 1938, como mostram as imagens a seguir (figuras 63 e 64).



Figura 63. Antiga Sé Diamantina. Negativo de vidro A-024. Diamantina, s/d.
Fonte: do Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

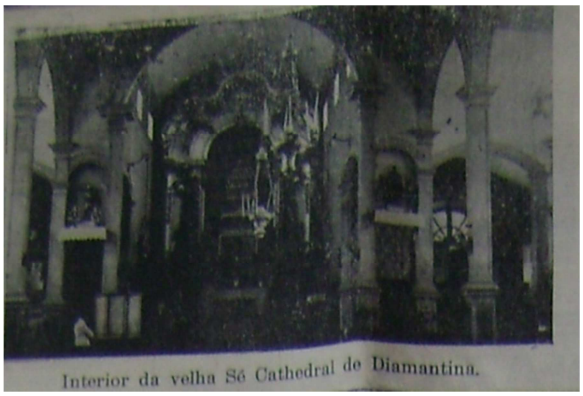


Figura 64. Interior da velha Sé Cathedral de Diamantina, 1938.
Fonte: 1ª Edição Comemorativa do Centenário de Diamantina 1838-1938. *Voz de Diamantina*, 06 de março de 1938.

A igreja da Sé, Catedral de Diamantina, construída em 1750 e derrubada em 1932, foi um edifício clerical que exibia estilo arquitetônico barroco, mas, com o desgaste dos materiais de sua construção, ao longo do tempo, exigiu, para a manutenção de sua estrutura e beleza, constantes reformas e reparos. Em 1915, foi empreendida grande reforma visando à elevação da cidade à categoria de Arcebispado.[309] Como mostra a fotografia de Chichico, de fato a Igreja passava por essas reformas, considerando as ruins condições do telhado e da torre, como se observa na imagem a seguir (figuras 65, 66 e 67).

[309] AMAD, jornal *A Catedral*, 25 de dezembro de 1937. "Reminiscências: A antiga catedral de Diamantina".



Figura 65. Antiga Sé de Diamantina. Negativo de vidro A-022. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: Igreja com parte frontal posicionada para a rua Direita. Calçamento de pedras ao centro da rua denominado “capistrana”. O fotógrafo se posicionou na sacada da janela do prédio que à época era Grupo Escolar, atual prédio da Câmara Municipal de Diamantina.

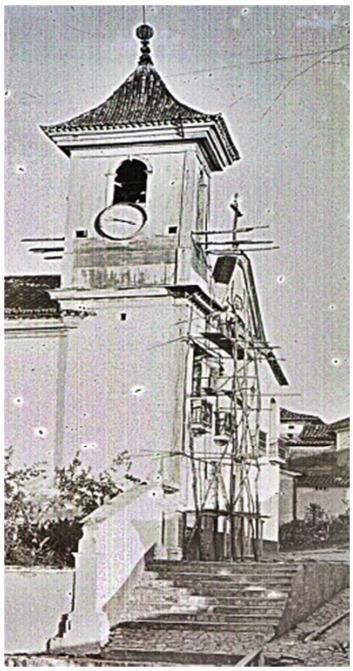


Figura 66. Reforma da Torre da Antiga Sé. Detalhe do negativo de vidro A-022. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 67. Conserto do telhado da Antiga Sé. Detalhe do negativo de vidro A-022. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

As fotografias apresentam a área ocupada pela Antiga Sé metropolitana de Diamantina, bem como detalhes de uma das reformas empreendidas nesse edifício religioso. Ao consultar o livro *Memórias de um carpinteiro* identifiquei um relato importante sobre o que se dizia a respeito da Antiga Sé, pois

> diziam os antigos que igrejas deviam ter a frente para o nascente. Tinham-se também a impressão que os construtores não fizeram as duas torres como desejavam. Era muito simples, não configurava nada de se admirar na parte externa, o que não acontecia no interior: era formada de belos arcos em toda a igreja, incluindo-se portas e janelas. Dois belíssimos altares laterais de madeira neles se viam galhos de parreira com os cachos de uva, anjos e tudo de arte que se possa imaginar, em frente aos mesmos, pendurados em belíssimo suporte que saía dos altares, dois majestosos candelabros de prata, trabalho talvez do tempo do Tijuco, uma belíssima grade em jacarandá toda torneada em toda a largura da igreja, esta para comunhão. O altar-mor era também belíssimo, mas não tinha tanta arte como os laterais. Dos lados do altar-mor estava à direita a sacristia e à esquerda a capelinha do Santíssimo com o seu altarzinho muito pequeno, mas também bonito e com dois nichos dos lados. Em frente ao mesmo, porém, na parte da igreja, estava a sepultura de D. João, esta sempre com um grande castiçal de madeira para colocarem velas dos seus devotos.[310]

Observa-se que a Catedral Antiga não era muito grande, o que permitia a existência de coreto, árvore, busto de políticos (Francisco Sá) e banquinhos ao lado da Igreja, localizada frontalmente para a rua Direita, ou seja, permitia maior aproveitamento do espaço público nessa área central. Para a Igreja Católica a construção de uma nova Catedral foi sinônimo de monumentalização do templo, [311] de valorização triunfal da romanização clerical e um modo de territorializar a cidade, evidenciando a exclusividade da Igreja. Já a perda desse exemplar da arquitetura do século XVIII é sentida até os dias atuais pelo órgão de preservação do patrimônio, uma vez que havia grande harmonia no espaço entre a Antiga Sé e sua disposição no local, além da herança barroca desse prédio, marca de temporalidade destruída.

Segundo Antônio Carlos Fernandes e Wander Conceição, as bandas de música em Diamantina – Corinho, Corão e Banda Militar – ofereciam retretas, especialmente na Praça Conselheiro Matta, na qual se localizava um coreto (coreto municipal). [312] Pela capistrana, as pessoas passeavam e se olhavam, aproveitando as tardes dominicais festivas, faziam o *footing*, caminhando pelas pedras largas da rua inseridas no calçamento pé-de-moleque, como se observa na fotografia de Chichico. Ao longo do tempo, em outros lugares da cidade

[310] SANTOS, 1963, p. 88-89.
[311] A tendência a monumentalização exigia anos de coleta de donativos para a sua execução. PRIEN, 1985, p.537.
[312] As retretas foram audições populares de uma "banda musical nos coretos, jardins ou praças públicas", cujo objetivo foi divertir, distrair e comemorar momentos religiosos com a população da cidade. FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p.99.

ocorreram audições das retretas, a saber: rua Direita, Largo da Sé (Praça Joubert Guerra) e a rua da Quitanda, ficando os músicos nas sacadas das janelas.[313]

Foi na rua Direita que a nova catedral foi construída, a partir de 1932, mediante a derrubada da Antiga Sé. A ideia que movia a Igreja era a de colocar um coração pulsando forte na cidade, visto de longe, majestoso e imponente, a exemplo de uma metáfora posta no jornal *Voz de Diamantina* de 01 de janeiro de 1938: "o coração da cidade é a catedral" (figura 68). Observe.



Figura 68. Fotografia panorâmica da nova Catedral. Negativo de vidro P-010. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Em 1932, foi lançada a pedra fundamental da nova Catedral,[314] cujo sentido de construção foi tornar o edifício monumental e representativo da imponência desejada pela Igreja. A Igreja Católica necessitava obter recursos para edificação da catedral sem contar com o aporte do Estado, uma vez que o padroado fora abolido, mas podia, e assim o fez, angariar doações de toda a população, procedendo de modo a estimular o catolicismo e a doação de seus seguidores. Em 1931, registrou-se a primeira doação, que foi do monsenhor Levi Pires de Oliveira doando à Mitra a quantidade de 500$000 (quinhentos mil réis) para ser

[313] Tais tradições originaram o evento turístico da *Vesperata*, reavivada em 1997, largo da Quitanda.
[314] BAT, AJTN, Caixa 07, Envelope 02.

utilizada no novo empreendimento. Feita a bênção da pedra fundamental, na presença de várias autoridades da cidade, foram retiradas, em seguida, as imagens e o mobiliário da Igreja antiga (março de 1932) e em doze de abril foi iniciada a demolição.[315]

No ano da morte de Dom Joaquim Silvério de Souza, em agosto de 1933, a Catedral encontrava-se já alicerçada em cerca de sete metros. Paralelamente, a arquidiocese precisava terminar a construção do novo Seminário, também iniciado por Dom Joaquim. Em 1935, para ambas as edificações, o Bispo Dom Serafim Gomes Jardim contratou, no regime de empreitada, o construtor Celso T. Werneck, reiniciando os trabalhos após paralisação ocorrida em seguida à morte do então Arcebispo. Foi necessária a abertura de grande campanha jornalística e em toda a arquidiocese, visando arrecadar fundos para tais construções.

Resultante dessa ação, a Mitra criou o suplemento do jornal *A Estrela Polar*, denominado *A Catedral*, em 31 de março de 1935, no qual conclamava todos os fiéis a contribuírem com as obras da sede da Nova Catedral. Nesse suplemento se observam várias estratégias utilizadas pela Igreja local para conseguir angariar recursos e prestar contas de todos os gastos realizados à população doadora. Para se ter uma ideia de tais estratégias, os padres recolhiam fundos, seja em coletas nas igrejas ou nas missas aos domingos, a população organizava festas religiosas e barraquinhas cujo lucro final era destinado às obras, diamantinenses ausentes e presentes na cidade doavam variadas quantias. Vale a pena verificar o modo como se informava esse processo:

> O Pe. Alexandrino enviou ao Sr Arcebispo 50$000, para as obras da construção.
> D. Dorinha manda para aplicar à catedral 2$000.
> Pe. Tavares manda, para se aplicar ao mesmo fim, 1$000.
> O Sr. Rocha Santos envia 5$000.
> Um pecador envia ao Sr. Arcebispo a quantia de 5$000 para dar a aplicação que julgar conveniente. O Sr. Arcebispo aplicou-a às obras da catedral.
> Coleta feita pelo Pe Roque, 158$400.
> Diamantinenses ausentes: O Pe. João Colen, atualmente vigário da diocese de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, enviou ao senhor Arcebispo, para as obras da Nova Catedral, o valioso auxílio de 5:000$000, Deus lhe pague.[316]

Além dessas maneiras, havia o envio de variadas quantias de todas as localidades da diocese, como fez "Etelvina Bastos de Cordisburgo, 10$000, o Sr. Gabriel Pereira enviou a sua contribuição mensal de 5$000";[317] ou como "Ermínio Ferreira, de Guanhães, 200$000, Francisco de Sá Lessa, Rio, 200$000".[318] Durante as visitas pastorais empreendidas pelo

[315] AMAD, jornal *A Catedral*, 25 de dezembro de 1937. "A Nova Catedral e o Natal".
[316] AMAD, jornal *A Catedral*, 21 de abril de 1935.
[317] AMAD, jornal *A Catedral*, 19 de maio de 1935.
[318] AMAD, jornal *A Catedral*, 16 de junho de 1935.

Bispo Dom Serafim Gomes Jardim, angariaram-se 654$000.[319] Em geral, em todos os números de "A Catedral", apelos foram feitos à população para que o ânimo com as doações não se esvaecesse. As irmandades de Diamantina e de várias paróquias da arquidiocese constantemente enviavam doações. Foi necessário desenvolver ações que estimulassem as crianças e os jovens, como por exemplo, a criação dos "benfeitorinhos da nova catedral"; ao mesmo tempo em que recolhiam fundos eram fortalecidos, aos olhos da Igreja, na fé cristã católica. Esse projeto consistia num grupo de indivíduos jovens que vendiam bilhetes a 2$000 e, por isso, podiam assistir a um filme no Palácio Arquiepiscopal e uma fita que seria exibida nas sessões de cinema nesse mesmo local. Veja o texto.

> Todo menino ou menina que por meio de um cartão apropriado arrecadar e entregar seis esmolas de 2$000, ou seja, 12$000 será considerado benfeitorinho da nova catedral. O cartão consta de uma capa e seis coupons picotados. Quando o benfeitorinho receber a esmola de 2$000 destacará um coupom entregando a pessoa que deu a esmola. Quando tiver vendido os seis coupons e recebido os 12$000 virá nos entregar essa quantia e nós lhe deixaremos na mão a capa do cartão. Esta capa dar-lhes-á o direito de ser filmado numa fita denominada "benfeitorinho da nova catedral" e que será exibida no salão do Palácio Arquiepiscopal. A mesma capa carimbada servirá de ingresso à sessão que se der a exibição e o coupom entregue ao que lhe deu a esmola de 2$000 servirá também de ingresso para este ou para outro. E se o benfeitorinho passou mais de um cartão? Terá o direito de a ser filmado em tantas cenas e assistir a tantas sessões, quantas capas apresentar. A primeira fita dos benfeitorinhos será provavelmente exibida no dia 17 do mês de setembro de 1935, nela configurarão os seguintes benfeitorinhos que entregaram as esmolas arrecadadas até a tarde de 1º de setembro: Licia de Oliveira, Douglas Koski, Francisco Vasconcelos, Danilo Pimenta Jardim, Dalva Pimenta Jardim, Edivaldo Brandão Jardim, Ines Lopes Jardim, José Márcio, João Batista Brandão, Celso Werneck Filho, Elcio Werneck, Ilka Werneck, Ivan Werneck, Silvio Carvalho, Zulmiro Almeida, João Mota Filho, Etelvina Jardim e Elita. Os outros serão filmados em outra fita.
> A sessão dos benfeitorinhos não constará somente de sua fita, mas também de outras mui interessantes. Descontadas as prováveis despesas de filmagem e de aluguel de fitas até agora, incorpora-se à verba da nova catedral o saldo líquido de 102$000.[320]

Interessante observar que as famílias da cidade incentivaram a participação dos jovens a comprar os bilhetes, quer sejam eles familiares de padres, como os "Jardim", quer sejam familiares do construtor da obra, os "Werneck". Para se ter uma ideia desse valor, em setembro de 1935, com 10$000 um indivíduo pagava pela assinatura anual do jornal a *Estrela Polar* ou com 4$000 em agosto, pagava-se um carreto para a construção da Catedral.[321]

Enquanto as obras foram ganhando vulto, a Matriz de São Francisco sediou as atividades da catedral metropolitana. Em 1937, com o intuito de informar à população do andamento da obra, "A Catedral" publicou a matéria "A Nova Catedral e o Natal", na qual

[319] AMAD, jornal *A Catedral*, 16 de junho de 1935.
[320] AMAD, jornal *A Catedral*, 08 de setembro de 1935.
[321] AMAD, jornal *A Catedral*, 11 de agosto de 1935.

relatava todo o processo de construção da catedral, até aquele momento, afirmando, por exemplo, que "as torres se elevam, e a 15 de fevereiro de 1936 dá-se início a ascensão do grande sino de bronze, assim chamado pelo seu peso de 90 kilos e por sua voz evocadora de longo passado".[322] Toda a obra foi orçada em 895:433$800, incluindo os altares, mobiliários e imprevistos, sendo que em dezembro de 1937 já tinham sido gastos 747:785$000.[323] No natal de 1937, marco da inauguração da nova Catedral, rezou-se a primeira missa naquele recinto.

Vale destacar que não foram identificadas no acervo de negativos de vidro de Chichico Alkmim fotografias que representassem o processo de construção do edifício da nova Catedral. Considerando que nesta época ele era o fotógrafo residente em Diamantina e que muitas imagens se perderam ao longo do tempo, dificilmente ele teria deixado de fotografar esse espaço. No entanto, circulam na cidade diversas fotografias (positivos) resultantes de encomendas feitas a Chichico Alkmim à época,[324] e que não trazem a sua autoria por meio de alguma anotação manual ou carimbo. Alguns acervos pessoais na cidade foram assim constituídos. Um destes conjuntos de fotografias a que me refiro são as fotografias do "Acervo Zé da Sé" [José Aguilar de Paula] que exibe imagens da cidade de Diamantina, algumas comprovadamente feitas por Chichico Alkmim.[325] Dentre elas, selecionamos uma que retrata um adiantado processo de construção da nova Catedral, possivelmente pouco tempo antes de sua inauguração (figura 69). A fotografia a seguir pertence ao referido Acervo de Zé da Sé. Veja.

[322] A referência ao sino compreendida por ser este considerado como o símbolo da voz de Deus lembrando aos fiéis que pensem nos seus últimos dias. BAT, jornal *Voz de Diamantina*, 01 de janeiro de 1938.
[323] AMAD, jornal *A Catedral*, 25 de dezembro de 1937.
[324] À época de Chichico existiam outros fotógrafos na cidade, a saber: Simeone Mauro Photographo (início do século XX), Foto Werneck (em geral vendia insumos para os fotógrafos) e Foto Assis (aproximadamente final dos anos 1930 e 1940). Vale ressaltar que não é identificável no Acervo de Chichico todo o processo de derrubada e construção da nova Catedral de Diamantina. Tal lacuna pode ser explicada pelo fato de que muitas fotografias de Chichico se perderam, além, da presença de outros fotógrafos na cidade.
[325] Optei em colocar cópia das imagens em anexo para que se possa comprovar tal afirmativa.



Figura 69. Catedral em construção. Fotografia 043. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Histórico e Fotográfico "Zé da Sé" [José Aguilar de Paula].

A imagem apresenta detalhes interessantes, como por exemplo, a pequena praça com um coreto que ficou de frente para a Igreja, além de pessoas e animais na rua. O coreto iria desaparecer, para dar lugar a uma praça aberta no final dos anos 1930, que possibilitaria a movimentação de carros e de pessoas.

É importante destacar novamente a intenção do Arcebispado da cidade com essa construção, em âmbito mais regionalizado. A edificação da nova catedral insere-se num planejamento maior da própria igreja Católica em Minas nos anos 1930. Ação semelhante foi a de Dom João Antônio Pimenta, na Arquidiocese de Montes Claros, pois construiu nesta cidade do norte de Minas um "palácio episcopal, fundou um Gymnasio Diocesano e o Collegio Immaculada Conceição, [além da] construção da sumptuosa cathedral".[326] Este foi um modo de fortalecer a ação católica no norte de Minas Gerais e manter a suntuosidade e estimular a preferência da população pela Igreja Católica.[327]

[326] BAT, jornal *A Estrela Pola*r, 08 de dezembro de 1935.
[327] Em nível nacional, a representação da ordem desejada pela Igreja Católica pode ser observada com a inauguração do Cristo Redentor no Rio de Janeiro e a Consagração do Brasil a Nossa Senhora Aparecida, em 1931. A esse respeito e sobre o combate à modernidade pela Igreja Católica no Brasil de 1922 a 1933, ver DIAS, 1996.

3.3. Os cruzeiros da cidade

Além das fotografias já destacadas, não se pode deixar de referenciar os cruzeiros da cidade, que exprimiram o modo como a romanização ocorreu em Diamantina. Figurando entre o conjunto de fotografias de Chichico que exibem representações do que é ser uma cidade episcopal, a sessão de imagens relativas à Igreja do Rosário e ao largo da Cavalhada Velha, merece ser destacada. Na sequência, analisam-se outras fotos de cruzeiro na cidade que figuram no acervo de fotografias.

A Igreja do Rosário situa-se na Praça Dom Joaquim e foi construída pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no século XVIII (entre 1728 e 1731) com patrimônio doado pelo Sargento-mor Manuel da Fonseca e Silva, sendo, inicialmente, apenas uma ermida. Por volta de 1772, teve início a construção do corpo da Igreja, que foi tombada pelo SPHAN em 1949.[328] No século XX chama a atenção o lendário cruzeiro do Rosário, encrustado na gameleira (*fícus doliaria mart*), o qual foi fotografado por Chichico Alkmim em diferentes momentos. No acervo de Chichico, existem sete clichês de pessoas (mulheres, crianças e homens) posando em frente à Igreja e ao Cruzeiro, o que nos permite hoje perceber as mudanças sofridas pelo cruzeiro e pela árvore.[329] Veja as imagens a seguir (figuras 70 a 74).

[328] ÀVILA, 1994, p. 305 a 309.
[329] São os negativos de número: A-023, A-026, A-029, A-030, A-072, A-074 e P-028.



Figura 71. Fotografia da Igreja do Rosário. Negativo de vidro A-023. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 72. Tronco do Cruzeiro do Rosário. Detalhe do negativo de vidro A-023. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 70. Parte superior do Cruzeiro do Rosário. Detalhe do negativo de vidro A-023. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.





Figura 73. Gameleira e o Cruzeiro. Detalhe do negativo de vidro P-028. Diamantina, s/d.

Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Figura 74. Tronco do Cruzeiro partido pela gameleira. Negativo de vidro P-028. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Segundo informa o jornalista José Teixeira Neves, foi o Padre Espíndola que, desde 1842, realizava missões diante da Igreja do Rosário, quem teve a atitude de erguer um cruzeiro à frente da Igreja (não se sabe precisar a data), sobre o qual nasceu uma gameleira. Posteriormente, houve um "encrustamento" entre a árvore e o cruzeiro, provocando nas pessoas a busca de explicação para tal fenômeno, cabendo espaço para o imaginário relacioná-lo a alguma explicação de cunho religioso.

A gameleira teria nascido, possivelmente, por volta de 1904, brotando de uma pequena e quase invisível fresta existente no cruzeiro da Igreja do Rosário dos Pretos, logo após uma reforma que havia sido feita em 1903, empreendida pelos marceneiros diamantinenses Francisco Ferreira e Júlio Fonseca. Passados alguns anos, Júlio Fonseca desapareceu, colocando em alerta a sua família e o delegado de polícia João Cézar de Oliveira. Fonseca foi encontrado morto em um cruzeiro nas proximidades do bairro da Palha, no dia 5 de maio de 1944, em decorrência de uma querela ocorrida no largo Dom João, segundo foi apurado. A descrição do crime ganhou a página do jornal *Voz de Diamantina* de 27 de agosto de 1944 com o título "Coisas de Diamantina: A Gameleira do Rosário". Nessa matéria não assinada, o autor sugere que a "gameleira cresce sempre frondosa e resistente às secas, mesmo antes de sua raiz alcançar a terra" em apreço à memória do marceneiro que consertou o cruzeiro e proporcionou, de algum modo, a sua existência.

O cruzeiro é uma representação cristã que evoca longa tradição da história da paixão de Cristo. O cruzeiro da gameleira traz vários elementos que rememoram a árdua vida dos negros na cidade de Diamantina por meio dos "martírios" nele pregados, tais como machadinha, caveira, cálice, lanças, ossos, vestes, taça, entre outros. Nele, estão presentes objetos de trabalho e da religiosidade dos negros que faziam parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Os objetos que os marceneiros consertaram e recolocaram na cruz foram estes martírios que "torna presente" o tempo de trabalho, sendo este valorizado por estar na cruz, ou seja, exprime a coexistência dos pares: sofrimento-redenção e trabalho-edificação humanos.

Na fotografia (figura 74), observa-se a existência do mastro destinado aos festejos em louvor à Santa Cruz. Desde o século XVIII, mais precisamente 1787, este evento ocorria organizado pela irmandade do Rosário.[330] Segundo Inês Cristina Lima, no século XX, nessas festividades, as pessoas enfeitavam tanto o cruzeiro quanto a praça, na qual ele se situava, com bastante bandeirolas, flores e fogueira de canela, materializando a devoção religiosa e

[330] PEREIRA, 2007, p.117.

popular à Santa Cruz, pelo menos até aproximadamente 1940.[331] Os festejos de Santa Cruz eram sinal de redenção do cristão e objetos representativos da paixão de Cristo. As raízes dessa festa remontam ao período de chegada dos portugueses ao Brasil, na Terra de Santa Cruz, com Pedro Álvares Cabral. Os cruzeiros fazem parte e compõem, segundo Luiz Mott, os espaços abertos da cidade, tais como as praças, os morros e as encruzilhadas.[332] Em Diamantina, a presença dos cruzeiros oportuniza momentos de socialização e de expressão da cultura popular. A festa de Santa Cruz ficou marcada nas lembranças da população, como no final do século XIX, descrita assim por Helena Morley:

> Ontem foi dia de Santa Cruz. Todas as primas só vão à festa de tarde, mas eu aproveito desde que começam a fincar os bambus.
> Sou eu quem vou buscar quase todo o papagaio e o ano passado tive até de fazer lamparinas de laranja-da-terra, porque as de barro eram poucas. Este ano as filhas de Seu Cláudio tiraram esmola e compraram muita lamparina de barro.
> No dia da Santa Cruz não descansamos um instante. Cada um quer trabalhar e ajudar mais do que o outro. Meus irmãos ajudam a cortar e a fincar os bambus. Eu e Luisinha carregamos as folhas de papagaio e de café. Ivo Arara é quem empresta os paus e as tábuas. As filhas de Seu Cláudio é que enchem as lamparinas de azeite e põem nas prateleiras. Vovó manda buscar muita areia que eu e Luisinha espalhamos no chão e semeamos por cima as folhas de café.
> Este ano Donana Telles, mulher do médico, veio ajudar as filhas do Cláudio.[333]

No decorrer do século XX, a mesma festa ficou registrada nas *Memórias de um Carpinteiro*, de Luiz Gonzaga dos Santos, evidenciando a sua existência nos anos 1950, do seguinte modo:

> Também havia os festejos de Santa Cruz, naquele tempo muito animados com arcadas de bambu e bananeiras enfeitadas, tecidas de bandeirolas e flores, destacando-se o papagaio: uma grande flor vermelha, própria para tal fim e a iluminação de lanternas de papel e grande fogueiras, quase sempre causadoras de brigas e queimaduras, ao pé da cruz uma mesa com toalhas e aí as velas acesas dos devotos. Era de praxe recitar o ofício de Nossa Senhora (rezar o terço) e depois das alegres peças musicais, levantava-se o mastro com grande foguetaria. Era lida a lista dos festejos do ano seguinte e o povo partia para a casa dos festeiros para o cuscuz com café, biscoitos, broas etc, e assim rezava-se, comia-se, e às vezes até se dançava em regozijo à festa de Santa Cruz. [334]

À medida que as pessoas se fotografaram neste importante lugar da cidade, foi sendo evidenciado o processo de crescimento da gameleira e o seu "encrustamento" com o Cruzeiro, mas mostrou para o pesquisador dos dias de hoje, que aquele foi (e ainda é) um espaço que marcava a redenção e a paixão de Cristo, e fazia lembrar aos fotografados as suas agruras na vida. Com a determinação do Bispo Dom Joaquim em expurgar as expressões populares de

[331] LIMA, 1998.
[332] MOTT, 1997, p.161.
[333] MORLEY, 1998, p. 51
[334] SANTOS, 1963, p. 98.

religiosidade dos festejos católicos na cidade, a festa perdeu o incentivo, segundo orientações desde o Sínodo de 1913. Por volta de 1940 e 1950, a festa de Santa Cruz estava completamente desorganizada.[335]

Na cidade de Diamantina existem diversos outros cruzeiros, geralmente posicionados à frente das Igrejas que estão distribuídas em toda a cidade. Já foi abordada a Cruz das Almas, que é um marco representativo da Acayaca na cidade de Diamantina.[336]

Destacaremos aqui os cruzeiros que se localizam estrategicamente na paisagem da cidade, bem no alto da serra de São Francisco – atualmente o conjunto é chamado de serra dos cristais) – o Cruzeiro do Cula e o Cruzeiro do Anastácio. A escolha do lugar onde foram edificados nos faz supor que havia a intenção de apresentá-los numa posição que abençoasse toda a cidade episcopal e os seus moradores:

O cruzeiro do Cula foi erguido pelo tabelião de notas Herculano Carlos de Magalhães e Castro (o Cula) em maio de 1871, sendo abençoado pelo Bispo Dom João Antônio dos Santos que passava no local viajando de liteira.[337] Esse local foi frequentado pela população para realizar encontros festivos. Ao que parece, em 1945, alguns garimpeiros da cidade aproveitaram que a frequência de pessoas nesse local havia diminuído significativamente e escavaram toda a região à procura de diamantes. Tal situação gerou reclamação e denúncia junto às autoridades policiais visando a não destruição do lugar considerado guardião do "patrimônio sagrado legado pelos nossos antepassados".[338]

Já o cruzeiro do Anastácio, assim chamado porque foi todo construído em madeira pelo diamantinense Manoel Anastácio (não se sabe exatamente quando, mas há notícia dele sendo reformado em 1899), foi fotografado por Chichico Alkmim, possivelmente a pedido de um grupo de pessoas que visitavam o cruzeiro. Segundo o costume, era muito comum realizar nos cruzeiros piqueniques, missas e ouvir músicas (figura 75). Veja a seguir um desses momentos festivos que foi guardado para a posteridade no acervo do fotógrafo.

[335] LIMA, 1998.
[336] Em 1933, o jornal *Pão de Santo Antônio* publicou a seguinte nota: "no dia 29, deverá realizar-se a festa do antigo e tradicional cruzeiro desse ponto elevado da cidade. Data de 1711 a sua ereção, há 222 annos, portanto. Em 1930, os devotos o reformaram". BAT, jornal *Pão de Santo Antônio*, 25 de junho de 1933, "Cruz das Almas", 25 de junho de 1933.
[337] BAT, jornal *Voz de Diamantina*, 30 de setembro de 1945.
[338] BAT, jornal *Voz de Diamantina*, 30 de setembro de 1945.



Figura 75. Encontros festivos e musicais no Cruzeiro do Anastácio. Negativo de vidro G-630. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: Fotografia evidencia o cruzeiro antes dele se tornar luminoso pela administração pública, em1938.

As pessoas se arrumavam muito para esses encontros e geralmente chamavam a família, amigos e conhecidos. Segundo as *Memórias de um Carpinteiro*, este local era especial na cidade e, não raro, era frequentado todos os finais de semana. Dessa maneira, "subia-se a serra com maior dificuldade levando-se tabuleiro de comestíveis, alguns para serem preparadas no local, bebidas, frutas, enfim, era um prazer fazer parte de um piquenique na Cruz".[339] Para divertir e olhar a cidade do alto, sempre estava presente "uma orquestra e assim cantava-se, dançava-se ao ar livre, em uma planície ao pé do cruzeiro".[340] Muitos padres e estudantes do seminário de Diamantina se divertiam no cruzeiro luminoso.[341]

Por sua forte presença no imaginário da população local, o cruzeiro do Anastácio foi transformado em "Cruzeiro Luminoso", comemorando o aniversário da cidade centenária, em março de 1938, bem como a transformação da cidade em patrimônio nacional. Essa ação do poder público em tornar o cruzeiro luminoso evidencia o processo de reconquista (não é mais

[339] SANTOS, 1963, p.87.
[340] SANTOS, 1963, p.87.
[341] AMAD, Caixa 420, *Fotografias*.

uma restauração da antiga ordem cristã) empreendido pela igreja na década de 1930,[342] momento de estabelecimento de outras relações com o Estado. Exemplo disso é o fortalecimento do nacionalismo dentro do clero, que era fortemente incentivado nessa esfera, especialmente no trato com os segmentos mais jovens dos fiéis. Em Diamantina, visando coroar o centenário da cidade (evento da esfera não religiosa) e reforçar o papel da cidade episcopal, bem como demonstrar a presença marcante da Igreja Católica, na festividade de inauguração do cruzeiro luminoso foi rezada uma missa por Dom Serafim Gomes Jardim contando com a presença de grande parte dos fiéis da cidade. Nessas festividades não faltavam os "oradores da cidade" e muita música embalada pelas bandas locais.

3.4. "Limite não tem o seu zelo para o bem das almas":[343] o sacerdote

As fotografias de religiosos no acervo de Chichico Alkmim demonstram a importância e o orgulho de se ter, nas famílias diamantinenses, padres e freiras. Esta foi a base do recorte para seleção das imagens ambientadas fora do ateliê de Chichico. A dedicação às obras clericais foi altamente estimulada na cidade episcopal. Destacam-se várias fotografias de religiosos posando sós ou em companhia de seus colegas seminaristas, de seus familiares, ou em famílias que possivelmente os queriam bem. Observa-se a presença de fotos que retratam freiras que trabalharam no setor educacional da cidade.

É preciso compreender o que se advogava o "ser" sacerdote. Para tanto, as orientações de Dom Joaquim compiladas num livreto de sua autoria, datado de 1913 e intitulado *Abreviado Despertador dos Deveres Sacerdotaes,* lançado pela tipografia do jornal católico *A Estrela Polar*, vem a calhar para a compreensão de tal padrão sacerdotal que se esperava no Bispado de Diamantina. Este material é rico para a análise nesse momento, pois o que se percebe é que as orientações do *Abreviado* estão presentes nas publicações dos jornais ao longo dos anos em que Dom Joaquim respondeu pelo arcebispado, bem como no modo do Arcebispo avaliar as paróquias e os sacerdotes de sua arquidiocese. Na ótica de Celso de Carvalho, o prelado advertiu que apenas o desejo de ser padre não era suficiente para o sacerdócio, uma vez que se exigiam outras aptidões, tais como: inteligência, juízo, coração, caráter, alma e corpo, pois honroso e feliz seria o lar que tivesse um filho padre.[344] O orgulho, a honra, a felicidade e a distinção social foram sentimentos que muito provavelmente

[342] Era recristianizar os cristãos que "sucumbem aos erros modernos". PIERUCCI, 2004, p.353.
[343] SOUZA, 1913, p. 8.
[344] CARVALHO, 1935, p.197-198

marcaram as famílias para incentivar que um de seus membros se dedicasse ao sacerdócio, como apontam as fotografias a seguir (figuras 76 a 78).



Figura 76. Religioso com familiares. Negativo de vidro G-059. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 77. Religioso com familiares. Negativo de vidro G-124. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Observação: A identificação de um padre ou de um seminarista na fotografia é muito difícil, mesmo julgando pelos trajes que se apresentam na imagem. O hábito talar, roupa do padre – a batina – era veste própria para substituir as roupas seculares. Ela é usada geralmente por padres, seminaristas, diáconos, presbíteros e Bispos.

Normalmente os padres usavam o barrete (uma espécie de chapéu), todavia, a sua ausência não garante que nestas imagens estejam retratados seminaristas, pois antes do Concílio Vaticano II, o seminarista passava a ser clérigo, a partir da tonsura (um corte de cabelo em formato circular no centro da cabeça), o que acontecia por ocasião do início dos seus estudos de Filosofia, ingressando no Seminário Maior. Desse modo, o seminarista com tonsura, apesar de não ser diácono, nem padre, já era clérigo, o que lhe conferiu o direito de usar o barrete, símbolo dos estudos acadêmicos.

Por tudo isso, vale lembrar que a mensagem contida nessas fotografias diz muito sobre a representação de “ser um representante do clero” na cidade e região.

Tanto o sacerdote quanto o seminarista deveriam atentar às condições necessárias para constituir um indivíduo como padre e, no *Abreviado*, o que se procurou fazer foi relacionar didaticamente todos os deveres cabíveis a um sacerdote. O principal deles foi o zelo, no qual o religioso cuidadosamente foi considerado o responsável por salvar almas para Deus e defender sua Igreja, pois *limite não tinha o seu zelo para o bem das almas*.[345] Na perspectiva de Dom Joaquim, a disciplina e a orientação do clero seriam a base sólida para formação e a convicção desses pastores. Nessa medida, o sacerdote deveria ser/ter zelo, santidade, castidade e estudo. Estes ingredientes seriam fundamentais, pois assim ele cuidaria do próximo sem "desedificá-lo", promovendo o bem das almas e, para tal, sacrificaria sua comodidade e sua vontade, ou seja, ao se dedicar obstinadamente ganharia as almas para Deus.[346] O zelo sacerdotal requeria paciência, pois "o sacerdote precisa suportar espíritos agrestes e não raro indiscretos, tratar com pessoas que se melindram facilmente e sem razão justa, indivíduos que ou não tem a mais ligeira tinta de civilidade, ou desejam encontrar no sacerdote a quintessência da urbanidade, elegância e apurado gosto".[347] Desse modo, no exercício de seu ministério, o padre lidava com diferentes indivíduos, uma vez que tinha que "travar relações com os moços e com os velhos, bons e maus, convertidos e endurecidos no vício, amos e criados, numa palavra, pessoas de toda sorte, estado e condição. Como desempenhar de modo satisfatório a própria consciência, e de maneira útil ao bem das almas o ministério sem dose fortíssima de paciência?".[348] O padre tinha que enfrentar a si próprio (seus desejos pessoais e suas intenções políticas), bem como se disciplinar para "seguir a cartilha" de sacerdote.

[345] SOUZA, 1913, p. 8.
[346] No texto há referência ao dever de "ociosidade", que foi justificado como sendo a atitude de disponibilidade para o trabalho com as almas indicando o caminho para Deus.
[347] SOUZA, 1913, p. 6.
[348] SOUZA, 1913, p. 6.

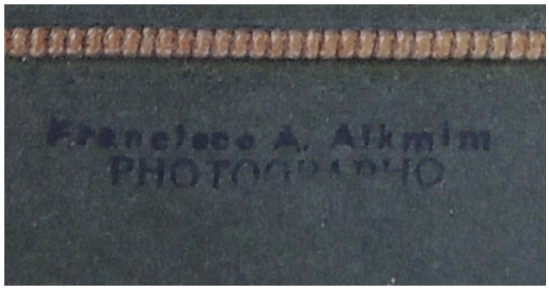


Figura 78. Detalhe do carimbo de Francisco A. Alkmim.
Fonte: MAD, Caixa 415, Fotografias.

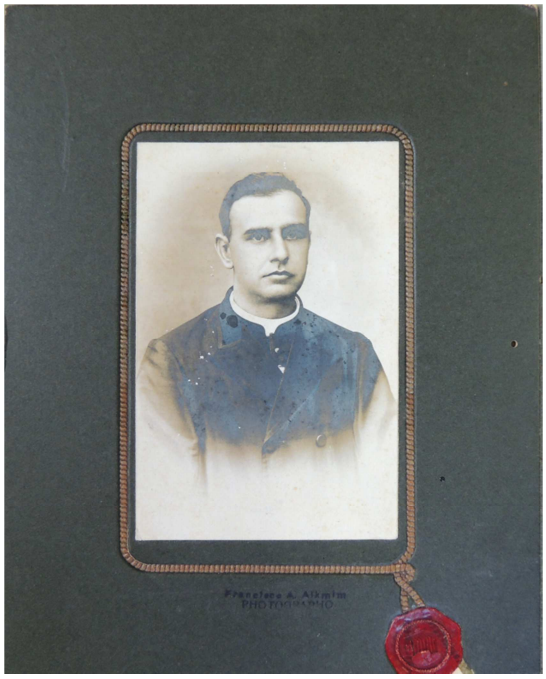


Figura 79. Fotografia do Monsenhor Levi Pires de Oliveira com carimbo Francisco A. Alkmim PHOTOGRAPHO. Diamantina, 1953.
Fonte: MAD, Caixa 415, Fotografias.
Observação: Fotografia 9 X 6 cm, cartão: 15 X 12 cm ofertado ao Monsenhor Levi pelos alunos do Grupo Escolar Daniel de Carvalho, Conceição do Mato Dentro/MG.

Para ser zeloso, casto e demonstrar santidade, era preciso estudo. O sacerdote tinha que ter a clareza que somente o estudo lhe forneceria ciência e aprendizagem necessárias para poder ensinar. A ciência, nos dizeres do Bispo, tinha enorme serventia para o combate aos inimigos do clero e significou o instrumento de salvaguarda contra os perigos do pecado.[349] Orientar os sacerdotes para o estudo significava também prepará-los para melhor conhecer os seus limites humanos, bem como para travar o debate com os não católicos e orientar os católicos para fortalecê-los nesta fé. No Relatório da Arquidiocese de Diamantina de 1923, feito por Dom Joaquim, essas características ganharam relevo na ótica do Bispo. Existem várias observações do prelado quanto ao zelo esperado dos padres. Em geral, os religiosos que não forneciam as informações desejadas para compor o relatório, que não tomavam nota de dados como batizado, casamento, óbito, últimos sacramentos e não percebiam a presença de "espíritas, de maçons e de protestantes da América do Norte" não eram zelosos.[350]

Em relação aos que foram zelosos, mas "não deram conta" da paróquia, na concepção do Bispo, havia uma explicação: o fato de que naquela localidade a grande quantidade de pessoas dificultava a atenção do padre a todos os necessitados, dificultando o bom trabalho do

[349] SOUZA, 1913, p. 21.
[350] AMAD, Caixa 98, *Relatório da Arquidiocese de Diamantina de 1923*.

clérigo. A queixa que se nota girava em torno da pouca quantidade disponível de sacerdotes para assumirem as paróquias. A título de exemplo, em Itambé do Serro, um lugarejo com 6.857 almas, o Bispo registrou que "o pároco não tem zelo e não brilha pela sciencia. Basta dizer que é uma das únicas parochias onde não há enthronização do Coração de Jesus, e embora em visita eu lhe ordenasse a fundação da Irmandade S.S. Sacramento e da Conferência de S. Vicente de Paulo, [ele] não o fez".[351] Prossegue dizendo que "também até hoje o único que não deu causa a dois processos sobre nulidade de casamento. Por aí se entende que muito há que desejar."[352] Vale observar, neste caso, que o padre a que o Bispo se refere é o Padre Joviano Alves Diamantino, que participou do processo de divórcio de Antônio Ribeiro Caldas (1923), demonstrando que o pároco, distante da Arquidiocese, desenvolveu um sentimento de identificação com a comunidade que o fazia compreender melhor e até se posicionar favorável aos indivíduos da sociedade que almejavam um divórcio à Igreja.[353]

Com o intuito de subsidiar a compreensão da cidade episcopal, foram sistematizados os dados no quadro a seguir, no qual se observam informações sobre a Arquidiocese de Diamantina no ano de 1923, no que se refere ao quantitativo populacional, à religiosidade e à arrecadação monetária para sustento do clero e de suas obras.

Quadro 13. Arquidiocese de Diamantina em 1923: população, religiosidade e arrecadação

Localidades		Quantidade	Religiosidade	Arrecadação
Diamantina (Sede bispado e arcebispado)	Diamantina	10.000	Não sabe que haja maçons	4:000$000
	Rio Manso	1.444	Protestante: 1	Não se fazem coletas
	Mendanha	800	Protestante: 4. Norte americano trabalha na extração de diamante	Não consta valor
	São Gonçalo Rio Preto (antigo Felisberto Caldeira)	6.000	Não há.	2:500$000
	Mercês de Arassuahy (antigo Calabar)	4.000	Maçom: 1	1:800$000
	São João da Chapada	2.607	Não há.	1:000$000
	Inhay	1.250	Não há.	500$000
	Curimatahy	12.000	Maçom: 1	3: 000$000
	Gouvêa	6.000	Não há	1:500$000
	Datas	1.800	Não há	500$000
	Pouso Alto	1.500	Maçom: 1	600$000
Corintho	Nsa Sra da Glória	12.000	Não há.	4:000$000
Curvelo	Sto Ant. do Curvelo (1)	16.000	Espírita: 2 Maçom: 2; Protestante: 2	400$000
	Nsa Sra do Morro da Garça	11.000	Espírita: 24; Protestante: 2	5: 000$000
	Nsa Sra da Piedade do Bagre	8.700	Espírita: 3 famílias c/20 membros espíritas ao todo.	3: 000$000
	Silva Jardim	4.380	Não há	1: 000$000
	Sto Ant. da Lagoa	13.000	Espírita: 6	3:000$000
	Curato de Sta Rita do Cedro	4.372	Não há	2:000$000

[351] AMAD, Caixa 98, *Relatório da Arquidiocese de Diamantina de 1923*, p. 32.
[352] AMAD, Caixa 98, *Relatório da Arquidiocese de Diamantina de 1923*, p. 32.
[353] SANTOS, 2003, p.136. Para discussão sobre a legislação canônica e eclesiástica sobre casamento e separação conjugal, ver SANTOS, 2015.

	Trahyras	10.000	Não há	3:000$000
	São Sebastião de Pirapora	14.500	Protestante: 20	4:500$000
	Vila Paraopeba	10.000	Espírita: 15; Protestante: 2	3:500$000
São João Evangelista	São João Evangelista	9.000	Não consta	3:000$000
Capellinha	Nsa Sra da Graça de Capellinha	8.000	Não consta	4:800$000
	Água Boa	10.000	Não consta	Não consta
São Felix	Sta Maria de São Felix (1)	20.000	Não consta	Não consta
Virginópolis	Nsa Sra do Patrocínio, Virginópolis, sede do município recentemente criado com território que pertencia a Pessanha.[o correto é Guanhães] [354]	11.000	Não consta	5:000$000
Serro	Serro	8.000	Maçon: 2; Protestante: 1	2:500$000
	São Gonçalo do Serro	726	Não há	300$000
	Nsa Sra dos Prazeres de Milho Verde	1.900	Não há	350$000
	Nsa Sra do Rio Vermelho	9.473	Maçon: 1	3:400$000
	São José dos Paulistas	6.000	Não consta	3:200$000
	Sto Ant. do Rio do Peixe	4.000	Não há	2:500$000
	Itambé do Serro (3)	6.857	Não ha	2:600$000
Conceição do Serro do Mato Dentro	Conceição do Serro	7.000	Não consta	3:500$000
	São Domingos do Rio do Peixe	8.000	Não consta	4:000$000
	Sto Ant. do Rio Abaixo	7.000	Não consta	2:400$000
	Nsa Sra do Morro do Pilar (4)	3.720	Não consta	1:300$000
	Nsa Sra de Oliveira de Itambé do Mato Dentro	6.000	Espirita: 1	3:000$000
	Nsa Sra Aparecida de Córregos	2.500	Não há	1:400$000
	Tapera	1.000	Não há	300$000
	São Francisco do Paraúna (5)	5.000	Não consta	2:400$000
	São Sebastião do Rio Preto	4.000	Não há	3:000$000
Santa Luzia do Rio das Velhas	Riacho Fundo (6)	2.000	Não há	500$000
Bocaiúva	Santa Ana de Olhos D'Água	3.000	Não há	1:000$000
Pessanha	Sto Ant. do Pessanha	9.000	Maçom: 1 Espirita: 1	4:000$000
	São José do Jacury	12.000	Não há	4:000$000
	São Pedro do Suassuhy	5.000	Não consta	2:500$000
	Sant'Anna do Suassuhy	16.000	Não consta	5:500$000
	Sto Ant. da Figueira (7)	5.000	Não consta	2:000$000
São Miguel de Guanhães	São Miguel de Guanhães	8.000	Não consta	4:000$000
	Nsa Sra do Porto de Guanhães	6.000	Protestante: 5	2:400$000
	Nsa Sra das Dores de Guanhães	8.000	Não consta	3:000$000
	Nsa Sra do Amparo de Baraúnas	12.000	Não consta	4:500$000
	Divino de Guanhães	10.200	Não consta	4:500$000
Itamarandiba	São João Baptista	8.500	Não há	4:000$000
	Nsa Sra de Penha de França	4.000	Não há	1:800$000
	S. Coração de Jesus de Barreiras	8.000	Maçom: 1; Espirita: 1	3:000$000
Sabinópolis	São Sebastião dos Correntes	Não consta	Não consta	Não consta
Totais	**58 comunidades**	**407.229**		**140:000$000**

Observação: "Não consta" refere-se a um espaço em branco no qual deveria aparecer a informação no relatório. "Não há" refere-se à inexistência do que foi perguntado num dado item.
Fonte: MAD, Caixa 98. *Relatório da Arquidiocese de Diamantina de 1923*.

Dentre as 58 comunidades paroquiais diretamente subordinadas ao Arcebispado de Diamantina (não foram consideradas aqui as dioceses sufragâneas ao Arcebispado, como de Araçuaí, Teófilo Otoni, Almenara e Guanhães), por área de abrangência, a população se concentrava mais na área de Curvelo (91.952), de Diamantina (47.401), de Conceição do

[354] O documento apresenta Virginópolis pertencente a Peçanha. Há um engano nessa referência. Virginópolis nunca pertenceu a Peçanha, e sim a Guanhães. A instalação da Vila de São Miguel de Guanhães, como o nome de Guanhães, data de 1881 (lei provincial nº 2.776), sendo constituída pelas paróquias de São Miguel e Almas, Nossa Senhora do Patrocínio e Capelinha de Nossa Senhora das Dores de Guanhães. Nossa Senhora do Patrocínio de Guanhães foi emancipada em 1923 e nomeada como Virginópolis. Já Peçanha possuía os seguintes distritos à época em que foi realizado esse levantamento pelo Bispo: Peçanha (sede), Santo Antônio de Coluna, São José do Jacuri, São Pedro do Suassuí, Santa Maria de São Félix, Santa Teresa do Bonito, Santo Antônio da Figueira, São Gonçalo do Ramalhete e Santa do Suassuí, segundo MINAS GERAIS, lei nº 556, de 1911.

Mato Dentro (44.220), Peçanha (47.000) e Guanhães (44.200). As outras localidades da Arquidiocese aglutinam uma população significativa, entre os 40 e 10 mil habitantes, tais como: Serro (36.956), Itamarandiba (20.000), São Félix (20.000), Capelinha (18.000), Corinto (12.000) e Virginópolis (11.000), e abaixo de 10 mil habitantes, as áreas de São João Evangelista (9.000), Bocaiúva (3.000) e Santa Luzia do Rio das Velhas (2.000).

O quadro sugere a preocupação dos clérigos em registrar os indivíduos seguidores de outras religiões, especialmente os protestantes, os quais foram registrados no relatório aqueles advindos da América do Norte envolvidos na mineração de Diamantes. Soma-se a isso o registro feito a respeito da presença dos espíritas e dos maçons, indivíduos que atuaram questionando a lógica da Igreja Católica, travando com esta instituição várias discussões nos jornais, embora haja predominância de textos escritos por católicos criticando estes indivíduos. Há que se assinalar a existência dos "católicos frios", indivíduos assim chamados por não frequentarem a missa aos domingos, não se confessarem regularmente e serem pouco atuantes no exercício da fé católica. No relatório, foram quantificados 10 maçons, 37 protestantes e 70 espíritas. No corpo do relatório, o Bispo Dom Joaquim afirma que esses valores estão subestimados, pois em vários lugares os padres não forneceram os dados necessários, e estima a quantidade em cerca de 5 mil indivíduos não católicos, no universo de 407.229. Nessa lógica, cerca de 400 mil pessoas eram católicas na Arquidiocese de Diamantina, em 1923; já em 1949, o Bispo Dom Serafim registrou 2.284 não católicos, num universo de 584.935 pessoas.

Considerando a formatação do Estado leigo e a necessidade de a Igreja Católica se estruturar no Brasil e na região de Minas Gerais, as arrecadações monetárias necessitavam ser bem registradas e aplicadas. No ano do relatório em tela, foram angariados 140 contos e 450 mil reis (140:000$000), sendo que as maiores arrecadações estão circunscritas às localidades das áreas de Curvelo (25:400$000), Conceição do Mato Dentro (21:300$000), São Miguel de Guanhães (18:400$000), Peçanha (18:000$000) Diamantina (15:400$000), Serro (14:850$000) e Itamarandiba (8:800$000). As demais localidades representam somas anuais inferiores a cinco contos de réis. Apreende-se dessas observações que a cidade episcopal não apresentava a característica de ser a localidade que mais rendia dividendos anuais ao Arcebispado e nem o lugar onde mais se concentrou a população (embora há que se considerar o caráter urbano desta, bem como o caráter rural das demais localidades), mas outras características foram necessárias, como o caráter regionalizador (já falado anteriormente) e o seu processo histórico. O fato de a cidade episcopal funcionar como

entreposto comercial ajuda a compreender o seu caráter aglutinador, pois assim várias pessoas necessitariam se dirigir a este local.

Por tudo isso, para atuar no norte de Minas Gerais, foi necessário exigir que o sacerdote apresentasse a capacidade de meditar, fazer leituras espirituais, ensinar o catecismo, ser disciplinado, ter disposição em comemorar seu aniversário de nascimento e de sacerdócio com os fiéis, pregar de modo a guiar o rebanho, ser devoto a Nossa Senhora e participar de associações católicas (Pias Uniões, boa imprensa, agremiações de fiéis, círculos católicos, entre outros). Segundo Celso de Carvalho, durante a 2ª pastoral sobre as vocações, Dom Joaquim orientou, mais incisivamente, que a "religião sem sacerdócio era pura abstração; o sacerdócio é a religião em acto".[355] Por esta razão, o sacerdote "não pode deixar de existir sob pena de desaparecer a obra da redempção das almas. Despertar o interesse dos jovens pelo sacerdócio é vital para a sobrevivência do catolicismo, uma vez que estes são, em essência, mediadores entre Deus e os homens".[356] Os jornais de orientação católica de Diamantina publicavam e comemoravam os aniversários dos padres, dos Bispos e divulgavam frequentemente a relação das associações católicas em Diamantina e sua atuação na cidade.

Para comemorar o sacerdócio, incentivava-se a confecção e distribuição de lembranças sacerdotais (figura 80). Esta foi uma prática comum quando os seminaristas tornavam-se padres. A tentativa de materialização daquele importante momento para o sacerdote não poderia acontecer sem uma lembrança que o evocasse.

No acervo de Chichico Alkmim há uma dessas lembranças, como se vê na imagem (figura 80) produzida em 1947, pelo Padre Raul de Melo. Fotografada por Chichico, nela, o padre rendia gratidão à sua mãe, aos parentes e aos amigos e ainda trazia a inscrição: "lembrança de minha ordenação sacerdotal em Diamantina, aos 30-11-1947 e missa solene em Belo Horizonte, aos 08-12-47". Optou em expor na lembrança/convite duas fotos, sendo uma a de sua mãe Evangelina Caldeira e a outra a sua própria. Essa lembrança exibia a simbologia cristã que representa a eucaristia, por isso, a presença de uva/vinho, trigo/pão, cálice e bíblia, evocando a comunhão do homem com Deus, lembram a morte e a ressurreição de Jesus Cristo.

[355] CARVALHO, 1935, p.192.
[356] Pastoral de 2 de fevereiro de 1919, *op. cit.* CARVALHO, 1935, p.192.



Figura 80. Lembrança sacerdotal do Padre Raul de Melo. Negativo de vidro MT-2134. Diamantina, 1947.

Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Ao consultar o acervo de fotografias do Arcebispado de Diamantina, foi identificada a foto original dessa lembrança sacerdotal, cuja autoria é de Chichico Alkmim, revelada no tamanho de 8,5 x 5,0 centímetros. Além disso, foram encontradas várias outras lembranças sacerdotais (sem autoria do fotógrafo), todas na década de 1940, no referido acervo, a saber: Padre Exaltino Moreira dos Santos (1941), Padre Felix de Aguiar (Bodas Sacerdotais: Diamantina, 8-6-1895. Virginópolis: 8-6-1945), Padre José Correia (Diamantina 25-12-1940 e Cachoeira 18-12-1943), Padre José Sampaio e Padre Jadir Costa (1942 e 1943), Padre Rubem Silveira Mattos (1943), Padre José Correia (1943), Padre Afonso de Araújo (Diamantina: 2-12-1951 e Coluna: 14-1-1952) e Padre Júlio Gomes de Oliveira (1947).[357]

Os padres e seminaristas foram figuras que marcaram a cidade episcopal, tanto pela quantidade quanto pela importância que a sociedade rendeu a esses indivíduos. Em 1932, os estudantes e seus padres professores do Seminário de Diamantina fizeram uma fotografia para guardar para a posteridade. A foto feita por Chichico Alkmim, que se vê a seguir, está guardada no arquivo de fotografias da Mitra Arquidiocesana de Diamantina, na caixa 413, arquivo pertencente ao Bispo Dom Joaquim, o qual aparece na fotografia e é identificado por

[357] AMAD. Caixa 416, 417 e 420, *Fotografias*.

portar uma grande cruz ao peito, posicionando-se no centro da fotografia. O tamanho da foto original é de 13x18cm (figura 81), veja:



Figura 81. Estudantes e padres do Seminário e o Bispo D Joaquim. Negativo de vidro G-453. Diamantina, 1932.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim e MAD, Fotografias.

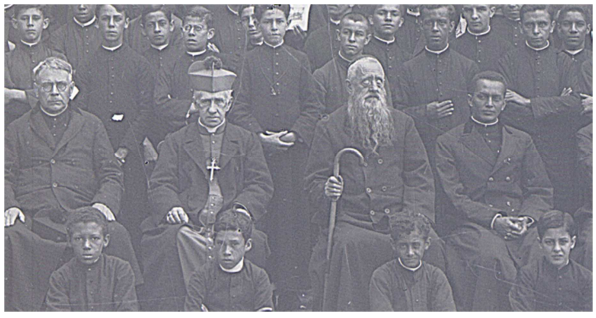


Figura 82. Detalhe do negativo de vidro G-453. Diamantina, 1932.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Observação: destaque para o Bispo Dom Joaquim posicionado ao centro da fotografia usando barrete e cruz clerical no peito. Ao lado esquerdo do Bispo está o Pe. Espíndola, segurando uma bengala e exibindo longas barbas brancas.



Figura 83. Detalhe do negativo de vidro G-453. Diamantina, 1932.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Na fotografia, observa-se que há clara intenção de um dos seminaristas em mostrar um material onde se vê exposta três imagens, o que faz supor o quanto eram valorizadas as imagens fotográficas. De modo geral, a foto foi feita colocando em evidência os mestres que

ensinavam no Seminário, estando todos eles assentados, possivelmente em cadeiras, na segunda fileira. Há especial destaque nessa fotografia (figura 82) ao padre Espíndola, indivíduo a quem o jornalista José Teixeira Neves afirmou que era "um velho robusto de longas barbas, ilhéo, fisionomia austera, sub'olho carregado, modos brusco e autoritário, voz forte, gestos arrebatados e de uma coragem imponente. Era terrível e tão amado como temido pelo povo que o acompanhava de povoação em povoação".[358]

Vários religiosos tiveram atuação destacada na cidade episcopal.[359] Citam-se, por exemplo, o padre José Augusto Ferreira Junior, um dos redatores do jornal *A Mocidade*; o Ermitão Manoel de Jesus Fortes, fundador da Santa Casa de Caridade; o Bispo Dom Pio de Freitas, sagrado como Bispo de Joinville em 1929, que antes dessa data, em Diamantina atuou como superior do Seminário e foi diretor da Associação de São José e vice-presidente da Confraria da Doutrina Cristã. O padre Afonso Maria Germe, que atuou em Diamantina por onze anos e se mudou em 1902, quando foi nomeado superior do Seminário de Mariana; o Padre Egídio Henriotte, que era superior do Seminário de Diamantina em 1932 e Dom Serafim Gomes Jardim, capelão do Hospital Nossa Senhora da Saúde em 1904, e sagrado Bispo de Araçuaí, em 1914. Soma-se a estes o destaque que se dá às Irmãs de Caridade, Irmã Horta – que atuava no Colégio de Vitória, no Espírito Santo, em 1925 – e Irmã Germana Jardim – que atuaram na cidade de São João Del Rei, ambas oriundas de Diamantina.[360]

Os padres que se formaram no Seminário Arquidiocesano de Diamantina e que saíram da Arquidiocese para atuar em outras cidades de Minas Gerais e do Brasil, em geral, fizeram fotografias suas e enviaram-nas aos seus professores e Bispos da cidade episcopal. A título de exemplo, a Photographia Mineira de Raimundo Pinto fotografou o Padre José Lessa numa foto de tamanho 9x6 e este enviou uma cópia ao Cônego Severiano Campos Rocha, em 24 de outubro de 1904, com os dizeres no verso do cartão: "ao distinctissimo prezado amigo Revm Cônego Severiano Campos Rocha offereço meu retrato como bem significativa demonstração da sincera amizade que lhe consagro. O amigo grato e humilde collega. Pe. Lessa".[361]

Na arquidiocese de Diamantina, o Bispo Dom Joaquim Silvério de Souza e os padres José Lessa e Severiano Campos Rocha foram os que mais receberam cartões de visita com

[358] BAT, AJTN, Caixa 7, envelope 4.
[359] As denominações e breves comentários constando o nome dos padres e seminaristas nas duas páginas a seguir justifica-se pelo fato de que existe uma grande quantidade desses indivíduos presentes no Acervo de Chichico. Todavia, sem identificação, como já apontando. Sendo assim, visando exemplificar os atores sociais de Diamantina ligados à Arquidiocese, optei em mencionar essas figuras atuantes à época de Chichico Alkmim que possivelmente foram por ele fotografadas.
[360] BAT, AJTN, Caixa 7, envelope 4.
[361] AMAD, Caixa 413, *Fotografias*.

fotos de padres conhecidos seus. Diversas foram as empresas de fotografia que realizaram tais imagens, geralmente em tamanho 9x6, entre o final do século XIX e início do século XX, a saber: Photografia Carlos Lotti, Raimundo Pinto (Photographia Mineira, Belo Horizonte), Francisco Manoel da Veiga, Photographia Aranha (Rio de Janeiro), Photographia Alemã, Photografia Artistica Italiana Galloti, Photographia Artística Semeão Mauro, Modesto Ribeiro (Rio de Janeiro), Bonfioli (Belo Horizonte, pessoa que contribuiu no aprendizado de Chichico), Francisco Guimarães (província de Minas), Modesto Ribeiro (Rio de Janeiro), Chichico Alkmim (Diamantina), Alfaiate e Photographo Antonio Lima da Costa (Serro), Photographo Pontifício F. Felici, Francisco A. Árabe, Virgílio Galigari (Porto Alegre), José Felipe Photografia, Atelier Photographico de Arthur Mauro, Simeone Mauro Photographo (Diamantina), Fotógrafo Alfredo Franco, Foto Werneck (Diamantina), Photographo José Pinto Colleres (Araçuaí), Foto Assis (Diamantina).[362] Pela origem de cada ateliê fotográfico é possível inferir o trânsito dos seminaristas e padres que escreveram para os seus mestres do Seminário de Diamantina.

A título de exemplo, na década de 1920, o Bispo Dom João Gomes, de Montes Claros, (figura 84 e 85) enviou ao Bispo Dom Joaquim Silvério de Souza, de Diamantina, duas fotografias, sendo uma foto sua no espaço de uma Biblioteca (1921) e a outra que mostrava a construção do Colégio Diocesano de Montes Claros (1920). Essas fotos foram feitas por Chichico Alkmim, possivelmente na época em que viajou a Montes Claros, trabalhando como fotógrafo, e as originais estão arquivadas no Arquivo da Mitra Arquidiocesana,

[362] AMAD. As fotografias estão distribuías nas caixas: 412, 413, 414, 415, 416, 417 e 420.

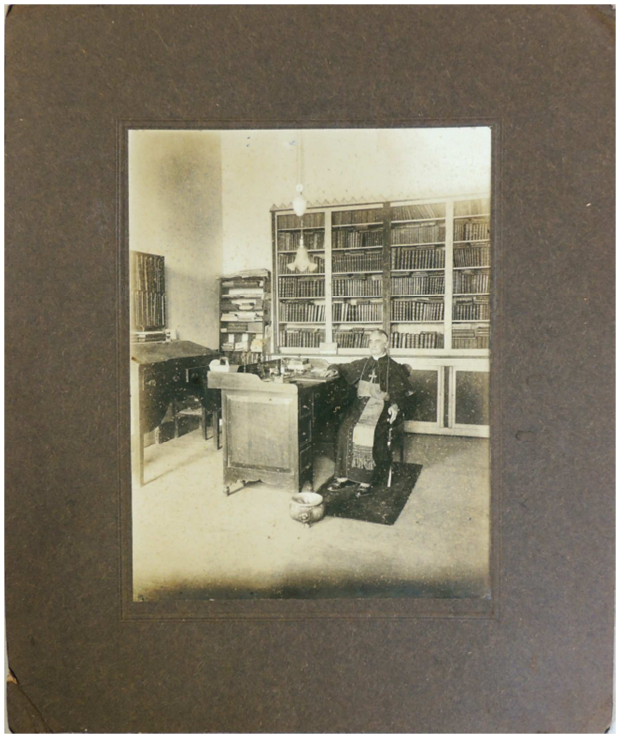


Figura 84. Bispo Dom João, de Montes Claros, 1921.
Fonte: Mitra Arquidiocesana de Diamantina, Caixa 414.
Observação: fotografia 23 x 18cm e cartão 36 x 30cm.

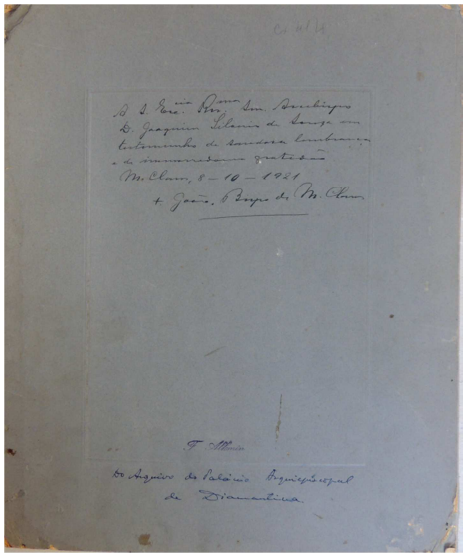


Figura 85. Verso de fotografia e carimbo de Chichico Alkmim. Montes Claros, 1921.
Fonte: Fonte: Mitra Arquidiocesana de Diamantina, Caixa 414.
Observação: No verso do cartão lê-se: "A S. Exma. Revma. Sr. Arcebispo Dom Joaquim Silvério de Souza em testemunho de saudosa lembrança e de imorredoura gratidão. M. Claros, 8-10-1921. +João, Bispo de M. Claros." Carimbo F. Alkmin.

Os padres tiveram grande influência na vida social da cidade episcopal. Envolveram-se em atividades educativas e na orientação religiosa dos indivíduos na sociedade. Esses padres foram pessoas que guiaram a sociedade, segundo as orientações fornecidas a eles pelos Bispos.

3.4.1. Os religiosos e o "modo de fazer voar ao longe suas palavras"

Os padres se envolviam, em Diamantina, nas atividades de imprensa, acreditando em seu papel formador, instrutivo e educativo. Esta foi uma vitrine na qual podiam "exibir" as ideias romanizadoras e restauradoras da Igreja, bem como destilar seus argumentos contrários aos maçons, aos protestantes e aos comunistas, de modo a alcançar um grande contingente de pessoas. Segundo consta no Arquivo de José Teixeira Neves, somente no jornal *O Pão de Santo Antônio*, hebdomadário de orientação católica, sob direção-redação de José Augusto Neves, em 1915, figuravam os seguintes padres como colaboradores: Padre Antônio Torres, Padre José Pedro Lessa, Padre José Carvalhais de Menezes e Padre Serafim Jardim.[363]

A imprensa na cidade episcopal contou com o apoio e o incentivo de Dom Joaquim Silvério de Souza, que assumiu o bispado em 1905. Antes, porém, já possuía uma trajetória

[363] BAT, AJTN. Caixa 04, envelope 02. "O Pão de Santo Antônio".

com a escrita para os jornais: em 1895, foi importante colaborador do jornal *O Apóstolo*, do Rio de Janeiro, e contribuiu com o jornal *Minas Gerais*. Quando foi Bispo coadjutor, no primeiro dia do ano de 1903, fundou o jornal doutrinário, noticioso e literário chamado *A Estrela Polar* que, na visão do jornalista José Teixeira Neves, o próprio nome dado ao jornal já indicava a que veio: nortear e indicar o caminho para os católicos.[364] Dom Joaquim acompanhava de perto o trabalho de todos os redatores do jornal e também escrevia matérias a serem publicadas. O primeiro redator de *A Estrela Polar* foi o Cônego Severiano Campos Rocha até janeiro de 1905, sendo editado na oficina tipográfica Motta & Cia e pago pela Mitra Arquidiocesana. Após a saída do Cônego Severiano, os trabalhos no jornal foram assumidos pelo Cônego Lúcio Antunes de Souza que permaneceu até 1908, conseguindo comprar a tipografia Motta & Cia, a qual passou a funcionar, em 1907, na parte térrea do prédio do Palácio Episcopal, empregando majoritariamente mulheres nesse trabalho. Monsenhor Serafim Gomes Jardim, futuro Bispo de Diamantina, foi redator do jornal no período de 1911 a 1918.

Nesse período, os assinantes recebiam almanaques e deviam manter as suas assinaturas em dia. Com a eclosão da primeira Grande Guerra Mundial, períodos difíceis marcaram a imprensa, pois os papéis e insumos para manutenção do maquinário eram importados. O próximo redator do jornal foi Monsenhor Levi Pires de Oliveira, mantendo-o até 1934, tendo que enfrentar os reveses internacionais que atingiam a imprensa.[365] Os anos subsequentes tiveram como diretor e redator, o Padre José André Coimbra (01-01-1935), o Padre José Pedro Costa - que respondeu como diretor-redator de 1937 a 1940 - e o Padre Antônio Cecílio (1940 a 1945); e como redator e diretor gerente, o Cônego Sebastião Fernandes (01-01-1946).[366]

O jornal *A Estrela Polar* divulgava a ação católica, tornando a imprensa grande aliada da religião. Apresentava um caráter nacionalista e regional e "interessava-se pela solução dos problemas da administração pública geral e não se ausentava às necessidades provincianas da circunscrição e comuna a que estava situada".[367] Levantava a bandeira regional da necessidade da construção do ramal férreo em Diamantina (ocorrido em 1914) e era favorável à modernização da cidade, mas com critério, pois Dom Joaquim abria defesa ao Patrimônio

[364] BAT, AJTN. Caixa 7, envelope 07. "Dom Joaquim e a Imprensa".
[365] BAT, AJTN. Caixa 7, envelope 07, "Dom Joaquim e a Imprensa".
[366] As datas são aproximadas e apresentam lacunas, segundo anotações de José Teixeira Neves, Caixa 07, envelope 02. *A Estrela Polar*. O jornal é longevo e funcionou até 2013. O original de todos estes jornais podem ser identificados no arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina.
[367] BAT, AJTN. Caixa 7, envelope 07. "Dom Joaquim e a Imprensa".

Histórico e Artístico, especialmente quando foi o redator da Pastoral Coletiva que buscava ordenar os bens patrimoniais da Igreja Católica em 1927, orientando os padres para o procedimento esperado (essa carta será analisada detidamente no estudo da cidade patrimonial). Além de *A Estrela Polar*, Dom Joaquim incentivou a criação de vários outros jornais na região de Diamantina, a saber:

> No amplo território sob sua jurisdição espiritualista da Diamantina: em 1906, o "Pão de Santo Antônio fundado e dirigido pelo Professor José Augusto Neves; em 1912, "Boletim Eclesiástico da Diocese de Diamantina", órgão oficial publicado mensalmente a partir de 1922 que passa a denominação de "Boletim Interdiocesano da Província Eclesiástica de Diamantina", sob a direção inicial do Padre Desiderio Deschand e continuada por seus sucessores na reitoria do Seminário; em 1915, o "boletim da Guarda de Honra", pequena revista de publicação quinzenal, órgão da Arquiconfraria do Sagrado Coração de Jesus, redigido pelo Padre Antônio José dos Santos (depois bispo auxiliar de D. Joaquim e diocesano de Assis); em 1919, "Pão da Palavra" minúsculo jornal redigido pelo diretor do Pão de Santo Antônio e distribuído gratuitamente aos domingos após a missa no recolhimento dos pobres; em 1927, "A Messe", órgão da Associação de São José, revista trimestral para distribuição gratuita, dirigida pelo Padre Israel Galdino de Souza e pelo Padre Roque Venancio da Silveira; em Montes Claros, em 1907, "A Verdade", dirigida pelo Cônego Carlos Antônio Cincart; em Santa Maria de São Felix (Santa Maria do Suassui) (...) [368]

O dever da imprensa na ótica do bispado de Diamantina estava circunscrito à disseminação dos valores cristãos católicos, ao combate a ideologias anticatólicas e ao processo de educação das massas populares. A base desse pensamento remonta à produção intelectual de Dom Joaquim e pode ser identificada nos jornais ao longo do século XX.

Em sua carta de saudação à população da cidade episcopal em 1905 – ano em que assumiu o bispado – deixava clara a sua intenção e visão de imprensa como instrumento de evangelização, pois "ela é para o apostolado cathólico uma prolongação do templo" [369]e se faz chegar ao seio de cada família. Reforçando o seu pensamento conservador, combatia os assim chamados anticatólicos e comunistas, asseverando que o uso da imprensa não pode ser com "liberdade sem limites, o que o Santo Padre e os homens sensatos chamam *peste* e *delírio* modernas" e conclui: "combater a má imprensa e difundir a boa é obrigação do saneamento social"[370]. A boa imprensa é por ele defendida na medida em que, por meio dela, são edificados "os valores cristãos", a construção da ideia do lar católico e feliz e, por fim, o permanente "combate às imoralidades modernas".

[368] BAT, AJTN. Caixa 7, envelope 07. "Dom Joaquim e a Imprensa". fl. 04 e 05.
[369] Carta Pastoral de 15 de agosto de 1905 *op. cit*. CARVALHO, 1935, p. 128.
[370] Carta Pastoral de 15 de agosto de 1905 *op. cit.*, CARVALHO, 1935, p. 128. Em sua obra, Dom Joaquim cita o caso da Rússia que, em 1905, concedeu liberdade de consciência e tomou atitudes para combater o desenvolvimento do catolicismo, deixando aberto, segundo o autor, um campo obscuro para a imoralidade. SOUZA, 1913, p. 65.

No *Abreviado Despertador dos Deveres Sacerdotaes* há um capítulo dedicado à imprensa, no qual o Bispo advoga que ao escritor que deseja fazer mal "não lhe é indispensável o prestígio científico ou moral, tão pouco lhe é necessário o dinheiro, pois muitas pessoas pensam que basta ter letra de forma para dar o tom de verdade a qualquer sandice".[371] Interroga-se: quem pode então avaliar os males que a má imprensa faz? Não é de estranhar, certamente, que a lógica do pensamento de Dom Joaquim advertisse os católicos para o fato de que o limite para liberdade é Deus, e este opera por meio da religião. Logo, o homem de imprensa deve seguir os preceitos do catolicismo, evitando que "maldades e inverdades" sobre as pessoas "voem ao longe por meio das letras dos jornais". Em suas palavras:

> Pelo jornal um indivíduo fala a milhões e milhões de uma só vez; leem-no os do logar onde ele se publica, também os de fora, longe, bem longe; leem-no os que vivem hoje e ainda o hão de ler os que viverem d'aqui a muitos anos. Cada leitor agencia novos leitores, cada jornal se faz transmissor do erro ou mal editados por outro jornal.[372]

Essa máxima repercutiu entre os jornais católicos em toda a primeira metade do século XX. Para se ter uma ideia, em 1935 foi publicado um texto intitulado "O dever da imprensa" no qual a argumentação principal foi de afirmar que "a liberdade de imprensa serve para educar as massas populares dentro dos regimes democráticos, cumpre, porém, não confundir os direitos sagrados do exercício da profissão jornalística com o abuso da letra de forma para denegrir reputações, divulgar falsidades e fomentar desordens".[373] Assim, o lema foi "liberdade para tudo e para todos, menos para o mal".[374] Esse mal foi identificado entre as pessoas de orientação não católica, maçons, protestantes e também entre os comunistas, objetos de combate do catolicismo nessa época. [375]

Pode-se afirmar que muitos religiosos atuavam como intelectuais, operando na arena política brasileira que havia implantado recentemente o sistema republicano e que, há pouco, saíra de um sistema escravocrata. Segundo Ângela de Castro Gomes, observa-se que os intelectuais se moviam "entre fronteiras fluidas de diversos campos disciplinares, em boa

[371] SOUZA, 1913, p. 67.
[372] SOUZA, 1913, p. 68.
[373] BAT, jornal *A Estrela Polar*. 08 de dezembro de 1935. "O dever da imprensa".
[374] BAT, jornal *A Estrela Polar*. 08 de dezembro de 1935. "O dever da imprensa".
[375] Há que se destacar a própria atuação do Bispo Dom Joaquim como intelectual de linha conservadora na cidade episcopal, publicando vários artigos sobre a família, sobre ser sacerdote, sobre a religião e a religiosidade do povo, sobre o combate ao comunismo e aos anticatólicos e na doutrinação da população por meio de suas visitas pastorais. Os seus discípulos afeitos às letras publicavam textos nos jornais de orientação católica ou não.

parte, homens que viveram e que acreditaram na monarquia",[376] como o Padre Antônio Torres.[377] Na acepção de Jean-François Sirinelli, o intelectual é visto como o ator da arena política, aquele que pode ser criador e mediador cultural, num sentido mais amplo, e também, o indivíduo que engaja na vida da cidade, num sentido mais estreito; todavia, é atuante de modo a interpretar a realidade social. É difícil delimitar o que é ser intelectual, pois este campo de estudo tem contornos pouco rígidos, especialmente no Brasil do início do século XX.[378]

Por tudo isso, vale a pena reafirmar que os sacerdotes foram elementos-chave para a construção da cidade episcopal, importantíssimos ao atuarem nos rincões do norte de Minas Gerais, além de muitos configurarem-se como intelectuais, homens afeitos às letras, partilhando ideais de defesa da Igreja Católica no processo de romanização, bem como na sua reaproximação do Estado. Certamente há muita complexidade nesse processo, que foge da intenção desse estudo, mas cabe ressaltar apenas que havia os indivíduos, baseados em variadas razões, que levaram esses ideais a todo o norte mineiro.

3.5. Sobre as representações da "morte" na fotografia mortuária

As representações da morte na fotografia de Chichico Alkmim evidenciam a presença do catolicismo popular existente na cidade episcopal.[379] A necessidade de compreendê-las e a presença de várias fotografias de pessoas falecidas foi a razão de serem tomadas aqui como objeto de análise, visto que exprimem a religiosidade dos indivíduos da cidade episcopal.

Foi identificado no acervo um total de 53 fotografias mortuárias.[380] Dentre essas, selecionamos 19 imagens ambientadas fora do ateliê do fotógrafo, sendo que 14 se referiam a

[376] GOMES, 2009, p.25.
[377] O Padre Torres (1885-1934) foi um dos religiosos que muito se destacou em Diamantina (especialmente no processo para instalação da rede ferroviária, inaugurado em 1914) e no Rio de Janeiro, sendo um jornalista conservador panfletário, católico, anticomunista, monarquista e cronista. Vale dizer que ele foi intelectual, um ator social e um crítico da sociedade carioca, lugar em que viveu por longos anos de sua vida após concluir seus estudos na cidade de Diamantina e apresentar atuação nessa cidade por breve tempo. Foi essencialmente um homem de seu tempo que soube lançar mão da imprensa como veículo privilegiado para socializar suas ideias e pensamentos. BAT, Arquivo particular de Antônio Torres, caixa nº 01; MINAS GERAIS SUPLEMENTO LITERÁRIO. Antônio Torres, 1885-1985. Belo Horizonte, 26 de outubro de 1985.
[378] SIRINELLI, 2003. Corrobora com essa acepção a desenvolvida por Carlos Altamirano ao estudar a América Latina. ALTAMIRANO, 2008, p. 14. GOMES, 2009, p.26.
[379] A razão de selecionar as fotografias mortuárias não foi pelo fato de reforçar o papel do bispado. Ao contrário, foi com o intuito de iluminar o modo como os indivíduos lidam com a morte e usam a fotografia para evocar a lembrança dos seus entes queridos. Quando a fotografia foi se popularizando e as pessoas optaram em realizar muitas fotografias das pessoas vivas, essa prática tendeu a declinar.
[380] Negativos de Anjinhos: G003; G031; G084; G123; G173; G222; G298; G447; G515; G520; G544; G644; G647; G709; G716; G726; G728; G770; C006; C008; C009; C083; C100; C103; C121; C126; C129; C135;

crianças e 05 a adultos mortos. Quanto às crianças, estas foram fotografadas dentro e fora do ateliê de Chichico Alkmim, o que transformou o estúdio e a cidade em lugares de representação do *modus vivendi* da sociedade diamantinense. Viver em Diamantina era também sentir a tradição católica expressa na representação fotográfica de pessoas mortas. Imagens dessa natureza são identificadas no acervo de Chichico, como também no arquivo da Mitra Arquidiocesana.[381] Quanto aos locais das fotografias, essas foram feitas em salas, no estúdio do fotógrafo e nas ruas da cidade, possivelmente próximas à casa do morto.[382] Alguns mortos de Diamantina também foram fotografados no espaço do cemitério.

É difícil não indagar sobre as razões da ocorrência da prática da fotografia mortuária. Ao buscar tal compreensão, o estudo de Luiz Lima Vailati contribuiu sobremaneira para apontar caminhos interpretativos a respeito da temática. Debruçando-se sobre a cidade de São Paulo, entre os anos de 1860 e 1880, o autor procurou analisar a ocorrência de imagens de crianças mortas, semelhantes às que identifiquei no Acervo de Chichico Alkmim – há que se guardarem as devidas proporções espaciais e temporais destas fotos.[383] Afirma o autor que, diante do contexto de valorização dos sentimentos ligados à coesão familiar, a fotografia surge como suporte privilegiado para se manifestar tal sentimento, uma vez que esta é a "a derradeira e única ocasião para deixar registrada a imagem do membro que acabara de morrer",[384] especialmente no final do século XIX. No interior de Minas Gerais, em Diamantina mais especialmente, as imagens mortuárias, quer sejam de crianças, quer sejam de adultos, também se relacionaram com o acesso progressivo à fotografia e ao sentimento familiar de preservação da imagem do defunto.

A temática de fotos mortuárias, no acervo, destaca-se em duas categorias de imagens: uma dessas categorias são os "anjinhos" e a outra são os homens e mulheres mortos, em ambientes externos ao estúdio do fotógrafo. Desde a época em que iniciei o contato com o acervo fotográfico sempre me perguntei por que as pessoas se preocuparam em guardar este tipo de lembrança para a posteridade. Acredito que, mais do que uma lembrança, esta foi uma das maneiras encontradas pela população de aliviar a saudade, a dor, a ausência. Também,

---

C139; C239; C314; C363; C365; C398; C403; C494; C502; C511; C532; C577; C580; MT040; MT707; MT802; MT1740; MT370. Negativos de homens ou mulheres mortas em caixões: G035; G172; G277; G548; G790; H102; M171.

[381] Identifiquei uma fotografia de "anjinho" dedicada ao Monsenhor Gabriel com os dizeres: "uma singela recordação da nossa santinha, oferecida por Nair em 25 de janeiro de 1948". AMAD, Caixa 417, *Fotografias.*

[382] Identifiquei no Arquivo da Mitra, na caixa 417, uma fotografia de anjinho feita no cemitério de Diamantina.

[383] No estudo de doutoramento o autor estudou Rio de Janeiro e São Paulo. Publicou artigo importante nos Anais do Museu Paulista analisando as fotografias mortuárias existentes neste acervo em julho de 2006. VAILATI, 2006, p.51-71.

[384] VAILATI, 2006, p.52

elas sugerem o forte desejo de perpetuar a memória do morto, de acalentar a saudade que se sente de um ente querido, materializado por meio da fotografia mortuária. Essas fotografias assinalam o desejo do ser humano perenizar a imagem e a memória do falecido. Dessa maneira, a fotografia foi a grande aliada desse processo, por certo tempo, pois à medida que as pessoas foram se fotografando quando vivas e em diferentes momentos de sua existência, a produção de fotografias mortuárias foi diminuindo. Para Susan Sontag, esse ato de fotografar é participar da mortalidade e da mutabilidade de outra pessoa ou objeto, pois, "ao selecionar e fixar um determinado momento, cada fotografia testemunha a inexorável dissolução do tempo".[385]

A primeira categoria mencionada diz respeito às fotografias que exibem imagens de crianças mortas, com trajes semelhantes a um anjo, denominadas "anjinhos", nas quais aparecem outras crianças carregando flores e também indivíduos adultos. Tais pessoas que observam a criança, provavelmente, mantinham algum tipo de relação de parentesco ou mesmo amizade com aquelas, além de demonstrarem solidariedade à família enlutada.

A importância de que se reveste a morte da criança no Brasil remonta ao século XVIII e ao primeiro quartel do século XIX,[386] notadamente nos momentos em que a criança fora exposta em estrados e posicionada de pé, devidamente ornada, para que todos pudessem vê-la em seu cortejo fúnebre.[387] Essa exposição do morto, na acepção do historiador Luiz Lima Vailati ("superexposição da criança morta") ganhou novo suporte para continuidade do costume – de dar a ver o "anjinho" – com a fotografia. [388] Ou seja, a prática tradicional no Brasil oitocentista teve continuidade através da fotografia, no século XIX, significando um desdobramento natural e oportuno no uso de um recurso novo e vantajoso em favor de um hábito bastante apreciado pela população. Mesmo as famílias pobres no século XX podiam materializar a exposição da criança morta, além do fato de tornarem aquele momento/sentimento familiar duradouro. Conforme Luiz Lima Vailati,

> Como constatei em minha investigação, à exceção do batismo, os rituais da morte infantil concentram-se no momento imediato após a consumação da morte. Durante grande parte do período estudado, e para todos os mortos (adultos e crianças), esses primeiros cuidados diziam respeito à preparação do corpo para que ele fosse velado,

[385] SONTAG, 2012, p.24.
[386] Renato Pinto Venâncio, citado por Vailati, assevera que entre 1790 e 1796, até crianças mortas eram postas nas rodas de expostos de Salvador, totalizando 51 crianças mortas, uma espécie de cemitério gratuito; no Rio de Janeiro, a roda serviu para que as mulheres pobres garantissem um enterro cristão aos filhos. VAILATI, 2006, p.57.
[387] VAILATI, 2006, p.57.
[388] REIS, 1991.

> exposto e enterrado; e esses cuidados não eram menos importantes que os outros que lhe seguiam no rol do gestual fúnebre.
> A esse respeito, a primeira coisa que em nossas imagens nos chama a atenção é o cuidado com que as crianças estão preparadas.(...) Tendo origem em tempos em que a crença na separação entre corpo e alma após a morte não era algo bem definido, a ideia de ser a forma como se era enterrado a mesma como se entraria no Além chegou até o século XIX no Brasil. Em suma, um defunto adequadamente vestido poderia beneficiar-se disso no tocante ao destino que as potências celestiais lhe reservariam.[389]

O cuidado com os "anjinhos" é situação que salta aos olhos nas fotografias mortuárias feitas por Chichico Alkmim.[390] Os indivíduos que acompanharam o cortejo fúnebre e que pararam para se fotografarem ao lado deste, admiraram o pequeno falecido, além de se colocarem sob "sua proteção". A morte infantil, por mais dor que causasse aos familiares, foi vista com positividade, pois era garantia de salvação, uma vez que se acreditava que os indivíduos que faleciam em tenra idade tinham a capacidade de interceder junto às autoridades celestes, em favor dos seus familiares vivos.[391]

A composição geral das cenas mortuárias foi marcada pela presença de pessoas e coroas próximas ao defunto, o qual foi ornado com roupas e flores claras que evocavam o ideal de pureza e de paz.[392] Conforme João José Reis, em seu estudo sobre a Bahia do século XIX,

> várias nações africanas da Bahia faziam do branco a cor mortuária. Para os edos do Benim, o branco simbolizava a pureza ritual e paz. Entre os Yorubás estava associado ao Orixá Obatalá ou Orisala, senhor da criação e zelador da vida, cuja cor-símbolo é o branco. Mas se o branco é cor funerária africana, ele também relaciona simbolicamente com a morte cristã. (...) O branco é às vezes usado nos funerais cristãos para simbolizar a alegria da vida eterna, que a ressurreição prometia a cada crente. Turner compara o uso do branco entre os ndembus, que simbolizam nessa cor "a ordem da natureza", com a tradição cristã, em que o branco "ajuda a revelar a ordem da bem aventurança". No caso das mortalhas, havia uma relação mais direta com o branco do Santo Sudário, o pano que envolveu o cadáver de Cristo e com o qual ele mais tarde ressuscitou e ascendeu ao céu.[393]

Esse ideal presente nas tradições africanas Yorubás e nas tradições católicas também frequentaram a sociedade diamantinense no momento de sepultamento de seus mortos.[394] A

[389] VAILATI, 2006, p.58.
[390] Exceção a esta afirmação cabe para uma fotografia no acervo de Chichico Alkmim na qual uma mulher segura uma pequena caixinha, e dentro dela o "anjinho" cujo traje era muito simples, apontando, talvez, para a miserabilidade da vida material daqueles indivíduos.
[391] VAILATI, 2006.
[392] O uso da coroa está associado à boa morte ou ao significado do batismo e sua imagem ligada à noção de paraíso, uma vez que as guirlandas dos iniciados eram feitas da árvore da vida. A esse respeito ver: VAILATI, 2006, p.62 e CHEVALIER; GHEERBRANT; 1995, p. 290.
[393] REIS, 1991, p.118.
[394] O local de sepultamento, nos século XVIII e XIX, como informa Felipe Bernardi Silveira, era nos adros e nas campas das igrejas. Com o desenvolvimento de noções higiênicas com fins civilizadores, especialmente no decorrer no século XIX, edificaram-se "as carneiras" ou catacumbas. SILVEIRA, 2010, p. 128. Após grande

veste branca das crianças, as coroas de flores na cabeça, os sapatos ou sandálias brancas ou claras confirmaram tal presença. O branco representava a pureza virginal, a inocência e a alegria. Há que se ressaltar que houve a introdução no final do século XIX, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, do uso de vestes vermelhas para os defuntos, significando a cor do martírio de Cristo. A criança que tivesse a composição de veste vermelha em seu traje denotava uma correlação com Jesus, o que possibilitava revesti-la de santidade aos olhos da sociedade e da família enlutada. Conforme Vailati, os tons de cinza que se observam nas fotografias podem sugerir a presença do tom avermelhado das vestes, uma vez que as fotografias não são coloridas.[395] As fotografias de Chichico Alkmim, no interior de Minas Gerais, também apresentaram alguns tons de cinza nas vestes infantis, o que sugere que não somente o branco foi utilizado nas mortalhas.

Em outros lugares do Brasil, Luiz Lima Vailati identificou que o menino morto podia utilizar a veste de São Miguel Arcanjo, mas para o conjunto de fotografias que utilizo neste estudo, não constatei situação similar.[396] Há que se destacar que a morte não foi a única situação em que as crianças foram vestidas com trajes angelicais, essas apareciam assim trajadas em momentos como a coroação de santos, missas festivas, procissões e mesmo para acompanhar um féretro.

Na fotografia a seguir (figura 88), observa-se que a criança de olhos fechados tem em suas mãos um raminho de flor, igual aos que compõem as laterais da coroa. Os "anjinhos" foram mantidos com os olhos fechados, semiabertos e totalmente abertos (figura 89). Em suas mãos, podia haver terços, flores ou laços de fitas (figuras 86 a 89), veja.

---

discordância entre a Igreja e os agentes da Câmara Municipal de Diamantina quanto ao local dos enterramentos, somente em 1915, com a bênção do cemitério feita pelo bispo e cumprido as exigências quanto à separação do local destinado aos católicos e não católicos no cemitério público municipal, é que os enterramentos cessaram nos espaços das igrejas. SILVEIRA, 2011.
Somente no início do século XX é que o cemitério público será construído e utilizado em Diamantina. Para mais informações, O uso do cemitério público deu-se em 1915, apesar de ter sido construído no início do século XX.

[395] VAILATI, 2006, p.59. As cores e os tipos de roupas utilizados até meados do século XIX, especialmente se o indivíduo fosse militar, seria enterrada com a mortalha militar, se pertencente a uma Irmandade, utilizaria o traje do santo daquela irmandade, como é o caso dos franciscanos, Santa Rita, Santo Agostinho, entre outros; assim as mortalhas variavam muito. A esse respeito ver REIS, 1991, p.119.

[396] Neste caso cita uma descrição do viajante Tomas Ewbank. VAILATI, 2006, p.61.





Figura 86. Quadros e fotografias na parede em cena de velório. Detalhe do negativo de Vidro G-515. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Observação: 01: fotografia na parede de duas mulheres; 02: Fotografia do Seminário feita por Chichico Alkmim; 03 e 04: Pintura exposta em quadro representando cenas bíblicas; 05 e 06: fotografias fixadas na parede.

Figura 87. Cena de velório de anjinho. Negativo de vidro G-515. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: Negativo de vidro que evidencia um retrato no qual há uma cena de velório com um "anjinho".



Figura 88. Anjinho. Detalhe do negativo de vidro G-515. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 89. Anjinho. Detalhe do negativo de vidro G-544. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Com relação à ornamentação dos espaços em que os "anjinhos" foram fotografados, de modo geral, eram arranjados com flores que representavam o bem, ou desejo do bem, presentificando-o por meio da foto.[397] O defunto geralmente segurava uma flor ou um pequeno arranjo de flores nas mãos, as quais eram conhecidas na região como dália,

[397] As fotografias representam os indivíduos comumente conhecidos como *anjinhos*, pois expõem crianças mortas, geralmente em caixões e apresentam indumentária que lembra a figura do anjo, bem como por terem falecido em tenra idade.

crisântemo, margarida, margaridinha (popularmente chamada) e sempre-viva. A presença desses objetos imprime à fotografia rara beleza mortuária, como também aponta o caminho trilhado rumo ao sagrado, demonstrando a forte influência cristã católica na região, bem como o conjunto de representações utilizadas pela Igreja Católica nesses momentos. Para realizar a fotografia, as pessoas se muniam desse imaginário, confirmando o que Vailati chama de "uso antigo de um instrumento novo".[398]

Quanto à presença de pessoas próximas ao "anjinho", é possível afirmar que essas possivelmente foram seus familiares, amigos e conhecidos que compartilharam a dor do outro ao perder um ente da família; na fotografia (figura 86), a pose feita pela senhora que olha para o fotógrafo deixa escapar a sua dor. Para compor a cena, ao alto da fotografia, observam-se vários quadros (pinturas) e fotografias afixadas na parede. Nesta parede da casa está presente uma fotografia do Seminário Arquidiocesano de Diamantina, uma foto de duas pessoas (figura 87, 1 e 2), dois quadros pintados que representam passagens bíblicas (figura 87, 3 e 4) e imagens variadas pregadas na parede. O lugar escolhido para fazer a imagem mortuária foi cuidadosamente pensado, pois todas as imagens da parede, as coroas de flores, o lugar ocupado pela senhora e pelo "anjinho" foram montados de modo a dar lugar a uma memória capaz de enfrentar a dor e o esquecimento humanos.

Na fotografia a seguir, observa-se o soldado e a mulher posando atrás de uma mesa e sobre ela um féretro, dentro dele, uma criança morta, "um anjinho". O casal olha para o fotógrafo Chichico Alkmim parecendo querer exprimir o desejo de eternizar o momento, mesmo com a carga de tristeza que ele traz, observável na feição de ambos os rostos (figura 90). Veja.

[398] VALILATI, 2006, p.69.



Figura 90. Cena de velório com anjinho.
Negativos de Vidro G-222. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

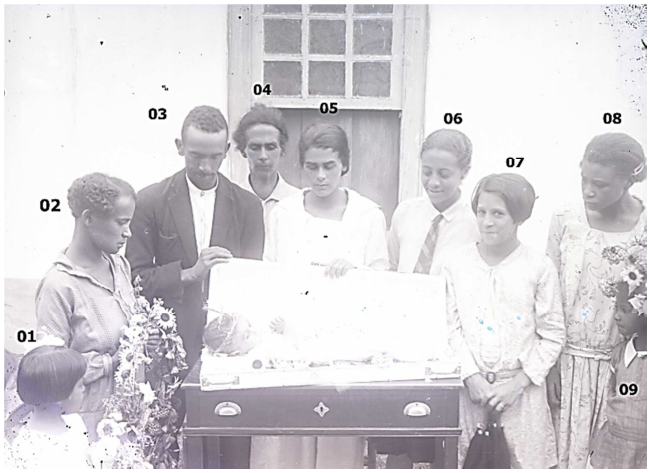


Figura 91. Cena de velório com anjinho. Negativo de Vidro G-544. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Na imagem (figura 91), todos olham para o *anjinho* em destaque e em primeiro plano, especialmente o casal (03 e 05) e a mulher (02) que segura uma coroa de flores feita com predominância de margarida. A postura das mulheres (06 e 07) é interessante, pois uma direciona o olhar para o fotógrafo e reservou um sorriso para se fazer fotografar naquele momento. O homem também parece sorrir. As pessoas que sorriem num ocasião como esta representam a vontade de se apresentarem bem na fotografia, a qual seria guardada para a posteridade, assinalando o desejo de eternizar um momento que, afinal, foi distinto por ser um "anjo" em exposição.

A segunda categoria de fotografias mortuárias está representada na foto a seguir (figura 92), e diz respeito à imagem de adultos mortos.



Figura 92. Cena de velório de uma senhora. Negativo de vidro G-790. Diamantina, s/d.
O símbolo * representa as pessoas que olham diretamente para o fotógrafo.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

A senhora que está disposta no caixão está cuidadosamente ornada, com véu sobre o vestido e este lhe cobre a cabeça, segurado por uma coroa. Ela usa sapatos e tem flores em suas mãos. Várias pessoas observam-na com três coroas de flores. A composição da cena sugere que o motivo principal da fotografia é o luto de uma dada família que tem a sua progenitora (ou indivíduo de grande importância) falecida. Quanto ao traje, não é possível afirmar se a tradição do século XIX, identificada por João José Reis, se mantinha, qual seja: a prática das pessoas serem enterradas utilizando veste semelhante à de seu santo de devoção.[399] O que foi possível observar nas fotografias mortuárias dos adultos no século XX é que os indivíduos foram sepultados possivelmente com a melhor veste que possuíam. Os homens usavam terno, as mulheres vestidos e véu, os padres, usavam traje clerical.[400] Nem homens, nem mulheres sorriram nesta tipologia de imagem, o que sugere entender que o indivíduo exposto já viveu extenso período de vida e, naquele momento, deixou as marcas de sua ausência, sentida indelevelmente pelos componentes da fotografia.

De modo geral, observa-se que a sociedade diamantinense considerava importante a manutenção de laços de solidariedade neste e em outros momentos, sendo praticados desde tempos remotos: é preciso dividir a dor, indiferentemente de ser parente ou não do defunto. A prática de velar o corpo na casa do defunto é muito antiga, justamente pelo fato de compartilhar uma fatalidade com conhecidos, amigos e parentes que, afinal, será comum a todos.[401] Na realidade, essa é uma prática cristão-católica na qual a fotografia vem exatamente tornar possível rememorar o episódio para os entes sobreviventes, impedindo que se ignore a presença, num tempo anterior, daquele indivíduo, ou seja, torna presente um ausente. Além dessa capacidade, a fotografia de "anjinhos" permite a celebração da unidade familiar, reforçando a identidade da comunidade de sangue.[402]

Tanto nas imagens de "anjinhos" quanto nas fotografias de mulheres e homens mortos, observam-se pessoas que olham para o fotógrafo e não para o morto. Inquieta saber o motivo

[399] REIS, 1991, p. 120.
[400] Essa afirmação se confirma após análise dos seguintes negativos de vidro do acervo de Chichico Alkmim: H-102, G-790, G-172. Não é possível afirmar, por meio destas fotos, a condição social dos indivíduos, o que exigiria uma longa pesquisa. Observando as fotografias mortuárias de modo geral, pode-se apenas apontar a necessidade de avançar a pesquisa futuramente partindo da hipótese de que os indivíduos mortos, e possivelmente aqueles que os acompanhavam nas fotografias, sugerem predominância de pessoas de menor poder aquisitivo, a julgar pela simplicidade das vestes. Todavia, considerando que este não é objeto de nosso estudo, apenas apontamos tal questão.
[401] Nas memórias de Helena Morley há descrições de vários desses momentos. MORLEY, 1998. Ver *Memórias de um estudante*, no qual há a narrativa da morte de Dom Joaquim Silvério de Souza segundo a ótica do carpinteiro Luiz Gonzaga dos Santos, 1963 e de Celso de Carvalho, em 1935.
[402] VAILATI, 2006, p.64.

pelo qual eles agiram desse modo, mas, certamente a resposta não é clara e apresenta grande dose de subjetivismo. Essa seara é movediça para o historiador, mas talvez seja possível conjecturar que, mesmo tendo a presença na fotografia de seus tristes rostos, era necessário cravar o olhar para a câmera do fotógrafo, como quem deseja lançar uma seta para a posteridade, guardando aquela lembrança para o tempo de rever a foto e visitando as lembranças individuais daquele instante.

Em praticamente todas as fotografias estão presentes negros, mulatos e pardos, assim como os brancos, fruto do processo histórico escravista vivido na região. Esse povo que possivelmente vê na fotografia um modo de rememorar os seus momentos vividos, guardou também a sua história nos sentimentos que demonstraram através de suas feições, nestas mesmas imagens.

Por fim, as fotografias mostraram o modo como as representações da morte se fizeram presentes na cidade episcopal. Para Vailati, no Rio de Janeiro e em São Paulo, esta tipologia de fotografias entra em desuso na primeira metade do século XX, movida pela popularização da fotografia nos anos 1920, permitindo aos indivíduos se fotografarem mais vezes ao longo da vida, e não somente em momentos derradeiros, como a morte. Nessa linha de pensamento, as pessoas foram optando em guardar lembranças das crianças quando vivas, contribuindo para o fato da diminuição das fotos de pessoas mortas. Para o interior de Minas Gerais, tal popularização operou com mais lentidão, possivelmente nos anos 1940 e 1950, em Diamantina, contando com o aparecimento de outros fotógrafos residentes na cidade, tais como Foto Werneck e Foto Assis. Chichico Alkmim, como já foi comentado anteriormente neste estudo, com o passar do tempo reservou-se ao trabalho de fotógrafo de estúdio e manteve-se usando a sua máquina de fole 13x18cm, com negativos de vidro, mantendo esta prática fotográfica que limitava a grande quantidade de fotografias, mas que permitia o retoque das imagens, alimentando sua veia artística. Assim, em Diamantina, a prática de fotografar crianças mortas durou por mais tempo do que o observável em São Paulo e no Rio de Janeiro.

* * *

A imagem da cidade que vimos tecendo considera a influência local e regional exercida pelo Bispo, daí o termo *cidade episcopal*. Sob a batuta do bispado localizado em Diamantina, a partir de 1854, a ideia de cidade e a narrativa deste lugar episcopal tornaram-se imago percebida em diversos documentos, inclusive na literatura regional.

A lógica de cidade que fundamenta a narrativa de Helena Morley em *Minha Vida de Menina* é de uma cidade regida pelo tempo da Igreja, uma sociedade que segue, em larga medida, os padrões católicos sugeridos aos indivíduos para se portarem na esfera pública e privada. Anos mais tarde à produção de Morley (final do século XIX), surgem as *Memórias de um Carpinteiro* de Luis Gonzaga dos Santos, narrativa literária publicada em 1963, seguindo a mesma lógica de acentuada religiosidade, fruto de influência da atuação católica dos viventes na cidade episcopal.

Nessa medida, amealhando informações de diversas fontes, a cidade episcopal vista por Chichico Alkmim sensibiliza o olhar do pesquisador para refletir sobre o processo de romanização levado a cabo pela Igreja, bem como a reaproximação entre o Estado e instituição Católica, enfatizando a atuação dos Bispos e padres neste lugar. Destaca a importância de ver a cidade, acentuando seu caráter constitutivo encrustado na Serra, marcada pela presença das variadas torres de igrejas Oitocentistas. Aponta que os cruzeiros da cidade eram sinônimos de redenção, de lazer e de contemplação. Reafirma que o lugar dos padres e bispos, entre outros, era também o da imprensa, cujo objetivo era o de melhor guiar o rebanho quanto ao significado de ser católico numa sociedade que se tornava laica. Evidencia o lugar dos mortos e da morte na fotografia mortuária, revelando a sensibilidade do olhar do fotógrafo, bem como dos indivíduos em sociedade que mantiveram a prática de "expor os seus mortos" por meio da fotografia. Todos esses ingredientes fizeram e constituíram a cidade episcopal fotografada por Chichico Alkmim.

As fontes utilizadas neste capítulo contribuíram para que fosse possível perceber os testemunhos do passado e sua ação na sociedade em construção, à época de Chichico. Outrossim, permitiram perceber o diálogo levado a cabo entre os indivíduos e o seu tempo, aflorando imagens e colocando às vistas os silêncios. Os diferentes atores que construíram as imagens da cidade, notadamente a cidade episcopal, impingiram em Diamantina e região certo olhar que evidenciava o diálogo entre a religiosidade (de base cristã católica) e o moderno que se apresentava sobre o que deveria mudar e o que deveria permanecer.

CAPÍTULO 4

A Cidade Patrimônio: "duas pontas de épocas diferentes a entrelaçarem os homens"[403]

Cidade-monumento, ó nobre terra!
Não há quem não se sinta emocionado
Ao ler as tradições de teu passado,
A luta de titãs que aqui se encerra!

Os teus desbravadores quanta garra
Tiveram que enfrentar no acrisolado
Desejo de erigir, em bloco armada,
A fama secular que aqui se aferra.

Augusto Rios. *Voz de Diamantina*, 02 de fevereiro de 1945.

A imagem da cidade patrimonial que o fotógrafo Chichico Alkmim compreende de Diamantina está relacionada aos locais de urbanização antiga e às imagens representativas de locais de urbanização mais recente. Assim, o fotógrafo observava os espaços antigos e as mudanças mais recentes que ocorriam, escrevendo com luz e sombra ao "*foto grafar*" a cidade. Para compreender tal representação, neste capítulo foram utilizadas as vistas urbanas feitas por Chichico Alkmim e inseridas no fundo "paisagem e arquitetura" do Acervo de negativos do fotógrafo, totalizando 117 imagens da cidade.

[403] BAT, jornal *Voz de Diamantina*, "Folia de Reis, Folia de Carnaval", texto de Aires da Mata Machado Filho, 06/03/1938.

Optou-se por estruturar este capítulo do estudo considerando o que as imagens representavam a respeito do desenvolvimento urbano de Diamantina e qual era a cidade patrimonial vista por Chichico. A partir daí, buscou-se analisar o modo como foi comemorado o centenário de Diamantina em 1938 e como tal comemoração esteve relacionada à sua transformação em patrimônio nacional, em 1938.[404]

Vale ressaltar que a noção de patrimônio que sustenta este estudo baseia-se na assertiva do francês Dominique Poulot, que, além de ressaltar a necessidade do historiador explicar a complexa formação das inclusões e exclusões que constituem o cânon patrimonial, afirma que a noção de patrimônio

> implica um conjunto de posses que devem ser identificadas como transmissíveis; ela mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade, além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha, finalmente, um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade. Esboçadas progressivamente por dispositivos de enquadramento de artefatos, lugares e prática, as diversas configurações desdobram-se através das sociabilidades que as cultivam, das afinidades que se estabelecem por seu intermédio, além das emoções e dos saberes que se experimentam nesse contexto. Tal postura é contrária à ideia de um galpão repleto de obras e monumentos, segundo o modelo do depósito destinado a fatos, desqualificado por Lucien Febvre, em que o conservador do patrimônio, à semelhança do historiador anterior aos *Annales*, iria coletar as peças patrimoniais em nome de uma moldura constantemente válida, marcada somente pelas vicissitudes do gosto".[405]

É neste sentido que se pode compreender o modo como a noção de cidade-monumento foi expressa na poesia de Augusto Rios, no jornal *Voz de Diamantina* de 1945, que subjaz à ideia de longo tempo transcorrido, de tradição e de recordação. Uma tradição que fundará o futuro, ou seja, o caráter de monumento evoca um passado que confere identidade a um povo. Assim, a "nobre terra" invocada no poema é carregada das noções de que a busca para encontrar o ouro e o diamante "purificaram" os indivíduos dessas paragens, dadas as dificuldades da vida do interior e a exploração da população na terra dos diamantes. Os desbravadores dignificaram-se aos olhos do poeta por meio da bravura de suas ações ao edificarem Diamantina ao longo do tempo. Por isso, a cidade-monumento evoca, não um

[404] O decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, em seu artigo 1º consta a definição dos bens a comporem o patrimônio brasileiro: "Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". DECRETO-LEI N. 25 de 30 de Novembro de 1937. O conjunto arquitetônico de Diamantina foi inscrito no Livro de Belas Artes, vol. 1, página 12, em maio de 1938. Processo nº 64-T-38, inscrição 66.
[405] POULOT, 2009, p. 203.

passado qualquer, mas aquele que "foi localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, diretamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade",[406] por isso, o monumento é "uma defesa contra o trauma da existência (...), sossega, tranquiliza, ao conjugar o ser do tempo".[407] Nesse sentido, é uma construção social.

Tendo em vista essas considerações iniciais, a seguir se discute o legado do passado, bem como a presença do novo, nas fotografias de Chichico.

4.1. O desenvolvimento urbano de Diamantina

A cidade que Chichico viu e fotografou é fruto do trabalho do tempo e da ação das pessoas que a habitaram desde o século XVIII, sendo resultado do que Michel de Certeau denominou como espaço praticado.[408] As bases do arraial do Tijuco[409] foram lançadas por volta de 1713, quando várias bandeiras iam se dividindo em outros grupos menores, e os mineradores procuravam veios auríferos seguindo os cursos dos rios entre os maciços divisores de água das bacias do Rio Doce, Jequitinhonha e São Francisco. A grande referência física desses indivíduos foi o Pico do Itambé, que serviu de guia para manutenção de um ponto identificador da região. Possivelmente, a bandeira de Jerônimo Gouveia partiu do Serro Frio e acompanhou o curso do Rio Jequitinhonha, chegando à confluência do Rio Piruruca e Rio Grande, local onde se encontrou ouro, embora o vale do Tijuco (afluente do rio Grande), tenha apresentado maior quantidade de minério aurífero. Antes mesmo da exploração do diamante, a população foi se organizando de modo flutuante à margem direita do Tijuco, no lugar chamado de Burgalhau.[410]

Aires da Mata Machado Filho, seguindo a tradição de Joaquim Felício dos Santos, afirma que "o arraial só ocupava o pequeno circuito que abrange as atuais ruas das Beatas, do Burgalhau e do Espírito Santo",[411] e "o largo do Bonfim, como outros lugares, era uma campina, sombreada por copada gameleira, a rua Direita e a praça Conselheiro Mata era densa

[406] CHOAY, 2013, p. 17.
[407] CHOAY, 2013, p. 18. A autora discute, nas páginas seguintes, o processo de mudança do significado do termo em questão.
[408] CERTEAU, 2011.
[409] Desde 1678 chegou à região do rio Jequitinhonha a bandeira de Fernão Dias Paes em busca de minerais precisos. Entretanto, coube a Antônio Soares e Manuel Corrêa Arzão a fundação de vários lugares no espaço denominado pelos índios de Iviturui (nomeado no século XVIII pelos brancos como Serro Frio), que significava montanhas frias.
[410] ÁVILA, 1995, p. 260.
[411] MACHADO FILHO, 1980, p. 10.

floresta que fornecia madeira para as cafuas, e o Arraial de Baixo, outra floresta. Da Grupiara ao Rio Grande, estendia-se um tremedal".[412]

Para Sylvio de Vasconcellos, a estrutura urbana em Diamantina teria se originado da polarização de núcleos separados, havendo confluência dos caminhos que os ligavam, com centro de gravidade no Arraial do Tijuco ou do Rio Grande, conectados pelos caminhos dos agrupamentos denominados arraiais de Baixo e de Cima. Aos poucos, o pequeno lugarejo foi ganhando sua feição de arraial. Notadamente com a exploração diamantífera, por volta da década de 1720,[413] houve grande afluxo de pessoas para a região do então Tijuco e alterou-se significativamente o Arraial. Assim, tornou-se necessária uma reorganização espacial de modo a abrigar essa população.

A malha urbana de Diamantina se desenvolveu em três fases, segundo Sylvio Vasconcellos, sendo que a primeira fase seria de 1700 a 1720, com povoamento esparso, estabelecido em vários arraiais. A segunda se deu entre 1720 e 1750, quando se organizou um reticulado da parte urbana propriamente, surgindo ruas e becos (atente-se para as ruas identificadas no mapa da figura 93). A terceira fase ocorreu a partir de 1750, [414] organizada exatamente quando o núcleo urbano paulatinamente se estruturou e se expandiu, assim como a produção diamantífera atingiu números expressivos através do sistema de contrato (1740-1771) e da Real Extração (1771 a 1841).[415] Esta classificação de Vasconcellos pode ser observada no croqui abaixo organizado por Lívia Romanelli D´Assumpção, em 1991, no qual ela destacou os primitivos caminhos entre esses arraiais que se transformaram nas principais vias tangenciais e centrais do arraial do Tijuco, correspondendo à área antiga de Diamantina.

[412] MACHADO FILHO, 1980, p.10.
[413] A descoberta oficial dos Diamantes data de 1729, mas há conhecimento deste anterior a essa data. A esse respeito ver: FURTADO, 2007, p. 303-320.
[414] VASCONCELLOS, 1959, p. 112.
[415] FURTADO, 2008; MARTINS, 2014.

Mapa 04: Caminhos entre os Arraiais originários de Diamantina.

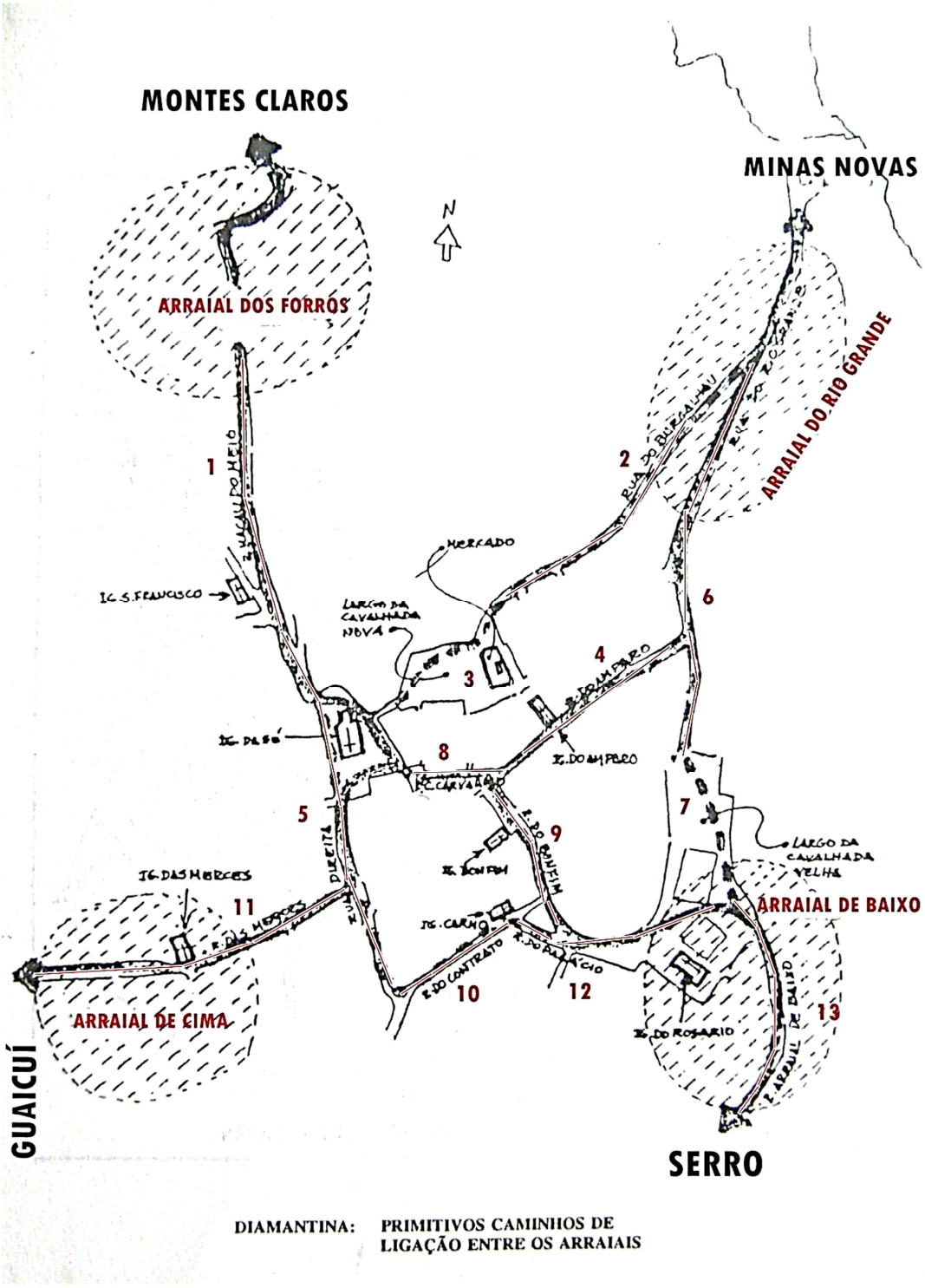


Figura 93. Caminhos entre os Arraiais originários de Diamantina.
Legenda: 1. Rua Macau do Meio, 2. Rua Burgalhau, 3. Largo da Cavalhada Nova, 4. Rua do Amparo, 5. Rua Direita, 6. Rua do Rio Grande, 7. Largo da Cavalhada Velha, 8. Rua Campos Carvalho, 9. Rua do Bonfim, 10. Rua do Contrato, 11. Rua das Mercês, 12. Rua do Palácio Arquiepiscopal, 13. Rua Arraial de Baixo.
Fonte: Adaptado de D'ASSUMPÇÃO, Lívia Romanelli e FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre (SBPH), 1991. Projeto de levantamento do Traçado Urbano de Diamantina. Arquivo da Biblioteca Antônio Torres. (mimeo.) e de VASCONCELLOS, Sylvio, 1959. Croqui referente aos caminhos primitivos de ligação entre os arraiais e as respectivas saídas e entradas para o Antigo Arraial do Tijuco, no século XVIII.

Os Arraiais de Cima, de Baixo e Rio Grande, segundo Sylvio de Vasconcellos, tiveram o papel de atuar como limítrofes ao seu centro de gravidade (o Tijuco), dando lugar, aos poucos, ao aspecto triangular sob o qual se constituíram as ruas e largos que compuseram o Arraial do Tijuco, posteriormente, a cidade de Diamantina. Por volta de 1768, o núcleo populacional se organizou paulatinamente, originando o Arraial dos Forros ou do Macau, próximo ao córrego da Caridade, formando um aspecto reticulado quadrangular urbano. O autor acentua que a localização do Tijuco é propícia para o comércio e trânsito de tropas, pois está situada no entroncamento de três bacias hidrográficas (Jequitinhonha, Doce e São Francisco), o que facilitou a criação das rotas.[416] Vasconcellos afirma, ainda, que a urbanização do Tijuco deu-se em função dessa localização no entroncamento de caminhos (Montes Claros, Minas Novas, Barra do Guaicuí e Serro) e das minerações que ocorriam nas suas periferias.

A estruturação dos largos exprimiu a existência de um componente vernáculo no traçado urbano de Diamantina, uma vez que tanto o largo da Cavalhada Velha quanto o largo da Sé, posicionavam-se em locais mais altos em comparação com o Arraial do Rio Grande (que deu origem ao Tijuco). Portanto, um componente territorial (declive e aclive) que contribuiu na estruturação do espaço.[417] O Arraial de Cima advém das minerações na Grupiara e alto da Serra, sendo o local mais alto que todos os arraiais no século XVIII. O declive do Arraial dos Forros começou a apresentar maior ocupação somente por volta de 1768. Desse modo, de um traçado triangular, constituiu-se um traçado quadrangular até o final do período setecentista. O local com topografia mais privilegiada era o centro de gravidade do Arraial do Tijuco, na altura das ruas Direita, Campos Carvalho, Contrato, Macau do Meio, Cavalhada Velha e Nova. Conforme afirma Manuel Teixeira, nas cidades da América portuguesa, houve a conjugação do erudito (que exprime a ideia de regularidade) e do vernáculo (componente territorial) na composição da cidade lusitana, como percebido em Diamantina.[418]

O traçado regular da cidade de Diamantina foi estudado por Cristiane de Souza Gonçalves, lançando mão da planta do Tijuco de 1784. A autora destaca as orientações

[416] VASCONCELLOS, 1959, p. 124-128. Cristiane de Souza Gonçalves se apropria das considerações feitas por Sylvio de Vasconcellos, especialmente comparando Diamantina e Ouro Preto, no que se refere aos limites dos arraiais. GONÇALVES, 2010, p.36-39.

[417] Os largos e praças também podiam se formar pela confluência de ruas, adros de Igrejas, entre outros, progressivamente sendo estruturados como praças. Além disso, as funções que estes espaços possuíam influenciava na constituição como praça, a exemplo da função religiosa, de mercado e administrativa. TEIXEIRA, 2004, p. 27.

[418] TEIXEIRA, 2004, p. 29. A respeito das cidades mineiras do século XVIII que apresentavam tanto o controle e a regularização da forma urbana, ver FONSECA, 2004, p. 240-257.

portuguesas para a construção deste traçado, exemplificando tal regularidade por meio do delineamento de pequenas quadras com áreas livres no interior, bem como a presença de edifícios importantes (Igrejas, Casa do Contrato, Intendência, entre outras). O desafio era, pois, delinear uma cidade com orientações regulares sobre um terreno irregular. A saída foi utilizar o regular sempre que possível, adaptando-se ao vernácula, como aponta Teixeira.[419]

A aglutinação populacional na área central, no Arraial do Tijuco, acabou por desenvolver os arruamentos da cidade mais antigos, notadamente as ruas: Rosário, Bonfim, Quitanda/Carmo, Direita, Amparo, Mercês, Rio Grande, Arraial de Baixo, Macau do Meio, Burgalhau, Campos Carvalho, Contrato; e os largos: Largo da Cavalhada Nova e Largo da Cavalhada Velha. No período de apogeu da exploração diamantífera no século XVIII (especialmente o período do sistema de contratos), o Arraial do Tijuco vivenciou um *boom* no crescimento urbano, gerando investimentos em construções de caráter religioso, residencial e público.[420]

Este modo de desenvolvimento, segundo Manuel Teixeira, dentro da matriz portuguesa de urbanização, aponta para o fato de as cidades mineiras não terem se constituído com planos estruturadores globais, e, ao mesmo tempo, terem se tornado um espaço que condensa todo o conhecimento vernáculo das épocas passadas. Na leitura do autor, a "crescente racionalização dos traçados urbanos portugueses é, em todas as épocas, apenas a ordenação do modo vernáculo, ou territorial, de fazer cidade".[421] Cláudia Damasceno da Fonseca estuda as cidades mineiras setecentistas e confirma que, para além da presença da regularidade em Diamantina e em Mariana, várias outras cidades mineiras apresentaram o controle e a regularização na forma urbana.[422] Ela coloca em relevo a atuação dos agentes públicos no sentido de tornar esses traçados mais regulares e funcionais.

A cidade de Diamantina não fugiu a essa lógica e manteve a orientação vernácula, ou da adaptação ao território, em diferentes épocas, como "orientação" instituída; é por esta razão que se compreendem as construções nas encostas de morros, por exemplo. Os traçados

[419] TEIXEIRA, 2004; GONÇALVES, 2010. Destaca-se que Antônio Risério, em *A cidade no Brasil*, apresenta um reestudo da cidade construída pelos espanhóis e portugueses na América, e afirma que os lusitanos reproduziram suas cidades na América, ao contrário dos hispânicos, revendo a afirmativa de Sérgio Buarque de Hollanda. RISÉRIO, 2013, p. 83-92.

[420] Igrejas construídas nesse período: Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1761), Igreja de São Francisco de Assis (1766), Igreja de Nossa Senhora das Mercês (1788), Capela de Nossa Senhora do Amparo (conclusão em 1776), Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1731), Capela de Nosso Senhor do Bonfim (anterior a 1771). Casario residencial e público: Casa da Intendência dos diamantes (1733), Casa do Contrato, Casa da Chica da Silva (aprox. 1763), Casa Padre Rolim, Santa Casa de Caridade (1790), Casa do Muxarabiê e Casa do Fórum. ÁVILA, 1994. p. 278-357.

[421] TEIXEIRA, 2004, p. 40.

[422] FONSECA, 2004, p. 240. Em seu texto, Diamantina é vista pela ótica de VASCONCELLOS, 1959.

mais racionais, afirma Manuel Teixeira, "têm elementos vernáculos incorporados neles, enquanto que o traçado aparentemente casual e menos planeado tem uma dimensão de racionalidade e de geometrização".[423] Isto explica o fato de o tecido urbano de cidades portuguesas apresentarem "becos apertados e vielas estreitas, construções desalinhadas, calçadas ínfimas ou no mais das vezes, inexistentes; contrapondo-se aos grandes quintais urbanos".[424]

Ao longo do século XIX, as edificações foram mais modestas, embora possa ser notado um crescimento do tecido urbano da cidade, orientado para a área onde foi edificada a Capela de Nossa Senhora da Luz (fundada em 1819, pela portuguesa Teresa de Jesus Perpétua Corte Real), o Largo do Curral (atual Largo D. João) e a região da Igreja da Consolação (no bairro da Consolação). Há destaque para a edificação do Teatro Santa Isabel (1841-1912), o Mercado Municipal (1889), o Seminário (1867) e a Basílica do Sagrado Coração de Jesus (1889). Alterações políticas importantes colaboraram para a estruturação do espaço urbano, como a elevação do Arraial do Tijuco à categoria de Vila, em 1831, e à cidade Diamantina, em 1838, mesmo ano em que São João Del Rei, Vila do Príncipe e Sabará se tornaram cidades, dentro dessa política urbana mineira nos oitocentos. Nessa época, a Real Extração (1771-1845), monopólio de exploração de diamantes da coroa portuguesa, já se encontrava desestruturada e, ora se encontravam diamantes, ora o desalento tomava conta dos mineradores.

Na primeira metade do século XX, período em que Chichico fotografou a cidade de Diamantina, a expansão urbana se direcionou para a região do Largo Dom João, no entorno do qual se desenvolveram o bairro Vila Romana e o bairro do Quartel, próximos à linha férrea, inaugurada em 1914. Desenvolveram-se, também, os bairros do Alto do Bom Jesus, Vila Operária e Venda Nova. Além disso, várias edificações, reparos e reestruturações foram feitas na cidade, algumas delas registradas por Chichico (figura 94).

O mapa a seguir, datado de 1955 e disponível no livro de Aires da Matta Machado Filho, demonstra este crescimento urbano.[425]

[423] TEIXEIRA, 2004, p. 40.
[424] GOODWIN JÚNIOR, 2007, p. 161.
[425] MACHADO FILHO, 1980, p. 178-179. Não foi possível a reprodução de tal mapa de 1955 confeccionado por Silvio Felício dos Santos e copiado por J. M. Barbosa.

Mapa 05: Planta de Diamantina em 1955.

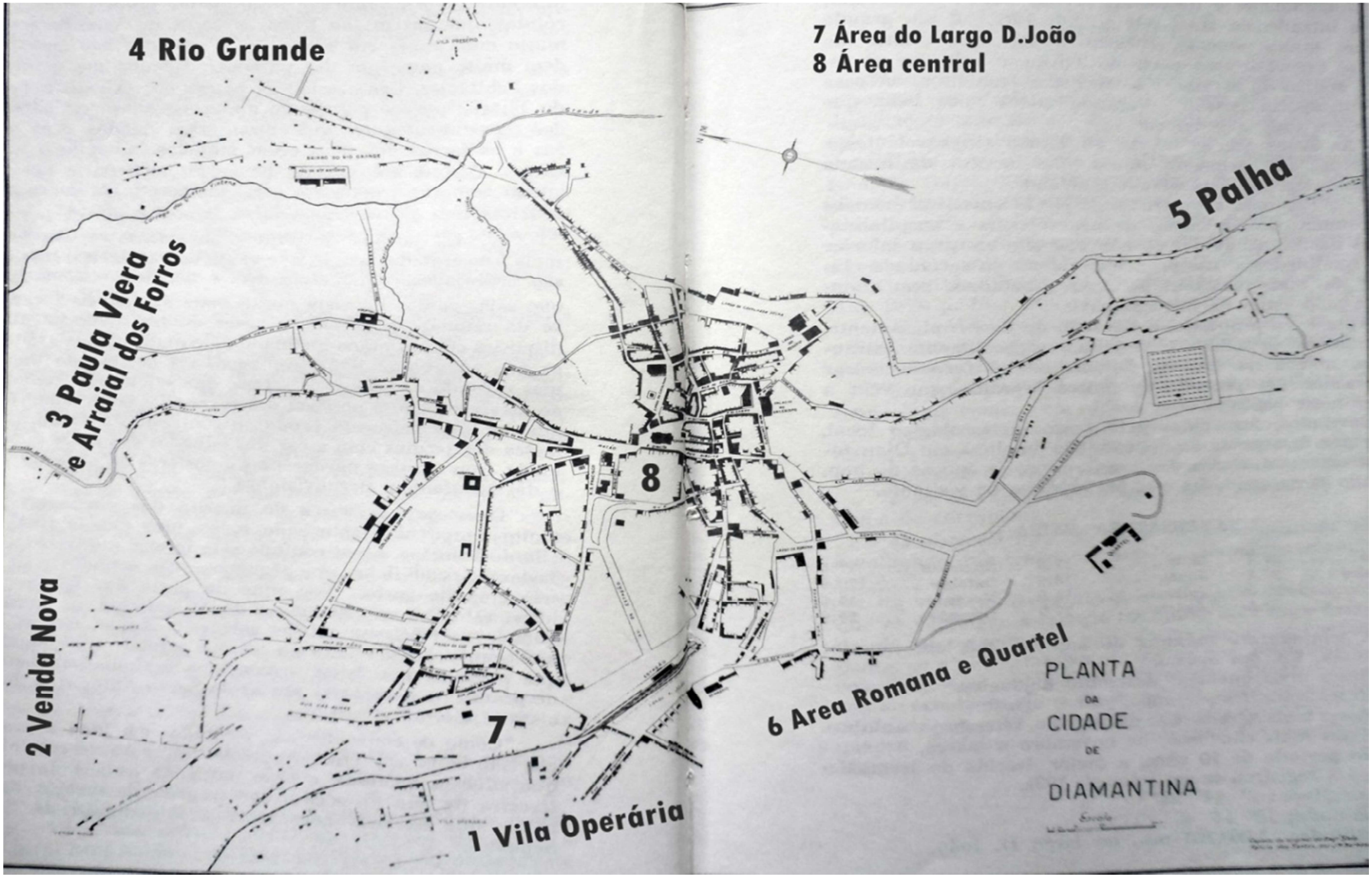


Figura 94. Planta de Diamantina em 1955. Fonte: Adaptado de Silvio Felício dos Santos e copiado por M. Barbosa, 1955. MACHADO FILHO, 1980.

Especialmente no final do século XIX e início do século XX, na perspectiva de James William Goodwin Júnior, o tecido urbano foi modificado, tendo no debate jornalístico a expressão dos interesses dos homens de imprensa, que, nas páginas dos jornais, denunciavam as mazelas da cidade e cobravam dos dirigentes uma postura de cuidado com os espaços públicos, interferindo no rumo das orientações urbanas.[426] O embelezamento da cidade era tema frequente nesses periódicos, que consideravam parques e jardins como preceitos da modernidade; mas Diamantina era uma cidade não somente acidentada, como esburacada e com muitas poças de água, dificultando a "passagem do progresso". A população, por vezes, tomava as rédeas da situação e os próprios moradores consertavam as ruas, como demonstra a matéria do jornal *A Idéa Nova*, de três de junho de 1906, citado por Goodwin Júnior: "quem subisse, domingo transacto, a rua da Luz, ficaria impressionado com o movimento insólito que a animava. Sua população composta, em geral, de gente pobre, aproveitava o dia para consertar a rua afim de que pudesse ter trânsito a procissão do Mez de Maria (...)".[427]

Todavia, a Câmara Municipal esboçou preocupação com o ordenamento do desenvolvimento urbano desde 1846, quando tornou pública a Postura da Câmara Municipal de Diamantina, que regulamentava e ordenava o espaço, proibindo que a população mantivesse animais na rua, que se edificassem moradias à revelia de suas orientações, da obrigatoriedade da construção do Cemitério Municipal (1905) e da necessidade da autorização desse órgão em se construir novas igrejas na cidade.[428] O jornal *A Ideia Nova* em 1911, ao comemorar os 79 anos da instalação da primeira Câmara Municipal de Diamantina, apresentou as mudanças ocorridas na cidade desde 1884, como se observa a seguir:

> Pela lei provincial de 13 de Outubro de 1831 foi o Tijuco elevado a villa *Diamantina*.
> Nessa occasião o arraial tinha a mesma topographia central que nós conhecemos até 1884, antes das grandes transformações que soffreram as seguintes ruas: Rua Atraz da Sé, com o corte de parte do cemitério; Rua do Chafariz (Joaquim Felício) que foi consideravelmente alargada; largo da Intendência (Matta Machado) muito modificado com a suppressão da *Intendência de Cima* e rebaixamento do nível; largo da Sé (Correa Rabello) e rua Direita (Tiradentes) extraordinariamente rebaixados, etc. etc.
> Em todo o caso a physionomia central de Diamantina ficou quase a mesma, a grande transformação operou-se apenas nos arrabaldes longínquos: Rio Grande, Arraial dos Forros, Luz, Curral, Palha.
> Nessa epocha a população Diamantina orçava por uns oito mil habitantes.

[426] GOODWIN JÚNIOR, 2007, p. 166.
[427] GOODWIN JÚNIOR, 2007, p. 167.
[428] Posturas da Câmara Municipal de Diamantina. Ouro Preto: Typographia Imparcial de B.X. Pinto de Souza, 1846.

> Foi a 4 de junho de 1832, há 79 annos por conseguinte, que se installou a primeira Câmara Municipal da Villa Diamantina, no edifício onde actualmente funcciona o Grupo Escolar.
> No primeiro livro de actos d'esta primeira Câmara, a Villa é chamada ora *Villa Diamantina do Tijuco,* ora *Villa Diamantina do Serro*.[429]

As "Posturas da Câmara" facilitavam o ordenamento da cidade e tornaram-se fator importante para a sua preservação, uma vez que proibiam que os casarões antigos fossem derrubados em favor de novas edificações. Do mesmo modo, contribuíram para a preservação, assim como outras atitudes da Câmara, como em 1902, quando foi editada a lei nº 131, que determinou o sistema de construção e de reconstrução de prédios na cidade, considerando que "as construções novas e as reconstruções obedecerão às regras da architectura e da hygiene, sendo proibidas as abas de telhados e os degraus na parte externa, salvo as entradas, cujas plantas forem aprovadas".[430]

Visando melhor administração da cidade, em especial para lançamento de impostos, fez-se necessário delimitar a área urbana de Diamantina. Em 1933, em debate e resolução na Câmara Municipal, assim ficou definida a área urbana de Diamantina:

> Artigo Único - Para efeito de lançamento de imposto de que trata o decreto nº 103, de 5 de abril de 1933, fica determinada a seguinte linha de contorno que delimitará a zona urbana desta cidade, revogadas as disposições em contrário:
> Tendo por início a casa de D. Antônio dos Santos Barroso, mesmo em frente ao Cruzeiro do Rio Grande, ganha a casa do Sr. Ismenio de Araujo Tameirão, indo até a casa de D. Felicidade Conceição Neves. Desta passa por trás da Cadeia pública, fecha, em frente a casa do Sr. Humberto Moreira da Silva, a entrada do Arraial de Baixo, e apanha a rua do Contrato, indo até a casa do Sr. João Avelino Junior, na rua Juca Neves. Ganha a Avenida do Cemitério, que segue até a última casa, e deste ponto, por um beco ai existente, apanha a rua da Romana, por esta acima, vai até a residência do Sr. Álvaro Rocha, na entrada da Almotolia. Segue em direção ao Largo D. João, fecha próximo às casas que pertencem ao Sr. Pedro da Costa Miranda, a entrada das Biquinhas, e, próximo às casas do Sr. João Alkmim e da Estrada de Ferro Central do Brasil, fecha a entrada da rua que se dirige ao Matadouro Municipal. Ganha o Alto da Poeira, desce a rua do Meio ou a Travessa da Luz, até apanhar a rua deste último nome. Por meio de outra reta que segue em direção à casa comercial do Sr. Gabriel Antônio Coelho, ganha a rua do Fogo e fecha as entradas. Venda Nova é estrada de automóvel. Desce a rua da Glória passando pela casa do Sr. Olympio Mourão, até o largo do Arraial dos Forros, onde fecha a entrada do beco que se dirige à chácara do Sr. Alberto Mota. Apanha o largo do hospital, fechando ai a entrada do Beco que se dirige à chácara do Sr. Antônio Batista de Miranda e a do Beco chamado do Felisberto. Do largo do Hospital apanha todo o Beco da Paciência, desde a rua do Progresso, indo ganhar o ponto de início, casa de D. Antonia dos Santos Barroso, em frente ao cruzeiro do Rio Grande.
> Prefeitura Municipal de Diamantina, aos 2 de Agosto de 1933. Pedro da Costa Miranda, Gabriel de A. Mandacaru, Secretário da Prefeitura.[431]

[429] BAT, jornal *A Ideia Nova*, "79º Aniversário da Instalação da Primeira Câmara Municipal de Diamantina", 4 de junho de 1911.
[430] ACMD, Livro de Registro de Leis e Resoluções, livro 2, lei nº 131, 13 de fevereiro de 1902, p. 106.
[431] ACMD, Livro de Registro de Leis e Resoluções, livro 6, Decreto nº 109 de 02 de agosto de 1933, p. 30-31. Em 1938, a área urbana da cidade foi novamente demarcada, reafirmando esta delimitação, acrescentando

Essa delimitação, de cunho mais personalizado e enfático da racionalidade local, ajuda a compreender melhor qual era a dimensão urbana de Diamantina num processo em que Chichico fotografou a cidade de modo a retratá-la em vários espaços, como se verá nas fotografias dos espaços antigos e novos da cidade.

O final do século XIX e o início do século XX foram repletos de melhoramentos urbanos infraestruturais., que haviam sido enfaticamente cobrados dos administradores públicos pelos homens de imprensa, por meio dos jornais, sempre em comparação à importância que se observava na cidade, nesta época. Assim, ocorreu a modernização do abastecimento de água, canalização de esgoto e a construção do cemitério municipal.

Este desenvolvimento ocorreu, inicialmente, na área central de Diamantina, sendo que, aos poucos, foi chegando aos demais locais, considerados de urbanização recente, à época de Chichico Alkmim. Desse mesmo modo, ocorreu com a luz elétrica, que embora tenha sido inaugurada em 1910, por meio da Usina de Santa Maria, aos poucos foi sendo instalada nos novos arruamentos. A título de exemplo, em 1924, chegou à Câmara Municipal uma representação de diversos moradores do Arraial dos Forros, pedindo que seja "aumentada a rede de illuminação pública do bairro, considerando a justiça do pedido em vista do nº de casas alli existentes, algumas bem confortáveis; considerando que os referidos moradores se comprometem a fornecer os postes de madeira necessários à instalação".[432]

O calçamento de Diamantina se deu de modo paulatino. O empedramento das vias que ligavam os arraiais foi necessário para possibilitar o trânsito de cavaleiros, de tropas e de pedestres, bem como para evitar o atoleiro constante nas ruas. Entretanto, as "capistranas" adaptaram-se melhor a essa função, e "em 1877, introduziram-se os passeios centrais de lajes mais regulares denominadas de capistranas, por dever-se a iniciativa do novo calçamento ao então Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Melo",[433] especialmente em Ouro Preto. Esse interessante piso tão bem integrado à tipicidade urbana de Diamantina, foi assentado em toda a área central da cidade em meio ao pé-de-moleque, a partir de 1897, por meio do Agente Executivo Olímpio Mourão.[434] Em 1938, foi instituída pelo poder público municipal a taxa de calçamento, que incidiu sobre os prédios situados nas zonas urbanas já

---

espaços e nomes de pessoas num mesmo arruamento. Livro de Registro de Leis e Resoluções de Diamantina, livro 7, Decreto-lei nº 46, de 23 de maio de 1938, p. 36.

[432] ACMD, Registro de Atas, livro de 1920 a 1930, 02 de outubro de 1924, p. 52.

[433] ÁVILA, p.287.

[434] Em 1900, a lei municipal nº 107 de 27 de abril de 1900 autorizava ao Agente Executivo Municipal continuar com a rede de capistranas e calçamento por toda a cidade. BAT, jornal *O Município*, 8 de maio de 1900.

calçadas – a taxa de 10 mil réis – e o desconto de 20%, para as casas cujos lados estivessem em frente a praças ou becos.[435] Esse imposto também dizia respeito às mudanças ocorridas com as capistranas, retiradas em grande parte em 1938, pelo então prefeito Joubert Guerra. Essa alteração foi bem vista por José Altimiras, que publicou a sua opinião no jornal *Voz de Diamantina*:

> Das diversas obras novas que a Prefeitura está desenvolvendo na cidade, a melhor, sem dúvida, é a destruição da capistrana, que é sucedida por um calçamento moderno.
> Esse passeio no meio das ruas, construído de grandes lajes de quartzo, tem sido, até agora, uma espécie do túmulo de Tut-ank-amen. Ninguém teve coragem de retirar das capistranas uma pedra sequer, com medo de maldição. Os lajedos seculares estavam polidos e gastos pelo passar e repassar de tanto sapatinho branco de sola fina.
> [...] Imagine-se um duplo fenômeno, em ação constante ou, pelo menos, em atividade, das 18 às 21 horas, diariamente: – o sapato e a língua – que, aparentemente, não se relacionam.
> Alguns fiscais de obras feitas, sem ônus para os cofres municipais, ficam, durante o dia todo, assistindo, atentos, aos serviços da nova pavimentação de concreto, que o espírito administrativo de Joubert Guerra está realizando, no coração da cidade.[436]

Além dessas preocupações com o desenvolvimento urbano da cidade, era necessário delimitar, por força do decreto nº 25 de 30 de Novembro de 1937, a área considerada "zona histórica". A primeira delimitação da zona histórica da cidade patrimonial foi feita em 1938, e a segunda em 1949, como a seguir:

[435] ACMD, Livro de Registro de Leis e Resoluções, livro 7, Lei nº 01 de 10 de janeiro de 1938, p.21. A respeito das capistranas que foram retiradas em substituição a um "calçamento moderno",
[436] BAT, Jornal *Voz de Diamantina*. 05 de fevereiro de 1938.

Quadro 14. Delimitação da área histórica de Diamantina

Lei nº 01 de 10 de janeiro de 1938	Lei nº 59, 31 de outubro de 1949
O prefeito municipal do Município de Diamantina [Joubert Guerra], no uso de suas atribuições; Considerando que grande parte do perímetro urbano desta cidade possui construções em estilo denominado moderno; Considerando impraticável a exigência, mormente na zona suburbana, de construções em estilo puramente colonial; Considerando a exigência, mesmo no perímetro urbano de grandes áreas ainda não edificadas; Decreta: Artigo único – para os efeitos da resolução federal que leva a tombamento o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Diamantina, fica, nesta, delimitada a seguinte zona a que se denomina "zona histórica": – Tendo ponto de partida na praça Conselheiro Mata, desce a travessa de igual nome indo até a praça Barão de Guaicuí, contornando o Mercado Municipal; desce a rua Espírito Santo até ganhar a travessa do Amparo, penetra na rua do mesmo nome, que atravessa até ganhar o Largo Dr. Prado; apanha toda a direita deste, percorre a praça D. Joaquim e, em subida, ganha a rua Dr. Juscelino Barbosa [rua do Contrato]; por esta acima, sobe a rua Vicente Figueiredo até penetrar na rua Guttemberg [Beco do Coqueiro], que desce até ganhar a travessa das Mercês; por meio desta, em subida, ganha a rua do mesmo nome; descendo-a, apanha a rua Augusto Nelson, percorre-a em toda a sua extensão, ganha a rua municipal e, por esta, a praça Dr. Juscelino Kubitschek, abrangendo a sua direita e esquerda; sobe em seguida a rua Dr. João Antônio até a Santa Casa de Caridade; em descida, penetra na rua Dr. Álvaro, ganha a praça Dr. Carlos Otoni, desce a travessa que liga a rua Ciríaco de Abreu [Macau de Baixo] e, por esta acima, vai ao ponto de partida. Revogada as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de Diamantina, em 21 de outubro de 1938.	A Câmara Municipal de Diamantina decreta e eu promulgo a seguinte lei: Art.1º - O perímetro, nesta cidade de Diamantina, sobre que recai a proteção ao patrimônio artístico e histórico nacional, de que fala o Decreto Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, fica assim delimitado: Tendo ponto de partida na praça Conselheiro Mata, em direção a travessa de igual nome, ganha o largo Barão de Guaicuí e, deste a rua do Progresso que desce até o Cruzeiro do Rio Grande, contorna-o, sobe a rua do Rio Grande, alcança o largo Dr. Prado e, passando por traz da Cadeia Pública e Igreja do Rosário, em direção da praça Dom Joaquim, apanha a rua Juscelino Barbosa [rua do Contrato], a rua Vicente José de Figueiredo, a rua da Liberdade [rua Romana] até a Basílica do Sagrado Coração de Jesus; daí, contorna a Samambaia desde a rua das Mercês; ganha a rua Augusto Nelson; por esta, vai a rua de São Francisco, que desce em direção a rua Dr. João Antônio, sobe a rua Caridade, apanha a rua da Luz, por esta, até a rua Dr. Álvaro Mata Machado [rua da Glória]; por esta, em direção ao Largo do Arraial dos Forros, desce a travessa do mesmo nome e vai ao largo Silveira Lobo [ou do Hospital], sobe a rua Manuel Ciríaco de Abreu [Macau de Baixo] até ganhar o ponto inicial, na praça Conselheiro Mata. Art. 2º - Fora desse perímetro, são permitidas construções e reconstruções em estilo não colonial, observando, porém tais serviços, as posturas municipais atinentes ao assunto e as recomendações do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, no que for aplicável. Ar. 3º - Aos profissionais em geral, oficiais de pedreiro, carpinteiro, pintor, escultor, etc...que trabalham por conta própria, é concedido o prazo até 31 de dezembro de 1949, improrrogável, para que façam na Prefeitura Municipal, o seu registro profissional, independentemente, pagamento de qualquer taxa de expediente. [***grifo nosso***] Prefeitura Municipal de Diamantina, 31 de Outubro de 1949.

Fonte: ACMD. Livro de Registro de Leis e Resoluções, livro 7, Lei nº 01 de 10 de janeiro de 1938, p.21. ACMD. Livro de Registro de Leis e Resoluções, livro 8, Lei nº 59, 31 de outubro de 1949, p. 17-18.

Embora esses documentos tenham sofrido sensíveis alterações, vale destacar o que eles representaram para a sociedade diamantinense, em 1938 e 1949. Como o tombamento da cidade foi feito em seu conjunto urbano, a necessidade de delimitação da área tombada era premente, afinal, o "centro histórico" ficaria sob a proteção imediata do SPHAN, órgão que autorizou várias reformas e reconstituições dos espaços a serem preservados, especialmente nos anos 1940 e 1950. Comparando as delimitações realizadas em l938 e em 1949, neste

último ano, o poder público ampliou a área tombada, considerando as seguintes ruas: a rua José Vicente de Figueiredo (ampliada com relação à Gutemberg), a rua Romana, a inclusão da rua São Francisco, a área da Basílica do Sagrado Coração de Jesus e o Alto da Grupiara (Samambaia), bem como a Igreja do Rosário, a Igreja da Luz e a ampliação da área do Arraial dos Forros, chegando até ao largo Silveira Lobo, no hospital Nossa Senhora da Saúde. Conforme análise de Cristiane Gonçalves, os técnicos do SPHAN revelaram um olhar seletivo sobre a cidade, evitando construções cuja influência fosse o ecletismo. Assim, ela afirma que, segundo seus preceitos de

> histórico e histórico-artístico pois ao proporem uma primeira área e depois revisarem a planta elaborada pela prefeitura, incluiriam o trecho correspondente ao Antigo Arraial dos Fôrros, deixando, no entanto, excluído o significativo segmento relativo à estação ferroviária, de feições ecléticas – edificações construídas no século 20, porém integrante do eixo de expansão da área contígua ao seminário e igreja do Sagrado Coração de Jesus. Já deixariam claro, então, o modo como a questão formal teria ênfase em seus procedimentos de trabalho ditando, inclusive as decisões no plano das intervenções no conjunto tombado.[437]

As áreas da cidade que tiveram desenvolvimento, ao longo do século XIX, foram consideradas como bens tombados pelo patrimônio histórico e inclusas na delimitação de tombamento de 1949 (ver grifos no quadro). Em uma delas, ocorreram diversas reclamações por parte da população, como foi o caso do prédio do Mercado Municipal, que será discutido mais adiante.

Os documentos em seu conjunto apontam que a população de Diamantina desejava que, fora da área delimitada por eles próprios e visando à proteção do patrimônio da cidade, não houvesse a "exigência impraticável" da padronização do colonial como modelo de construção, haja vista que já existia o precedente de construções modernas na cidade. Em 1938, a preocupação residiu em delimitar uma área de proteção que não abrangesse nem a Grupiara nem a área da Basílica e Seminário, pois eram lugares urbanos em expansão no século XX. Certamente, temiam restrições por parte do SPHAN. Em 1949, este lugares foram incluídos, bem como a área do hospital Nossa Senhora da Saúde, no largo Silveira Lobo, igualmente local de expansão urbana. Desse modo, o tombamento de Diamantina não se restringiu às edificações do século XVIII, mas também do século XIX e início do XX. Por mais que fossem importantes as construções do século XVIII e XIX, a população desejava espaço para o novo, para o não colonial, para o tempo em que eles viviam marcados no tecido urbano. Essa aparente contradição é marcada por insatisfações por parte da população que se

[437] GONÇALVES, 2010, p. 195.

encantava com o novo que era evidenciado em cidades do litoral e capital. O SPHAN foi um ator social que interviu na cidade, contribuindo para a manutenção da sua feição colonial.

4.2. O posicionamento de Chichico para olhar a cidade patrimonial

A cidade patrimonial, expressa pelas fotografias de Chichico, evidencia "antigos lugares" construídos, implicando num conjunto de bens, em seu sentido amplo, que possam ser transmissíveis. Igualmente, os espaços em construção foram observados como expressão do novo à época do fotógrafo.[438] Mas, qual foi o legado de cidade que chegou à época de Chichico, quando ele realizou diversos registros fotográficos de Diamantina? Quais eram os lugares considerados "velhos" e aqueles percebidos como "novos", ambos por ele fotografados? Onde ele se posicionou para "ver" a cidade?

A imagem fotográfica produzida é muito mais que um *clic* do fotógrafo. O momento significativo de sua produção é determinado pelas escolhas realizadas, tais como enquadramento, paisagens, assuntos e momentos. Neste caso, as escolhas de Chichico Alkmim delinearam o seu modo de "ver" o mundo em derredor. Nessa medida, aquele "fragmento de cidade" grafado no negativo em vidro é uma representação do espaço visto, sentido e registrado por Chichico.

Lançando mão desse material para o estudo do item em tela, foi selecionado um conjunto relativamente grande de fotografias contidas em "P" (paisagem, 31 fotos) e "A" (arquitetura, 86 fotos), correspondentes, respectivamente, às fotografias de "grandes planos" visuais da cidade e de "planos médios" de vista urbana.[439] Veja o mapa a seguir (figura 95).

[438] Adiante, no texto, serão consideradas as relações entre novo e velho, tradição e mudança.

[439] A definição dos termos "grandes planos visuais" e "planos visuais médios" foi feita tendo como referência o Manual para Indexação de Documentos Fotográficos, no qual foram utilizados, respectivamente, os termos "fotografias de vista geral de um lugar" e "fotografias de vista parcial de um lugar" para mencionar as fotografias de "paisagem" ou grandes planos e as de "arquitetura" ou planos visuais médios. ALVES; VALERIO, 1998.

Mapa 06: Identificação de fotografias de "grandes planos visuais" de Diamantina

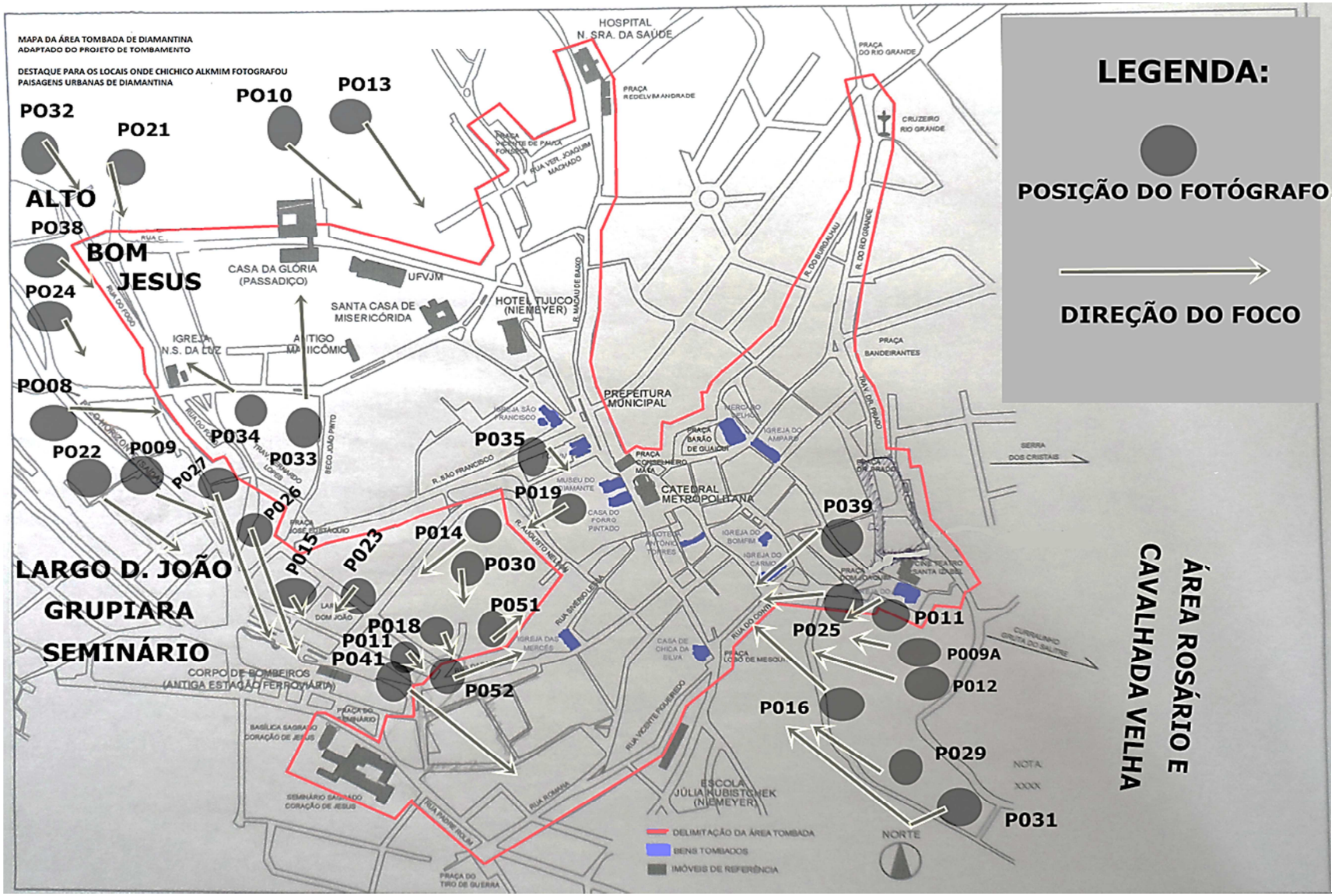


Figura 95. Mapa com identificação dos locais onde Chichico Alkmim se posicionou para fotografar.

Fonte: Mapa atual cedido pelo IPHAN/ Diamantina.

Os números que aparecem no mapa correspondem à numeração de cada negativo de vidro do Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Para melhor visualizar os pontos fotografados e a mira do olhar de Chichico, foi utilizado o mapa atual disponibilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com a demarcação da área tombada da cidade e os pontos em que o fotógrafo se posicionou.[440] Em linhas gerais, nota-se que ele buscou posicionar-se em locais que lhe permitiram observar diferentes paisagens da cidade. Tais imagens foram realizadas dentro e fora da área demarcada pelo então SPHAN, cuja ação era a de preservação da cidade colonial. É possível observar no mapa (figura 95) que a linha vermelha é correspondente à delimitação do local central de Diamantina a ser preservado pelo SPHAN, e que as marcas de cor azul dizem respeito aos edifícios tombados isoladamente na cidade. Já as setas representam a direção da fotografia, enquanto que o símbolo redondo representa o local mais provável em que o fotógrafo se posicionou para realizar suas fotografias panorâmicas da cidade.

No Fundo *Paisagem* existem 56 imagens, das quais foram selecionadas 31, que estão em destaque e que serão trabalhadas em nossa análise. Foi necessário fazer uma triagem das imagens para definir critérios de inserção e exclusão de fotografias. Como critério de não inserção, foram excluídas as fotos que não representavam a cidade de Diamantina, tais como de Pirapora, Datas (na época distrito de Diamantina) e Gouveia (distrito de Diamantina até a década de 1930). Além desse critério, não foram selecionadas as fotografias que geraram dúvida quanto à identificação correta do local representado, tais como fazendas e jardins não identificáveis. Nessa medida, o critério de inclusão seguiu uma lógica simples, pois foram abarcadas todas as imagens da cidade de Diamantina que apresentassem vistas urbanas em grandes planos.

Quanto ao posicionamento do fotógrafo, é importante destacar que os locais onde Chichico realizou *imagens em grandes planos* de Diamantina (mapa 6, figura 95) correspondiam a três grandes áreas, a saber: a primeira, Largo Dom João, do Seminário e do Alto da Grupiara; a segunda, as imediações do Alto Bom Jesus; e por fim, os arrabaldes da Igreja do Rosário e da Cavalhada Velha.

[440] Não foi utilizado neste estudo o mapa do IPHAN datado de 1954 e de 1956, nesta época SPHAN, pois a sua reprodução não permitia ver com clareza as informações. Este é atual e apresenta as informações contidas no mapa de 1954 e 1956, com maior detalhamento e nitidez.

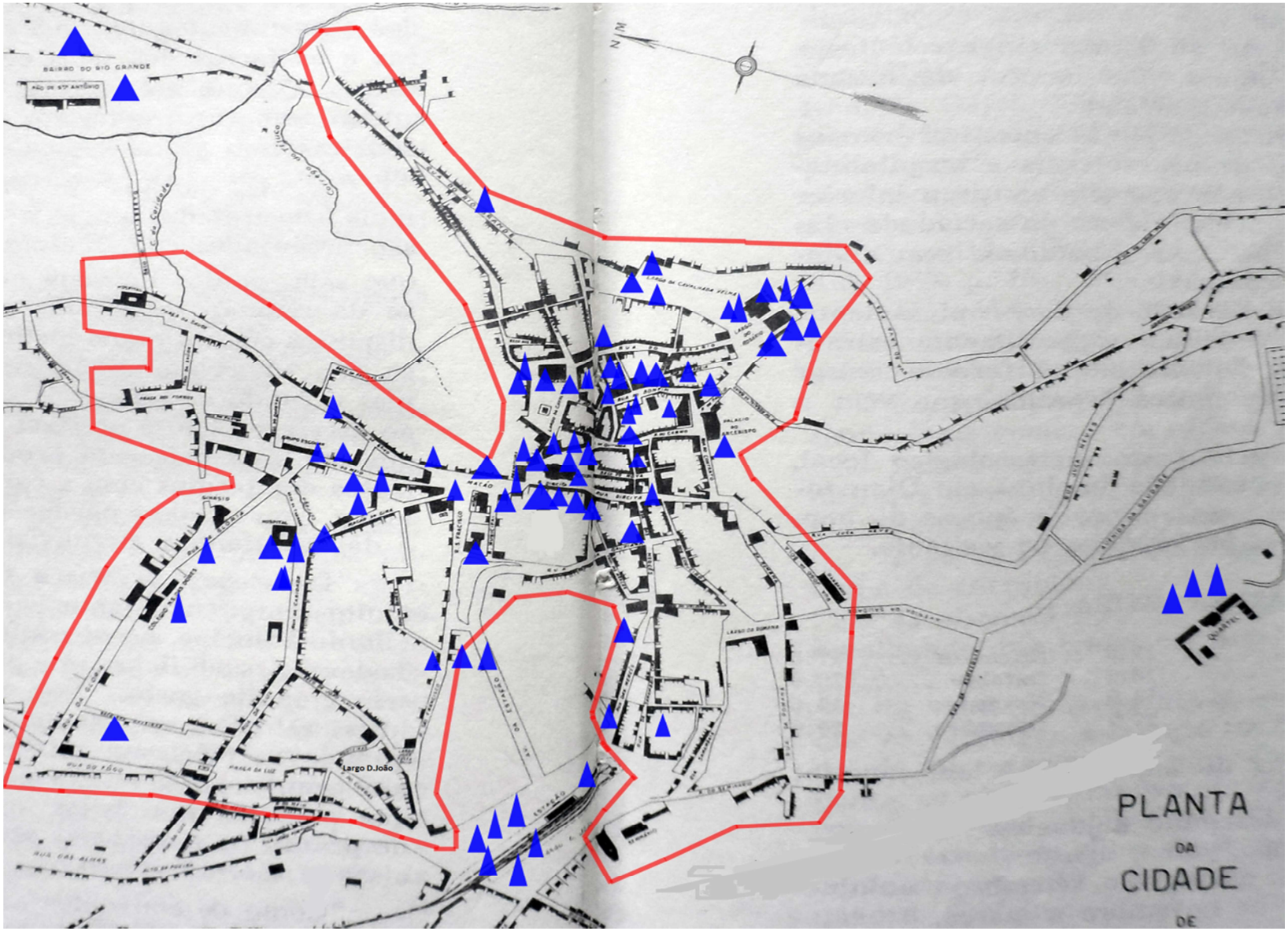
Quadro 15. Posicionamento do fotógrafo segundo grandes planos visuais.

Posicionamento do fotógrafo	Número dos negativos	Foco/Quantidade		
		Área antiga	Área nova	Total
Largo Dom João, do Seminário e do Alto da Grupiara. (Parte mais alta que o centro colonial)	P009, P014, P015, P018, P019, P022, P023, P026, P027, P030, P033, P034, P035, P041, P051, P052.	05	11	16
Alto Bom Jesus. (Parte alta da cidade)	P008, P010, P013, P021, P024, P032, P038.	04	03	7
Igreja do Rosário e da Cavalhada Velha.	P009A, P011, P012, P016, P025, P029, P031, P039.	06	02	8
Total		15	16	31 fotos

Fonte: Negativos de vidro do Acervo Chichico Alkmim, fundo Paisagem.

O mapa 6 (figura 95) e o quadro 15 indicam que o fotógrafo registrou tanto a cidade colonial quanto a nova área que se configurava. Em geral, ele preferia se posicionar nas partes mais altas da cidade deslocando-se até o Alto do Bom Jesus ou da Grupiara para realizar suas fotografias de vistas urbanas. Isso porque estes locais funcionavam como mirante. Além disso, nestes pontos altos da cidade existiam objetos importantes a serem fotografados e, por isso, rememorados, como a Estação Ferroviária, localizada no largo Dom João e a Basílica do Sagrado Coração de Jesus. Ou seja, o fotógrafo situou-se na encosta tanto para fazer fotografias panorâmicas, quanto para fotografar a própria encosta, pois a cidade de Diamantina se desenvolveu, ao longo dos séculos, em terreno escarpado.

Como já dito anteriormente, Chichico realizou fotografias cujas imagens revelam planos médios da cidade. No mapa 07, a seguir, encontra-se outra seleção de fotografias, hoje denominadas “A”, para designar negativos de vidro do acervo do fundo “*arquitetura*” (figura 96). Nessa classificação, identificam-se casas e arruamentos da cidade, eventualmente com pessoas expostas diante delas. A mesma operação feita para o mapa 06 foi realizada para criar o mapa 07, para o qual foram selecionadas 86 fotografias (do total de 120) a partir da seguinte grade de seleção: foram desconsideradas as imagens corroídas por fungo ou de difícil visualização; aquelas cujo lugar representado não foi possível identificar, levantando dúvidas se de fato seria Diamantina; e as fotografias de outras cidades e/ou distritos, como Datas, Curralinho, Mendanha, Conselheiro Mata, Biribiri e Pirapora. As demais fotografias desse fundo foram todas incluídas, conforme o mapa 07.



Mapa 07: Identificação de fotografias de "planos visuais médios" de Diamantina

Figura 96. Planta de Diamantina em 1955 com localização dos locais fotografados por Chichico.

Fonte: Planta da cidade de Diamantina em 1955, feita pelo Engenheiro Silvio Felício dos Santos. Planta disponível em MACHADO FILHO (1980).

A planta da cidade que se vê é de 1955 e foi elaborada pelo engenheiro Silvio Felício dos Santos. Ela pode ser encontrada no Arquivo Municipal da Prefeitura de Diamantina, além de ter sido publicada em *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina,* de Aires da Mata Machado Filho. Nesta planta, os locais fotografados por Chichico Alkmim foram evidenciados por um triângulo azul, com a intenção de marcar o local onde a fotografia foi feita. Considerando que a distância entre o fotógrafo e o objeto fotografado é muito menor se comparada com as imagens de paisagem, optou-se por não indicar a direção do foco da fotografia no mapa. Observe que a linha vermelha do mapa é correspondente à área demarcada para tombamento, pelo IPHAN, em 1938.

Quanto a esses *planos médios* (mapa 7, figura 96), o fotógrafo preferiu posicionar-se em frente à rua, praça ou edificação a ser fotografada, priorizando as áreas da cidade colonial. Dentre as 120 fotografias, selecionamos 86 imagens de *arquitetura* e foram identificados os oito grandes locais mais fotografados por Chichico. Veja o quadro.

Quadro 16. Posicionamento do fotógrafo segundo planos médios

Posicionamento do fotógrafo	Número dos negativos	Foco/Quantidade		
		Área antiga	Área nova	Total
Área Central (em torno da Catedral)	A-081, A-041, A-083, A-084, A-094, A-086, A-022, A-033, A-048, A-082, A-053, A-038, A-003, A-046, A-092, A-120.	16	-	16
Bonfim e Adjacências	A-050, A-031, A-008, A-006, A-071, A-057, A-020, T-003*, A-058, A-054, A-059.	11	-	11
Largo da Cavalhada Nova	A-039, A-049, A-088, A-087, A-090, A-093.	06	-	06
Largo da Cavalhada Velha, Dom Joaquim (Praça do Rosário) e adjacências.	A-023, A-026, A-029, A-032, A-061, A-012, A-052, A-072, A-074, A-030, P-036*.	11	-	11
Largo Dom João e Adjacências.	A-070, A-098, A-067, A-089, A-060, A-064, A-065, A-066, A-068, A-111, A-077, A-114, A-043, A-040.	-	14	14
Macau, Caridade e São Francisco.	A-005, A-007, A-009, A-017, A-035, A-042, A-044, A-076, A-063, A-100, A-036, A-034, A-085, A-045, A-095, A-107, A-108.	17	-	17
Pão de Santo Antônio	A-025, A-051.	-	02	02
Quartel	A-073, A-102, A-062.	-	03	03
Quitanda e Carmo	A-079, A-055, A-017, A-037, A-019, A-027.	06	-	06
Total		67	19	86

Fonte: Negativos de vidro do Acervo Chichico Alkmim, fundo Arquitetura. (*) Negativos inseridos em fundos trocados, eles deveriam estar em A(Arquitetura), por isso os inseri neste fundo.

Considerando o que vimos tecendo até o momento as fotografias sugerem que a cidade que se apresentava para Chichico correspondia, predominantemente, aos locais de formação mais antigos de Diamantina, aqueles constituídos no século XVIII e primeira metade do século XIX (70,1%), embora haja a presença de significativa quantidade de fotografias focadas nas áreas de construção recente (29,9%). Também, é possível pensar que a predominância das fotografias se dá muito nos planos médios (77,9%) do que nos grandes planos. O quadro a seguir confirma essa afirmativa.

Quadro 17. Áreas Antiga e Nova na Fotografia de Chichico Alkmim

Formação dos locais	Grandes Planos (Paisagem)	Planos Médios (Arquitetura)	Total
Antiga (Século XVIII e 1ª metade do século XIX)	15 (49,4%)	67 (77,9%)	**82** (70,1%)
Nova (2ª metade século XIX e 1ª metade século XX)	16 (51,6%)	19 (22,1%)	**35** (29,9%)
Total	**31**	**86**	**117** (100%)

Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

É possível verificar a significativa preferência do fotógrafo pelas imagens que representam a cidade colonial. Há que se considerar que o comércio e a maioria das casas de morada se localizavam na área central, o que explica em parte tal preferência. Além do mais, os largos e os coretos foram construídos nesta área colonial que possuía espaços destinados à sociabilidade e ao comércio, além de ser marcada por edificações da Igreja desde o século XVIII, no entorno das quais se constituíram arruamentos no tecido urbano. Isso indica que o olhar do fotógrafo direcionou-se para a cidade de origem colonial e para a cidade que se desenvolvia, modernizando-se, uma vez que apresentava espaços urbanos já servidos de luz elétrica (1910), ferrovia (1914), prédios com arquitetura não colonial (1920 a 1950) e arborização (largo Dom João, Macau do Meio e Avenida da Saudade).

4.3. Antigos espaços de urbanização em Diamantina

A fotografia de Chichico Alkmim nos informa sobre os lugares antigos de Diamantina e evidencia a cidade que se constituiu ao longo do século XVIII e primeira metade do século XIX. A área colonial vista pelo fotógrafo coloca em foco a Antiga Sé, edifício derrubado em 1932 e a serra que emoldura Diamantina. Na concepção de Luis Gonzaga dos Santos, carpinteiro e observador da cidade, aprecia-se a beleza de Diamantina pelo fato de ela estar

situada em um “enorme buraco cheio de ladeiras e cercada por gigantesca serra que a circula”.[441] A fotografia a seguir permite visualizar o comentário do carpinteiro.



Figura 97. Vista panorâmica com a Antiga Sé. Negativo de vidro P-013. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: O fotógrafo posicionou-se no alto do Bom Jesus para ver a Antiga Sé, derrubada em 1932, dando lugar a uma nova Catedral.

Há que se destacar nessa imagem a capacidade do fotógrafo em enquadrar a vista urbana aproveitando os recursos naturais disponíveis, exibindo, com isso, o olhar artístico, que seleciona cuidadosamente a vista a ser ostentada: a Serra de São Francisco (atualmente denominada de Serra dos Cristais) e o Pico do Itambé. Estas imponentes formações de relevo foram insolitamente exploradas por Chichico Alkmim, pois ao mesmo tempo em que emoldura naturalmente a cidade, evidencia o surgimento de novos arruamentos e edificações (figura 97). Foram espaços inspiradores para emoldurar as fotografias em seu tom bucólico, próprio de uma cidade do interior de Minas Gerais, bem como serviram de inspiração para as

[441] SANTOS, 1963, p. 151.

poesias, a exemplo de Aureliano Lessa que via na Serra de São Francisco um "dragão petrificado... que mura a cidadezinha".[442]

Diamantina é marcada, em toda a sua extensão, pela presença de extensos quintais originários da sua malha urbana colonial, que exibem várias árvores frutíferas. Os quintais constituíam pequenas unidades produtoras importantes, pois o excedente neles plantados era comercializado. Os resultados parciais de uma pesquisa de José Newton Coelho Meneses advertem sobre o papel dos quintais na estruturação urbana mineira do século XVIII e XIX, afirmando que não há como refletir sobre eles sem pensar a casa de morada, sem perscrutar a sua ligação com os espaços arruados, com a economia abastecedora das localidades.[443] Empreende-se a visão de sociedade que "não é mineradora, comercial ou agrária, nem mesmo tipicamente urbana ou rural, mas (...) de uma sociedade de características amplas e diversificadas a buscar fundamentação ordenada de seus setores produtivos".[444] Nesse contexto é que o Arraial do Tijuco se estruturou e aos poucos foi ganhando a feição de vila e cidade no século XIX.

A fotografia a seguir evidencia que o fotógrafo Chichico Alkmim posicionou-se em torres de Igrejas para captar a imagem que lhe aprouvesse, evidenciando os casarios edificados na encosta da Serra (figura 98). No imenso quintal do palácio episcopal havia várias videiras que serviam para a feitura do vinho produzido naquela época. A Igreja Católica em Diamantina foi responsável pelo desenvolvimento da indústria vinícola na cidade, como apontado pela fotografia e pelos registros de produção existentes no Arquivo Histórico da Mitra Arquidiocesana de Diamantina.[445] Além disso, na década de 1940 e 1950, existiam os seguintes cultivadores de uva: Dr. Teles de Almeida (17 mil pés), a Santa Casa de Caridade, a Quinta das Missões, Prof. Sebastião Rabelo e Ajax Orlandi.[446]

[442] BAT, jornal *Voz de Diamantina*, 06 de março de 1938.
[443] MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado com árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal doméstico e a economia de abastecimento das Minas Gerais (séculos XVIII e XIX), 2013. (mimeo)
[444] MENESES, 2007, p. 389.
[445] AMAD, Livros de Produção e Consumo de vinho de uvas e movimento de estampilhas na fábrica da Mitra Arquidiocesana. Informações de 1919 a 1951. Caixa 97- A.
[446] MACHADO FILHO, 1980, p. 195-196. Ver também MARTINS, 2008. Vale ressaltar que em outros lugares da cidade ocorria a plantação de videiras, como no Largo D. João.



Figura 98. Foto panorâmica a partir da torre da Igreja do Rosário. Negativo de vidro P-009A. Diamantina, s/d. Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Essa imagem suscita pensar sobre o zelo pelo espaço da rua. Apesar da existência das posturas da Câmara Municipal de Diamantina de 1846 e de decretos orientarem o cuidado com as vias públicas, era hábito as pessoas deixarem seus animais soltos nas ruas. Na fotografia, observam-se várias galinhas ciscando na rua, contrariando a noção de higienização que se desejava implantar na cidade.

Nesse momento, a rua não se apresentava totalmente coberta por calçamento em pedras maiores, apenas se observam lajotas em alguns locais, especialmente para contribuir no escoamento da água de chuva. A presença da fiação elétrica indica o processo já adiantado de instalação da energia elétrica na cidade, iniciada em 1910.

Quanto aos prédios construídos pelo governo colonial, estes tiveram seus usos sociais ressignificados ao longo do tempo. Exemplo disso é a Casa do contrato e a Casa de Chica da Silva. Construída no século XVIII, o edifício da Casa do Contrato abrigou a administração do Sistema de Contrato de Diamantes até 1771 e serviu para residência do Inspetor-Geral dos Terrenos Diamantinos e, a partir de 1853, sede do Ateneu São Vicente de Paulo. Além disso,

> serviu depois a outras destinações, como a residência do Imóvel de propriedade do governo imperial. Em 1864 foi entregue ao Bispado de Diamantina, para instalação do Palácio e do Seminário Episcopal, tendo na ocasião a Fazenda da Província liberado uma verba de 35 contos de réis para aplicação em reforma e adaptação da casa, obras concluídas em 1872. Durante os séculos XIX e XX, o prédio recebeu inúmeros acréscimos e modificações descaracterizadoras, perdendo parte da sua feição primitiva, inclusive a retirada das originais sacadas de madeira, típicas do período colonial, substituídas pelas atuais em grade de ferro. Em 1958 e 1959, o IPHAN eliminou as superposições ocorridas buscando reconstruir o quanto possível o primitivo aspecto da construção, consoante antiga fotografia do prédio.[447]

Observa-se a casa que abrigou Chica da Silva – ex-escrava que se tornou afamada no século XVIII e residiu neste ambiente no período de 1763 e 1771 – e o contratador de Diamantes, João Fernandes de Oliveira,[448] ao longo do século XIX o prédio foi usado como residência, até ser adquirido pela família Mata Machado.[449] Em 1951, o DPHAN[450] reconstruiu as sacadas que haviam sido retiradas, como se pode observar na foto. Outro destaque que se pode fazer a respeito da imagem (figura 98) é que Igreja do Carmo possui a sua única torre na parte anterior do edifício religioso, contrariando a sua construção original, como demonstra a fotografia de Chichico a seguir.

[447] ÁVILA, 1994, p. 336.
[448] A respeito de Chica da Silva e o Contratador, ver: SANTOS, 1976; MACHADO FILHO, 1980. FURTADO, 2008.
[449] ÁVILA, 1994, p. 346.
[450] O órgão de proteção federal teve as seguintes denominações e siglas: 1933: IPM – Inspetoria de Monumentos Nacionais; 1937: SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1946: DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
1970: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1979: SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criada a Fundação Nacional Pró-Memória como braço executivo do IPHAN; 1981: SPHAN – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1985: SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criação do Minc - Ministério da Cultura, integração do SPHAN/Pró- Memória;
1990: IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, autarquia vinculada diretamente à Secretaria da Presidência da República; 1994 até o presente: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Figura 99. Igreja de Nossa Senhora do Carmo com a torre na parte frontal. Negativo de vidro A-055. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Originalmente, a torre da igreja foi construída na parte posterior do edifício, sendo modificada "em algum momento do século XIX". Não é possível datar com exatidão a ocasião em que a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo de Diamantina decidiu alterar a feição original da matriz, retirando a torre da parte posterior do edifício e construindo-a na parte anterior. Todavia, foram empreendidas algumas reformas no século XIX, nos anos de 1819, 1830/32, 1837, 1859 e 1898.[451] Acredita-se que, em uma dessas ocasiões, a torre da igreja tenha sido colocada adiante da matriz, com vistas a assemelhar-se às demais igrejas da cidade (figura 101). Conforme aponta o registro fotográfico de Chichico, na primeira metade do século XX, a torre permaneceu na parte anterior da Igreja, sendo removida pelo SPHAN (em 1948/49) e reconstruída na parte posterior do edifício, como originalmente edificada. O apontamento do memorialista Luiz Gonzaga dos Santos corrobora esse fato ao indicar que a reforma em que a torre da Igreja foi posta na parte anterior do prédio seria a de 1898, pois

> Conheci ainda a antiga torre da igreja do Carmo e ajudei ainda menino, e aprendiz de carpinteiro, a sua demolição e nova construção foi erguida na frente da mesma igreja. Nesse tempo era comissário da ordem o Revmo Padre José Pedro Lessa.

[451] ÁVILA, 1995, p. 292.

> Agora por ordem do Patrimônio Histórico foi esta demolida e construída no local da antiga. Naquela existia uma curiosidade que desapareceu: o seu relógio sem mostrador e que era de grande utilidade para os moradores do bairro do Arraial de Baixo. Assim, o Patrimônio Histórico Nacional tem feito aparecer muitas coisas antigas da nossa cidade e entre elas as caretas do chafariz do Rosário.[452]

Os diamantinenses realizavam fotografias em pontos propícios de sociabilidade, tais como o antigo parque municipal, a rua Direita, a rua Macau do Meio e a rua da Quitanda. Todos esses locais denotaram o interesse do fotógrafo em registrar as pessoas pelas ruas da cidade. Isso aponta para a valorização que os indivíduos destinavam a determinados lugares. Diversos arruamentos foram fotografados por Chichico, a saber: rua Macau de Cima, rua Macau de Baixo, rua do Rosário, rua do Contrato, rua do Carmo, beco Escuro, beco da Tecla e beco João Pinto, cada um deles foi fotografado uma vez; rua das Mercês, rua da Quitanda e rua da Glória, cada uma destas ruas foram fotografadas duas vezes; a rua São Francisco teve três fotos; a rua da Caridade teve quatro registros iconográficos; as ruas Macau do Meio e Direita contaram, cada uma, com seis *clics* do fotógrafo; e a rua Bonfim foi agraciada com nove fotografias feitas por Chichico. A seguir algumas imagens.



Figura 100. Pessoas na Cavalhada Velha. Negativo de vidro P-036. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim

[452] SANTOS, 1963, p. 141.



Figura 101. Vista da rua Macau do Meio e seus edifícios. Negativo de vidro A-076. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim



Figura 102. Prédio da antiga cadeia na rua Macau do Meio. Detalhe do negativo de Vidro P-076. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim



Figura 103. Cadeia Pública construída na Cavalhada Velha. Negativo de Vidro A-031. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Pode-se observar que havia a preocupação em manter um local propício para a distração, uma praça onde as pessoas podiam passar o tempo, além de valorizar o ambiente urbano (figura 100). Na Cavalhada Velha ocorriam importantes corridas de argolinhas, nas quais os cavaleiros e seus animais desfilavam. Este hábito permaneceu até a construção do parque municipal que substituiu a diversão comum do final do século XIX. A Cavalhada Velha, espaço de formação antiga de Diamantina, abrigou a cadeia pública da cidade (figura 103), localizada ao lado da Igreja do Rosário, após esta sair da área da Macau do Meio (figura 101 e 102).

Estas fotografias de Chichico Alkmim, quando confrontadas com outras fontes e com outras imagens do mesmo autor, suscitam refletir sobre diversas situações ligadas ao reordenamento do espaço urbano da cidade, especialmente nos pontos mais antigos. A necessidade de atribuir diferentes funções ao casario arquitetônico do centro colonial da cidade implicou em valorizar esses imóveis de acordo com a sua nova função. A fotografia da rua Macau do Meio, antiga Manuel Ciríaco de Abreu (figura 101) e seu conjunto apontam para a noção deste ser um lugar muito valorizado socialmente, uma vez que dava continuidade

a uma das principais ruas da cidade: a rua Direita, que se observa ao fundo da imagem, contando com a presença da Antiga Sé. O problema de animais pastando no centro da cidade persistia, apesar das críticas publicadas nos jornais, esta cena, recorrente na cidade, foi devidamente registrada nas fotos de Chichico. Entretanto, a reclamação veiculada nos jornais quanto à existência de lixo em variados pontos não foi registrada por Chichico. Em relação a esse aspecto, os textos jornalísticos, muitas vezes com um discurso irônico, chamavam a atenção da população quanto aos animais na rua, pois era sabido que "por todos os pontos da cidade, o assumpto que predomina é a facilidade com que os porquinhos estão passeando, foragidos, certamente dos chiqueiros urbanos".[453] Os distritos de Diamantina também reclamavam dos animais criados soltos e exigiam providências da Câmara Municipal, como é o caso de Gouveia, que em 1905 faz aprovar um decreto na Câmara no sentido de "proibir a criação de porcos e cabritos pelas ruas do arraial; a extinção de cães vadios e perigosos que em número avultado o infestão".[454] O caso a seguir é exemplar, e faz referência à falta de cuidado com as ruas da cidade por onde foram vistos animais que pastavam por elas, bem como a pouca ou nenhuma manutenção das mesmas.

> A antiga rua Nova, depois Municipal, era o que era...
> Hoje, está um primor, com a administração do prefeito Dr. Joubert Guerra.
> Uma vaquinha leiteira vivia presa e tinha saudades da rua Nova, chegando, porém ao seu conhecimento que a rua chamava-se, agora, rua Municipal, outra, muito outra, pelas benfeitorias e no aspecto, arriscou-se pela curiosidade, e fugiu do curral, indo vêr e visitar a rua Nova, que sempre foi velha e intransitável. Subiu o Macau de Baixo, passo a passo, à noite, ficando extasiada, deante do que viu! Não se conteve, porém, deante do verdinho grammado. O seu estômago não resistiu e dispôs-se a infligir a lei, mesmo que a prendessem.
> É excusado dizer que foi delicioso o seu repasto. Foi feliz e escapou, porque nenhum fiscal a viu. Subiu a rua e desceu em paz pela do São Francisco, voltando no curral, para dar notícia às companheiras.[455]

No que se refere ao calçamento disponível, ressalta-se o uso que a população fazia das "capistranas", como se observa nas fotografias, que permitia melhor locomoção pela cidade na primeira metade do século XX, se comparada aos "pés de moleque".[456] Ao lado das "capistranas", observa-se o calçamento pé de moleque, muito mais difícil de caminhar, considerando que suas pedras eram muito irregulares. Ambas são resquícios, marcas, de uma Diamantina antiga, tradicional.

---

[453] BAT, *Voz de Diamantina*, "Ecos das Ruas", 25 de fevereiro de 1940.
[454] ACMD, Ata da Câmara Municipal de Diamantina, 09 de junho de 1905, p.190. Nesse documento identificam-se reclamações sobre o mau uso do rego público e da pouca quantidade de chafarizes necessários para abastecer o arraial de Gouveia.
[455] BAT, *Voz de Diamantina*, 25 de fevereiro de 1940. "Ecos das Ruas".
[456] Pés de moleque é nome dado ao calçamento colonial cujas pedras arredondadas côncavas dificultava o caminhar sobre as mesmas.

Nota-se que a fotografia evidencia a posição da cadeia pública em pleno funcionamento no prédio colonial do atual fórum da cidade.[457] Este prédio abrigou, ao final do século XIX, a Câmara Municipal no andar superior e, no porão, a Cadeia Pública. Esta Cadeia que se observa no prédio da rua Macau do Meio foi mudada de lugar, pois a situação em que se encontravam os presos da cidade gerava constrangimento. A construção da cadeia pública foi realizada no local onde funcionava o Teatro Santa Isabel (figura 103).[458] Na fotografia de Chichico os indivíduos estavam posicionados com as "pernas para as ruas" e observando o vai-e-vem das pessoas. Os presos de Diamantina estavam às vistas, num lugar sujo e frio. As críticas a tal situação eram expressas nos jornais locais, pois não se podia perpetuar tal desumanidade. Antônio Mourão, importante político de Diamantina, publicou a sua indignação ao relatá-la ao Congresso Mineiro, advogando a necessidade de mudar a Cadeia de lugar:

> Um grito de dor e da mais viva indignação parte de todos aquelles que visitão a cadeia central do Norte de Minas! Sem luz, sem ar, sem hygiene, atolados em um verdadeiro lodaçal de misérias materiaes e moraes, aquelles pobres desgraçados, que trazem na frente o ferrete de criminosos, vão passar tristemente os seus dias, sem que uma alma caridosa trate de aliviar os seus soffrimentos. [...] Não é com monstruosas penitenciárias, com prisões immundas que se levanta a dignidade humana e se susta a torrente dos crimes.[459]

Mudar o local da cadeia pública para a Cavalhada Velha, onde se localizava o Teatro Santa Isabel, permitiu melhor reordenamento do espaço físico da cidade, mantendo no prédio da rua Macau do Meio apenas o Fórum e a Câmara Municipal (que sairá desse lugar por volta de 1950, indo para o edifício colonial da Intendência). Possibilitou que os presos não continuassem em condições insalubres, nem ficassem à vista no centro da cidade. Ao que tudo indica, tanto no prédio do fórum, quanto na cadeia Pública construída na Cavalhada Velha, o exibicionismo da prisão e do prisioneiro continua marcante.

A área da Cavalhada Velha era vista pela população como lugar de expansão da área antiga da cidade. Além da Cadeia Pública, o espaço abrigou o novo prédio da repartição dos Correios e Telégrafos da cidade, nos anos 1940 – que necessitava de um espaço adequado

[457] O prédio "do fórum" é um edifício do século XVIII e foi construído para ser residência. No século XIX, pertenceu a Vicente Ferreira Fróis até ser vendido para o coronel Duarte Henrique da Fonseca, que o transferiu para o tenente Modesto Antônio de Almeida, em 1837. AVILA, 1994, p. 338.

[458] O Teatro Santa Isabel foi construído em 1841 e derrubado em 1912, em favor de um novo Teatro edificado na antiga rua Tiradentes, atual rua Direita, nº 140, inaugurado em 1914. Esse prédio foi vendido em 1928 e passou às mãos de particulares. No local onde existiu o teatro, na Cavalhada Velha, houve a construção, pela municipalidade e pelo governo de Minas Gerais, da Cadeia Pública. Para maior detalhamento da história do Teatro Santa Isabel, veja CONCEIÇÃO, 2013.

[459] BAT, jornal *O Município*. 24 de abril de 1897, citado por CONCEIÇÃO, 2013.

desde 1890 –, diminuindo o espaço destinado ao parque municipal ali existente. Este também foi o escolhido, por vários indivíduos na cidade, para abrigar o Mercado Municipal, dentre as discussões que ocorreram a partir de 1933.[460]

A escolha do melhor local para se construir um Mercado Municipal acabou por se relacionar com a necessidade de construir um prédio para a repartição dos Correios e Telégrafos, gerando enorme contenda em Diamantina, envolvendo a população, a Câmara Municipal, o jornal *Voz de Diamantina* e o SPHAN. Vale a pena dedicar atenção para esta situação ocorrida entre 1933 e 1941, cujos objetos centrais passaram a ser o Mercado Municipal e o prédio dos Correios e Telégrafos. Veja a imagem a seguir (figura 104).



Figura 104. Vista da praça Barão de Guaicuí. Negativo de Vidro A-049. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: Esta fotografia é anterior à década de 1920, pois em 1922 foi construído um prédio de Flanklin de Carvalho, no local onde estão as pedras amontoadas.

As opiniões estavam divididas. De um lado, estavam os partidários dos ideais higiênicos, da comodidade aos tropeiros em outro local mais adequado para cozinharem, e repousarem e os desejosos de construir uma cidade ajardinada no centro de Diamantina. De outro lado, as opiniões que desejavam a manutenção do que fora construído, de reformar o barracão e de manter a tradição.

[460] Desde o final do século XIX havia a discussão sobre o mercado municipal. Ver GOODWIN JÚNIOR, 2007.

Em 1933, a exemplo das mudanças promovidas pelo ex-prefeito Francisco Neto Mota (retirada do Matadouro Público da entrada da cidade, construindo-o na Cavalhada Velha, 1931-32), o então prefeito Arthur Eugênio Furtado (1933-34) contraiu um empréstimo para dar continuidade aos melhoramentos urbanos. Era importante para a administração pública resolver, naquele momento, as constantes reclamações da população que reivindicava a construção de um novo Mercado, uma vez que o que estava em funcionamento era considerado fétido, sujo e mal cheiroso. Por meio do decreto número 99/1933, a prefeitura realizou um empréstimo no valor de 250:000$000, tornando público tal valor e consultando a comunidade sobre onde construir o novo Mercado.[461]

Em quinze de maio de 1933, o Conselho Consultivo da Prefeitura se reuniu para responder à consulta do Prefeito: onde deveria ser construído o Mercado Municipal? Em ata publicada em junho de 1933, no jornal *Pão de Santo Antônio*, foram apresentados os locais, sendo dezenove votos para a área da Cavalhada Velha [Praça Dr. Prado], doze para a Praça de Barão do Guaicuí e quatro votos para o Largo Dom João, próximo à Estação Ferroviária.[462] Venceu, portanto, a construção do Mercado Municipal na Cavalhada Velha, mas os partidários da manutenção do Mercado na praça onde ele já estava foram procurando convencer os demais. A divergência estava construída. Tornada pública esta discussão, os ânimos na cidade ficaram cada vez mais acirrados, e as opiniões foram se confirmando para a derrubada do "Barracão/Mercado Municipal", em favor de se construir na atual praça Barão de Guaicuí um enorme jardim.

Os argumentos favoráveis à construção na praça da Cavalhada Velha assentavam-se na ideia de que todo o comércio ocorria no centro da cidade e de lá não deveria sair. Os partidários dessa proposição defendiam que não era possível manter o Mercado Municipal na atual praça Barão de Guaicuí, pois este local era infecto, causava nojo e vergonha à população civilizada e higiênica da cidade.[463]

A necessidade de construção do Mercado era premente. Entretanto, era também necessária a construção de um prédio destinado à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, pois os homens de imprensa temiam que esta repartição fosse para outra cidade por falta de instalações apropriadas em Diamantina.[464] Em 1936 já havia a indicação que o

[461] BAT, jornal *Voz de Diamantina*. 24 de abril de 1933. "Novo Mercado". Mesma matéria publicada em 16 de julho de 1935.
[462] BAT, jornal *Pão de Santo Antônio*, "Prefeitura Municipal de Diamantina", 25/06/1933.
[463] BAT, jornal *Pão de Santo Antônio*. 16 de julho de 1933. "O novo mercado".
[464] BAT, jornal *Voz de Diamantina*, 22 de agosto de 1936. "O prédio dos Correios e Telégraphos". "A diretoria funcionava provisoriamente em duas casas: numa casa antiga na rua Tiradentes (rua Direita) e a outra na rua do Bonfim, sendo pequenos e muito velhos. Juscelino Kubitschek conseguiu 420:000$000 para a construção do

prédio do Mercado seria construído na Cavalhada Velha, favorecendo a construção do prédio dos Correios e Telégrafos na praça Barão de Guaicuí. Observe a exposição dos argumentos no jornal:

> Acontece que a construção desse importante prédio deve ser feita no local que ocupa o actual Mercado, com vantagens para Diamantina, porque, só assim conseguiremos um mercado, mesmo que provisório, mas decente e higyênico na praça Dr. Prado, local o mais adequado, porque não fica longe e o transito das tropas, quer de um lado, quer de outro, não atravessarão mais as ruas da cidade, sujando-as de continuo.
> E o prédio precisa ser construído para evitar que, para o futuro, possa se dar a transferência para outra cidade da região.
> O comércio da praça do velho Mercado nada perderá com a construcção, ali, do prédio dos Correios e Telegraphos, pois, no Mercado da Praça Dr Prado, poderá cada casa instalar dentro do próprio edifício, como se usa nos mercados dos grandes centros, uma filial.
> As vantagens, enfim, da construcção do edifício dos Correios e telegraphos na praça Barão de Guaicuhy e a transferência do Mercado Municipal para a praça, Dr Prado, antiga Cavalhada Velha, são incontestáveis para Diamantina.
> Para dirimir o caso, vamos abrir, por meio destas columnas, a começar do próximo número, um concurso da opinião pública, sobre o melhor local para o edifício dos Correios e Telegraphos.[465]

A pressão para a definição do local no qual deveria ser construído o prédio dos Correios e Telégrafos partiu de um telegrama do então deputado Juscelino Kubitschek, lembrando aos diamantinenses que, diante da indefinição, a cidade ideal para receber a Diretoria em questão seria Montes Claros, dada sua centralidade e ligação com as cidades do norte de Minas Gerais.[466] Para resolver logo a situação, a Câmara seguiu a maioria de seus vereadores e autorizou o prefeito a doar o terreno do Mercado Municipal (praça Barão de Guaicuí) à União, com vistas à construção do Prédio dos Correios e Telégrafos. [467] Sendo assim, na Cavalhada Velha seria construído o Mercado Municipal.

Apesar dessa definição, os protestos e artigos indignados contra a manutenção do Mercado no centro da cidade não cessaram, e a crítica irônica fez parte dos discursos, denominando o Mercado de "jaburu", "pardieiro", "paraíso das moscas", "depósito de immundicia", "ninho de micróbios" e "encanto de urubus". Acrescentaram um argumento novo que se ligava indiretamente à questão da demolição do Mercado: o isolamento de

---

Prédio". BAT, jornal *Voz de Diamantina*. 03 de outubro 1936. "A diretoria regional dos correios e telégrafos e a nossa inércia".

[465] BAT, jornal *Voz de Diamantina*. 22 de agosto de 1936. "O prédio dos Correios e Telégraphos".

[466] BAT, jornal *Voz de Diamantina*. 10 de agosto de 1936. "Uma campanha contra Diamantina". A solução apresentada pelo jornal foi a construção de outra diretoria dos Correios e Telégrafos em Montes Claros para melhor atender ao norte do Estado. Ver também no mesmo jornal, "A diretoria regional dos correios e telégrafos e a nossa inércia", 3 de outubro de 1936.

[467] Esse projeto vigorou na Câmara Municipal sob numeração de Projeto 1 "Autoriza o Prefeito Municipal a doar a União o terreno onde se encontra o atual Mercado Municipal". O intento era construir nesse local o prédio dos Correios e Telégrafos. ACMD, Ata da Câmara Municipal de 13 de outubro de 1936.

Diamantina "das cidades coirmãs do norte do Estado, por falta de vias de comunicação, se transformará, certamente, numa tapera, e em tapera inhabitável",[468] além de afirmarem que a "não desocupação do terreno à praça Barão de Guaicuhy, importará, certamente, na transferência da nossa repartição".[469]

Diante de grande campanha e discussão na imprensa, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 1936, o jornal *Voz de Diamantina* noticiou que a Câmara Municipal decidira demolir o Mercado, para que ali se construísse o edifício dos Correios e Telégrafos.[470] A demolição foi marcada para o segundo semestre de 1937, e advertia a todos que a comemoração do centenário da cidade não teria a ignóbil presença do "pardieiro", mas de um prédio novo, representando a "civilização adiantada" que se via naquela cidade. Entretanto, estava em processo o tombamento da cidade de Diamantina, efetivado em maio de 1938, pelo SPHAN, segundo o processo nº 64-T-38, dificultando a derrubada de qualquer item dos casarios da área central da cidade. Esta preocupação contribuiu para que as pessoas começassem a entender qual seria o papel do SPHAN no significado do "ser patrimônio nacional". Nota-se a ironia do indivíduo cujo pseudônimo é "garimpeiro", ao afirmar que "nosso Mercado, cujo fim parecia próximo, condenado que se achava pelos mais rudimentares princípios hygiênicos, acaba de lavrar o título de histórico e artístico".[471] Assim,

> Quando ouvi, de boca em boca, na cidade, circulando esta triste nova, que a todos encheu de mágoa e pesar, abeirei-me do grande rancho, não para lamentar como Jeremias, mas, para penitenciar-me de faltas commetidas num passado muito próximo. Contricto, humilhado mesmo, fui pedir-lhe perdão pela minha miopya artística, que não me deixou ver naquelle palácio de collunas jônicas e dóricas, um bello estylo renascença com os olhos presos nelle, exclamei só para mim: eu que te chamava de jaburu, quando tinhas o encanto de uma preciosidade histórica, tudo culpo, ôh! Meu palácio encantado, ao fumo maldito das cozinhas dos tropeiros, que, escureceram aos meus olhos, aos capiteis e cornijas que ornam a esplendente belleza de tua fachada artística e elegante. Eu que muitas vezes pedi tua demolição, como medida saneadora, longe estava de julgar que ficaria na história, como um criminoso que ateou fogo a um templo de arte.
>
> Até me arrepiam os pellos das narinas, quando penso que já podia ter desapparecido. Felizmente, ainda posso reparar todo damno que te causei e, para desgraça nossa e felicidade das ratazanas, tu serás conservado, porque a arte o quer, a história o exige e a nossa resistência impõe. És uma necessidade. És o campo onde trenamos sem máscaras, contra os gazes asphyxiantes, pondo a prova nossa resistência física. O gaz nocivo, empregado na guerra é garapa para os nossos patrícios que alli labutam.
>
> Por isso, deve ficar onde é como estás. Eu me curvo mais uma vez, perante tuas linhas artísticas, teu incomparável estylo, tua pintura a rigor, esperando que a mesma força meu illustre collega Xisto Reis, que te cognominou de Jaburu...

[468] BAT, jornal *Voz de Diamantina*. 03 de outubro de 1936. "A diretoria regional dos correios e telégrafos e a nossa inércia".
[469] BAT, jornal *Voz de Diamantina*. 09 de janeiro de 1937. "Demolição do Mercado".
[470] BAT, jornal *Voz de Diamantina*, 24 de outubro de 1936, 21 de novembro de 1936 e 19 de dezembro de 1936. Neste momento chegou-se a doar o terreno do Mercado Municipal para a União.
[471] BAT, jornal *Voz de Diamantina*. 23 de abril de 1938. "Garimpando".

> Tu és, ôh! Barracão de minha terra, a nova phênix. Eu te saúdo monumento histórico e artístico, que aliado à immundicie, dizem ser eternizado, para gaudio dos artistas que aqui vêm touristar, e dão o fora para não se deliciar com os gêneros que passam sobre o teu lindo tecto estucado.[472]

Esta foi a primeira intervenção direta que o SPHAN realizou em Diamantina. Sob os protestos e xingamentos em jornais e na Câmara, o Mercado Municipal permaneceu intacto. Chamado também de "foco de miasmas" e de aleijão extravagante, o Mercado foi conservado pela ação do SPHAN e renegado pela maioria da população diamantinense, que desconfiava que ele não portasse estilo artístico algum, tão pouco algum ineditismo, sendo como os demais do interior de Minas Gerais. Logo, foi-se desenvolvendo a consciência da população de que a demolição de outros prédios antigos na cidade também seria impedida pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.[473] Aos poucos, a população de Diamantina, por meio da Câmara Municipal, precisou delimitar seu centro histórico, visando preservá-lo e evitar discussões e incertezas. A partir dessa ação, nota-se que o SPHAN não limitou sua ação às construções setecentistas, mas à cidade construída desde esse período.[474]

Neste momento digladiavam duas noções importantes, sendo que uma delas esboçava a preocupação com a higiene pública e a sua importância para uma cidade que deveria modernizar. A outra se preocupava com a tradição e em conservar o antigo sem destruir o novo que nele havia surgido, durante o século XIX. Assim, a disposição de Rodrigo Melo Franco de Andrade em defender a não demolição do Mercado, gerou mais reclamações sobre a falta de higiene neste local.[475] No Mercado, o excesso de moscas, o mau cheiro, dentre outras reclamações, perpetuou até meados dos anos 1950, quando as tropas foram diminuindo sua atuação na cidade, graças aos trabalhos advindos do uso do caminhão. Ao fim, qualquer

[472] BAT, jornal *Voz de Diamantina*. 23 de abril de 1938. "Garimpando".
[473] BAT, jornal *Voz de Diamantina.* 04 de junho de 1939. "O caso do pretenso antigo mercado". Em julho de 1939, a população da cidade fez chegar até Getúlio Vargas um abaixo assinado solicitando a derrubada do Mercado, criticando a ação do SPHAN na cidade em propiciar vida a um "edifício rústico, mal acabado e sem nenhuma arte". BAT, jornal *Voz de Diamantina*. 2 de julho de 1939. "O caso do Mercado".
[474] Em nota ao Estado de Minas Gerais, Rodrigo de Melo e Franco de Andrade diz que o "Mercado de Diamantina está longe de ser um rancho ou pardieiro desprezível, cuja destruição se impunha como uma necessidade urbanística. Trata-se, ao contrário, de uma obra rara, de boa architectura – única talvez no gênero em todo o Brasil – e cujo valor decorre de sua feição excepcionalmente pitoresca, mas também da harmonia de suas proporções e da elegância de seu traçado". BAT, jornal *Voz de Diamantina.* 18 de junho de 1939. "Ainda o caso do Mercado".
[475] Essa postura de Rodrigo Melo Franco de Andrade está associada a dois grandes exemplos de preservação por ele registrados, a saber: a primeira, refere-se a ação do Conde de Galveias, Vice-Rei, que não aceita a derrubada ou reformulação do Palácio das Duas Torres construídas por Maurício de Nassau, em Pernambuco, argumentando que "são livros que falam sem que seja necessário lê-los" (p.13). A segunda referência de preservação do patrimônio feita pelo Estado foi em 1855, quando o Ministro do Império Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, mais tarde Visconde do Bom Retiro, orientou os presidentes de província para que tivessem cuidado na reparação dos monumentos para que não fossem destruídas as inscrições neles gravadas. ANDRADE, 1952, p. 13-15.

que fosse a estratégia dos indivíduos e da administração pública em modernizar a cidade de Diamantina, teriam que se levar em consideração a tradição e a conservação dos espaços já construídos.[476] Uma das poucas situações observadas nesta pesquisa em defesa da posição de Rodrigo Melo Franco de Andrade, no jornal *Voz de Diamantina*, é a que se segue:

> Meu caro José Neves,
> Li, na "Voz de Diamantina" de 08 do corrente, uma carta assignada pelo pseudonymo de Zé Ferino, em que há uma referência ao Mercado, na qual, o missivista affirma que elle "continua como um insulto à hygiene, ao bom gosto e a cultura da nossa gente".
> Em face dessa affirmativa, e, na qualidade de representante no município do Departamento Histórico e Artístico Nacional, julguei meu dever esclarecer ao público que o Departamento já tomou todas as providências para completa hygienização do prédio do Mercado, assim como para a sua remodelação e pintura.
> Agora que, na desincumbência da missão de representante do Departamento Histórico e Artístico Nacional, de que fui investido, tenho tido mais contacto com os homens encarregados de dar desempenho ao conteúdo do dec.52, relativo a conservação e a preservação do patrimônio artístico e histórico nacional, estou apto para affirmar as sinceridades, a bôa intenção, o interesse com o que os seus componentes especialmente Diretor, o ilustre Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, procuram se desobrigar dos árduos deveres a elles impostos, muita vez no meio da incomprehensão, da má vontade, e mesmo da ironia.
> O ponto de vista do assignante da carta de 08 é respeitável e creio que inspirado no desejo do contínuo progresso da nossa terra. Mas, se a continuação da existência do Mercado é res judicata, também é causa decida a sua hygienização, a sua limpeza, a sua adaptação, e eu não poderia silenciar em presença do asserto da carta. (...)
> As intenções do Departamento para conosco, para com Diamantina, - é preciso que o saibam todos os diamantinenses – são as melhores, e encontram da parte do seu Director, o Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, espírito culto, homem de letras, amoroso da arte e da cultura, o seu mais vivaz servidor.
> Assim é que já foi comprado um prédio na rua do Bonfim, nessa cidade, e, provavelmente, será comprado outro na rua Francisco Sá, os quais servirão não só como escriptório, mas também para installação de um museu, em nossa terra que impeça a systemativa evasão dos poucos objectos de arte, que a ignorância dos proprietários e a ganância dos compradores forasteiros vem realizando, dia a dia.
> A effectivação dessas medidas dar-nos-a, amanhã, a possibilidade de pleitearmos a elevação de Diamantina a cathegoria de monumento histórico, tal como aconteceu com Ouro Preto, abrindo-nos essa condição a perspectiva para a acquisição de uma série de melhoramentos aquelle facto. Os que ironizam o histórico, se esquecem da verdade de que os povos valem, no presente, pelo amor com que procuram resguardar as realizações e os feitos dos seus antepassados. Affirmam o seu ódio aos museus, esquecendo-se de que as mais arrojadas realizações do presente não valem a glória do passado, pelo alto sentido de que a mesma se reveste. No coração das ultra-modernas capitais, preservam-se casas e monumentos do passado; cidades como Coventry, que a implacável criação germânica destruiu, há pouco, em parte, possuem toda a feição do passado, ao lado das fábricas moderníssimas de onde sahem aviões – um símbolo perfeito, sem dúvida, dos dias de hoje.
> Agradecendo-lhe meu caro redactor a publicação desta, sou sempre seu conterrâneo, amo e admiro.
> João Brandão Costa. Juiz de Fora, 10 de dezembro de 1940.[477]

[476] Sobre a construção do Prédio do Mercado Municipal em si, não identifiquei nenhuma fotografia de Chichico Alkmim. No trabalho de Cristiane Souza Gonçalves (2010), encontra-se o processo de discussão arquitetônica do prédio dos Correios e Telégrafos construído na praça Dr. Prado.
[477] BAT, jornal *Voz de Diamantina*. 22 de dezembro de 1940.

João Brandão, o advogado que trabalhava para o SPHAN em Diamantina, lançou mão de argumentos que a população local apreciava, tais como: o Diretor do SPHAN prezava a cidade de Diamantina e era um homem culto e o fato de que já estava em andamento a aquisição de edifícios na cidade pelo órgão do patrimônio para construir um museu, local para funcionamento do SPHAN e reforma do prédio do Mercado.[478] No texto, há uma fina crítica quanto ao nível de conhecimento do "Zé-ferino", que sugere que o autor desconhecia processos de preservação em outros países, bem como a possibilidade de o antigo conviver com o "moderníssimo". Certamente essa resposta viria a contribuir para melhor aceitação do Mercado, afinal, sendo recuperado e higienizado, qual seria o problema?

A resposta a esta carta não tardou. No jornal de 29 de dezembro de 1940, edição seguinte, "Zé-Ferino" respondeu reafirmando todas as críticas ao Mercado Municipal e acrescentou que todos os diamantinenses sabiam que "o Rancho dos Lages tinha uns 45 anos, mais ou menos". Reafirmou, por exemplo, a ideia que o Mercado era um "insulto a hygiene e a cultura" do povo de Diamantina. Num trocadilho interessante, ele encerra a sua resposta afirmando ironicamente que "elle lhe [o Mercado] manda dizer que, de histórico e artístico elle só tem o nome...mas, desde que o patrimônio artístico quer mimosea-lo com esse bonito tratamento, elle acceita a carícia, lisonjeado," uma vez que, na personificação do Mercado, ele é "um cavalheiro avesso a complicações para não inspirar inveja nas pessoas de mais de quarenta anos que aqui residem e que o viram nascer". Nota-se que a resistência de "Ze-Ferino" é, especialmente, à manutenção de um Mercado que dava mostras, a todo tempo, que a cidade não era higiênica, mas também, demonstrou que a noção circulante de monumento histórico exigia uma aceitação incondicional ao que fosse definido como patrimônio e como tal merecia ser preservado.

Vale ressaltar que a situação também era nova para o SPHAN, uma vez que este órgão compreendia a cidade de Diamantina como um espaço de experimentações de normas e considerava que "a prática reordenava o discurso", conforme afirma Cristiane Souza Gonçalves.[479] Interessante observar que, no referido estudo, as experimentações permitiram intervenções modernas na cidade, no centro histórico, quando se construiu em Diamantina o Hotel Turismo, a Escola Júlia Kubitschek e a Faculdade de Odontologia, na década de 1950, projetados por Oscar Niemeyer. A premissa que permitiu que esse tipo de atitude se justificasse foi o fato de haver a convivência saudável entre a arquitetura moderna – considerada boa contemporânea no entendimento de Lucio Costa e de outros técnicos do

[478] O termo "monumento histórico" é utilizado como sinônimo de "conservação incondicional".
[479] GONÇALVES, 2010, p. 194.

SPHAN – e a boa arquitetura de outros períodos, em especial a chamada arquitetura tradicional colonial.[480] Há que se considerar que, para Rodrigo Melo Franco, os edifícios tinham seu valor no conjunto, por isso, os tombamentos das cidades coloniais em Minas Gerais, de 1937/1938, foram feitos considerando o "aspecto tradicional do todo" e no "respeito e conservação do aspecto de cada uma das partes".[481]

Por tudo isso, a opção do poder público em reordenar os espaços da cidade "antiga" contribuiu para que a área central, aos poucos, se expandisse. Neste caso, faz-se referência, especificamente, à readequação da cadeia pública para um local mais distante dos olhares daqueles que passassem pela rua Macau do Meio. Após 1938, quando Diamantina foi tombada como Patrimônio Nacional, os processos de reordenamento urbano foram redirecionados e até mesmo impedidos, como é o caso do Mercado Municipal. Conforme aponta o estudo de Dênis Tavares para São João Del Rey, "os conflitos em torno do patrimônio evidenciam distintas operações de significação, interpretação e apropriação da herança cultural". [482] Em Diamantina se observa a semelhança: como pano de fundo, há uma disputa no campo do patrimônio que diz respeito a quem tem o direito de dizer o que é patrimônio, envolvendo a legitimação desse dizer. Ou seja, cabe à população ou ao órgão federal de patrimônio dizer o que deve ser protegido? Certamente, estabelece-se uma contradição na qual a população se vê alijada de continuar com a "autonomia de preservação" que "sempre pensou ter" com o seu patrimônio [afinal esse era o diferencial de Diamantina na região do vale do Jequitinhonha]. O saldo desse processo conflituoso parece ter sido positivo para o SPHAN, que definiu o que deveria ser preservado, estabelecendo parâmetros para os reordenamentos urbanos e aproveitando-se das imagens correntes na cidade para fortalecer a sua ideia de preservação.

Enfim, procurou-se apontar que nesta área 'antiga' existiam vários equipamentos urbanos, registrados pela fotografia de Chichico, que demonstram o quanto Diamantina era dinâmica. A título de exemplo, observam-se prédios da administração pública e religiosa, várias igrejas, casas de morada, pensões, hotéis, casas comerciais, lojas de tecidos, ourivesarias e lapidações, cinema, padaria, drogaria, entre outros. A reformulação e reordenamento de espaço mais brutal que vimos, por meio da fotografia, foi o já citado caso da derrubada, em 1932, da Antiga Sé e do erguimento da nova Catedral, até 1938. A importância da utilização dos jornais para confrontar os registros fotográficos é fundamental

[480] GONÇALVES, 2010, p. 184.
[481] ANDRADE, Carta a João Brandão Costa, 17 de setembro de 1941. Processo 64-T, DPHAN-DET citado por GONÇALVES, 2010, p. 189.
[482] TAVARES, 2012, p.98.

neste trabalho, pois contribui para a ampliação da temática que a fotografia apresenta, do mesmo modo que faz pensar a maneira como esta representa a cidade, ora expondo, ora silenciando sobre determinadas questões.

4.4. Espaços de urbanização recente em Diamantina

As fotografias de Chichico Alkmim evidenciaram espaços que – fora da área considerada colonial – se encontravam em expansão recente, entre o final do século XIX e primeira metade do século XX. Estes novos espaços foram apreciados pela população por apresentarem equipamentos urbanos valorizados socialmente, como a Estação Ferroviária (1913-14) e a Basílica do Sagrado Coração de Jesus, no largo Dom João; a Caixa d'água, na rua da Estação; e, na rua do Fogo, a Igreja da Luz. Pode-se considerar que o recolhimento dos pobres do Pão de Santo Antônio, apesar de estar localizado numa área antiga da cidade (Rio Grande), com a construção desta instituição em 1902, gerou o incentivo de urbanizar a região na qual ele estava inserido.

É interessante observar, no que se refere à natureza da expansão urbana, que os espaços novos apresentaram uma característica semelhante ao século XVIII: em torno das Igrejas (Da Luz e Sagrado Coração de Jesus)[483] a urbanização foi se desenvolvendo, evidenciando novos arruamentos e casarios. Na literatura evidencia-se o espaço novo do largo Dom João, como descrito por Aristides Rabello, em 1921, como um local que abrigava muitas pessoas pobres e portador de incipiente urbanização. Em suas palavras,

> Afinal, chegaram ao grande largo, no alto da cidade, onde se estendia uma relva muito verde, rasteira, e onde as últimas chuvas haviam formado poços, nos quais as rãs coaxavam, à noitinha; realçava, à esquerda, o vulto branco e singelo da igreja do Seminário, toda de pedra nua, com as duas torres góticas muito esguias, muito altas, só acessíveis às andorinhas que voejavam em torno delas, chilreando. Do mesmo lado da igreja, estendia-se uma fila de casinholas pobres, de cujos telhados subia uma fumaça tênue e vagarosa; os cães ladravam às portas e um pequeno rebanho de carneiros tosava a relva ao pé do cruzeiro, erguido no meio do largo, sobre um pedestal humilde.
> Do outro lado, via-se a desolação de uns muros arruinados, cercando uma área estéril e abandonada, um carrascão esburacado, antigos vestígios de minerações de diamantes, onde algumas jabuticabeiras vicejantes eram o único sinal de vida: suavizavam a lastimosa ruína de um casarão velhíssimo que mostrava o esqueleto de vigas, esboroado e inútil.
> Depois, o largo estreitava-se em uma ladeira, e aí, do lado esquerdo, havia a pujança de arvoredos frondosos, ensombrando o casarão branco, ao fundo, a Chácaras dos

[483] A título de percepção da continuidade desse processo em Diamantina, a paróquia do Bom Jesus, situada no bairro de mesmo nome, foi criada em 1979, contribuindo para o desenvolvimento urbano desse lugar em torno da Igreja.

> Padres, uma dependência do Seminário, para o repouso dos reverendos e para o cultivo de parreiras; e os assanhaços assobiavam sobre os altos eucaliptos que se erguiam junto ao muro da frente. Pelas vendas da ala direita, acaçapadas e mesquinhas, alguns indivíduos debruçavam-se ao balcão, e vinha pelo caminho uma velha lenheira, vagarosa, sob o peso do feixe que trazia na cabeça.
> Pouco adiante, depois de subirem a estrada íngreme, chegaram à Venda Nova, onde as casas de melhor gosto, com pinturas vigorosas, alegravam a pobreza do bairro em que se alastravam arbustos muito verdes então, disputando lugar às pedras abundantes, aos orgulhos que se amontoavam em saliências abauladas, quase estéreis, mal recobertas de vassourinha e capim gordura.[484]

Já na fotografia que se segue, o largo Dom João está se preparando para receber a Estação Ferroviária, que pode ser entendida como um novo equipamento urbano que proporcionaria a urbanização do local no qual seria construída. Nota-se, ao fundo, a caldeira da locomotiva, enquanto no primeiro plano da imagem, homens e crianças fazem pose para a fotografia, que, por sua vez, evidencia uma carroça pronta para ser usada no transporte de objetos em geral (figuras 105 e 106). À época de Chichico, o largo Dom João era um local na cidade de grande expansão no final do século XIX e início do século XX, configurando-se como região promissora. A adequação deste espaço aos trilhos da ferrovia o valorizou sobremaneira, pois esta representava a modernização chegando à cidade. Assim, em 1914, "chegou a ponta dos trilhos ao largo Dom João a oito de janeiro, entrando o lastro às 15 horas, festivamente".[485]

[484] RABELLO, 1978, p. 43.
[485] BAT, AJTN, Caixa nº 07, Envelope 01. No mesmo documento o jornalista informa as datas e festividades ocorridas em Rodeador: 12/101911, Riacho das Varas: 12/10/1912, Baraunas: 03/08/1913 e Estação do Guinda: 15/11/1913.



Figura 105. Largo Dom João. Negativo de vidro P-015. Diamantina, década de 1910.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 106. Caldeira do Trem de Ferro e da Carroça no largo Dom João. Detalhe do negativo de vidro P-015. Diamantina, década de 1910.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Nessa medida, de um espaço quase vazio, vê-se o seu preenchimento com equipamentos que o valorizam. Inicialmente foi construída a parte mais velha do Seminário (1867), em seguida, a construção da Basílica do Sagrado Coração de Jesus com pedras de

cantaria à vista (1889)[486] e, por fim, construção da Estação Ferroviária e a ampliação do Seminário Arquidiocesano (década de 1930), a arborização e embelezamento do largo Dom João. O poder público e o religioso envidaram esforços para modernizar o largo, cada qual à sua maneira. As imagens evidenciam uma cidade do interior mineiro em movimento, rapidamente notado pelos tempos representados pela "carroça" e pela "caldeira" da ferrovia Central do Brasil que estava prestes a ser instalada na rua do Seminário (figura 107).



Figura 107. Basílica do Sagrado Coração de Jesus e a Ferrovia. Negativos de vidro A-067. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

O significado da chegada da Estrada de Ferro em 1914, antigo sonho dos diamantinenses, representava para a cidade a capacidade de se tornar um lugar que procurava saber sobre as modificações ocorridas alhures e, ainda, "representava a possibilidade de resgatar as glórias do passado (míticas ou não) de colocar Diamantina em ligação rápida e constante com centros comerciais, de contornar problemas como a antiga dependência dos tropeiros para abastecer a cidade".[487] O estudo de Regina Horta Duarte, ao analisar a cidade

[486] A Basílica do Sagrado Coração de Jesus possui estilo gótico e foi projetada pelo Padre Júlio Chevelin (mesmo que projetou a Igreja do Caraça). As obras foram iniciadas em 1885 e concluídas em 1890, quando recebeu sua consagração. ÁVILA, 1994, P. 361.
[487] GOODWIN JÚNIOR, 2007, p. 211.

de São João Del Rei no século XIX com a chegada da ferrovia, adverte que muito mais que o seu significado econômico, esta contribuiu na construção da imagem do Rio de Janeiro como a referência do que seria a ideia de civilização para as mentes interioranas.[488]

Com relação à ideia de civilização, em 1938, o jornal *Voz de Diamantina* orientou a população no sentido de que a "civilização avança, mas em toda parte onde ella avança sem o temor de Deus, desenvolveram a desgraça e a miséria".[489] Este discurso, condizente com a tendência do jornal – católico e de cunho conservador – apresenta, também, a visão recorrente na época de Chichico que defendia a permanência da tradição coexistindo com as novidades proporcionadas naquele tempo: Igreja e ferrovia ocupam espaços físicos próximos e representam diálogos de tempos presentificando as intenções de diferentes segmentos sociais atuantes na cidade.

Visando demonstrar o olhar do fotógrafo a esse respeito, as imagens que se seguem apresentam algumas mudanças, se forem observados os detalhes. Assim, observa-se a presença de elementos novos no cenário urbano de Diamantina, associados à arborização e ao embelezamento da cidade, bem como a construção de casas destinadas à moradia dos funcionários da Estação Ferroviária (figuras 108, 109 e 110). Esta estação, em especial, provocou mudanças no tecido urbano e incentivou o aparecimento de edificações bem diferentes daquelas existentes, onde foram construídas casas para abrigar os funcionários da Central do Brasil. A Estrada de Ferro Central do Brasil que ligou Diamantina a Corinto, a Curvelo, a Belo Horizonte e ao litoral, foi inaugurada em 1914, após o estabelecimento dos terminais ferroviários de Curvelo (1905), do Curralinho (atual Corinto, 1906) e de Pirapora (1910).[490]

[488] DUARTE, 1997.
[489] BAT, Jornal *A Voz de Diamantina*, 23 de julho de 1938.
[490] Para mais detalhes sobre o projeto de ligação de Diamantina ao litoral brasileiro por meio da Estrada Ferroviária, ver GOODWIN JÚNIOR, 2007. p. 206. O mesmo autor também trata do embelezamento da cidade.



Figura 108. Vista do largo Dom João arborizado. Detalhe do negativo de vidro P-027. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 109. Vista do largo Dom João arborizado e novas edificações. Detalhe do negativo de vidro A-089. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 110. Casas da Estação Ferroviária. Negativo de Vidro A-089. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

O governo estadual e os políticos que atuavam na cidade e região esperavam que fossem favorecidas diversas localidades na porção norte/nordeste, Jequitinhonha e Mucuri do Estado de Minas Gerais. A estrada de ferro beneficiaria cerca de um milhão de habitantes das cidades de "Curvello, Diamantina, Serro, Guanhães, Peçanha, Minas Novas, S. João Baptista [atual Itamarandiba], Bocayuva, Montes Claros, Grão-Mogol, S. Francisco, Januária, Arassuahy, Salinas, Tremedal, Rio Pardo, Theophilo Ottoni".[491]

Para as elites diamantinenses, segundo James William Goodwin Junior, a chegada da ferrovia representou a presença de novos tempos, bem como a chance de resgatar as glórias do passado (míticas ou não), como já dito anteriormente. Tal iniciativa significou, também, a abertura de uma nova rota comercial, para além da existente por meio de Mendanha e desta ao Serro, qual seja, a que ligaria Diamantina a Corinto, situada mais na porção norte do estado e que facilitaria o trânsito de pessoas e de mercadorias. Conforme afirma José Moreira de Souza, os trilhos, assim como a luz elétrica, o cinema, o cemitério público, a funcionalidade dada ao espaço público e a construção da cidade dos pobres em 1902 (Recolhimento do Pão

[491] Carta assinada na Cidade de Minas, capital, a 20/02/1898 por uma longa lista de filhos do Norte de Minas, entre eles Pedro da Matta Machado, Carlos H. Benedicto Ottoni, Francisco Sá, Antenor Horta, Pedro Brant e Gustavo Affonso Farnese. Citado por GOODWIN JÚNIOR, 2007. p. 206.

de Santo Antônio), são situações que contribuem para a efetivação da cidade moderna, pois, "ser chamada de atrasada, é o que nenhuma elite pode suportar".[492]

Nesta nova área de expansão, o Bispado de Diamantina deu início às obras de ampliação do Seminário Arquidiocesano, destinado à educação de jovens, com vistas à formação do clero regional. O Seminário Arquidiocesano foi fundado em Diamantina, em 1864,[493] sob os cuidados dos padres lazaristas, e funcionava no Palácio Arquiepiscopal (Casa do Contrato). Em 1867, o prédio estava pronto, estando sob os cuidados do Padre Bartolomeu Francisco Xavier Sípolis, Padre Afonso Bec, Padre Antônio Perin e Padre José Fortucci. As dimensões do edifício antigo eram modestas, mas a nova edificação do Seminário se apresentava bem mais arrojada.

As obras de ampliação do Seminário tiveram início na cidade de Diamantina, a partir da instalação de sua pedra fundamental, em 1931. No ano seguinte, a planta do novo Seminário foi publicada no jornal *Pão de Santo Antônio* de 23 de Outubro de 1932, visando informar à população sobre a grandiosidade do que seria ali construído. Era necessário propagandear o projeto, uma vez que a comunidade católica contribuiria com donativos para a edificação desse prédio. Veja a planta do prédio (figura 111).

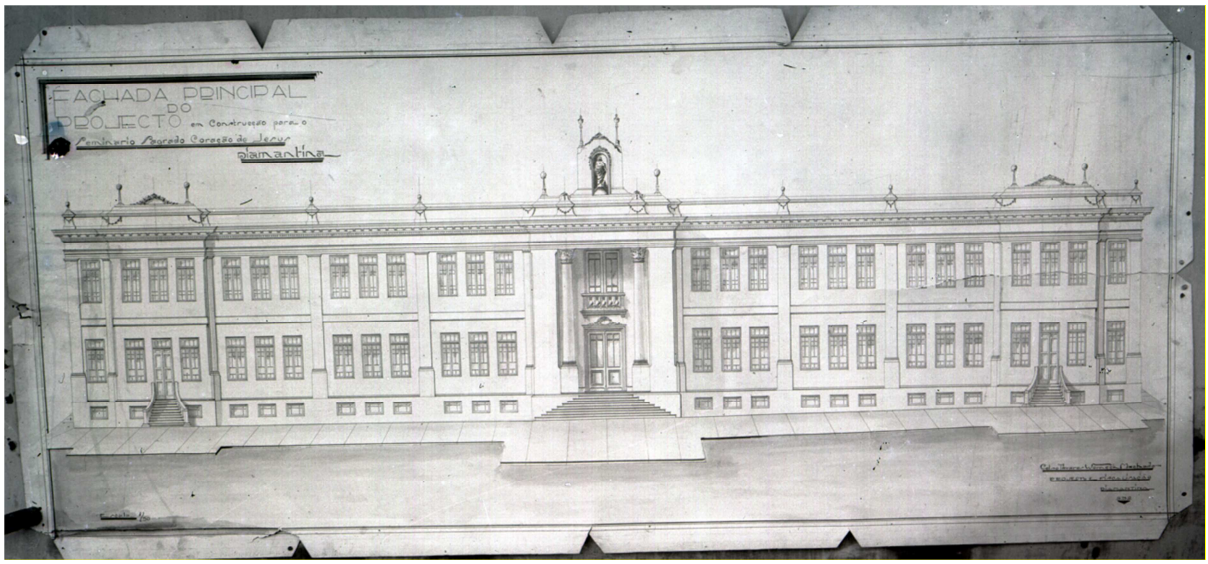


Figura 111. Fachada em Principal do Projeto em construção para o Seminário do Sagrado Coração de Jesus em Diamantina. Negativo de vidro A-001. Diamantina, 1932.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: Construtor Werneck Machado, 1932 (direita inferior). Esta fotografia foi publicada no jornal *Pão de Santo Antônio*. 23 de Outubro de 1932.

[492] SOUZA, J. M. 1993, p. 213.
[493] COUTO, 2002, p. 205.

Nesse momento, respondia pelo arcebispado Dom Joaquim Silvério de Souza e, após sua morte em 1933, o seu sucessor Dom Serafim Gomes Jardim deu continuidade às obras já iniciadas. Foi mantida a mesma lógica utilizada na Nova Catedral para angariar recursos na construção do Seminário: depender das doações da comunidade local, regional e dos recursos do clero. A edificação foi paulatina, como se vê nas imagens (figuras 108 e 109), sendo erigida pelo construtor Werneck Machado. Relacionando as duas imagens, nota-se o caráter de monumentalização dos templos e edifícios católicos estava presente, e marcava indelevelmente o tecido urbano da cidade.

Na área adjacente ao largo Dom João, na rua da Estação (atual Avenida Francisco Sá) e morro do Grupiara, observa-se um melhoramento urbano muito importante (figura 112). Em 1926, ocorreu a construção da caixa d'água da cidade e Chichico a fotografou do Alto da Grupiara, onde ela se localizava. O processo de edificação da caixa d'água sugere que tais fotos possam ter sido encomendadas pela administração pública, todavia, não foi possível identificar algum registro que pudesse comprovar tal suposição.



Figura 112. Rua da Estação e Morro do Grupiara. Detalhe do negativo de vidro P-019. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

As fotografias a seguir suscitam pensar sobre o processo de distribuição de água e a implantação do sistema de esgoto em Diamantina. Em 1740, foi construído o "rego público"

da cidade que corria em céu aberto feito pela “Sociedade da Lavra da Roda”, cujo objetivo era lavagem de cascalho aurífero no morro do Grupiara. A situação do rego público era problemática, pois já se retiraram dele animais mortos e alguns tropeiros passavam por onde as águas corriam, tornando a água imprópria ao consumo. Além disso, as chuvas arrombavam os dutos, gerando falta de água na cidade. Mas, durante longo tempo, foram estas águas que ao “chegar à cidade, distribuíam-se em bicas de aroeiras ou telhas, que as levavam às ‘pias’, de onde, em encanamentos particulares, quase sempre imprestáveis, iam ter às casas. Tudo colonial, rudimentar, antihygienico”, segundo opinião expressa no Relatório Municipal de 1931.[494]

Em 1919 e 1920, a preocupação do Agente Executivo Cosme Alves Couto foi substituir as pias e bicas de madeira por uma barragem e por uma “caixa de areia do Rio das Pedras”, bem como instalação de linhas adutoras de ferro fundido, com vazão de 18 litros por segundo. Além do mais, ele cobriu quatorze quilômetros de tubos de ferro para distribuição de água dentro de Diamantina.[495] Coube ao prefeito posterior, Juscelino Dermeval da Fonseca, construir o reservatório de água que se vê na foto de Chichico Alkmim, em 1926, com capacidade de 250 mil litros (figuras 113 e 114).[496] O serviço de água e esgoto em Diamantina seguiu a orientação e construção de projeto elaborado pelo professor Agnello de Macedo, da Escola de Engenharia de Belo Horizonte. Já a implantação e acompanhamento de tal projeto ficaram a cargo de Symphronio Brochado Junior, auxiliado por Cornélio de Siqueira.[497]

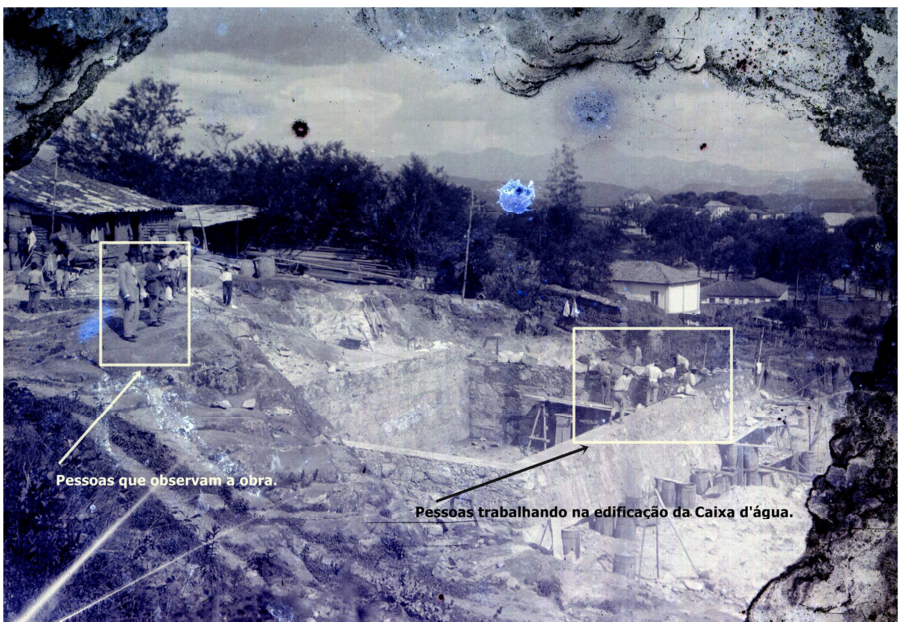


Figura 113. Construção do Reservatório de Água Potável no morro da Grupiara. Detalhe do negativo de vidro A-111. Diamantina, s/d.

Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

[494] RELATÓRIO Prestação de Contas da Câmara Municipal de Diamantina, 1931, p. 9.
[495] RELATÓRIO Prestação de Contas da Câmara Municipal de Diamantina, 1931, p. 10.
[496] Ele construiu também o reservatório da praça Barão de Guaicuí com 50 mil litros de capacidade.
[497] RELATÓRIO Prestação de Contas da Câmara Municipal de Diamantina, 1931, p. 10-11.



Figura 114. Obra do Reservatório de Água Potável do morro da Grupiara concluída. Detalhe do Negativo de vidro A-043. Diamantina, 1926.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

A presença de pessoas observando a obra fortalece a ideia que o objetivo das fotografias de Chichico teria sido o registro do momento, a pedido do poder público ou dos responsáveis pela edificação, ocorrida em 1926. Todavia, no Relatório de 1931, feito como prestação de contas pelo prefeito Juscelino Barbosa da Fonseca para ser entregue ao Juiz de Direito de Diamantina, embora possam ser identificadas várias fotografias, nenhuma delas apresenta o carimbo de Chichico ou qualquer menção sobre a autoria das fotos.[498]

Outra área adjacente ao largo Dom João que foi fotografada por Chichico Alkmim, corresponde à Igreja da Luz e à rua do Fogo, conforme se pode observar nas figuras 115, 116, 117 e 118.

[498] Os Agentes Executivos de Diamantina na década de 1920 foram: 1918 – 1922: Farmacêutico Alcides da Silveira Horta; 1922 – 1926: Cel. Juscelino Pio Fernandes; 1926 – 1930: Prof. Juscelino Demerval da Fonseca.



Figura 115. Vista panorâmica da rua da Luz. Negativo de negativo P-024. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 116. Vista panorâmica da rua do Fogo. Negativo de negativo P-034. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

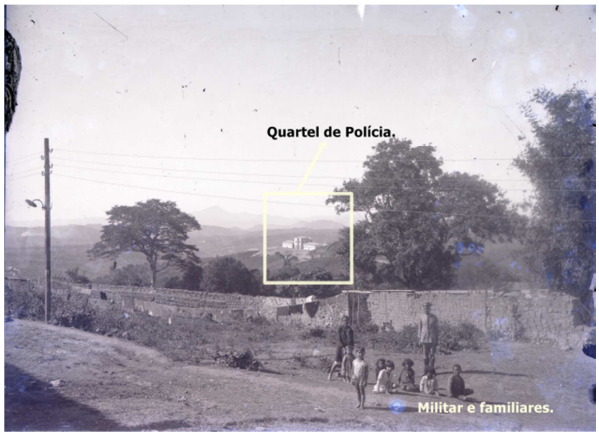


Figura 117. Vista do Quartel de Polícia a partir da Grupiara. Negativo de negativo P-018. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 118. Quartel de Polícia Militar. Negativo de negativo A-102. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

As imagens informam sobre a área da Igreja da Luz e do Quartel de Polícia. A peculiaridade da urbanização em torno da Igreja explica-se pelo fato de essa área ter se desenvolvido no século XIX, notadamente quando a portuguesa Teresa de Jesus Perpétua Corte Real, em cumprimento de promessa feita por ter se salvado do terremoto de Lisboa, em 1755, erigiu com autorização de Dom João, a Igreja de Nossa Senhora da Luz, em 1819. Após a sua morte em 1826, a capela continuou sendo utilizada esporadicamente, mas passava por constantes reformas, sendo reinaugurada em 1900.[499] Até os anos 1930, a urbanização da região era reduzida, sendo conhecida apenas como o "Largo da Luz". Nos anos seguintes, várias casas foram construídas, associadas à urbanização do Largo Dom João e do Alto Bom Jesus, como se observa a partir da análise das fotografias de Chichico (figura 115 e 116).

O Quartel de Polícia apontado na imagem (figura 117 e 118) foi instalado em área de expansão recente na cidade de Diamantina, mas o 4º Batalhão de Polícia estava presente em sua zona central desde 1890, ficando alojado no prédio que fora de Manoel Ferreira Aguiar, na Rua da Quitanda. Deste local, a administração pública passou sua sede para a Cavalhada Velha, em um sobrado até 1909. Ocupou, também, um sobrado de Juscelino de Meneses, na rua Macau do Meio, até 1928. Em 1928, foi para o prédio próprio em terreno comprado do Major João Avelino Pereira, onde funciona até os dias atuais.[500]

As fotografias demonstram os esforços de edificação das dependências do novo quartel, a partir de 1926, com a visita do "Doutor Fernando de Melo Viana, Presidente de Minas [que] lançou a 1ª Pedra do futuro Quartel da Polícia no alto fronteiriço da Chácara Juca Neves, com bênção do Sr. Arcebispo Joaquim e presença do senador Olímpio Mourão, de muitos soldados e o Estado Maior de Polícia".[501] As pessoas desejavam guardar para posteridade a sua lembrança e a de seus familiares, tendo a sua imagem do Quartel ao fundo, o que sugere a importância de tal local na cidade.

Por tudo isso, é possível afirmar que, considerando as tomadas urbanas feitas por Chichico, nem todos os lugares da cidade foram fotografados. Na parte alta, na área da Vila Operária[502], que é um lugar majoritariamente ocupado por operários da cidade, não há registro de arruamentos. Na parte baixa, não comparecem nas fotografias as ruas do Arraial de Baixo,

[499] ÁVILA, 1994, p. 328-329.
[500] PEREIRA, 2007, p. 143.
[501] PEREIRA, 2007, p. 112.
[502] Na recente Vila Operária situava-se um matadouro para o qual, em 1923, a municipalidade comprou duas carroças para facilitar o transporte de carne verde deste local para os açougues dentro da cidade. A população que utilizasse esse serviço deveria pagar "a taxa de 5$000 por cabeça de rez transportada". Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina, lei nº 29202/02/1923.

Rua do Lava-pés e Rua da Palha, bem como a área da Rua Arraial dos Forros[503] e Paula Vieira. Cabe exceção ao Asilo "Pão de Santo Antônio". Nesses locais residiu uma população empobrecida que teria dificuldade em destinar seus parcos recursos para se beneficiarem de uma situação nova trazida pela fotografia: a de poder guardar, para a posteridade, a própria imagem no espaço da rua, aproveitando os espaços construídos na cidade.[504]

4.5. A cidade patrimonial e as comemorações do centenário de Diamantina

Em 6 de março de 1938, Diamantina comemoraria cem anos de emancipação política. A cidade estava em festa e, no período que antecedeu à comemoração, os preparativos para esses festejos eram incentivados pelos jornalistas e preparados pela Câmara Municipal e Igreja Católica. As comemorações em torno do centenário certamente contribuíram para a valorização e a edificação de uma cidade patrimonialista, regida pelos costumes, servindo para relembrar o passado colonial e a atuação dos "grandes homens" que colaboraram para o seu desenvolvimento. Assim, o que se edificou foi uma noção de cidade patrimonial, alicerçada no passado colonial, que se fazia coevo na vida cotidiana dos indivíduos. Ao mesmo tempo, delineou-se uma configuração de futuro, cuja intenção era exprimir o que viria a ser a cidade onde viviam e sonhavam.

A Diamantina apreendida por Chichico Alkmim apresentava lugares antigos e novos e esses espaços foram reordenados de modo a dialogarem e a constituírem a cidade patrimonial. Ao analisar as imagens 'grafadas' pelo olhar de Chichico, não se observa uma cidade exclusivamente "presa ao passado". Ao contrário, mudanças ocorreram e se relacionaram a uma lógica urbana, coerente com a preservação do lugar.[505]

Em meio a discussões sobre mudança e permanência de determinados equipamentos urbanos (a derrubada do Mercado Municipal, por exemplo), assistia-se ao reconhecimento de Diamantina como Patrimônio Nacional, em 1938, o que viria a interferir na lógica urbana da cidade e desenvolveria um processo no qual foi preciso dar sentido à ideia de "cidade

[503] A instalação de Luz elétrica na cidade de Diamantina data de 1910, todavia, alguns bairros demoraram a receber tal benefício, como o Arraial do Forros que teve a autorização da instalação de lâmpadas somente em 1923, mas com a condição dos habitantes do bairro pagarem metade das despesas. Arquivo da Câmara Municipal, lei nº 283, 30 de janeiro de 1923.

[504] Cabe aqui uma explicação: como utilizo fotografias da cidade e as imagens produzidas no ateliê do fotógrafo não foram aqui estudadas, fica em aberto uma grande possibilidade de fotografias de pessoas de diferentes segmentos sociais terem sido produzidas por Chichico.

[505] A cidade patrimonial vista por Chichico e pelo SPHAN coloca em relevo a cidade colonial barroca. Ressalta-se que o IPHAN teve um papel fundamental na conservação dessa cidade de origem colonial.

patrimônio". Por certo, o papel do jornal *Voz de Diamantina*, ao organizar duas edições comemorativas do centenário, foi fundamental na tessitura da imagem patrimonial. Tal imagem foi fortalecida no centenário de Diamantina contando com a contribuição das fotografias de Chichico, com a atuação do poder público e da Igreja Católica.

a) Chichico Alkmim, os jornais e o centenário da cidade

A participação das imagens de Chichico Alkmim foi modesta dentre as atividades do centenário de Diamantina, a julgar pelas informações amealhadas até o momento.[506] Possivelmente, as fotografias foram feitas a pedido da Mitra Arquidiocesana ou do jornal *Voz de Diamantina* para compor o trabalho de expor imagens da cidade no centenário.[507] As edições comemorativas organizadas pelo Voz de Diamantina foram publicadas, respectivamente, em seis de março e em 26 de março de 1938. As imagens presentes em ambas as edições foram comparadas com o acervo de negativos, a fim de identificar a autoria de Chichico Alkmim publicadas nestas edições. O quadro a seguir apresenta as duas fotografias identificadas (figuras 119, 120, 121 e 122).

Quadro 18. Comparação de negativo de vidro e fotografias em jornais

Negativos em vidro do Acervo Fotográfico Chichico Alkmim	**Fotografias publicadas nos jornais de Diamantina.**
	
Figura 119. Antiga Sé, Diamantina. Negativo de vidro A-024. Diamantina, s/d. Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.	Figura 120. Interior da Sé Cathedral de Diamantina, 1938. Fonte: 1ª Edição Comemorativa do Centenário de Diamantina 1838-1938, jornal *Voz de Diamantina*. 06 de março de 1938. Biblioteca Antônio Torres.

[506] Não foi possível verificar se além de fotografias da cidade, Chichico também tenha realizado fotos de pessoas para compor os jornais comemorativos.

[507] Existem fotografias publicadas em jornais diamantinenses desde 1903, como é o caso do jornal *A Estrela Polar* de 10 de março de 1903, exibindo a fotografia do Comércio "Mota e Companhia".

Negativos em vidro do Acervo Fotográfico Chichico Alkmim	Fotografias publicadas nos jornais de Diamantina.
	
Figura 121. Cruzeiro do Rosário. Negativo de vidro A-023. Diamantina, s/d. Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.	Figura 122. Cruzeiro do Rosário, 1938. Fonte: 1ª Edição Comemorativa do Centenário de Diamantina 1838-1938, jornal *Voz de Diamantina*. 06 de março de 1938. Biblioteca Antônio Torres.

Comprovadamente, foram encontrados dois negativos de vidro no acervo, correspondentes às fotografias publicadas no jornal de seis de março de 1938. Todavia, há que se fazer uma observação muito importante. Ao comparar as outras fotos publicadas nas edições do jornal, constatou-se que, a muitas delas, seria possível atribuir a autoria a Chichico, uma vez que são muito parecidas com seus trabalhos, desde o ângulo escolhido pelo fotógrafo até o posicionamento para realizar a fotografia. Apesar disso, não foram inseridas nesse quadro, uma vez que não foi possível confirmar a autoria com base na identificação do negativo de vidro correspondente.

A imagem de Diamantina veiculada nos referidos jornais é aquela que busca salientar a cidade episcopal, do garimpo e do comércio e a cidade patrimônio. Vale lembrar que as fotografias publicadas nos jornais retratam Diamantina e a sua população, de modo a expor o que se desejava que fosse compreendido como perene, tanto com relação ao espaço urbano, quanto às ações das pessoas. A fotografia marcava o presente vivido nos anos 1938, época de comemorar festivamente a cidade aniversariante, e certa visão do passado. Ela assinalava a

representação do patrimônio que se fazia presente e se consolidava ao longo do tempo (figura 123).



Figura 123. Página do jornal A *Voz de Diamantina* de 06 de março de 1938.
Fonte: Biblioteca Antônio Torres.
Observação: Destaque para as imagens publicadas no jornal que evidenciam diferentes pontos da cidade. O ano de 1938 foi marcado por publicações que colocam em evidência a cidade e muitas de suas figuras ilustres.

Com efeito, ao realizar breve análise do jornal *Voz de Diamantina*, cuja temática central girou em torno da comemoração do centenário, duas reflexões se fazem prementes.

Em primeiro lugar, podem-se destacar nos jornais as fotografias correspondentes a vários lugares da cidade, a saber: antiga Igreja de Nossa Senhora da Luz, praça do Fórum (atual praça Dr. Juscelino Kubitschek, com destaque para a "nova" Catedral ao fundo), prédio da Intendência (que abrigou tanto o Grupo Escolar quanto a atual prefeitura da cidade), Grupo escolar Mata Machado (que em 1938 funcionava na Escola Normal), nova Catedral de Diamantina, Teatro Santa Isabel, Mercado Municipal, Estrada de Ferro da cidade (inaugurada em três de maio de 1914), rua Direita (à época chamada de rua Tiradentes), Pão de Santo Antônio, comemorações na rua do Bonfim e rua da Quitanda, vivenda da casa do Coronel Couto de Magalhães, Largo Dom João (antes da Estrada de Ferro), antigo Quartel de Polícia na praça Dr. Prado, Chácara do Barão de Paraúna (hoje Hospital Nossa Senhora da Saúde), antiga Macau do Meio, praça Barão de Guaicuy (com a construção de um circo), rua Romana, inauguração da farmácia Mota e Companhia à praça Dr. Correa Rabelo, homens lapidando diamantes, beco do Motta, Fábrica de Fiação de Biribiri, praça Correa Rabelo (com caminhões e carros) e vista da represa Pau de Fruta (reservatório de abastecimento de água da cidade).

Praticamente todos os lugares citados estiveram presentes nas fotografias feitas por Chichico Alkmim, com poucas exceções, como a represa de água potável "Pau de fruta". Não obstante, vale ressaltar que a maioria das fotografias publicadas no jornal não possui seu correspondente em negativo de vidro no Acervo. Isto nos faz supor que o acervo não é completo e que muitas fotos se perderam. Além disso, não somente Chichico Alkmim participou da produção de fotografias para o jornal, como também outros fotógrafos que atuavam na cidade a partir do final dos anos 1930, como Foto Assis (Assis Horta) e Foto Werneck (Celso Werneck de Castro).

Em segundo lugar, as duas edições comemorativas do centenário colocam em primeiro plano diversas pessoas que participaram ativamente da vida política, econômica, social e religiosa da cidade (figuras 124 e 125). Em janeiro de 1938, o redator do jornal José Augusto Neves anunciou que a edição de seis de março traria fotografias e textos de pessoas interessadas em participar daquela publicação comemorativa e, para tanto, convocava os escritores que providenciassem seus textos com urgência para a preparação das fotogravuras.[508]

[508] BAT, jornal *Voz de Diamantina*, "Centenário de Diamantina", 22/01/1938.



DIRECTOR, — J. AUGUSTO NEVES — Gerente, MARIO NEVES

VÓZ DE DIAMANTINA

REDACÇÃO e OFFICINAS — Bairro do Rio Grande — —:—DIAMANTINA—:—

Semanario independente, protector da "Obra do Pão de S. Antonio"

ANNO II — DIAMANTINA, DOMINGO, 6 DE MARÇO DE 1938. — NUMERO 52

1ª. Edição commemorativa do Primeiro CENTENARIO DE DIAMANTINA

A NOSSA DATA 6-3-1838 6-3-1938

O CENTENARIO DE DIAMANTINA

18 38

DIAMANTINA, nossa historica e opulenta cidade, pela riqueza de suas minas de diamantes, ouro metaes, flôra e outras pedras preciosas, como pela civilização de seu meio e cultura de seus dilectos filhos, que lhe honram e elevam o nome; DIAMANTINA — o antigo arraial do Tijuco dos tempos coloniaes, que foi um verdadeiro cofre de riquezas, quando bandeirantes audazes e ambiciosos, no começo do seculo XVIII, esquadrinhavam, por todos os cantos, o interior do Brasil, em busca do precioso metal; DIAMANTINA —

19 38

nossa querida terra, cheia de tradições gloriosas, commemora hoje, com enthusiasmo e fremente de jubilo, em flôres de seus jardins, cem annos de sua elevação á categoria de cidade, pela Lei Mineira nº. 93, de 1838.

E', pois, neste festivo dia que o povo diamantinense, vendo-se cercado de tantos patricios, ha tantos annos ausentes, em fraternal e expansiva alegria, se congrega, elevando preces ao Todo Poderoso, para festejar o Centenario de sua cidade, o Centenario de seu berço idolatrado, pedindo a Elle pela terra natal e pelo querido Brasil!

Exmo. Sr. Dr. Getulio Dornelles Vargas, M. D. Presidente da Republica.

Exmo. Sr. Dr. Benedicto Valladares Ribeiro, M. D. Governador do Estado.

Velha e historica Imagem de S. Antonio do Tijuco

Homenagem de apreço e carinho, da "Voz de Diamantina", ao Exmo. Sr. Dr. Joubert Guerra, digníssimo Prefeito da Cidade.

Dr. José Maria de Alkmim, M. D. Secretario do Interior.

Figura 124. Recorte de jornal *Voz de Diamantina*, 06 de março de 1938.
Fonte: Biblioteca Antônio Torres.



DIRECTOR, — J. AUGUSTO NEVES — Gerente, MARIO NEVES

VÓZ DE DIAMANTINA

REDACÇÃO e OFFICINAS — Bairro do Rio Grande — —:—DIAMANTINA—:—

Semanario independente, protector da "Obra do Pão de S. Antonio"

ANNO III — DIAMANTINA, SABBADO, 26 DE MARÇO DE 1938. — NUMERO 1

2ª. Edição commemorativa do Primeiro CENTENARIO DE DIAMANTINA

Vista parcial da Cidade de Diamantina.

Dr. Joaquim Felicio dos Santos

Homem austero e de costumes simples, personalidade de valor, incito mimetro, politico, jurista, jornalista e escriptor notavel, auctor da historia do Tijuco.

Ainda o Centenario de Diamantina

Um que lá não foi.—O "Echo do Serro". Posse da Camara Municipal da Villa do Principe, a 3 de Maio de 1828. Manoel Sabino Sampaio, em difficuldades financeiras. Um appello ao povo tijucano, em 1829

Empregados da Camara e os Fiscaes para as differentes Freguezias; apenas sabemos que, para a de Tijuco, foi lembrado o Sr. Dr. Torquato, e para Supplente o Sr. Baptista de Azevedo.

Foi tambem nomeada a Commissão das Prizões, cujos membros são os Srs. Tenente Coronel Vieira...

O final do artigo vem na segunda columna, que foi to-

com bullas falsas, ou fazer cortezia com o chapéo alheio, devo declarar que estes jornaes e documentos do seculo passado, me foram emprestados em confiança pelo Major Ephraim de Araujo que, apezar das suas constantes torturas e serias difficuldades de vida, é um collecionador apaixonado, caprichoso, intelligente, possuindo um archivo de grande valor historico, onde ha coisas do "area da velha", inclusive uma collecção de sellos de diversos valores e edições de 58 nações, moedas, etc. — G. VAZ.

DIAMANTINA

Sob a epigraphe supra, o nosso prezado collega "O Mucury", de Th. Ottoni, brilhantemente dirigido pelo nos-

Figura 125. Recorte de jornal *Voz de Diamantina*, 26 de março de 1938.
Fonte: Biblioteca Antônio Torres.

No quadro a seguir, observam-se os indivíduos que tiveram suas fotografias em destaque nas duas edições do jornal comemorativo de 1938.[509]

Quadro 19. Relação de autoridades e suas respectivas fotografias exibidas nos jornais de 1938.

Fotografias de pessoas no jornal.	**Texto em destaque com as fotografias.**
1ª edição Comemorativa do jornal *Voz de Diamantina*, 06 de março de 1938.	
Dr. Getúlio Dornelles Vargas	Presidente da República.
Imagem de Santo Antônio do Tijuco	Imagem do Velho Tijuco.
Dr. Benedicto Valladares Ribeiro	Governador do Estado.
Dr. José Maria Alkmim.	Secretário do Interior.
Dr. Joubert Guerra	Prefeito da Cidade.
Dr. Juscelino Kubitschek.	Diamantina rende sua homenagem, com expansão de regozijo, ao seu filho ilustre e grande benfeitor.
Dr. Affonso T. Lages	Juiz de Direito da Comarca.
Dr. Sóter Ramos Couto	Colaborador do jornal *Voz de Diamantina*
Professor José Augusto Neves	Incansável líder da imprensa diamantinense.
Dr. José Altamiras	Colaborador do jornal *Voz de Diamantina*.
Dom João Antônio dos Santos	Santo e saudoso Bispo, pai da pobreza, sagrado a 25 de abril de 1864, por Dom Viçoso, Bispo de Mariana.
Arcebispo Conde D. Joaquim Silvério de Souza	1º Arcebispo de Diamantina.
Dom Serafim Gomes Jardim	Virtuoso e apostólico Arcebispo de Diamantina.
Monsenhor Antônio de Souza Neves	Virtuoso e inesquecível Vigário de Diamantina.
Revmo. Sr. Padre João Tavares de Souza	Incansável vigário da paróquia.
Antônio de Pádua Oliveira	Insigne artista diamantinense, executor da bela taça do centenário.
Cosme Alves Couto	Provedor Benemérito da Santa Casa de Caridade
General José Vieira Couto de Magalhães.	Filho de negociantes de pedras de Diamantina. Formou-se em Direito em São Paulo.
Pe. Antonio Bernardino Monteiro de Barros	Capelão do Pão de Santo Antônio.
2ª edição Comemorativa do jornal *Voz de Diamantina*, 26 de março de 1938.	
Dr. Joaquim Felício dos Santos	Homem austero e de costumes simples, personalidade de valor, ínclito mineiro, político, jurista, jornalista e escriptor notável, auctor da história do Tijuco.
Conselheiro Matta	A posteridade não se esquece das feições dos grandes. Vai fazer 53 anos que Diamantina recebeu o illustre filho, entregando-lhe a chave de ouro do portão da cidade.
Dom José André Coimbra	Bispo eleito de Barra do Pirahy, Estado do Rio de Janeiro.
Dr. Pedro da Matta Machado	Ilustre filho de Diamantina, Deputado.
Dr. Francisco Brant	Filho de Diamantina, Director da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.
Dr. Francisco Sá	Grande mineiro, benfeitor da cidade de Diamantina, inteligência culta, espírito vibrante e alma aberta a todos os sentimentos nobres e bons.
Pe. José Carolino de Menezes	Sacerdote diamantinense, poeta e jornalista de merecimento.
Pe. Domingos Moreira dos Santos	Glórias do antigo clero diamantinense.
Dr. Elizardo E. de Souza	Advogado
Dr. J. Rosa Mattos	Advogado
Dr. José Altimiras	Advogado

[509] É preciso apontar que o cotejamento das informações contidas nos negativos de vidro e as informações dos jornais apresentam-se como novas possiblidades de pesquisas.

Dr. João B. Costa	Advogado
Antônio Torres	Insigne escriptor, diplomata e figura de relevo nas letras pátrias.
Dr. Sóter Ramos Couto	Médico
Dr. Edson P. Lages	Médico
Olympio Mourão	Senador e prestigioso político de seu tempo.
Dr. Júlio Mourão	Advogado.
José A. Matta Machado	Diretor Regional dos Correios e Telégrafos.
Te. Cel. João Lemos da Silva	Comandante do 3º Batalhão de Polícia Militar
Dr. Lomelino Ramos Couto	Médico [e político na cidade]
Dr. Ephygenio Salgado	Médico.
Pe. José D. Avelar	Superior do Seminário Arquidiocesano.
Raymundo de A. e Souza	Reitor do Gynásio Diamantinense
Francisca de Araújo Tameirão	Professora do Grupo Escolar Mata Machado.
Firmino Alves Pinheiro	Gerente do Banco da lavoura de Minas Gerais.
Pharmacêutico Cicero Dias Bicalho	Collector Federal.
José Fernandes Pereira	Gerente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Fonte: Jornais comemorativos do Centenário de Diamantina, 06 e 26 de Março de 1938. Biblioteca Antônio Torres.

Os homens de imprensa colocaram em relevo, na abertura do jornal *Voz de Diamantina* de seis de Março de 1938, fotografias e nomes de indivíduos de destaque em âmbito nacional (Presidente Vargas e José Maria Alkmim) e estadual (Benedicto Valladares e Juscelino Kubitschek). Em nível municipal, aparece a figura centralizada na capa do jornal do prefeito da cidade, Joubert Guerra.[510] A disposição das fotografias denota clara intenção em valorizar o município e sua gestão naquele momento.

Em seguida, o jornal enfatizou a presença do clero diamantinense, chamando atenção para a atuação de bispos e padres de destaque na cidade, além de autoridades que ocupavam cargos importantes, como juízes, delegados e indivíduos que tinham posse de cargos de chefia em diferentes órgãos estaduais e federais na cidade. A presença de médicos e de advogados, tanto na primeira quanto na segunda edição do jornal, explica-se pela importância atribuída a estas profissões desde o período imperial brasileiro. É comum ruas e praças em Diamantina que foram batizadas com nomes de médicos e advogados como modo de eternizar seus nomes pelo que fizeram em prol da cidade.[511] Por fim, foram postos em relevo os funcionários da administração pública e professores, dada a importância atribuída à educação nessa sociedade, e da melhoria nas condições socioeconômicas que o emprego público possibilitava aos indivíduos naquele momento.

Nessa medida, exibir as fotografias das pessoas e acrescentar frases que as lisonjeavam, denota clara intenção do jornal em demonstrar que, na cidade patrimonial, os indivíduos são patrimônios políticos de valor e que esta prática é bem-vinda na sociedade. Por

[510] Refiro-me à primeira página do jornal como um todo e não apenas à sua "metade" retratada na figura 124.
[511] Não há aqui a intenção de sacramentar o discurso oficial, mas tão somente indicar uma das ações dos políticos diamantinenses visando estabelecer benefícios para si.

isso, o que se percebe é a continuação de formação de indivíduos de "valor", atuantes no clero e nas profissões liberais, como ação que reforçaria o sucesso da cidade e lhe garantiria privilégios, especialmente político e sociais.

Além da produção do jornal, Diamantina comemorou o centenário com festas ao som de bandas nas ruas, missas nas igrejas e procissões pela cidade, encontros festivos com a banda de música do 3º Batalhão de Polícia Militar e da Banda Euterpe Diamantinense, bem como inauguração da praça Joubert Guerra (antigo largo da Sé). Vários discursos foram proferidos por diamantinenses, a saber: José Maria Alkmim (irmão de Chichico Alkmim e Secretário de Estado do Interior), José Altimiras (em nome do Centro Diamantinense), Dr. Pedro da Matta Machado (deputado) e Aristides Correa Rabello (escritor). Ademais, a prefeitura encomendou a Antônio de Pádua Oliveira a confecção de uma taça em coco e ouro como modo de reforçar a atividade criada por ele na cidade, reconhecida nacional e internacionalmente. Várias missas foram rezadas, inclusive uma missa na inauguração do cruzeiro luminoso, antigo cruzeiro do Cula, cujo objetivo era lembrar aos diamantinenses o patrimônio religioso-católico existente na cidade desde sua criação.

b) O poder público, as intenções clericais e o patrimônio

Em meio à organização das comemorações do centenário, ocorreu a notificação oficial ao prefeito, Joubert Guerra de que Diamantina havia se tornado patrimônio nacional. A população diamantinense, quando soube desse "presente para a cidade", o entendeu na condição de apenas mais uma ação comemorativa do centenário. A real extensão desse fato só seria alcançada ao longo do tempo, especialmente quando os indivíduos, e mesmo o poder público e religioso, começaram a desejar alterar os espaços edificados da cidade, nos anos 1940 e 1950.

O prefeito Joubert Guerra escreveu ao Diretor do SPHAN, Rodrigo de Melo Franco de Andrade com vistas a melhor compreender o processo de tombamento de Diamantina. Nesta correspondência, indagou a respeito de alguns pontos sobre os quais ainda pairavam dúvidas quanto ao fato de a cidade se tornar patrimônio nacional e o que fazer em relação ao desejo de construção/demolição estabelecido na cidade. Ele escreveu:

> Agradecendo a V. Excia. a gentileza dessa comunicação, venho pedir-lhe, para meu governo e orientação, o obséquio de prestar-me esclarecimentos sobre alguns pontos em que pairam dúvidas. O conjunto arquitetônico e urbanístico desta cidade foi considerado como constituído de 'coisas de interesse histórico, de obras de arte

> histórica, de coisas de arte erudita nacional ou estrangeira'. Tendo em vista o § 2º do artigo 4º e bem assim os artigos 17º e 18º do Decreto-Lei citado, desejaria que me fossem respondidas as perguntas abaixo formuladas e que submeto à consideração de V. Exc.:
>
> a) Poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional especificar e definir os bens, nesta cidade, ora levados a tombamento?
> b) São permitidas, nesta cidade, as construções em estilo moderno – bungalows, chalets e similhantes?
> c) Qual o modelo-padrão a ser obedecido e aconselhado nas futuras construções?
> d) Toda e qualquer reconstrução depende da planta e deve ser feita sem alteração de estilo?
> e) Nas construções antigas é permitida a colocação de telhas francêsas?
> f) Qual o tipo de esquadrilhas a ser adotado em construções ou reconstruções?
> g) Em caso de reconstruções, podem as casas comerciais colocar portas de ferro?
>
> São todas perguntas de real interesse para a administração municipal, de cuja licença dependem, a todo instante, as construções e reconstruções, pois é Diamantina constituída, em sua quase totalidade, de prédios a reclamarem constantes reparos.[512]

A resposta a essa indagação foi prontamente dada e apontou para um processo constituinte, no qual as normas não estavam claras, e foi na feitura das correspondências que as regras foram se tornando menos obscuras, até mesmo para o SPHAN. Quanto à indagação aqui destacada, Rodrigo Melo Franco de Andrade respondeu que

> qualquer obra nova a ser executada dentro do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, ou nas suas imediações, precisa ser detidamente examinada, pois haverá sempre o risco de, qualquer que seja a feição que lhe pretendam dar, vir a obra projetada a prejudicar e desfigurar o conjunto histórico característico cuja conservação foi julgada de interesse público nacional. Caso as construções novas que se projetassem fossem situadas em local afastado da cidade antiga, sem risco de lhe causar prejuízo ao aspecto característico, poderia haver maior liberdade em taes iniciativas, pois [formar-se-ia] assim uma parte nova da cidade, nitidamente separada e diferenciada da velha Diamantina. Mas, ainda assim haveria necessidade de um estudo atento do problema, tendo-se em vista a planta geral da cidade e outros elementos que interessam á solução urbanística da questão.
> O que parece indicado em relação as construções novas que se erigirem em Diamantina é que, uma vez satisfeita a condição das mesmas não alterarem o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, sendo deste convenientemente afastadas, elas fossem executadas com o mesmo espírito com que foram erigidas as antigas edificações que hoje aí admiramos, isto é, com a utilização dos materiais característicos da região e segundo os sistemas construtivos correntes no lugar, cuja tradição felizmente ainda se conserva bem viva em Diamantina, tal como o comprovam construções recentes sobre as quaes Serviço colheu documentação fotográfica. Cumpre pois aos arquitetos locaes tirar o máximo partido possível desses elementos para as suas obras, sem preocupação, porém, de copiar estilo. Onde existe tão boa tradição de arquitetura, seria deplorável que principiassem a ser imitados os maus exemplos arquitetônicos, falseando-se os verdadeiros princípios da arte da construção, como sucede na maioria das casas chamadas de 'estilo moderno', – Bungalows, chalets, etc.[513]

[512] GUERRA, Joubert. Carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 09 de maio de 1938. Pasta Processo 64-T-38, Processo de Tombamento de Diamantina. IPHAN/Diamantina.
[513] Resposta de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao prefeito Joubert Guerra, em trinta de maio de 1938. Arquivo do IPHAN.

Trocando em miúdos, Joubert Guerra obteve uma resposta que talvez não o tivesse satisfeito, e nem mesmo à população da cidade. Não era permitido estilo moderno que naquela época eles conheciam, como os *chalets* e *bungalows*, mas sim valorizar o colonial que, na resposta de Rodrigo de Mello Franco, ainda era vivo em Diamantina e "provado por meio da fotografia".

É possível afirmar que a ideia de uma cidade patrimônio nacional se amalgamou com as comemorações do centenário de Diamantina, significando, no início do processo, um reforço ao seu aspecto tradicional que contou com a atuação do clero, ao passo que em outras cidades, como São João Del-Rey, as comemorações relativas ao centenário significaram "um marco simbólico ilustrativo da consolidação de um novo tempo radioso".[514]

Em Diamantina, a ação da Igreja Católica nesse processo remonta ao ano 1926, quando o clero mineiro publicou a Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro ao clero e aos fiéis sobre o "Patrimônio Histórico".[515] Praticamente, o mesmo período em que os estados também se preocuparam com a necessidade de preservação dos monumentos.[516] A Carta Pastoral expressava as suas preocupações quanto ao destino do Patrimônio Artístico clerical espalhado por Minas Gerais. Neste documento, orienta que

> O Bispo deverá dizer se em sua diocese existem egrejas em que há coisas preciosas, pela matéria, pela arte, antiguidade, principalmente códices, ou livros, pinturas, esculturas, obras insignes de mosaico ou pela antiguidade; como se guardam; se são inventariadas e se delas se conserva inventário especial na Cúria; se há cautela para que não se venda sem licença da Santa Sé, qualquer coisa ainda tênue, preciosa em razão da matéria, arte ou antiguidade.[517]

Esta carta adverte que não conservar o patrimônio artístico, "por pequeno que seja, documentos e objetos que servem para a história, é perder um meio de fazer surgir ante os

[514] TAVARES, 2013, p.449. Para Denis Pereira Tavares as representações da modernidade em São João del-Rei ocorreram de forma acelerada nos anos 1930 a 1950, sendo impactada pelos ideais de modernidade que se espalhavam a várias cidades, tais como embelezamento, racionalização e higienização do espaço urbano; assim, São João representou a modernidade por meio de "renovação constante em sua paisagem, sobretudo em seu centro histórico traçando um perfil urbano marcado pelo contraste entre a estética colonial e os estilos diversos como o eclético, o *art deco* e o neocolonial". TAVARES, 2013, p.460.

[515] CARTA PASTORAL do Episcopado Mineiro sobre o Patrimônio Histórico, 1926. Este é um documento assinado pelo clero mineiro em 1926, a saber: "Joaquim (Arcebispo de Diamantina), Helvécio (Arcebispo de Mariana), Antônio (Arcebispo de Belo Horizonte), João (Bispo de Montes Claros), João (Bispo de Campanha), Frei Domingos O.P. (Bispo de Porto Nacional), Serafim (Bispo de Arassuahy), Octavio (Bispo de Pouso Alegre), Carloto (Bispo de Caratinga), Ranulpho (Bispo de Guaxupé), Manuel (Bispo de Aterrado), Manuel (Bispo de Goyaz), Antônio (Bispo de Uberaba) e Justino (Bispo de Juiz de Fora)", p.25-26.

[516] Maria Tarcila Ferreira Guedes listou três grandes eventos pan-americanos ocorridos nos anos 1923, 1928 e 1933, que esboçavam a preocupação com o desenvolvimento de metodologias e ações governamentais que protegessem os patrimônios dos países latino-americanos. GUEDES, 2012, p.13-48.

[517] CARTA PASTORAL do Episcopado Mineiro sobre o Patrimônio Histórico, 1926, p.12.

séculos futuros, o passado sob seu aspecto peculiar".[518] Compreende-se que, para a Igreja Católica, o fato de Diamantina ter-se transformado em patrimônio nacional foi um fato importante e por ela desejado, uma vez que identificava a clara possibilidade de manutenção e preservação de seus bens construídos ao longo da história mineira. Afinal, o que se preservaria era, também, a sua própria história inscrita nos objetos e nas edificações. De todo modo, preservar-se-iam o aspecto tradicional da cidade de Diamantina, fortemente marcado pela ação da religião católica que, em certa medida, via a possibilidade de triunfo e reconhecimento de sua ação diante da República laica que se construía no Brasil.

É fundamental ressalvar que a própria Igreja Católica modificou a arquitetura em Diamantina, pelo menos em duas situações de destaque. A primeira ocorrera em 1915, quando o Bispado instalou-se na Casa do Contrato e realizou alteração na fachada instalando platibanda e excluiu as escadas laterais do prédio. Alceu Amoroso Lima publicou um artigo criticando veementemente tal ação, afirmando que o Bispado corroborava com a destruição e a tortura do patrimônio edificado, pois para ele "a destruição de velhas pedras só se justifica absolutamente [quando] indispensável à intensificação da vida; e o critério adotado entre nós está muito longe desta verdade singela".[519] Para Cristiane Souza Gonçalves,

> É claro que, como primeira instituição federal criada com o intuito de proteger e restaurar o "patrimônio nacional", o SPHAN seria pioneiro, ao fixar parâmetros legislativos, administrativos, e mesmo técnico-conceituais, no intuito de regulamentar sua própria atuação. No entanto, são marcantes as semelhanças entre o discurso inaugural de Amoroso Lima e a prática do SPHAN, nas três primeiras décadas em Diamantina, onde seu corpo técnico oscila entre certezas e dúvidas, avanços e retrocessos, entre embates e reconciliações, entre a regra e a experimentação. Longo seria o percurso a percorrer de uma trajetória cujo ponto de partida era, segundo a avaliação do próprio AAL, uma prática baseada no total empirismo. Resta saber quão longe o SPHAN iria elevar-se em relação a este patamar.[520]

A segunda intervenção foi a derrubada da Igreja da Antiga Sé, em 1932, para dar lugar à atual Catedral Arquidiocesana, mais espaçosa e com maior possibilidade de atendimento aos interesses da Arquidiocese. Essa ação foge à lógica da "dita conservação" do patrimônio referenciado na Carta Pastoral, mas explica-se pelo processo de monumentalização e intervenção feitos pela Igreja para marcar as intenções naquele tempo. Essa matriz de pensamento de cunho mais tradicional, afasta-se da matriz modernista cuja base era a busca

[518] CARTA PASTORAL do Episcopado Mineiro sobre o Patrimônio Histórico, 1926, p.17.
[519] LIMA, 1916, p.5.
[520] GONÇALVES, 2010, p.103.

pela identidade nacional e a defesa da ‘brasilidade’, apesar de ambas acessarem o passado para se construírem.

A atuação de Chichico Alkmim diante de tudo isso foi a de espectador, de observador, como muitos outros moradores da cidade. Ele acentuou o seu olhar influenciado pelas noções que lhe formaram, como, por exemplo, a tradição cristã católica em Diamantina. O ofício de fotógrafo a serviço de uma instituição como o SPHAN não foi um trabalho por ele assumido. Durante o tempo em que atuou como fotógrafo, Chichico registrou vistas urbanas e, como já foi indicado, guardou-as cuidadosamente para a posteridade, possibilitando ao pesquisador do século XXI entrever as questões que se colocavam como importantes à época do fotógrafo.

*** * ***

Delinear alguns pontos discutidos nesse item é importante, pois cabe destacar o desenvolvimento urbano de Diamantina desde o século XVIII, a partir do entroncamento de caminhos e do desenvolvimento da mineração na região. À época de Chichico, observa-se que a cidade foi conservada na maior parte de sua extensão, devendo isso, entre outras coisas, à crise econômica, ao código de postura municipal que tentava limitar um desenvolvimento desordenado e à percepção de conservação do legado histórico por parte da população.

Outrossim, não se pode deixar de notar que concepções higienizadoras e modernizantes imbuíram na população o desejo de mudança nos espaços urbanos. Em Diamantina, essa situação gerou um processo de desenvolvimento, que permitiu a criação de novos lugares urbanos. Possibilitou, também, mudanças sensíveis no espaço colonial, fazendo conviver o novo e o antigo, ou seja, por sobre a suave lembrança do passado, projetou-se nítida representação de futuro.

Nesse contexto, Chichico, atento observador de Diamantina, se posicionou estrategicamente, legando para posteridade significativas representações da cidade patrimonial, que nos permitem perscrutar aspectos da tradição e da mudança no espaço de formação colonial. A tradição e a mudança foram evidenciadas quando Diamantina se tornou patrimônio nacional no mesmo ano em que ocorriam as comemorações dos seus cem anos.

Neste processo, surgiram indivíduos, como Aires da Mata Machado, que enxergaram com clareza o significado da cidade patrimonial, tema que será analisado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5

Representações da Cidade de vidro: Diamantina, uma cidade que se conserva e se moderniza.

> *A verdade, porém, é que a Diamantina actual será absorvida pela Diamantina futura. Ahi vai a nova cidade em trem de ferro!*
> *Tú, porém, cidade antiga, tu viverás veneranda na memória dos moços e na saudade dos velhos. Falarão de ti através dos tempos, e ficarás gloriosamente lembrada nos escriptos daquelle que te tornou immortal – Joaquim Felício dos Santos.*
> *E crescerás, perdendo costumes locaes, na tradição que te fez respeitada pelas tuas legendas. No dia em que a nova cidade chegar, tu pódes desapparecer tranquilla porque morres com glória.*
>
> Aldo Delfino.

Quando Aldo Delfino publicou, em agosto de 1909, as suas impressões sobre a cidade de Diamantina[521], colocou em evidência o que Giulio Carlo Argan chamou de cidade ideal e cidade real. Ou seja, "a cidade ideal nada mais é que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real"[522] e, no decorrer de sua existência, sofre modificações ao mesmo tempo em que se identificam permanências. A fotografia de Chichico Alkmim é testemunhal no sentido de nos permitir, a partir de seu olhar, enxergar a cidade de

[521] BAT, jornal *A Ideia Nova*. 01 de agosto de 1909. "Vão-se as tradições" citado por GOODWIN JÚNIOR, 2007.
[522] ARGAN, 2005, p. 73.

Diamantina e suscita pensar sobre as questões que se apresentavam a seus habitantes, pois a cidade é resultante de um processo histórico.

O fotógrafo foi escolhendo lugares mais apropriados para registrar as suas tomadas urbanas de modo a observar o crescimento da cidade. Os morros sobre os quais Diamantina se assenta permitem realizar fotos com ângulos fotográficos interessantíssimos que já encantaram muitas pessoas, inclusive o próprio Chichico. O viajante naturalista francês Saint-Hilaire, que por Diamantina passou em 1817, assinalou que o Tijuco está "construído sobre a encosta de uma colina cujo cume foi profundamente cavado pelos mineradores"[523] e que era uma cidade difícil de ser pintada, dada a sua especificidade de colorido. Sobre a paisagem da cidade preenchida por casas e quintais (chamados de jardins) de modo integrador, o naturalista descreveu que

> Os jardins são muito numerosos e cada casa tem, por assim dizer, o seu. Neles veem-se laranjeiras, bananeiras, pessegueiros, jabuticabeiras, algumas figueiras, um pequeno número de pinheiros (*Araucaria brasiliensis*) e alguns marmeleiros. Cultivavam-se também couves, alfaces, chicórea, batata, algumas ervas medicinais e flores, entre as quais o cravo é a espécie favorita. Os jardins do Tijuco parecem-me geralmente melhor cuidados que os que havia visto em outros lugares; entretanto eles são dispostos sem ordem e sem simetria. De qualquer modo resultam perspectivas muito agradáveis dessa mistura de casas e jardins dispostos irregularmente sobre um plano inclinado. De várias casas veem-se não somente as que ficam mais abaixo, mas ainda o fundo do vale e os outeiros que se elevam em face da vila; e não se poderá descrever bem o efeito encantador que produz na paisagem o contraste da verdura tão fresca dos jardins com a cor dos telhados das casas e mais ainda com as tintas pardacentas e austeras do vale e das montanhas circundantes.[524]

Conforme aponta José Newton Coelho Meneses, pensar sobre relatos antigos de viajantes "que se identificam com o mundo dito civilizado e, mais que isso, se colocam como seres civilizados frente a uma cultura exótica, que, muitas vezes, mais os agride que se mostra pronta a ser compreendida, é tentar vê-los como turistas de outro tempo".[525] Esses viajantes deixaram suas impressões e visões sobre as paragens que visitaram e, com o tempo, estas foram apropriadas pela população como uma leitura possível do passado. Quase cem anos após a visita do europeu, as fotos de Chichico, embora não tenham conseguido apreender o

[523] SAINT-HILAIRE, 1974, p. 27.
[524] SAINT-HILAIRE, 1974, p. 28.
[525] Cuidadosamente, o autor lembra que não se pode esquecer de que estão em jogo e devem ser considerados "os componentes de ordem profissional e institucional que, na maioria das vezes, os acompanhavam em suas viagens". MENESES, 2006, p. 98-99.

colorido descrito por Saint Hilaire, pois eram em preto e branco, captaram muito bem a luz e a sombra para registrar as nuances de Diamantina.

A imagem da cidade inspirava também os poetas, como o advogado Aureliano Lessa (1828-1861) que, por meio da poesia lírica rendeu a Diamantina uma poesia que valorizava a imponência da serra dos cristais e os grupos de casas que ela circundava, ou seja, a cidade de Diamantina:

> Vês lá na encosta do monte // Mil casas em grupozinhos, //Alvas, como cordeirinhos, // Que se lavaram na fonte?!... // Não vês deitado defronte // Qual dragão petrificado // Aquele serro curvado// Que mura a cidadezinha? // Pois essa cidade é minha, // É meu berço idolatrado![526]



Figura 126. Vista panorâmica do Bom Jesus. Negativo de vidro P-038. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

[526] Este poema aparece citado em diversos textos sobre Diamantina e nos jornais da cidade. Ver: MACHADO FILHO, 1980, p. 170.

Nas impressões de Saint-Hilaire, de Aureliano Lessa e no registro de Chichico são evidentes os traços da experiência e de vivências na cidade.[527] O olhar do século XX também emoldurou Diamantina com a Serra de São Francisco (atualmente conhecida como Serra dos Cristais) e o Pico do Itambé, registrando a cidade que fora erigida como se fosse um lençol de edificações humanas que envolviam a encosta da serra (figura 126). Essa ação humana construiu um lugar que, ao longo do tempo, evidenciou indelevelmente a relação dos diferentes sujeitos com o seu espaço em distintos momentos de sua trajetória histórica. Logo, faz-se necessário afirmar que o modo como se concebe a cidade no presente estudo é uma "construção histórico-cultural, como patrimônio de seus moradores, como espaço de memória";[528] por conseguinte, como diria Le Goff, "a cidade é monumento e é documento",[529] representada nas fotografias de Chichico Alkmim e apropriada pelos indivíduos.

As imagens fotográficas, assim como os demais documentos arrolados neste estudo, são compreendidas como "produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente".[530] Deste modo, conforme afirma Le Goff, o documento monumento "resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias".[531]

O momento histórico que compreende este estudo se estende de meados das décadas de 1900 às de 1940. As fotografias apontam que o tradicional, a linguagem que vem do passado, não tinham se esvaído e as inovações chegavam aos poucos, dialogando com o tradicional existente. Essencialmente, neste capítulo, a indagação que nos guiou foi: como compreender o processo estabelecido entre o novo e a tradição na cidade de Diamantina por meio das fotografias de Chichico? Como a nova imagem de cidade (a patrimonial) se estabeleceu?

---

[527] Pode-se acrescentar as impressões do viajante inglês mineralogista John Mawe (1764-1829), contrastantes se comparadas com Saint-Hilaire, que em 1808 construiu uma crítica a Diamantina, informando que os seus seis mil habitantes compravam tudo caro, que os produtos eram produzidos léguas de distância e que o solo era estéril; enquanto a carne de vaca era má por causa de estiagens, abundavam a carne de porco e a caça; impressionou-se com a pobreza principalmente de mulheres e observa que havia potencial para a manufatura, pois em Minas Novas já se produzia algodão. Viu a população como indolente, mas acreditava que o lugar floresce por causa dos diamantes. Interessante observar que saltou aos olhos do viajante inglês, marcado pela praticidade, o fato da cidade ser um ponto comercial para o norte de Minas Gerais, possuindo lojas abarrotadas de mercadorias, que por sua vez vinham da Bahia e do Rio de Janeiro. MAWE, 1978.
[528] MENESES, 2006, p. 86.
[529] LE GOFF, 1996.
[530] LE GOFF, 1996, p. 545.
[531] LE GOFF, 1996, p. 548.

5.1. A defesa da cidade que se conserva e se moderniza: a contribuição de Aires da Mata Machado

Diamantina possui vários entusiastas. Eles buscaram valorizá-la sempre que proferiram uma palestra, escreveram um livro ou artigo para o jornal (seja edificando-a ou criticando-a), ou mesmo quando a fotografaram. Dentre estes entusiastas que viveram e produziram à época de Chichico Alkmim, chama a atenção à produção de Aires da Mata Machado Filho, defensor da cidade patrimonial.

Esta imagem da cidade patrimônio foi tratada por Aires da Mata Machado Filho como maneira dos indivíduos valorizarem as tradições de Diamantina. Em seu texto publicado no jornal *Voz de Diamantina*, à época de celebração do centenário da cidade, conclamava as pessoas a não esquecerem a cidade de "ontem", sugerindo aos leitores do referido jornal que não se iludissem quanto às mudanças de sua época e que as enxergassem com total capacidade de convivência com a "velha Diamantina". Em vista disso, para ele seria possível duas pontas de épocas diferentes entrelaçarem os homens daquele tempo presente. O texto inicia convidando o leitor a vivenciar a cidade:

> Andando pelas ruas da velha Diamantina, não pude ouvir o appello mudo das pedras históricas. Quando começava a sonhar com as liteiras e cadeirinhas, surgia um automóvel de uma esquina que subia a ladeira com esforço quase humano, a resfolegar de cansaço, pondo a prova, no pé-de-moleque hostil do calçamento, a boa qualidade dos pneus.
>
> Estradas de rodagem ligam a sede do município a diversos distritos e prosseguem de um e outro lado, em demanda de outras cidades. E a verdade é que a commodidade das viagens e a facilitada circulação das riquezas, valem muito mais do que o anacronismo que há na gazolina, na buzina e no perfil elegante do carro moderno.[532]

Intitulado "Folia de Reis e Folia de Carnaval", a intenção inicial do autor foi a de lembrar ao diamantinense a existência de dois tempos sentidos àquela época e mesmo a impossibilidade de trazer de volta o tempo das liteiras, aceitando, ao fim, a comodidade das "coisas" novas. Na realidade, ele destaca as benesses do progresso através das estradas de rodagem, e prossegue buscando convencer o leitor que a

> desharmonia em aspectos, aromas e cores impressiona mal aos esthetas que não acceitam a realidade. A realidade é a comparação entre o cavalleiro bisonho que termina a viagem contundido, quase invalido e o turista que chega de automóvel em São João da Chapada, tendo percorrido em hora e meia a estrada quasi prompta, 30 kilometros fáceis e ligeiros. Chegando, póde até caminhar, lépido e de boa cara, se a

[532] BAT, jornal *A Voz de Diamantina*. 06 de março de 1938. "Folia de Reis, Folia de Carnaval".

> tem. O cavalleiro desacostumado é, fatalmente, um pobre homem succumbido, depois de cinco léguas de viagem.
>
> Há em tudo, afinal, belleza e numero. O ponto é saber encontrar esses motivos eternos que dão preço à existência. E que não houvesse!
>
> Pouco importa o anacronismo que a ninguém fez mal, diante de um melhoramento que dá gosto a carthaginenses e athenienses, pois ajuda aos commerciantes e traz repouso e calma contemplativos.
>
> Ao longo das capistranas tão diamantinenses, só de Diamantina, eu continuei reflexionando. Como em Ouro Preto, "aqui outrora retumbaram hymnos?" Pode ser... E todavia é coisa differente que se asenta agora. Vozes distantes e ignoradas trazem o samba carnavalesco para o quadro ideal das modinhas românticas. Depois do trem de ferro, veio o rádio para dar força de realidade presencial aos logares distantes. Tem perspectivas infinitas, para alimento da imaginação, a geographia pessoal do sertanejo. O rádio mudou a feição das velhas cidades mineiras. Começa por lhes dar vida. Já não podem ser cidades mortas. À pacatez obrigada e tranquilla trouxe novos rythmos e motivos differentes. É saboroso e original o contraste que dahi resulta.
>
> No centro da cidade, é grato mudar de música e de locutor, mudando também de esquina. E quanta coisa bonita e apetecível ao alcance de todos os ouvidos!
>
> Com a bemfazeja febre de rádios, Diamantina virou outra, podem crer. O mesmo certamente se passa com cidades idênticas. Por sobre a suave lembrança do passado, projecta-se nítida representação do futuro, na forte analogia de sons provindos de paragens afastadas.[533]

Nota-se que neste texto o autor saúda o progresso e reconhece que ele é benfazejo, embora modifique a cidade; Aires prefere se acostumar com essa sensação de anacronismo que ele provoca. Acentua que o "novo", o progresso, é saboroso e original, especialmente o contraste expresso como resultado de se pensar o inovador e o tradicional numa cidade colonial. A fotografia de Chichico Alkmim exprime suavemente essa imagem de cidade patrimonial construída por Aires da Matta Machado Filho (figura 127), com especial destaque para os objetos observáveis na fotografia, a saber: a bomba de gasolina existente na praça Correa Rabelo, ao carro que circulava na cidade na década de 1940 e à aparência da cidade colonial preservada por meio dos casarios e das capistranas existentes.

[533] BAT, jornal *A Voz de Diamantina*. 06 de março de 1938. "Folia de Reis, Folia de Carnaval".

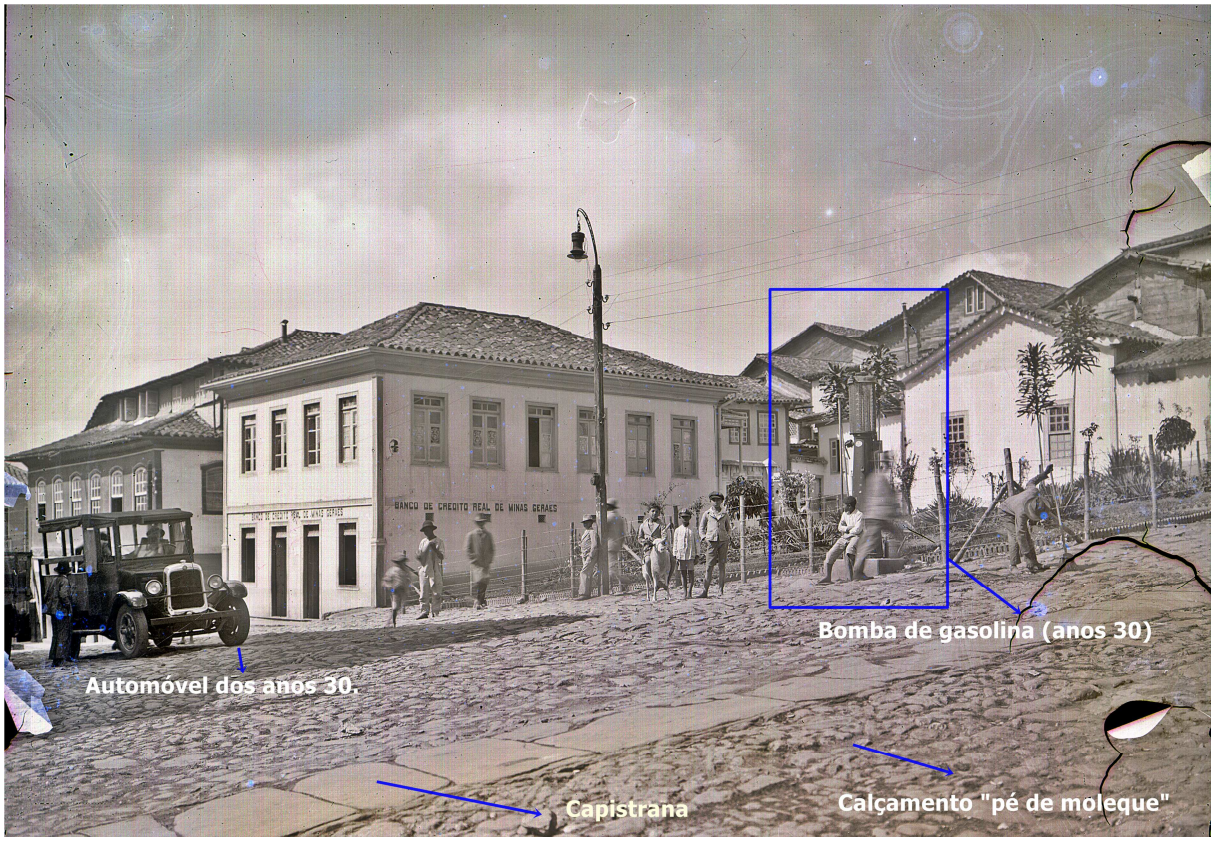


Figura 127. Praça Correia Rabelo. Negativo de vidro A-084. Diamantina, 1938 a 1940.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: As evidências sugerem que a fotografia tenha sido feita entre 1938 e 1940, pois: a Antiga Sé foi derrubada em 1932 e houve o alargamento da praça como se vê na imagem; o Banco de Crédito foi inaugurado em novembro de 1938 (jornal *A Estrela Polar*. 6 de novembro de 1938); e o calçamento pé de moleque foi retirado por Joubert Guerra, em 1940.

É interessante observar que a posição de Machado Filho é a defesa de um tipo de cidade que está regida pela tradição, mas que, ao mesmo tempo, precisa viver o tempo presente para não ficar fadada a ser "contundida". Nessa medida, advoga que a Diamantina que ele deseja é aquela que dialoga com o turista, com o seu tempo, reconhecendo os "diferentes" modos de percorrer um caminho de maneira mais fácil e mais ligeira. Machado Filho é elogioso do progresso da cidade, da existência de carros (sinal de modernização) e equipamentos que trazem outros sons, a exemplo do rádio e do trem, instrumentos que evocam uma dada realidade que ultrapassa a geografia do interior de Minas Gerais. Por meio da sonoridade emitida pelo carro, pelo rádio e pela locomotiva, ele observa que a cidade projeta o seu futuro pensando nos sons advindos de "paragens afastadas", ou seja, de fora do arcabouço tradicional de Diamantina. Todavia, é crítico do debate acerca de pensamentos que concebem a tradição como atraso, bem como os de advogarem o progresso em si. Ele propõe uma resposta a isto:

> Não morram, porém, os aspectos typicos das cidades tradicionaes. O progresso não exclue nem pode excluir o valor do sainete regional. Até o realça, e de maneira inédita. Querem ver?
>
> Estava inteiramente aberto o rádio do café do Ponto Chic, que há sempre um Ponto Chic em qualquer parte. Vinha, talvez do Rio de Janeiro, a seducção irresistível de um rythmo de samba. Nessa hora, desemboca na rua uma Folia de Reis. E as duas melodias antagônicas, vibram, ao mesmo tempo na deliciosa noite de luar mineiro, enquanto isso, vivo o adequado fundo de quadro, sahiam do beco próximo sons de sanfona saudosa.
>
> Parei para escutar, no louco e imprevisível contraponto, aquella symphonia de disparidades. Longo tempo durou a extranha competição. Afinal, cedeu o rádio e cessou de jorrar, sobre a ingenuidade antiga do reisado a langorosa emanação sonora dos morros cariocas.
>
> Eu de mim fiquei pensando, penso ainda agora naquelle momento raro, sob cujo sortilégio, em efficaz symbolismo, se uniram as pontas de duas épocas differentes.[534]

Para Machado Filho a cidade possui uma sonoridade própria.[535] O tempo presente e os objetos criados trazem o sabor de época atual sem matar o que há de tradição em cidades como Diamantina, pois aquelas cidades tradicionais, segundo Aires, só se projetam para o futuro se se basearem no passado. Ou seja, ele advoga a coexistência, a harmonia entre tempos diferentes, característica precípua da cidade patrimonialista segundo seu modo de ver. Nessa medida, enxerga a convivência, e a não mistura de diferentes épocas, fato que explica o autor encerrar o texto evocando o encontro de épocas distintas. Entende-se, assim, o título dado "folia de reis", que representa a cidade colonial, sons da tradição, e "folia de carnaval", que significa os sons do momento vivido no final da década de 1930, influência do rádio, dos automóveis, das estradas de rodagem, entre outros.

Com este posicionamento, ele procurou amenizar a visão de atraso e pobreza geralmente associada ao norte mineiro, como discute Carolina Paulino Alcântara.[536] Desse modo, também buscou evidenciar a tradição na cidade e a existência de várias situações que apontam Diamantina como local de progresso. Todavia, progresso e tradição para ele são, ambos, limitados. Nem só tradição, nem somente progresso, mas a coexistência de ambos. Há, certamente, uma correlação de forças que expressa a *destradicionalização* dessa sociedade.[537]

---

[534] BAT, jornal Voz de Diamantina. 06 de março de 1938. "Folia de Reis, Folia de Carnaval".

[535] Carlos Fortuna se questiona se as cidades patrimoniais atuais têm uma sonoridade própria, respondendo positivamente, para o Fado de Coimbra, por exemplo. FORTUNA, 2009, p. 55. Em Diamantina cumprem esse papel a serenata, as retretas, os sinos, a vesperata, o carnaval, entre outros.

[536] ALCÂNTARA, 2015.

[537] O conceito de destradicionalização é utilizado por Carlos Fortuna, como já apontado e trabalho mais adiante neste estudo.

Ao longo da atuação e produção de Aires da Mata Machado Filho[538] é possível observar o seu papel como cicerone dos visitantes e possíveis visitantes à cidade de Diamantina, especialmente por meio do livro *Arraial do Tijuco: Cidade Diamantina,*[539] que teve sua primeira edição em 1944, com ilustrações de Percy Lau.[540] A obra *Arraial do Tejuco, Cidade Diamantina* é apresentada de modo a fazer desfilar a vida e a produção deste lugar (antigo arraial do Tijuco, atual Diamantina), desde o início do seu povoamento até 1957. Aires da Mata Machado explora a cidade numa narrativa elogiosa, engrandecedora do passado vivido, acentuando o efeito do progresso e da civilização como definidores de uma dada cultura urbana.

O texto aborda longamente os descobrimentos de lugares diamantíferos, os garimpeiros, os contratadores e, principalmente o surgimento do Arraial do Tijuco e sua demarcação como distrito dentro da Comarca do Serro Frio. A sociedade do diamante descrita por Aires da Mata Machado Filho é marcada pelo sistema de contratos (1740-1771) e pela Real Extração (1771 a 1841),[541] e por episódios da história do Brasil, tais como: a Inconfidência Mineira, a vinda de D. João para o Brasil, o Constitucionalismo, a Independência, a Abolição da Escravatura e o Governo Republicano, até aproximadamente a década de 1950. Tais episódios foram estudados pelo autor de modo a apresentar uma visão dos fatos sempre em relação à maneira como os diamantinenses participaram ou vivenciaram-nos. As figuras de croquis, mapas e desenhos são ilustrativas na obra e nem sempre encontram

[538] Aires da Mata Machado Filho nasceu em São João da Chapada, distrito de Diamantina em 1909, e faleceu em 23 de agosto de 1985. Profissionalmente atuou como filólogo, professor e linguista. Como professor, lecionou na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG) e na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Como filólogo, atuou como membro da Academia Brasileira de Filologia. Participou das Academias Brasileiras de Antropologia e de Letras, ainda, foi membro da Sociedade Brasileira de Folclore e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Como linguista publicou diversos livros nos quais se ocupava em discutir a língua portuguesa.

[539] Em 1957, a segunda edição foi revista e ampliada pelo autor, saltando de 221 páginas para 306. A edição que utilizo é a última, a de 1980, reeditada pela editora Itatiaia de Belo Horizonte, com base no livro de 1957.

[540] O ilustrador da obra, como já foi dito, é Percy Lau, cujo pai era inglês, nasceu no Peru em 1903, porém passou a maior parte de sua vida no Brasil, perseguindo a carreira de desenhista e ilustrador. Segundo Heliana Angotti-Salgueiro, Percy Lau "está em Pernambuco desde 1921 e participa do Grupo dos Independentes, organizando em 1932, com Augusto Rodrigues, o Ateliê de Artes Plásticas; no Rio de Janeiro integra em 1939 a equipe dos funcionários do IBGE. Malgrado sua mobilidade reduzida, viajou pelo Brasil a serviço do Instituto, mas alguns de seus desenhos a bico-de-pena da série não são apenas fruto das viagens, tendo trabalhado também a partir de fotografias; frequentou pintores como Portinari, Guinard, Djanira, além de Augusto Rodrigues, intérpretes como ele dos arquétipos brasileiros". ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 27.

[541] No prólogo o autor assume: "na parte principal, propriamente histórica, desde o início do povoamento até o fim da Real Extração por 1841, foi o grande livro de J. Felício dos Santos, Memórias do Distrito Diamantino". MACHADO FILHO, 1980, p. 5.

correspondência direta com o texto, mas indiretamente contribuem para a compreensão do que é narrado.[542]

Desse modo, a obra de Aires da Mata Machado Filho pretende ser uma narrativa que aborda a história de Diamantina e de seus costumes, levando em consideração a história brasileira, em outras palavras, procura discorrer sobre fatos da história local em consonância com a nacional, enfatizando Diamantina. Mata Machado utiliza uma perspectiva historiográfica que acentua os fatos e personagens, construindo o livro baseado numa descrição em linha temporal linear, na qual se observa uma narrativa apoiada em historiadores da época, em documentos, por meio da aplicação do gênero descritivo por excelência.

O autor entabulou uma imagem da cidade que trouxe em seu bojo dois tempos: a cidade do passado e a cidade do presente. Ele se preocupou em destacar "O tipo diamantinense e as duas faces da cidade". Uma face seria a de Diamantina no século XVIII e XIX, a outra face seria a mais atual, a que se modernizava, a Diamantina do século XX. O povo que viveu, até a década de 1950, era visto por Aires com características gerais que os identificava ao lugar, elaborando, por certo, um *tipo social* na cidade. O tipo social é visto como aquele minerador alegre cuja capacidade é inata para a felicidade, porém sempre preparado para a infelicidade, esta própria da sociedade mineradora que apresenta fluxos e refluxos da mineração.

É interessante observar que Aires da Mata cuida em estabelecer uma distinção de Diamantina em relação a outras cidades de semelhante trajetória histórica: "enquanto cidades históricas se tornam cidades mortas e se vive da recordação da antiga opulência, o desenvolvimento de Diamantina não pára. Diamantina não acaba".[543] Nessa lógica comparativa, Aires reserva a Diamantina o lugar de cidade em movimento, em progresso contínuo que se assenta no passado, ou seja, vê a "destradicionalização" da imagem da cidade. A perenidade das estruturas físicas contribui, em sua visão, para a continuidade, para a identificação de um dado lugar como "cidade patrimonial", capaz de florescer um sentimento de brasilidade muito mais do que os lugares urbanos que não poderiam contar com tal experiência. Mas, a sua expectativa é de um futuro em que se afasta definitivamente a noção

[542] Ao longo do texto foram usados 25 desenhos que ocupavam toda a página, sendo distribuídas entre imagens panorâmicas (3), ruas da cidade (6), Casario Civil (6), casario religioso/Igrejas (7), Imagens de Santas Católicas (2) Comércio/Mercado (1). Também foram destacadas, ao final da maioria dos capítulos, algumas imagens em miniaturas, totalizando 12 desenhos cujas temáticas eram: casa (1), detalhes de sacadas, púlpitos (6), detalhe de ruas com e sem pessoas (2), paisagem natural com pessoas e animais (1), detalhe de panorâmica da cidade (1) e rosto de pessoa (1). Observamos que, ao longo da descrição e dos tipos, existe o desejo de fixação da realidade vivida de modo a expressar um convite a conhecer o lugar.

[543] MACHADO FILHO, 1980, p. 156. A visão de que as outras cidades coloniais mineiras seriam "mortas", não parece ser adequada à realidade.

de tradição que torna o presente inerte, ao contrário, o rumo seguido pela população e pela cidade seria marcado pela alegria do povo que sabe acolher as coisas novas.

A concepção de um tempo que se une ao outro na experiência do viver na cidade é a noção que Aires da Mata Machado Filho quer deixar aos seus leitores. É essa a Diamantina que ele constrói em sua tessitura: uma experiência de passado que marca a atualidade sem, contudo, sucumbir ao presente vivido. Não há lugar, em sua narrativa, para a busca frenética pela modernidade, pelo novo, pelo transitório como uma experiência fantástica e inebriante vivida.[544] Coube nessa cidade a tradição e a inovação.

5.2. Percepção de ritmos de tempo mais lento: a cidade tradicional

As imagens de Chichico Alkmim sugerem a ocorrência de ritmos de tempo que parecem transcorrer mais lentamente. O recorte fotográfico desses momentos é importante neste estudo, uma vez que é constituído a partir das escolhas do fotógrafo e dos indivíduos fotografados.

Ao observar as imagens selecionadas a seguir, bem como a literatura da época, nota-se que, de fato, o ritmo da vida das pessoas parecia seguir lentamente. A fotografia em destaque corresponde à rua da Caridade (figura 128) e é um lugar que apresentou o desenvolvimento urbano na segunda metade do século XIX. Quando Chichico Alkmim realizou esta fotografia, a rua já era servida de iluminação elétrica pública, como indicam os fios elétricos nela dispostos à esquerda da fotografia.

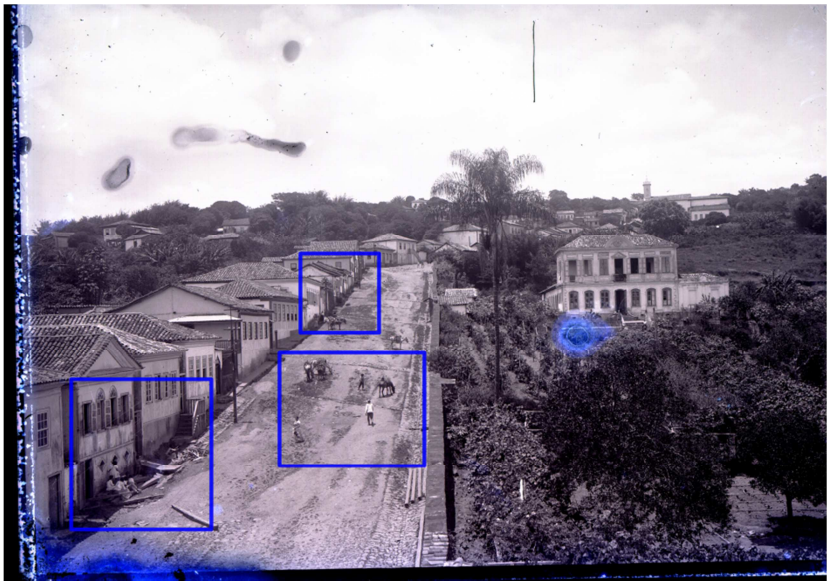


Figura 128. Rua da Caridade. Negativo de vidro A-009. Diamantina, s/d.

Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim

[544] Como exemplo de BAUDELAIRE, 1988.

Ressalta-se que a rua possuía, em parcos trechos, o “pé de moleque”, além disso, havia faixas paralelas de pedras que direcionavam a enxurrada para calhas laterais da rua. Embora não tenha sido possível precisar a data exata, a partir dos anos 1940, a rua foi calçada em substituição ao pé de moleque, não sendo possível precisar a data exata desse melhoramento nesta rua. Tanto a energia elétrica quanto o calçamento eram entendidos como sinais de modernização da cidade, logo, a rua da Caridade não tinha recebido todos os melhoramentos desejados para a cidade.

Na imagem (figura 129) nota-se que três mulheres estão a conversar, sendo que uma está postada à janela da casa e as outras duas do lado de fora, situação que sugere que o ritmo da vida na cidade de Diamantina transcorria mais lentamente, com tempo para conversas entre as pessoas que estavam dentro de casa e aquelas que passavam pela rua. Há uma quantidade significativa de madeiras para lenha, próprias para abastecimento de fogões à lenha e fornos de barro existentes nos quintais das casas, adequados para o preparo de alimentos e das quitandas (figura 130). O transporte dessas lenhas era feito, possivelmente, pelos animais que podem ser vistos na rua e este serviço rendia dividendos para aqueles que sobreviviam de buscar lenha (geralmente madeira seca nas redondezas da cidade). As fotos abaixo evidenciam um passado que insiste em permanecer



Figura 129. Pessoas conversando na rua. Detalhe do negativo de vidro A-009. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 130. Crianças conversando na rua. Detalhe do negativo de vidro A-009. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

A literatura contribui sobremaneira para compreender as imagens feitas por Chichico. O romance intitulado *O Hóspede*, publicado em 1921 por Aristides Rabelo, tem seu enredo

ambientado entre o final do século XIX e início do século XX.[545] Podem-se destacar dois trabalhos acadêmicos que analisam *O Hóspede*. Um deles está contido em *Cidade: Momentos e Processos* de José Moreira de Souza que estuda o romance na perspectiva de entender as transformações pelas quais a cidade vinha passando, bem como compreender as proposições socioeconômicas vistas por Rabello. Já no artigo de Júlio César de Oliveira, há a exploração do caráter de crítica do projeto de modernização de Diamantina. Nele, o autor trabalha as sonoridades presentes na obra de Rabello, propondo ao pesquisador observar a integração entre a visão, a audição e os demais sentidos apreendidos pela sonoridade.[546]

No romance pode-se compreender a visão de cidade do autor, bem como a maneira pela qual é descrito o diálogo entre a tradição e o novo e, por fim, perceber a sua relação com a fotografia de Chichico, buscando amealhar informações que iluminem o estudo em tela. Antes de se avançar na análise do texto literário, cabe tecermos algumas considerações acerca do romance histórico que não é compreendido como relato de verdade em si. Antes de tudo, ele é fruição. Todavia, assentado num realidade observável que permite a criação e a invenção. Por conseguinte, o "escritor exerce a sua sensibilidade para criar uma cidade do pensamento, traduzida em palavras e figurações mentais imagéticas do espaço urbano e de seus atores", pois a literatura, ao "dizer a cidade", condensa a experiência do vivido na expressão de uma sensibilidade feita texto.[547]

A trama do romance gira em torno de um hóspede, um verdadeiro janota que, vindo do Rio de Janeiro, chegou a Diamantina e ali permaneceu por significativo tempo, pois tivera problemas com familiares na cidade carioca, gastando excessivamente o dinheiro do pai numa vida estroina. A hospitalidade diamantinense é posta à prova e o hóspede Arnaldo é bem acolhido na casa de Américo Araújo, importante comerciante e comprador de diamantes em Diamantina.[548] Américo é o pai de Amália, com quem Arnaldo chegou a ficar noivo, mas, logo que decidiu retornar ao Rio de Janeiro, desfez o noivado, deixando-a desolada. Enfim, em torno desses personagens gravitavam outros que contribuíram para pensar a cidade de

[545] A edição utilizada neste estudo é de 1978, publicada pelo Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, contendo uma leitura da obra empreendida por Aires da Mata Machado Filho. Neste prefácio, os dados biográficos do autor são disponibilizados: Aristides Rabelo nasceu em 1886 e morreu em 1941. Era médico oculista e recorrentemente escrevia nos jornais da cidade utilizando-se dos pseudônimos "João Francisco e Tibúrcio da Anunciação". RABELO, 1978, p. 1-4.

[546] SOUZA, 1997, p. 228-235; OLIVEIRA, 2010, p. 49-62. Outros trabalhos citam este romance, a saber: MARTINS, 2015; FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2003.

[547] PESAVENTO, 2002, p. 10. Sobre o assunto, ver também: LENHARDT, 1998.

[548] A hospitalidade diamantinense está registrada desde 1808 na viagem de John Mawe no Serro Frio e no Tijuco. Mais detalhes, ver MENESES, 2006, p.109-110.

Diamantina, palco da trama e objeto de análise dessa literatura, motivo que faz com que essa obra seja de grande interesse para o presente estudo.

A ficção explora a cidade de Diamantina a partir de diversas perspectivas, mas enfatiza o fato de a "duração e passagem do tempo" ser marcada por meio da sonorização.[549] Os sons de Diamantina percebidos na trama transportam o leitor para aquele tempo: são os sinos das Igrejas e os sons da natureza. Mediante o exposto, nota-se o uso de frases como "o comprido relógio anunciou, com estalido – *trec* – que ia bater horas: e em seguida, monótono, lento, como se estivesse cansado, bateu cinco badaladas",[550] ou no domingo, para anunciar a missa: "o domingo raiava, sonoramente, ao repicar dos sinos na igreja da Sé, onde se celebraria a missa da madrugada".[551] Dessa maneira, marcando os horários das badaladas dos sinos, da Igreja do Carmo ou da Antiga Sé, o romance se desenvolve assinalando a presença da imagem da cidade episcopal.[552]

Esta presença é também percebida nos momentos em que são narradas as orações que os personagens fazem antes de almoçar, na descrição do bem trajar de homens e mulheres quando vão à missa e nos relatos sobre a vida ocupada de um seminarista estudante no Seminário Diamantina. Conforme aponta Flávio Leite Rodrigues, no final dos anos 1920, os sinos funcionavam como "um instrumento catequético e doutrinador à disposição do clero", acentuando que este podia atingir o fiel que não sabia ler, mas que "compreendia o sinal emitido pelo bronze".[553]

Especialmente quanto à fotografia da rua da Caridade (figuras 128 a 130), o romance descreve uma cena que evidencia uma situação típica da cidade interiorana: "a dona Josefina abriu apressadamente a sua rótula e debruçou-se no parapeito; já pelas casas fronteiras havia um ansioso escancarar de janelas, nas quais apareceram fisionomias ávidas, rostos que se

[549] A respeito de ficção e história, Sandra Jatahy Pesavento apresenta o debate acerta de tal questão, e afirma que a ficção literária não é controlada, por isso, há lugar para a fruição, criação, entre outros. Já a narrativa histórica é controlada pelo trabalho do historiador, pelos indícios disponíveis e pela perseguição à verdade, ainda que esta seja sempre uma aproximação. PESAVENTO, 2004.
[550] RABELLO, 1978, p. 12.
[551] RABELLO, 1978, p. 84.
[552] Os sons dos sinos podem se associar também à imagem da cidade patrimonial, a julgar pela opinião e visão do jornal que publicou a seguinte observação sobre o sino da Antiga Sé, em 1938: "Com as Festas do Natal, em benefícios das Obras da Nova Cathedral, Diamantina foi despertada com o som retumbante e sui generis do velho bronze, causando-nos saudades de nossas cousas, dos homens e do passado, enfim, em nossa terra...(...) Afinal, com os repiques festivos deste sino, com os outros, que se denominam das almas e da fábrica, Diamantina se alegra e parece que também se levanta, se ergue outra vez, despertando-se do actual lethargo, profundo e negligente. Quanto de saudade sua voz sonora vae encher os corações dos queridos patrícios, que virão pelas festas do centenário, rever o berço natal idolatrado!"
BAT, jornal *Voz de Diamantina*, 01 de janeiro de 1938. "O sino da Sé".
[553] RODRIGUGES, 2007, p. 46. Outro estudo sobre os sinos de Diamantina pode ser observado em ALKMIM, 1993.

voltavam para um e para outro lado da rua, na indecisão aflitíssima de localizarem de onde vinha aquele fragor de ferraduras contra as lajes".[554] Em outros momentos, observa-se que há referência ao hábito das pessoas assentarem-se nas portas das ruas para "prosear" com o vizinho e falar de várias situações, inclusive da labuta diária.[555]

Antes da instalação da energia elétrica na cidade, Diamantina era iluminada a querosene, e Rabello registrou no romance o tédio que tal situação gerava: "as horas pareciam correr numa lentidão suplicadora, e quando a noite descia sem estrelas e muito negra, a melancolia tornava-se mais profunda, com os lampiões a bruxulear, em seu halo de névoa, pelas ruas alagadas, nas quais raramente passava alguém". O silêncio, o tempo que passa muito devagar e a atuação da natureza com as chuvas, ventos e névoa provocou uma escrita na qual a cidade aparece ensimesmada, como no exemplo a seguir: "às nove horas, fechadas as casas de comércio, o aspecto da cidade era desolador; as casas dormiam com as janelas fechadas e o chuvisco impertinente caía, ventania gemia nos telhados e o silêncio, e o inquebrantável silêncio do repouso, envolvia todas as coisas".[556] Diversas passagens observadas no texto literário podem ser identificadas nas fotografias de Chichico Alkmim.

Enquanto em Diamantina os sons da natureza e dos sinos da Igreja Católica marcaram seu ritmo, nas cidades grandes "os sons" não eram tratados dessa maneira. Nestas últimas, na perspectiva de Rabello, o tempo percebido passava com maior velocidade em comparação com a cidade do interior, além da perda da "alma da cidade". Veja o fragmento do texto.

> -– Ah, você é como os mais! Lá me vem com o exemplo de S. Paulo, que deve o seu progresso aos italianos; daqui a pouco me dirá que o Rio deve tudo aos portugueses. Mas que modo de compreender a civilização! O Rio e S. Paulo não são absolutamente cidades, não passam de umas aglomerações de casas, onde se agitam diversos seres humanos. O que caracteriza uma cidade, nem S. Paulo e nem o Rio possuem; não é o número de indivíduos habitando casas numerosas, em alas a que se dá o nome de ruas, o que constitui uma cidade: o Rio e S. Paulo são grandes abarracamentos provisórios! Ao passo que **Diamantina é o resultado de uma evolução natural: os doze mil habitantes que aqui se reúnem tiveram a mesma origem histórica e através de quase dois séculos puderam formar tranquilamente o seu feitio e os seus costumes.** Bons ou maus, este feitio de caráter e estes costumes são nossos! Daí, esta qualidade superior de Diamantina sobre as outras cidades brasileiras. O progresso material, isto é velho – e o engenheiro fez com os dedos o gesto que indica as coisas remotas – obtém-se artificialmente, por meio de colonização, empréstimos, etc.; agora, o progresso moral, as qualidades robustas de caráter, isto, só com o tempo! Nós aqui temos o caráter; as outras cidades, as tais civilizadas, têm... engraxates![557] [**Grifo nosso]**

[554] RABELLO, 1978, p. 63.
[555] Esse aspecto é observado desde o final do século XIX, segundo informa o texto de MORLEY, 2012.
[556] RABELLO, 1978, p. 96.
[557] RABELLO, 1978, p. 46.

A noção de cidade do "interior" é predominante na obra de ficção de Rabello. Esta, por sua vez, é perpassada transversalmente pela noção de cidade "grande" – que tem como referência Rio de Janeiro e São Paulo – inseridas na narrativa com a função de contrapor ao interior os aspectos inovadores que surgiram no início do século XX. Diamantina é representada como uma cidade que possuía "uma alma" marcada pelos costumes, pela tradição. A ideia que o autor utilizou em sua trama tem por base a noção que a identidade da cidade é a sua história e seus costumes, o que resulta no progresso moral e na robustez de caráter de seus indivíduos. Na cidade grande, estes valores não estariam presentes. O autor marcou a sua visão de cidade como sendo aquela regida pela tradição e não pelo apito da locomotiva. O impacto da locomotiva foi criticado, pois "eu sei o que no Brasil nós chamamos civilizar uma cidade: é dotá-la de uma estação de estrada de ferro, construir uns chalés insípidos para as residências dos engenheiros, para os escritórios, turmas, seções, raspar o mato ao redor, erguer uma caixa d'água para as locomotivas, e está pronta a civilização".[558] Assim, a modernidade que se observa em Diamantina é criticada pelo autor, uma vez que se distancia de sua noção de tradição.

> - você disse que a estrada de ferro civilizaria a Diamantina, e eu não fiz mais do que mostrar o meu desprezo por esta espécie de civilização; como brasileiro, desejo o povoamento do solo, por ser uns dos bons meios de fazer andar a lavoura; como diamantinense, porém, desejo que nossa terra escape, como até hoje tem escapado, à invasão destes bárbaros europeus que, aonde chegam, fazem desaparecer as boas qualidades morais de uma cidade, tiram-lhe a cor, confundem-lhe o caráter... [559]

Como se nota, um dos personagens de *O Hóspede* era arredio à vinda da ferrovia, pois, desconfiado dessa civilização de que todos tanto falavam, destilava uma crítica na qual o moderno significava apenas a instalação de uma caixa d'água e a construção de uns *chalets* para abrigar os engenheiros e receber a "escória" de outras sociedades. Desse modo, Rabelo construiu um personagem bairrista que, ao final do texto, apresentou a solução para a cidade: investimentos na agricultura e na educação técnica, de modo a permanecer a tradição de Diamantina ancorada especialmente na educação. É notável que mesmo os defensores da tradição, viam que a cidade estava a se abrir para o mundo, e a chegada da ferrovia, vista como progresso, apresentava-se como ambígua ao inserir-se neste lugar.[560]

A visão de conservar o tradicional era, de fato, recorrente em Diamantina. Os defensores de uma cidade modernizada, do mesmo modo que os conservadores, divulgavam

[558] RABELLO, 1978, p. 46. No capítulo sobre a imagem da cidade patrimonial, veja as fotografias que representam o Seminário e a Ferrovia.
[559] RABELLO, 1978, p. 46.
[560] Ao citar vários trechos de jornais até 1914, James W. G. Jr apresenta uma discussão sobre o progresso e a tradição, reconhecendo o debate posto à época pelos homens de imprensa. GOODWIN JÚNIOR, 2007, p. 70.

suas opiniões no jornal. A reclamação nos jornais, especialmente na década de 1930, escrita por aqueles que defendiam a conservação dos costumes, em geral girava em torno de ideias tais como "os pais modernos não se conformavam mais em possuir filhas inocentes e tementes a Deus".[561]

O aspecto tradicional da cidade era visto também na realização do famoso piquenique, que aparece citado em outras obras.[562] As fotografias de piquenique na serra do Barão e na Pedra Grande (figuras 131 e 132) registraram esses momentos.



Figura 131. Piquenique na Serra do Barão. Negativo de vidro G-375. Diamantina, 1915.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim e ALKMIM, V. F., 2005, p.79.

[561] Na íntegra o texto afirma: "O chic é o desregramento no trajar, nos modos e costumes: é a exhibição do nu pelas formas plásticas desses vestidos indecorosos, repuxados... é a liberdade franca dos colloquios nocturnos, pelas praças e ruas, pelos recantos e logares ermos. E o maior mal é que os pais modernos não se conformam mais com possuir filhas inocentes, tementes a Deus. Sem nenhum escrúpulo, consentem-nas, publicamente, de par com qualquer gajo, nos passeios, cinemas, clubes e bailes. Os gaviões então são livres..." BAT, jornal *Pão de Santo Antônio*. 27 de maio de 1934. A respeito do processo da lenta "dissolução dos costumes" e da "reação conservadora", ver as diferentes posições de SANTOS, 2003; FERNANDES, 2005.

[562] Refiro-me às obras: MORLEY, 2012; SANTOS, 1963.



Figura 132. Piquenique na Pedra Grande. Negativo de vidro G-636. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

As pessoas passavam um dia inteiro nesses locais e levavam alimentos e bebidas. Neste piquenique retratado acima, havia grande variedade de alimentos: dois porcos assados, dois frangos assados, feijão tropeiro, uma bacia de arroz temperado, caixa de cerveja, dentre outros. Tanto alimento era necessário para sustentar as 68 pessoas que foram a um desses encontros (figura 131), com o intuito de se divertirem, descansarem e comemorarem algum evento de significação para os participantes, possivelmente membros da família e amigos. Segundo a narrativa de *O Hóspede*, em um piquenique "para os homens, o trabalho fora simplificado, cada um levaria uma garrafa de vinho ou cerveja; as senhoras levariam as comidas: uma o *tutu de feijão*, outra lombo de porco com batatas, aquela *arroz solto*, esta levaria *doces*".[563] Chama a atenção o fato de se vestirem muito bem, o que afirma o cuidado que os indivíduos tinham com o trajar no ambiente público, mesmo para se descontraírem. A prática do piquenique na serra era comum e bem difundida, dela participavam padres, políticos, músicos, seminaristas, garimpeiros, entre outros.

Civilizar e modernizar a cidade relacionou-se diretamente com o modo pelo qual a população tratou o tradicional e a inovação, ou seja, como ela se "destradicionalizou". Nota-

[563] RABELLO, 1978, p. 17.

se que a personagem principal do romance, Arnaldo – o hóspede –, pode ser entendido como representação da modernidade que vem de fora, como "o novo" que se apresentava. A sua presença gerou mudanças que não foram bem vistas, deixando marcas indeléveis na cidade, materializadas na tristeza e desolamento de Amália, a noiva abandonada. Construir o paralelo entre o romance ambientado em Diamantina e a noção de cidade que seu autor possui, é inevitável: do mesmo modo que a cidade buscou "o novo" por meio da ferrovia e de vários outros melhoramentos, representando assim um esforço de se transformar; no romance, Amália apaixonou-se por Arnaldo, que iria desfazer o noivado, pois desconhecia as tradições e os costumes mineiros, regressando para a cidade carioca moderna. Desta maneira, para o autor, a cidade tradicional não deve "copiar" os modos de "fora" para se parecer com a cidade moderna, pois a cidade do interior, como Diamantina, é que possuía alma e "caráter". Ambas as situações geram sofrimento: a mulher foi abandonada, e a cidade, perderia a sua alma.

A fotografia teve lugar especial na narrativa de Rabello. A casa que recebeu o hóspede (casa de Américo) possuía sobre o piano dois álbuns de fotografias à vista. Quando Arnaldo retornou ao Rio de Janeiro, ele levou um retrato de Amália (uma lembrança da cidade visitada). Valorizava-se a fotografia, mas não aquela feita de "qualquer modo". O autor narrou que a foto não teria sido feita como eles desejavam, uma vez que "o retrato era muito inferior à realidade, pois o amador que a havia feito não sabia dar os retoques", porque o "retratista daqui viajou".[564]

Esta é uma clara menção aos trabalhos de Chichico Alkmim, fotógrafo residente na cidade, que algumas vezes realizava viagens na região. Nota-se que o valor era dado ao modo tradicional de realizar uma fotografia, *com uso de retoque*, e não simplesmente tirar uma foto, *como os amadores*. Ao final do romance, essa foto que Arnaldo levou foi descoberta por sua namorada carioca, que a jogou fora, pois, "como não servia para nada, o retrato foi lançado ao mar".[565] Considerando que a fotografia sem o retoque não exprime o aspecto tradicional do ato de fotografar na sociedade diamantinense, para o autor apegado à tradição, a "fotografia nova" (sem retoque) poderia deixar de existir.

[564] RABELLO, 1978, p. 143.
[565] RABELLO, 1978, p. 204.

5.3. As memórias do carpinteiro e as mudanças percebidas

Como dito anteriormente, relacionar as imagens de Chichico Alkmim com a criação literária de Diamantina é uma forma de torná-las mais compreensíveis no que elas representam sobre a cidade que se está a perscrutar. Por isso, a narrativa de Luiz Gonzaga dos Santos – *Memórias de um Carpinteiro* – exprime a sua significativa experiência na cidade, criando um relato que se refere ao período de 1903 a 1944.[566]

Essa experiência traduz uma visão de Diamantina com base no julgamento de um trabalhador, negro, carpinteiro e pobre, que admirava a sua cidade, que dela precisou sair e ganhar o norte de Minas (cidade de Padre Paraíso) em busca de trabalho na década de 1920, pois em 1923 e 1924, em Diamantina, foi uma época difícil para os operários, pois havia poucos serviços. Por isso, a maior parte deles se retirou para outros lugares. Ele conta que, nessa época, viajou ao nordeste brasileiro e ao Rio de Janeiro em busca de trabalho, em seguida retornou a Diamantina, quando se casou em 1927. Como resultado desse matrimônio teve o primeiro filho João Evangelista, em 1928; a segunda, Maria da Conceição, em 1930; o terceiro filho, Edson Clímaco, em 1934; a quarta filha, Dina Ângela, em 1938 (mesmo ano de falecimento da sua esposa). Não há clareza, no texto, quanto às datas de mudança do autor e nem informações mais detalhadas quanto ao tempo de permanência nos locais citados. Todavia, ele viajou e trabalhou nas seguintes cidades: Monjolos (aproximadamente 1930), Padre Paraíso, Corinto (aproximadamente 1935, permanecendo ali por 4 anos) e Montes Claros (década de 1940). Retornou a Diamantina em 1938, para assistir aos festejos do aniversário da cidade e depois, ao que tudo indica, voltou a visitá-la no final da década de 1950.[567]

Em suas *Memórias,* Gonzaga dos Santos abordou as tradições de Diamantina e as mudanças pelas quais ela passou, a partir de sua visão de carpinteiro. Ele relatou sobre a sua vida de menino, que envolvia estudo, catequese e brincadeiras. Aos poucos foi tecendo a existência de uma cidade vista por ele como alegre, festiva (especialmente festas religiosas e carnaval), "cheia" de tradições e de melhorias que vinham ocorrendo. Desse estudo interessa perceber a tradição e a inovação nas memórias do carpinteiro, compreendendo-as em perspectiva das imagens feitas por Chichico.

[566] Numa parte do livro ele volta a Diamantina em 1958, e relata os melhoramentos que vê na cidade, sob o título "Como encontrei minha cidade". Este trecho do livro será estudado mais adiante neste capítulo.
[567] SANTOS, 1963, p. 70, 72, 73, 74 e 75.

Algumas informações preliminares sobre a estrutura do livro são importantes para uma noção mais geral. As *Memórias* são distribuídas em 46 subtítulos que expressam as lembranças do carpinteiro sobre a cidade de Diamantina, majoritariamente focadas em suas tradições. Há escritos sobre a infância, a juventude, o respeito familiar, as festas, as comemorações, os tipos diamantinenses, os indivíduos de destaque, usos e costumes antigos, os tempos da escravidão, serenatas, histórias dos "bons tempos", descrição de enterros, nomes de ruas antigas e transportes antigos na cidade, dentre outros. Há lugar também, nessas lembranças, para a cidade que se transformava, e o autor elegeu alguns temas em que as mudanças foram destacadas, a saber: "Panorama da cidade", "Como encontrei minha cidade" e "Diamantina e seu grande progresso".

Em relação às tradições, são incontáveis os relatos, os casos e as histórias contadas grafadas no livro. A título de exemplo, uma das tradições ressaltadas é o toque dos sinos diamantinenses, som que ocupa importante lugar na memória do autor. O autor enfatiza as regras que os sacristãos tinham que seguir para não tocá-los incorretamente. Dessa maneira, "se tocasse três dobres era defunto e era homem; dois, mulher; se cinco toques era um padre; se às três horas, tinha morrido fora da cidade. Repiques alegres, crianças. Missas, 1ª, 2ª e 3ª vez, esta já com a entrada".[568]

Além disso, as suas lembranças revisitaram locais importantes da cidade de Diamantina, como, por exemplo, o parque municipal, que era muito frequentado pela população da cidade. "Diamantina, naquele tempo, tinha o seu bonito parque municipal, belo jardim, que muita saudade nos deixou".[569] Para ele, o parque era o passeio predileto para muitos diamantinenses, "principalmente à tarde dos domingos, pois ali se reuniam moças e rapazes para apreciarem as bonitas peças musicais – a retreta – pela banda do 3º batalhão, naquele tempo regida pelos antigos mestres".[570]

As fotografias de Chichico Alkmim bem representaram alguns desses momentos em que os diamantinenses se divertiram no parque municipal. Conforme apontam as imagens (figura 133 e 134), além de se tirar uma bela fotografia no parque, este era usado para representação de momentos de leitura de livros e jornais, o que assinala o gosto pela leitura e o quanto a sociedade prezava a instrução.

[568] SANTOS, 1963, p. 64.
[569] SANTOS, 1963, p. 66.
[570] SANTOS, p. 67. O jornal *Pão de Santo Antônio* publicou em 26 de março de 1933, que havia retretas na praça da Cavalhada Velha.



Figura 133. Parque Municipal da Cavalhada Velha, atual praça Dr. Prado. Negativo de vidro G-376. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 134. Detalhe do negativo de vidro G-376.

Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Observação: Fotografia feita no Parque Municipal de Diamantina, localizado até a década de 1940, aproximadamente, na Cavalhada Velha (atual Praça Dr. Prado). Na figura 134 destaque para o detalhe do negativo para visualização do jornal *Correio de Minas*. O jornal que aparece na foto é Correio de Minas. Em outros negativos de vidro se observa a leitura dos seguintes jornais: *O Imparcial*, *O Livre Pensar* e *A Lanterna*, cabem destaque igualmente à presença feminina no jardim.

Este foi um dos espaços de descontração e encontro de amigos na cidade, e representava, sobretudo, um lugar de divertimento e debate de ideias, especialmente aquelas

veiculadas nos jornais mineiros, como querem demonstrar os indivíduos na fotografia ao lerem os jornais. Mormente, os fotografados tencionavam demonstrar a "ilustração" e a "polidez" que possuíam, uma vez que os diamantinenses em geral se orgulhavam de serem assim reconhecidos, como moradores de uma "cidade ilustrada" (será estudada no capítulo posterior), cuja cultura educacional foi construída nos rincões do norte de Minas. Era importante a leitura dos jornais e essa deveria ser documentada na fotografia, pois demonstrava que os indivíduos que os lessem poderiam construir uma opinião mais polida sobre determinada situação. Por isso, em Diamantina, a circulação dos jornais era tão importante como veículo propício para difundir hábitos e comportamentos considerados adequados à urbe moderna e, claro, como formador de opinião da população.[571] Na esteira da História Intelectual, o historiador Jean-François Sirinelli adverte que as revistas, mas também os jornais, representam um lugar de "fermentação intelectual e de relação afetiva", ao mesmo tempo são "viveiro e espaço de sociabilidade".[572]



Figura 135. Grupo de pessoas no parque municipal da Cavalhada Velha, atual praça Dr. Prado. Negativo de vidro G-567. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

[571] Sobre os jornais e a construção da "cidade de papel" e os temas da imprensa, do progresso, da tradição, modernidade e embelezamento da cidade, ver o doutoramento de GOODWIN JÚNIOR, 2007.
[572] SIRINELLI, 2003, p. 249-250.



Figura 136. Vista panorâmica do parque municipal da Cavalhada Velha, atual praça Dr. Prado. Negativo de vidro A-032.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

O parque municipal que existiu à época de Chichico e que está presente nas memórias do carpinteiro (figuras 135 e 136), não existe desde os anos 1940, quando a Cavalhada Velha foi reordenada para receber o prédio dos Correios e Telégrafos.[573] Além desse espaço, havia outros destinados à diversão, a saber:

> Nessa época, 1906, 1907 até 1910 em Diamantina começaram a aparecer muitas diversões como o Cinema "Pathé", de propriedade da firma Ramos, Guerra Araújo & Cia., que eram também grandes comerciantes de armarinhos e faziam parte da empresa de luz elétrica da cidade, luz esta inaugurada nesta mesma época. Depois apareceu também o cinema "Ideal", de propriedade do Sr. João José Dias, grande negociante da Cidade, chefe da firma do mesmo nome. Nesses cinemas eram exibidos bons filmes, e havia ótima aceitação por parte do povo, pois estavam sempre cheios, para abrilhantar havia sempre uma pequena orquestra, não faltando o piano executado por hábil pianista como Oto Andrade, Silvio Paraguai e outros.[574]

Em todo o livro, há relação das memórias do "antes" e do "agora", não sendo possível determinar em qual momento histórico exato seria o "antes" (provavelmente as narrativas do século XVIII, XIX e início do século XX). Possivelmente, o "agora", considerando a escrita

[573] Já falamos mais detidamente deste episódio no capítulo 4.
[574] SANTOS, 1963, p. 49.

do texto de memória nos anos 1944, o autor reservou aos últimos vinte anos.[575] A partir dos anos 1920 aparecem "os primeiros automóveis tipo Ford", a "cerveja Tijucana, do Sr. José Batista Brandão" e a "torrefação de café".[576]

Segundo sua visão, Diamantina teve um período difícil, pois não oferecia emprego a pessoas comuns, como ele. Todavia, nos anos 1930 e 1940, a situação teria mudado significativamente. Em suas palavras,

> Em Diamantina, para os anos de 1939, 1940 e 1941 já se notava um elevado grau de desenvolvimento, já tinha um bom serviço de água, realização do prefeito nosso conterrâneo Juscelino Demerval da Fonseca, em colaboração com a E. F. Central do Brasil, um dos maiores benefícios que fizeram a nossa cidade.
>
> Depois as suas ruas principais calçadas de lajes desaparecendo parte dos inconvenientes "pés-de-moleque" que ainda se veem em alguns becos e ruas mais afastados do centro da cidade. Serviços esses realizados em grande parte da gestão do Sr. Cosme Alves Couto [refere-se ao ano de 1934]. A avenida Três de Maio, Largo Dom João e a Grupiara, toda arborizada, serviços esses de quem Diamantina nunca esquecerá e nós, os antigos, lamentamos ainda não mais ser lembrado esse benfeitor do povo diamantinense. Também, a arborização da avenida da saudade é obra dele, e muitos relevantes serviços que prestou a nossa cidade. Nessa época já tinham sido retiradas quase todas as repartições públicas dos prédios particulares para os próprios do governo, como Quartel do 3º Batalhão, os Grupos Escolares, o Fórum, as Coletorias e Cartórios em um só prédio, o Departamento dos Correios e Telégrafos em um majestoso prédio na Praça Dr. Prado [1940]. Foi também ali construído um prédio para a Cadeia Pública, sendo esta um pouco mais higiênica e confortável.
>
> Já funcionavam alguns estabelecimentos de crédito, um grande hotel, e assim já se notava o principio do grande desenvolvimento da cidade. Passa a nossa cidade juntamente com outras em todo o Brasil para o Patrimônio Histórico Nacional, sendo aqui criado um departamento. [577]

A partir das impressões do carpinteiro, nota-se que estava em marcha na cidade uma reorganização dos usos sociais destinados aos prédios públicos que tinham por objetivo o atendimento da população. Os anos 1930 e 1940 foram significativos para tais mudanças e representaram uma cidade pujante no comércio, nas edificações e na preservação do que existia na cidade. A gestão municipal entre 1936 e 1940 – a julgar pelas constantes menções a Juscelino Kubitschek[578] nas atas da Câmara Municipal de Diamantina – recebia deste apoio

[575] "Sendo este livro de memórias, só nele se contêm fatos e acontecimentos até 1944, quando de Diamantina se ausentou o autor do mesmo, não sendo possível definir o seu grande progresso depois desta data". Nota-se que alguns acréscimos foram feitas nos anos 1950, possivelmente antes da publicação e revisão do texto. SANTOS, 1963, p. 149.
[576] SANTOS, 1963, p. 50.
[577] SANTOS, 1963, p. 77-78.
[578] Em 1934, Juscelino Kubitschek era Chefe de Gabinete de Benedito Valadares, então interventor Federal em Minas Gerais. Neste mesmo ano ele foi eleito como Deputado Federal até 1937 (perdeu o mandato com o Estado

para realização de várias obras. Nesta ocasião foram modificadas a praça e o coreto que havia em frente à Catedral, assim como foi retirado o pé de moleque da rua, sendo substituindo por lajotas maiores, que podem ser vistas nos dias de hoje. Essas alterações faziam parte das comemorações do centenário da cidade, momento importante vivenciado pela população diamantinense.

Na ideia de progresso mencionada por Luiz Gonzaga dos Santos em seu texto cabe a preservação e a ação do governo federal por meio do SPHAN, pois, "agora já não se podia fazer nenhum melhoramento por pequeno que fosse, sem ordem e direção do Patrimônio, o que tirava um pouco o seu progresso, mas em compensação acabou a dor de cabeça dos católicos para efetivarem os consertos que tanto necessitam as nossas igrejas".[579] Todavia, a preservação levada a cabo pelo patrimônio não permitiria "qualquer" melhoramento, ao contrário, consentia na conservação da cidade, em especial as igrejas, o que reforçou o aspecto tradicional da cidade. A sua noção de progresso comportava o avanço político do deputado Juscelino Kubitschek, "a nossa cidade começou a progredir assustadoramente e obtinha tudo com facilidade".[580]

Nessa narrativa, o diamante e a mineração constituem a riqueza de Diamantina. A escravidão seria a grande mácula da cidade. Todavia, o garimpo teria sido a causa de a cidade não possuir outra aparência, apresentando pouco alinhamento, cheia de catas e de montes de cascalho. Ressalta que coube ao garimpo a vinda de pessoas de fortuna que negociavam as pedras, como o Sr. Mayer [Rei dos Diamantes], bem como a vinda de empresas estrangeiras "que traziam importantes máquinas e necessitavam de grande número de trabalhadores, trazendo assim, progresso e riqueza para nós. Mas também vinham entre eles elementos perversos e orgulhosos".[581] Para ele, o diamante gerou bons ourives na cidade, com destaque para a atuação de Cosme Alves do Couto, que sempre era visitado por seus amigos e parentes portugueses.

Com relação aos transportes em Diamantina, o autor descreve como sendo os mais antigos a liteira, os cavalos e as tropas; em contraposição, fala sobre o trem, os carros e o avião, como os demais transportes que vieram com o progresso.[582] Para mencionar o transporte antigo na cidade, Gonzaga se lembra da visita a Diamantina do presidente do

---

Novo em 1937). Em 1940, retorna para a política como prefeito de Belo Horizonte e deputado em 1946. Em 1950, governador de Minas Gerais e 1956, presidente do Brasil.

[579] SANTOS, 1963, p. 78. Sobre a Igreja do Carmo e seu trabalho como aprendiz na reforma da torre, ver p. 141.

[580] SANTOS, 1963, p. 78.

[581] SANTOS, 1963, p. 92-93

[582] SANTOS, 1963, p. 144-145.

Estado, João Pinheiro e seu vice, Carvalho Brito, ocorrida em 1908. Chegaram à cidade passando por Curvelo e "naquela época, havia uma empresa de transportes (...) feita por trole, espécie de grande charrete puxada por três animais, sempre cavalos. A sua estação ficava sempre no largo do Curral João, hoje largo Dom João".[583] O objetivo dessa visita havia sido a inauguração do Grupo Escolar e, dentro da boa hospitalidade diamantinense, as ruas foram enfeitadas com globos de diferentes cores, "feitas a carbureto", utilizadas em Diamantina no início do século XX.

Alguns dos equipamentos urbanos percebidos por Luiz Gonzaga dos Santos foram apreendidos por Chichico, o que pode ser notado pela presença, em seus negativos, do autobonde que circulava em Diamantina em 1924, do Cine Teatro Trianon,[584] do hotel[585], de carroças e carros nas ruas da cidade, bem como a locomotiva Central do Brasil (figuras 137, 138 e 139).

[583] SANTOS, 1963, p. 146-147.

[584] A Firma Ramos, Guerra e Cia arrendou o teatro que passou a funcionar na rua Direita, sendo liberado ao público em 1914, chamando-se cinema-teatro. Em fevereiro de 1918 foi realizado outro contrato de arrendamento, por dez anos, até 1928. Entre 1924 e 1928, o espaço foi sublocado para Nemísio Leão, sendo que a primeira vez que apareceu o termo Cine Teatro Trianon em vez de Cine Teatro foi em 1925, no jornal *Pão de Santo Antônio* de doze de abril. Acabou o contrato com Ramos Guerra em 1928 e Nemísio comprou o cinema "na mão" da Santa Casa, para vendê-lo em 1934, para Jair Moreira da Silva. Ele é quem fez as reformas que mudaram o frontispício do Teatro em 1942, contando com aprovação do SPHAN. Fonte: BAT, Caixa 497, Cartório do 1º Ofício. Livro de Notas nº 34 (1917-1918), fl. 23-25. Jornal *Pão de Santo Antônio*. 29 de junho de 1924 e 12 de abril de 1925. A pesquisa documental sobre o Cine Teatro Trianon nos jornais foi gentilmente cedida por Wander Conceição.

[585] O Grande Hotel foi inaugurado em 1921, na rua Direita. Entre 1931 e 1934 já contava com novas instalações no alto da rua da Quitanda. BAT, jornal *Pão de Santo Antônio*, 04 de outubro de 1931 e de 25 de março de 1934.



Figura 137. Autobonde. Negativo de vidro T-009. Diamantina, 1924.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.



Figura 138. Rua Direita com o Grande Hotel, União Operária e Teatro Trianon. Negativo de vidro A-083. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

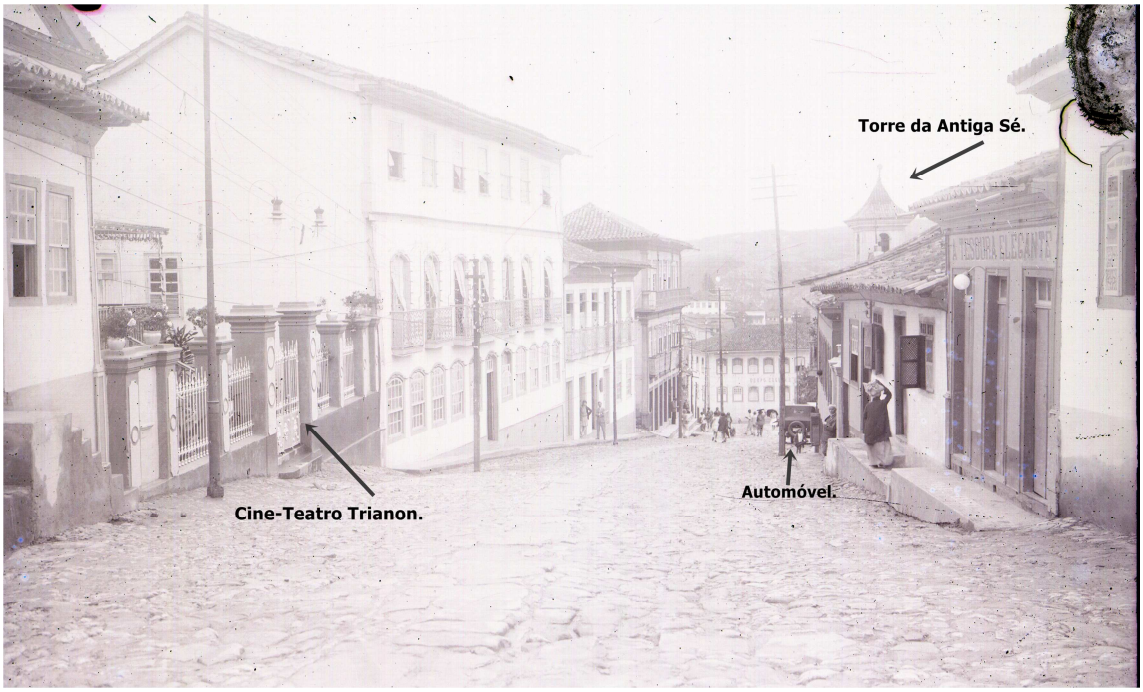


Figura 139. Rua Direita com o Teatro e automóvel. Negativo de vidro A-041. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

O carpinteiro descreveu que ficou longe de Diamantina por quinze anos, morando em Montes Claros, onde encontrou trabalho para sustentar os filhos quando, então, resolveu realizar uma visita à cidade para testemunhar o seu progresso no tempo em que esteve ausente. “Como encontrei a minha terra” é o item no qual o autor descreve a cidade que se transformou até os anos 1950. Nota-se que novas situações são percebidas, essas já não mais com presença na fotografia de Chichico Alkmim.

> Começo a avistar Diamantina, a passar perto do Cruzeiro do Cula, lembro que naquele tempo poucos o conheciam de perto, devido a grande distância que o separava da cidade e também a dificuldade da estrada (...).
>
> Aproximando-nos da cidade, agora um belo panorama para mim, parecia estar enganado ao passar pela Cruz do Anastácio. Lembrei-me dos piqueniques e dos festejos do cruzeiro feitos pelos rapazes(...).
>
> Continuando a descer a serra deparo o lugar que era antigamente a chácara dos Damas, quase em frente ao antigo poço da “Varandas”, este muito fundo e era o lugar mais perto para a meninada nadar e tomar banho. Ali agora foi construída uma enorme e moderníssima fábrica de tecidos e nela trabalham centenas de moças pobres. (...)
>
> Começo a entrar no antigo terreno do Hospital da Saúde. Ali, onde nem para pasto servia, hoje é um lindo conjunto de casas residenciais pertencentes a um dos institutos.
>
> Começando a subir, eis ao lado direito, o belo estádio do Clube Tijuco, inaugurado com grandes festas, com a presença do Sr. Presidente da República, em sua visita oficial a Diamantina em 1958.

> Começo a passar pelo Hospital da Saúde. Hoje parece outro, e a seu lado o edifício da maternidade; entrando no Macau do Meio, onde era um extenso muro e pelo lado de dentro se viam belos mamoeiros, ameixas do Japão, laranjeiras de diversas qualidades e era a pequena chácara do Sr. Cosme Couto, e aí também a sua casa de morada, aonde criou e educou uma meia dúzia de diamantinenses, seus filhos muito honram o nome da nossa Diamantina. Ai hoje é o moderníssimo prédio que se destina ao hotel turismo da cidade. Já por ai não se vêem os pés-de-moleque do antigo calçamento da cidade. Agora está tudo plano e calçado com bonitas lajes, tornando-se de um aspecto maravilhoso as nossas ruas, principalmente a rua da Glória, que se tornou uma das mais movimentadas da cidade, porque ai se tornou a rua dos estudantes. (...)
>
> Subindo a rua nos antigos terrenos da Santa Casa, que eram verdadeiros capinzais de bengos para ração de animais, erguem-se belos edifícios como o Hospital das Crianças e a Escola Odontologica. (...) Mais acima o antigo Colégio de Nossa Senhora das Dores, este sempre conservado, estando agora a cargo do Patrimônio Histórico Nacional. Mais para cima havia um enorme bambuzal, espécie de cerca, o qual se conservava para impedir os ladrões de jabuticabas e uvas, pois noutros tempos o Colégio possuía enormes parreiras e ali se fabricava o delicioso vinho. Neste local, está construído um enorme e moderno prédio, destinado ao mesmo Colégio de Nossa Senhora das Dores, que tanto honra o ensino normal em Diamantina. (...)
>
> Enfim, na Venda Nova, pelos lados do Bicame e Pedra Grande, estão colocadas as cinquentas casas populares e tenho a dizer o que muitos pensavam impossível está hoje ali com grande abundância a deliciosa água abastecendo toda aquela zona. Encontrei as nossas casas comerciais animadíssimas e muito luxuosas mesmo. Já não se vêem aquelas enormes prateleiras cheias de rapaduras a escorrer nas mesmas, grandes rolos de fumo em cima de enormes balcões e nas portas das mesmas, cheias de animais trazendo grande perigos para os fregueses e também aquela falta de higiene, frutas espalhadas pelo balcão e pelo chão enormes bancas de toucinho exalando mal cheiro, enfim desapareceu tudo isso.
>
> O nosso mercado é que está vazio. Já não se vê aquele movimento de outros tempos, embora tenhamos imensas saudades, pois era a nossa feira, já que nunca tivemos o prazer de possuir um mercado como em outras cidades. Importamos toda a espécie de gêneros alimentícios. Antigamente vinha da zona da mata e no sertão no lombo de animais (tropa) e sempre estava cheio o nosso mercado, havendo ocasião de serem obrigados a se acharem os feirantes do lado de fora do mercado. Com o progresso da cidade, o comercio é feito em caminhões e pelo trem, e raramente entra uma tropa em nosso mercado, tornando-se este quase que somente um monumento histórico da cidade.[586]

Como se observa no longo trecho, a cidade que é revisitada na década de 1950 por Luiz Gonzaga dos Santos, diamantinense à época residente em Montes Claros, apresenta o diálogo do novo com o velho, o que aponta para a continuidade do processo de "destradicionalização". Novos equipamentos urbanos passaram a fazer parte dos arranjos, com construções consideradas "moderníssimas" (referência às obras de Niemeyer na

[586] SANTOS, 1963, p. 101-106.

cidade),[587] foi reforçado o sentido do uso da rua da Glória como sendo a "rua dos estudantes", já que os seus Colégios (século XIX) e Faculdades (século XX) neste local se instalaram.

Os cruzeiros continuaram a abençoar a cidade, já os piqueniques permaneceram apenas na lembrança das pessoas e nas fotografias. Nota-se que o autor observou que alguns aspectos estavam bem preservados e reconheceu que isso se deveu à ação do patrimônio. Esse ponto é particularmente interessante, uma vez que permite perceber a ação do SPHAN e a efetivação da imagem da cidade patrimonial por meio dos consertos de igrejas interna e externamente, da manutenção dos aspectos tradicionais de Diamantina e do impedimento de construção de estilos não coloniais no centro histórico.[588]

Vale ressaltar que o carpinteiro considerou importante realçar a urbanização dos bairros da cidade que tiveram desenvolvimento na década de 1950, como a construção de casas populares. A fotografia de Chichico Alkmim não registrou esse processo que fez crescer os bairros da cidade, tampouco detalhou os espaços do "mercado municipal", no final da década de 1940.

Embora no acervo de negativos seja possível identificar fotografias cujas datas se estendem até 1955, estas correspondiam, em sua maioria, a imagens realizadas dentro do ateliê, cujo objetivo e motivo da datação, eram a feitura de documentos pessoais. No primeiro capítulo, foi mencionado que Chichico possuía uma limitação nas mãos, e, por esta razão, as suas fotografias em espaços públicos mal ultrapassaram os anos 1940. Todavia, como observado, ele continuou fotografando dentro do seu estúdio, retocando e cuidando de seus negativos de vidros, dos quais hoje nos servimos no presente estudo.

Entende-se porque, neste grande trecho transcrito da memória do carpinteiro, não há fotografias de Chichico retratando algumas edificações, tais como: o comércio feito por caminhões, a construção do Hotel Tijuco, a parte nova do Colégio Nossa Senhora das Dores, o Clube Tijuco e a edificação de casas populares. Este processo de urbanização levado a cabo mais ao final da década de 1940 e início de 1950, está ausente das imagens de Chichico, pela explicação já exposta. Mas pode-se acrescentar que as ausências são compreensíveis, uma vez

[587] Neste caso, dentro do centro, no início da década de 1950, foram projetados os edifícios do Grupo Júlia Kubitschek (1951), o Hotel Tijuco (1951), a Praça de Esportes (1950) e a Faculdade de Odontologia (1953). Consta que a estação do Aeroporto de Diamantina foi projeta por Niemeyer. Disponível em http://www.niemeyer.org.br/obras, acesso em 21/07/2015. Ver também: GONÇALVES, 2010.

[588] A ideia de "centro histórico" é criticada por Giulio Carlo Argan, no sentido de que toda a cidade é histórica e deve ser pensada em seu conjunto, áreas novas e velhas, antigas e modernas. Apesar disso, utilizo a expressão com a intenção de marcar o centro colonial da cidade. Nessa linha de raciocínio, José Newton Coelho Meneses também adverte sobre o uso inapropriado do termo "cidade histórica". Tanto os centros, quanto as cidades, são históricos, pois construídos, codificados e recodificados por seus habitantes ao longo do tempo. ARGAN, 2005, p. 78-79 e p. 260; MENESES, 2006.

que a fotografia popularizou-se bastante para o interior do estado mineiro, permitindo que não só famílias abastadas (figura 140) tivessem suas máquinas fotográficas, mas também facilitou o acesso a pessoas de menor renda, que passaram a ter maior acesso a essa tecnologia. Soma-se a isso o fato de que outros fotógrafos foram conquistando o gosto das pessoas e realizaram muitas fotografias, a saber: Foto Assis, Foto Werneck e Foto Cirilo. Além destes, existem várias fotografias, a pedido do SPHAN, sobre vários monumentos da cidade em 1938, feitas por Eric Hess.[589]

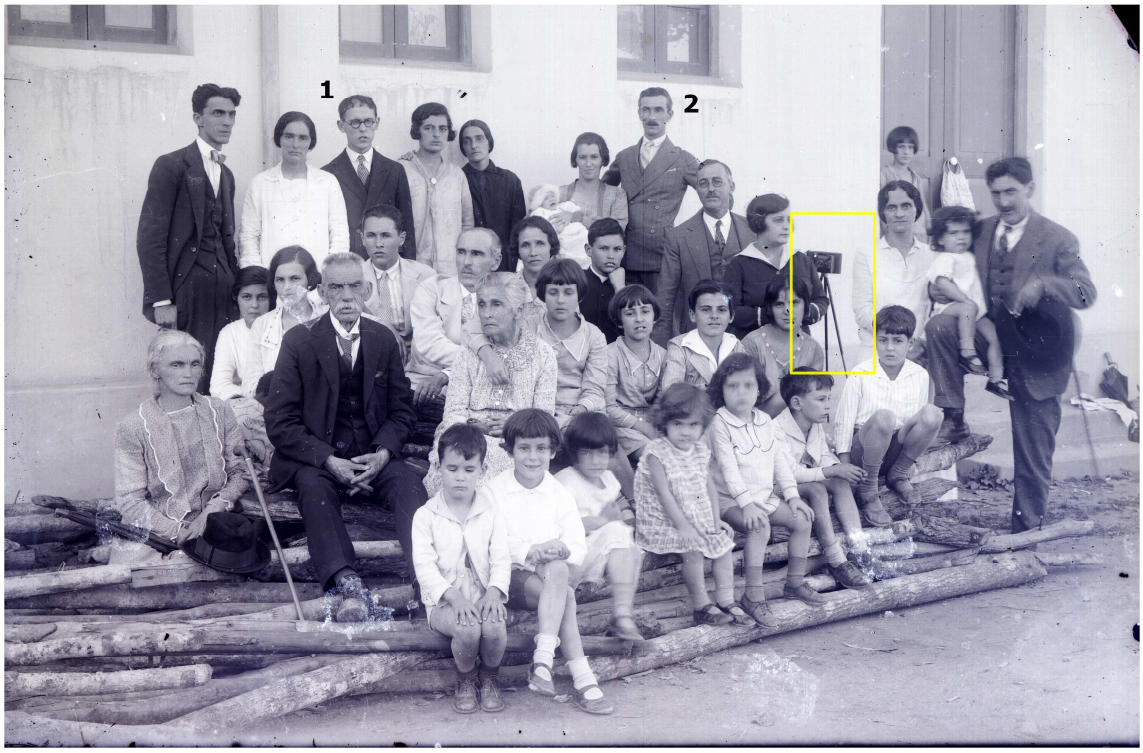


Figura 140. Família Mata Machado com máquina fotográfica. Negativo de vidro G-779. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.
Observação: Na fotografia identificam-se: 1. Aires da Mata Machado Filho, 2. José Mata Machado. Destaque para a máquina fotográfica em exibição. A identificação dos Mata Machado na fotografia foi feita analisando uma foto identificada dessas pessoas no livro *O Olhar eterno de Chichico Alkmim*, ALKMIM, 2005, p. 54.

Por fim, vale ressaltar que a produção do memorialista em questão contribuiu para se entender cidade e a produção de Chichico Alkmim, favorecendo a compreensão, por exemplo, dos silêncios que existem em sua obra. Além disso, pode se considerar que a fotografia é uma fonte de conhecimento inesgotável para o historiador, e que é portadora de representações que suscitam naqueles que a veem sentimentos diversos. O seu uso neste estudo – diante do desafio de deparar com um acervo de imagens tão grande e repleto de possibilidades, porém sem datação por imagem – requereu a escolha de uma metodologia que empregasse uma

[589] AMAD, Arquivo de Fotografias; QUEIROZ, 2010.

abordagem que cotejasse pistas apontadas por outros indícios. É o que se procurou fazer ao longo deste trabalho. Percebemos que o sabor da época expresso nos jornais, pelos memorialistas e pelos literatos (além das informações contidas nos documentos oficiais), potencializou a análise das fotografias da cidade, contribuindo para melhor contextualizá-las e compreender a cidade e a época em estudo.

5.4. Inter-relacionando as imagens: a destradicionalização da cidade.

As representações das imagens percebidas nas fotografias de Chichico Alkmim revelam aspectos de Diamantina que os seus indivíduos desejaram colocar em relevo, por apresentarem-se como importantes num dado momento. A pergunta que fica a esse respeito, então, é: como as escolhas de seus habitantes, apreendidas pelo olhar de Chichico Alkmim, permitem-nos perceber o processo de conservação e modernização ocorrido em Diamantina?

Ao longo deste estudo vimos evidenciando as imagens da cidade perceptíveis nas fotografias de Alkmim. Nesta medida, o olhar do fotógrafo registrou um lugar "para além do garimpo", aquele que é resultante das atividades garimpeiras e que ressoaram numa miríade de atividades comerciais em Diamantina. Tal imagem conjuga-se com a noção de "cidade episcopal", marcada em toda a extensão de seu tecido urbano, pelas ações e edificações clericais nesta metrópole eclesiástica. Ambas se relacionaram diretamente com outra em processo constituinte à época de Chichico Alkmim: a patrimonial, esta abalizada pela tradição e conservação de valores do lugar. [590] Todas estas representações de imagens da cidade, instituídas ou em processo instituinte, assinalam o diálogo entre a tradição e a inovação. A ideia do novo e da tradição pode ser percebida nos trechos selecionados de dois jornais diamantinenses, que veiculavam impressões da cidade em 1914 e 1947.

[590] Há que se considerar que outras imagens podem ser percebidas, tais como a musicalidade na cidade e a educação. Este pode ser um flanco para novas pesquisas. James W. Goodwin Júnior analisa o aspecto da instrução como sendo a cidade polida, ilustrada, vista por meio dos homens de imprensa. Ana Cristina Pereira Lage estudou as "conexões vicentinas" em Mariana/Minas Gerais, abrindo possibilidades de entendimento para a atuação das irmãs Vicentinas em Diamantina. Já Marcos Lobato Martins discorre sobre a educação, notadamente sobre os educandários existentes em Diamantina desde 1864 e o projeto educacional das elites diamantinenses. GOODWIN JÚNIOR, J.W. 2007, p.271-278; LAGE, A.C.P. 2013; MARTINS, M.L., 2012, p. 39-64.

Quadro 20. Diamantina em 1914 e 1947

Jornal *A Estrella Polar*, maio 1914.	Jornal *O Município*, 1947
A cidade possue mais ou menos 2000 casas com cerca de 12000 habitantes; possue 10 praças, 36 ruas e diversas travessas além dos arrabaldes. Todos os edificios, com poucas excepções, são de estylo colonial, sendo em geral as construcções pesadas e sem gosto, mesmo os templos, á excepção do Coração de Jesus que é de alvenaria e de estylo gothico. // Nunca houve um gosto decisivo para o embellezamento da cidade, e, si há uma lei regulamentando as construcções nunca foi ella posta em execução, de sorte que as nossas construcções de hoje são iguaes ás de 150 annos atráz. A nossa rêde de exgottos é a mesma do tempo do Tejuco, feita de alvenaria de pedra secca, descarregando muitas galerias nas ruas, sem que tenham soffrido o menor melhoramento. A nossa distribuição d'água é pessima, antihygienica e rudimentar, resultando de um canal de levada d'água para exploração de jazidas auriferas do Tejuco e posteriormente destribuida a agua entre os habitantes por meio de canalizações de madeira, onde, com as chuvas, se infiltra toda a sorte de detrictos nocivos, donde o desenvolvimento de febres typhoides com caracter epidemico. // Há tambem diversas nascentes de escellente agua potavel dentro do perimetro da cidade, que são utilizadas pela população.	"Diamantina: Tijuco da História" Clima salutar, temperado, água pura e cristalina. CIDADE MINEIRA, montanhosa, edificada em forma d'anfiteatro irregular, a mais de 800 quilometros do litoral, e a 1200 metros acima do nível do mar. Comarca de Cidade rica como seja: em ouro, diamantes, flora, cristal de rocha, manganez, ferro, amianto, braulim, azotado de potassa, alimen de potassa e muitos outros minérios. POSSUE vários e ótimos estabelecimentos de ensino e educação primário e secundário: Seminario, Colegio Diamantinense, Escola Comercial, Escola Normal, Escola Remigton. Grupos escolares "Mata Machado" e "Joaquim Felício". Escolas noturnas mixtas, para adultos. Dois semanários religiosos: Voz de Diamantina e Estrela Polar. Importantes sedes: Palácio Episcopal, Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, 3º Batalhão de Caçadores Mineiros, Sede da 8ª Residência do Departamento de Estradas. Tiro de Guerra. Convento Franciscano. Catedral, diversas Igrejas, sob os cuidados do patrimônio, várias capelas e mais duas construções. Biblioteca da Prefeitura e da "União Operária". Duas bandas de música, vários Jazes, Microfones, Rádios, etc. Possui cinco hotéis: Parque hotel, Grande Hotel, Hotel Central, Hotel Sul Americano, Hotel Roberto e diversas pensões. Clubes de Futebol: Tijuco e Vasco S. C. O popular ponto chique da cidade onde se encontra bilhares, jornais, revistas, figurinos, etc. Curia, Livraria, Papelaria e Tipografia. Hospitais de caridade: S.Isabel e N.S. da Saúde, ambos dotados de excelentes aparelhos de Raio X e competentes operadores, e o segundo, possue confortável maternidade. Asilo de Órfãos: Asilo Protetora da Infancia e Orfanato de N.S. das Dores. Instituições de Caridade: Pão de Santo Antônio, Dispensário dos Pobres de São Vicente de Paulo, Sociedades mutuas e beneficentes "União Operária", N.S. Perpétuo Socorro, sociedades religiosas e pias. Associação comercial. Comércio: Fábricas, Oficinas, Lapidações, Torrefações, Padarias, sete Farmácias, diversos Gabinetes Dentários, Lojas, Relojoarias, com vistosas vitrines, Alfaiatarias dotadas de luxuosas mostruários, Restaurantes, Barres, Armazéns, Vendas, Botequins etc. Bancos: Crédito Real de Minas S/A, Lavoura de M.G. S/A, Industrial de M.G. S/A, Nacional de M.G. S/A, Distrito Federal de M.G. S/A. Correspondente: Financial da Produção, Mineiro da Produção, Banco do Brasil. Horário: das 9,30 às 11. Das 13 às 15. Centros: De Saúde e Agro-Pecuário, Cemitério Municipal. É SERVIDA pela Estrada de Ferro Central do Brasil, por várias rodovias para as zonas da Mata e Sertão, e por via aérea.

Fonte: Jornal *A Estrela Pollar* citado por GOODWIN JÚNIOR, 2007 (Diamantina em 1914).
Jornal *O Município* (Diamantina. 1947). Biblioteca Antônio Torres.

A cidade de 1914 evidencia praticamente a área que foi tombada pelo patrimônio anos mais tarde.[591] O texto do início do século apresenta um enfoque numa época em que os melhoramentos urbanos estavam por se fazer de modo mais eficaz. Entretanto, não

[591] Apesar do texto apresentado evidenciar os aspectos negativos de Diamantina, ainda sim nos apresenta certo panorama da cidade que contribui na lógica comparativa do quadro.

mencionou a presença de estabelecimentos dos quais sua população muito se orgulhava, a saber: o Teatro, O Pão de Santo Antônio, Pensões e Hotéis, grandes casas de comércio, como Mota & Companhia, dentre outras. A opinião pessimista (ou realista?) esboça insatisfação quanto à continuidade de arruamentos e casarios que para o autor eram "pesadas e sem gosto", dado que nesse momento, a novidade era a construção de *bangalows e chalets*. Esse texto endossa uma opinião – que encontrava eco entre a população – que compreendia que Diamantina deveria ser moderna, que a época colonial já havia passado e aquele seria o momento de renovar os ares, especialmente inspirados nas tendências do Rio de Janeiro. Outra opinião também corrente na cidade e contemporânea à anterior é a que dava voz à tradição e não desejava a destruição e substituição do que fora construído no passado, salvo raras exceções.

O jornal *O Município* publicou em 1947, os equipamentos urbanos que aos poucos foram sendo construídos, os quais reforçam o seu papel como entreposto comercial, financeiro e centro gerador de serviços do norte de Minas Gerais. Apresenta uma cidade que quer continuar seu embelezamento levado a cabo ao longo do século XX, que se destaca como a "Athenas do Norte", local por excelência da educação, da saúde e do lazer. Com efeito, era um lugar rico em minérios, capaz de fazer circular pessoas e capital.[592]

Não é possível pensar Diamantina em um e em outro tempo de modo apenas a comparar as informações contidas no quadro. Esses momentos comportam processos que não podem ser postos em oposição simplesmente, mas que foram assim dispostos para ganhar em visualidade. Um desses processos fotografados por Chichico Alkmim foi a convivência entre o instituinte e o instituído, entre a tradição e a inovação. Outro processo que as fotografias nos permitiram perceber, apoiando no diálogo com outras fontes, foi a instituição da imagem da cidade patrimonial.[593]

Estudar um lugar urbano de formação colonial apreendido por meio de um instrumento moderno, a fotografia, exige estabelecer conexões com o pensamento de Walter Benjamim, especialmente quando ele analisa Nápoles, e afirma que "a porosidade é a lei inesgotável dessa vida, a ser redescoberta". [594] A sua ideia é enxergar na cidade como "um grão de domingo se esconde em todo dia de semana, e quantos dias de semana neste

[592] O epíteto "Atenas do Norte", similar à "Princesa do Norte", também pode ser entendido como uma construção que combate as visões da região do Jequitinhonha como atrasada e pobre. Sobre o termo "Princesa do Norte" ver ALCÂNTARA, 2015.
[593] Um terceiro processo, estudado por Martins, foi a feição econômica mais conservadora que, mesmo possuindo grandes indivíduos com tino industriário, ao fim e ao cabo, tiveram os investimentos fadados à falência. MARTINS, 2008, p. 637.
[594] BENJAMIN, 1987, p. 150.

domingo".[595] Nessa metáfora, Benjamin conjuga o passado no presente, colocando em relevo objetos, lugares e atitudes humanas que, do passado, interpenetraram o tempo atual, devendo ser descoberto pelo pesquisador que se ocupa do estudo da cidade. Por isso é que se pode afirmar que "o autor da preservação é sujeito histórico, quer dizer, um indivíduo exposto e vulnerável, mas também capaz de agir. Preservar pressupõe um projeto de construção do presente".[596]

Diante disso, a ideia de porosidade, em Benjamin, relaciona-se à interpenetração de situações, objetos, construções e atitudes advindas de épocas diferentes, que são redescobertos e utilizados no tempo atual. O conceito de porosidade pode ser descrito como um processo que nos permite perceber na cidade a sua capacidade de habitabilidade em "ação e não somente em construção", fazendo surgir espaços mais integrados, embora diferentes, mas não separados.[597] Para Carlos Fortuna, o conceito de porosidade permite perceber como as cidades evoluem, e com elas, os seus sons. Em seu estudo sobre *La ciudad de los sonidos*, ele afirma que na constituição das cidades, há traços de superposição de esferas de ação, de atividades e de ambientes sociais, uns tradicionais e outros modernos.[598]

No presente estudo, é possível compreender as imagens de Diamantina, vistas por Chichico Alkmim, lançando mão desse conceito que nos permite vislumbrar que as imagens descritas até o momento se relacionam de modo a se interpenetrarem. Melhor dizendo, as imagens constituintes da identidade de Diamantina não são estanques, nelas se processam mudanças e as fotografias registraram isto. Por vezes, algumas fotografias poderiam ser classificadas em mais de uma imagem da cidade, evidenciando que o espaço e o modo de representá-las se conjugaram num dado momento. O tecido desta cidade, as atitudes dos indivíduos e as escolhas feitas para se construir Diamantina do modo como a vemos, expressam modos de viver, e isto requer uma operação de reinterpretação.

Por isso, é preciso explicar que a imagem fotográfica é utilizada como um índice da imaginação do passado, conforme aponta Peter Burke, pois o "uso de imagens por historiadores não pode e não deve ser limitado à evidência no sentido estrito do termo", mas ter espaço para a o impacto da "imagem na imaginação histórica".[599] Dessa maneira, as imagens da cidade correspondem a visões correntes na história diamantinense, num dado momento, sem que jamais sejam interpretadas numa relação direta com o real, pois que são

[595] BENJAMIN, W. 1987, p. 150.
[596] BOLLE, 1984, p. 13.
[597] SEGURA, 2013, p.129.
[598] FORTUNA, 2009, p. 50-51.
[599] BURKE, 2004, p.16.

representativas deste. O testemunho de Chichico Alkmim foi analisado neste estudo dentro do seu contexto sociocultural, o que exigiu, metodologicamente, o cuidado em perceber os indícios apontados pelas fotografias no que tange o construto das imagens da cidade.[600]

Enfim, a questão que subjaz à análise da fotografia, neste estudo relaciona-se, prioritariamente, com o modo como se pode interpretar a relação entre a tradição e a inovação. Ou seja, é preciso responder como uma cidade tradicional é conservada e modernizada por sua população e de que maneira isso pode ser percebido nas imagens aqui examinadas.

Para discutir essa questão, o estudo de Carlos Fortuna é fundamental. Ele analisou a cidade de Évora, em Portugal, e desenvolveu o conceito de *destradicionalização*, que busca explicar a maneira pela qual as cidades patrimoniais podem modernizar-se. O autor parte da hipótese que a recomposição da identidade e da imagem da cidade está a "processar-se na confluência da crise e da retração de alguns factores para renovação e consolidação de outras".[601] Esse processo foi por ele denominado de "destradicionalização" que, por sua vez, "decorre do reconhecimento de que nem a tradição nem a inovação existem sob forma absoluta. Há elementos antitradicionalistas na tradição, assim como existem componentes não modernizantes na inovação."

É neste sentido que o conceito supracitado nos ajuda a compreender o modo como Diamantina, vista por Chichico Alkmim, modificou-se, tendo por base a lógica da tradição e da inovação. Ou seja, como se conformaram o desejo de mudança e de manutenção da tradição, especialmente perceptíveis pela fotografia e em diálogo com outras fontes, de modo a compreender um cenário de caráter mais complexo. Nessa medida, o conceito pode ser assim expresso: "a destradicionalização é um processo social pelo qual as cidades e as sociedades se modernizam, ao sujeitar anteriores valores, significados e ações a uma nova lógica interpretativa e de intervenção".[602]

Apropriando de tal ideia, em linhas gerais, quando Rodrigo Mello Franco de Andrade não permitiu que o Mercado Municipal fosse derrubado, em favor da construção de um prédio novo, ele institucionalizou a prática da preservação "do novo" [em 1937, o Mercado possuía 48 anos, a partir de sua municipalização] criado no espaço "da tradição" [considerando que a área da praça Barão de Guaicuí é espaço antigo da cidade]. Dito de outra forma, a cidade de

[600] BURKE, 2004, p. 237-238.
[601] FORTUNA, 1997, p. 231. Ele afirma: "Por isso, o sentido que atribuo à noção de destradicionalização é o de um balanço positivo favorável aos traços inovadores que a tradição pode conter e que, em numerosas circunstâncias, numa espécie de paradoxal *conservação inovadora* do *elemento tradicional*." p. 231-232.
[602] FORTUNA, 1997, p. 234.

Diamantina manteve, com isso, o Mercado Municipal intacto, um "objeto novo", existente num espaço de tradição (área colonial da cidade), e conservado de modo inovador (por meio da patrimonialização). Em suma, essa lógica interpretativa foi levada a cabo pelo SPHAN, órgão de proteção federal. No conflito estabelecido, obtiveram mais força os elementos de tradição, ou seja, conservar de modo inovador o elemento tradicional. Registra-se que naquele momento, a julgar pelo debate oferecido pelos jornais locais, o mercado foi mantido intacto sob determinação do dirigente do órgão de preservação.[603]

Com efeito, a situação descrita acerca da construção da nova Catedral também aponta para um processo de "destradicionalização". Num espaço de conformação desde o período colonial, uma nova lógica interpretativa da cidade episcopal levou a cabo a derrubada da Antiga Sé em favor de uma nova Catedral, pois a anterior não apresentava condições de atender aos anseios da cidade episcopal, a qual vivenciava um processo de laicização e de reaproximação do estado brasileiro. Neste caso, no processo de destradicionalização, o "elemento novo" preponderou sobre a lógica de tradição da cidade. Por tudo isso, compreende-se como a cidade colonial mineira vivenciou o processo de mudança sem destruir-se em toda a sua extensão, mas conseguindo a "recodificação da tradição" para se desenvolver.[604] Neste sentido, vale ressaltar a tradição antropológica na esteira do estudo de Georges Balandier, que afirma que a modernidade não destrói tudo que lhe é anterior, ela produz rupturas em alguns aspectos, e continuidade em outros. Para ele, "seria mais exato dizer que a tradição prossegue seu trabalho, em interação e em todos os campos aonde conduz seus projetos".[605]

O processo citado também nos permite compreender que, em relação à imagem da cidade que tem suas origens no garimpo, não foi diferente. Embora a lógica da sociedade e cidade garimpeira esteja presente, até os dias atuais, a tradição garimpeira se modificou. Novos agentes (como as empresas estrangeiras), novos comércios, novas necessidades, novos sistemas tecnológicos, levaram a cidade a "recodificar a tradição", por isso, "a cidade para além do garimpo".

A imagem de uma Diamantina que conserva e se moderniza é também a cidade patrimonial, observada à luz da produção de Chichico Alkmim. Entretanto, a cidade patrimonial, surgida nos anos 1937, em meio à atuação do fotógrafo, não conseguiria estabelecer sua identidade no local com facilidade, apesar da força do SPHAN.

[603] Questão tratada no capítulo 04.
[604] FORTUNA, 1997, p. 234.
[605] BALANDIER, 1997, p.19.

Conforme aponta Cristiane Souza Gonçalves em "Experimentações em Diamantina de 1937 a 1967", o SPHAN necessitou desenvolver uma ação discursiva e outra concreta ao longo desses anos. Em geral, as respostas aos questionamentos feitos pela população diamantinense eram oportunas e, com o tempo, foram se mostrando insuficientes à medida que a ação concreta se realizava. A invenção do que seria edificado teve por base a tradição, ou seja, as novas construções em Diamantina deveriam seguir o mesmo espírito com que foram erigidas as edificações da Diamantina colonial. Dessa maneira, se havia,

> no instante inaugural da experiência do SPHAN, a expectativa e interesse em proteger a totalidade da cidade, o órgão federal de preservação seria logo confrontado com a implacável realidade: pressões políticas advindas de uma administração municipal pouco colaborativa demandariam a delimitação de uma área da cidade onde incidiriam os efeitos do tombamento, separada das demais que deveriam ficar isentas de suas exigências e para onde a "urbs" poderia expandir-se livremente.[606]

O SPHAN atuou de modo a dificultar que a população interviesse nas decisões e idealizações feitas pelo órgão federal na cidade. O arquiteto local passou a ter uma importância ímpar, pois o direito de atuar, de opinar, de ter voz no processo foi negado à população, por isso caberia ao arquiteto projetar a boa arquitetura que se desejava para as cidades patrimoniais.[607] Todavia, com o tempo, o SPHAN reorientou seu discurso e, para as modificações mais simples, a indicação de fotografias seria suficiente como prova das intenções de modificação do espaço de Diamantina. Diante do diálogo possível entre a população e o órgão de preservação, os indivíduos aceitaram a manutenção de sua tradição e de seus casarios por meio da atuação do SPHAN, pois tinham a consciência, na maioria das vezes, de seu valor histórico. É possível afirmar que esse processo esteja relacionado com a construção de imagens identitárias da cidade.

Para que a população compreendesse o significado da cidade patrimonial mineira, no caso de Diamantina, houve a necessidade de associação a outras imagens correntes – garimpo, comércio e episcopal – que, por sua vez, eram identitárias desse lugar urbano.[608] É neste sentido que o exame das fotografias nos permite perceber, analisar e confrontar as imagens existentes, nas quais os indivíduos se apoiaram para dar sentido ao lugar, como também para

[606] GONÇALVES, 2010, p. 195.
[607] GONÇALVES, 2010, p. 196.
[608] O fato de descrevermos essas imagens não inviabiliza a percepção de outras construídas sobre a cidade. Uma Atenas do Norte e uma Metrópole do Norte foram alcunhas que as elites de Diamantina utilizaram para realçar seu significado.

criar e dar significado a imagens instituintes de cidade, como patrimonial. Esta é a tese que se buscou demonstrar neste estudo.

Por conseguinte, o *espaço* de Diamantina se converte em *lugar* quando lhe é atribuído sentido por alguém ou por uma sociedade. O lugar é um constructo de sentido, pois é resultante da produção das experiências e intenções dos indivíduos, tendo como premissa o correspondente sentimento de pertença.[609] É nesta perspectiva que as imagens de Diamantina foram percebidas no presente estudo. Dito de outro modo, a cidade é, pois, "um construto de cultura, onde natureza, construção material, símbolos, significados e representações se constroem em diversidade e harmonia".[610] Foram as escolhas que Chichico Alkmim realizou ao fotografar Diamantina que atribuíram estrutura e sentido às suas imagens. [611]

Partindo dessa compreensão, a institucionalização de Diamantina como cidade patrimônio, monumento nacional em novembro de 1937, fez desenvolver mais a noção de conservar o passado para posicioná-lo e reposicioná-lo. Num processo de maior amplitude, "o Estado Novo foi capaz de reunir as condições para implantação e consolidação das práticas de patrimônio histórico e artístico nacional, demarcando a gênese da noção de patrimônio nacional no Brasil como parte integrante do processo de formação do Estado e construção da nação".[612] Para a cidade do interior de Minas Gerais, o passado foi ressignificado, o novo que se apresentava por meio dos trilhos da ferrovia, do cinema, dos melhoramentos urbanos e dos embelezamentos da cidade, da instalação de luz elétrica, da chegada de carros e caminhões (em substituição paulatina das carroças), se interpenetrou na cidade que era vista e sentida como garimpeira, comercial, episcopal e, agora, patrimonial. Alguns aspectos dessa sociedade foram desaparecendo, a exemplo do sistema construtivo. Como mostra a imagem a seguir em que se evidencia uma construção em pau-a-pique ou taipa de sebe, apoiado em pedras, que foi perdendo cada vez mais lugar na cidade, sendo substituídas por construções em adobe (figura 141).[613]

[609] CAMAREIRO; OLIVA, 2002, p. 68.
[610] MENESES, 2006, p.87.
[611] MAUAD, 2011.
[612] CHUVA, 2009, p.374.
[613] Sobre sistema de construção em Diamantina, ver GONÇALVES, 2010, p. 53 e 54; ÁVILA, 1979, p. 474.



Figura 141. Construção em pau-a-pique. Detalhe do negativo de vidro P-038. Diamantina, s/d.
Fonte: Acervo Fotográfico Chichico Alkmim.

Conforme aponta Márcia Regina Romeiro Chuva, em *Arquitetos da Memória*, a noção do novo, da modernidade, que fundamentou a ação do SPHAN, nos anos 1930 e 1940, foi a busca do "popular", do "tradicional" e do "histórico". Este foi um esforço sistemático pela "instauração de um padrão de identidade, no qual a época colonial passava a ser valorizada e concebida como as raízes autenticamente brasileiras, em desprezo ao europeísmo"[614] que até o momento "constituíam os símbolos de modernidade e de atualização".[615]

Vale ressaltar que em *Cidades de vidro* não se está a evocar a ideia de exclusão do velho em favor do novo, uma vez que esta postura não consegue explicar a cidade que Chichico fotografou. O tradicional não é tratado e apreendido em oposição ao inovador, mas se envidam esforços para compreender as suas ambiguidades ao se inserir na sociedade que lentamente se transforma. Neste estudo, não se trata de pensar que as imagens expressam "o espírito de uma época", mas se pretende colocar em relevo as fotografias que fornecem uma visão da cidade.[616]

A partir daí, depreende-se que o significado de Diamantina como uma cidade patrimonial, apoiou-se nas demais imagens correntes na cidade, as quais foram tratadas nos capítulos anteriores, visando adquirir substrato identitário. O passado que se buscou preservar

[614] CHUVA, 2009, p. 94.
[615] CHUVA, 2009, p. 95.
[616] A ideia de "espírito de época" é rejeitada por Burke por considerar que não é razoável adotar a ideia de homogeneidade cultural numa época, seguindo a crítica feita por Ernest Gombrich. BURKE, 2004, p. 52.

não foi “resgatado”. Não se resgata um passado. Ele foi relido, ressignificado pela população e pelo poder público, de fato foi conservado na lógica da destradicionalização: a cidade se modificou, sem se destruir.

A ação do SPHAN, em 1938, pode ser entendida como destradicionalização da cidade, ou seja, ao torná-la patrimônio, há uma modificação da sua imagem que reforça os aspectos tradicionais selecionados do passado e permite que ela passe por um processo que é, ao mesmo tempo, de mudança e conservação. Por isso, de uma imagem de garimpo, de comércio, de entroncamento de lugares, de cidade episcopal, a cidade patrimonial, além de instituinte, exigiu de seus construtores se apoiarem nas outras construções identitárias existentes em Diamantina. Destarte, foi possível edificar ali uma imagem de cidade patrimonial que, além de conservar valores, tradições e edificações, mas não somente, também se modificava, lentamente, e construía um sentido, servindo de pilar para outros tempos. O passado foi reinterpretado, destradicionalizado, por isso, apreendido de modo diferente. Fortuna lembra que “entre raízes e opções, a destradicionalização, ao instigar a criação das primeiras, ajusta e reconfigura o significado social do passado e da tradição”.[617]

A fotografia é um instrumento novo que permite ao pesquisador perceber o processo como a cidade se conservou e se modernizou. É um olhar possível, assim como aqueles apresentados em outras fontes que foram arroladas neste estudo. Todas estas evidências contribuíram para compor o quadro interpretativo que vimos tecendo no esforço de compreender como se processou o estabelecimento de uma imagem da cidade, bem como, identificar e apreender as representações de Diamantina na ótica de Chichico Alkmim.

* * *

Buscando responder a indagação inicial sobre como se pode compreender o processo estabelecido entre o novo e a tradição na cidade de Diamantina por meio das fotografias de Chichico, o conceito de porosidade e de destradicionalização permitiu enxergar o modo como, por meio da fotografia, a cidade pode mudar. Nesse processo foi possível entender a inter-relação entre as imagens identitárias da cidade de Diamantina, especialmente quando uma nova imagem da cidade é posta em andamento, no caso, a imagem instituinte da cidade patrimonial.

Para tanto, o estudo da produção de Aires da Mata Machado Filho, compreendido como o entusiasta da ideia de cidade patrimonial, regida pela tradição, mas que aos poucos

[617] FORTUNA, 1997, p.236.

registrou sensíveis mudanças na cidade. Este autor posicionou-se quanto a essas mudanças, deixando clara a sua posição: o desejo da tradição. Outros dois trabalhos foram importantes para pensarmos a inovação e a tradição na cidade de Diamantina, este é o caso do estudo da obra de Aristides Rabello e de Luiz Gonzaga dos Santos. Todos estes estudos foram compreendidos em perspectiva das imagens fotográficas feitas por Chichico Alkmim.

Por tudo isso, a existência dessas imagens dá vazão para se pensar outras já estabelecidas e/ou em processo de institucionalização. Não há aqui a pretensão de esgotamento do assunto, por isso se consideram as portas entreabertas para novos olhares sobre a cidade, utilizando a fotografia de Chichico Alkmim. Todavia, é correto afirmar que essas imagens estabelecidas servirão de pilar novos tempos em Diamantina, pois são imagens identitárias desta cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fotografias que Francisco Augusto Alkmin produziu na cidade de Diamantina forneceram importantes pistas para a identificação e compreensão das imagens da cidade de vidro. Seu olhar registrou transeuntes, indivíduos em frente aos seus estabelecimentos comerciais ou diante de casarios, piqueniques nos arredores da cidade, paisagens e elementos arquitetônicos. Além disso, evidenciaram os quintais e os jardins, as fábricas, os bares, os ambientes de reformas de igrejas, as festas, o uso das praças, os momentos cívicos, as edificações na cidade, e tantas outras situações. Assim, "uma fotografia não é apenas o resultado de um encontro entre o fotógrafo e um acontecimento, fotografar é, em si mesmo, um acontecimento".[618]

Chichico apegou-se ao modo de fotografar do final do século XIX, por isso, retocava todos os negativos de pessoas e mantinha o uso dos negativos de vidro comprados emulsionados com nitrato de prata. Assim, não demonstrou abertura para novas técnicas, manteve-se afeito à tradição fotográfica por meio do retoque e das orientações contidas nos manuais por ele utilizados. Entretanto, o seu modo de fotografar exprimiu um olhar arguto que registrava a mudança e a tradição à sua época.

A cidade de vidro por ele registrada evidenciou imagens identitárias de Diamantina, que aqui foram definidas como a cidade *para além do garimpo, a cidade episcopal e a cidade patrimonial*. Conjugadas, elas oferecem condições para uma análise a respeito da transformação conservadora em Diamantina, na qual tradição e mudança se conjugaram sem se excluírem, entre 1900 e 1940. Dessa maneira, a cidade que se observa nas fotografias de Chichico é um lugar resultante de um processo histórico-cultural que se constituiu como patrimônio de seus habitantes. Apropriando-me da metáfora construída por Hartog ao falar de Michel de Certeau, o acervo de imagens de Chichico se apresentou semelhante ao "recorte do litoral que, ao alvorecer, surge à proa do navio, o que havia sido considerado, à primeira vista, como uma sucessão de ilhas, revela-se como algo que constitui um arquipélago e, até mesmo, uma terra única".[619]

O ponto de vista fornecido pelo olhar de Chichico evidencia que Diamantina se conservava e se modificava, ao mesmo tempo. Assim, a cidade se *destradicionalizava*, ou seja, mudava, mas mantinha a sua feição tradicional. Hodiernamente, ao se observar essas

[618] SONTAG, 2012, p.19.
[619] HATOG, 2011, p.253.

imagens um cuidado metodológico se impôs: embora a fotografia tenha constituído nosso corpus documental, foi imprescindível recorrer a outras fontes para lidar com um acervo cuja datação não é precisa. Dessa maneira, os arquivos documentais e as obras literárias que apresentaram importância ímpar na confecção do presente estudo.

Ao estudar as imagens da cidade de vidro, tais como o garimpo e o comércio, identificamos chaves para compreensão do contexto em que Diamantina se firmou como entreposto comercial. As fotografias são particularmente ricas em evidenciar uma cidade pujante comercialmente. A lapidação, a ourivesaria e os grandes comércios de secos e molhados foram resultantes de acumulação de capital e investimentos realizados na cidade pelos seus "homens de fortuna". Vale destacar que o garimpo foi atividade econômica constitutiva da identidade dos indivíduos que viveram e dos que ainda vivem em Diamantina.

A cidade episcopal, por sua vez, está diretamente relacionada com o fato de Diamantina ocupar um lugar de sede do bispado de extenso território. A romanização na cidade significou o fortalecimento do clero e permitiu diversas alterações no seu espaço físico. Apenas a título de exemplo, foram estudadas a construção da Basílica do Sagrado Coração de Jesus (1899), a edificação do Seminário (1931) e a construção da Nova Catedral (1932-37). Todas essas edificações foram monumentais e representativas da imponência desejada pela Igreja. Interessante observar que a Basílica e o Seminário foram construídos em espaços de urbanização mais recente, enquanto a Nova Catedral se localiza bem na área central de antigo povoamento e urbanização. Sobre a serra de São Francisco, foram construídos cruzeiros, expressão do cristianismo católico, marcando a presença do clero e de seus ideais na cidade. Quando, em 1938, um desses cruzeiros, o do Anastácio, se tornou luminoso para comemorar os cem anos de Diamantina, houve um reforço da intenção de continuidade de existência da cidade episcopal. Os padres eram importantes atores sociais, guiavam seu rebanho e buscavam orientá-los por meio da imprensa e de suas oratórias. Por seu caráter regionalizador, cabia aos agentes da cidade episcopal disseminar os valores cristãos católicos e combater as ideologias contrárias a essa doutrina. Diamantina foi uma cidade, à época de Chichico Alkmim, regida pelo tempo da Igreja em confronto com o tempo da ferrovia.

Tanto as fotografias que evidenciam a cidade para além do garimpo, quanto as imagens da cidade episcopal podem revelar novas nuances e abordagens sobre a região de Diamantina. Certamente, as fontes comportam novas problemáticas que podem levar um pesquisador a outras interpretações. Todavia, ao indagá-las, ficou evidente que a cidade era

pujante em seu comércio, constituindo centro comercial articulador do Alto Jequitinhonha, bem como foi possível identificar processos maiores que envolviam a romanização levada a cabo pela Igreja Católica. Num jogo complexo, os diferentes atores que construíram as imagens da cidade, impingiram em Diamantina um olhar que evidenciava o diálogo entre a religiosidade, o comércio e o moderno que se apresentava.

A cidade patrimonial exprime o modo como o novo e a tradição dialogaram em Diamantina. Vale notar que tanto os espaços de urbanização antigos quanto os então recentes apresentavam equipamentos urbanos "velhos e novos". A título de exemplo, o largo e o seu entorno sofreram modificações consideráveis. Nele, foram instalados a Estação Ferroviária, uma moderna caixa d'água e um projeto de arborização (ação inovadora), mas também, fruto de um processo já bem conhecido pela Igreja Católica, esse espaço comportou a edificação de uma Basílica e um Seminário (ação tradicional). Esses equipamentos valorizaram o espaço e evidenciaram o diálogo existente entre novo e o velho, sem que um representasse a exclusão do outro. O tombamento da cidade foi bem visto pela Igreja, pois assim diminuíram as preocupações com a manutenção de seus edifícios.

Aqui cabem duas reflexões importantes. A primeira delas diz respeito à ação da Igreja em destruir a Antiga Sé. Mesmo consciente de seu papel histórico em Diamantina, ela derrubou um dos edifícios mais antigos da cidade em nome de certa monumentalização de sua presença no século XX. A segunda refere-se a um ato não consumado, mas que ensejou debates calorosos, qual seja, a tentativa de derrubar o Mercado Municipal (atual Mercado Velho). Boa parte da população tencionava se distanciar das visões de atraso e de falta de higiene, por isso, a permanência do Mercado na praça Barão de Guaicuí foi duramente criticada pela população. Essa constituiu a primeira intervenção de grande monta do SPHAN na cidade e suscitou indagações como: "quem tem o direito de dizer o que deve ser preservado?"

É compreensível esse processo se, baseados em Choay, entendermos que a população lutava para que os espaços urbanos exprimissem recordações deles próprios no futuro, e não simplesmente serem lembrados como objetos de valorização incondicional.[620] Nesse sentido, o desafio para os órgãos públicos responsáveis pelo desenvolvimento urbano e por sua conservação foi aproximar a ideia de "cidade patrimonial" daquelas existentes em Diamantina. Dito de outro modo, quem tem o direito de dizer o que deve ser preservado não

[620] CHOAY, 2013, p.269.

pode distanciar do processo de tradição e de mudança ocorrido na cidade, mesmo que isso comporte conflitos e contradições.

O que foi preservado na cidade patrimonial foi definido pelo SPHAN, que não estabeleceu um diálogo direto com a comunidade, e sim com a intelectualidade política da época. Pode-se afirmar que o tombamento de Diamantina não se restringiu às edificações do século XVIII, considerando, também, aquelas do século subsequente e do início do XX. Por mais que fossem importantes as construções do século XVIII e XIX, a população desejava espaço para o novo, para o não colonial, para o tempo em que eles viviam. Essa aparente contradição foi marcada por insatisfações por parte da população que se encantava com as novidades presentes em cidades do litoral e das capitais. Nesse processo, que aqui denominamos de destradicionalização, há que se destacar o modo como a cidade patrimonial se modificou, mantendo sua feição tradicional. A opção do poder público em reordenar os espaços da cidade "antiga" contribuiu para que a área central, aos poucos, se expandisse. Após 1938, quando Diamantina foi tombada como Patrimônio Nacional, os processos de reordenamento urbano foram redirecionados e até mesmo impedidos.

A Diamantina apreendida por Chichico Alkmim apresentava lugares antigos e novos e esses espaços foram reordenados de modo a dialogarem entre si e a constituírem a cidade patrimonial. Ao analisar as imagens registradas pelo fotógrafo, não se observa uma cidade "presa ao passado", pois as mudanças ocorreram e se relacionaram a uma lógica urbana, coerente com a preservação desse lugar. A fotografia marcava o presente vivido e edificava certa visão do passado. Ela assinalava a representação do patrimônio que se fazia presente e se consolidava ao longo do tempo. Destarte, esta pesquisa tornou possível perceber que a ideia de uma cidade patrimônio nacional se amalgamou com as comemorações do centenário de Diamantina, significando, no início do processo, um reforço ao seu aspecto tradicional que contou com a atuação do clero. Além disso, permitiu compreender que o elemento tradicional não excluiu os elementos novos, pois a cidade se modificou, sem se destruir, e manteve a tradição reposicionada.

Outros aspectos da cidade e da sociedade diamantinense, que não constituíram parte indispensável ao objeto de nosso estudo, podem ser estudados no Acervo Chichico Alkmim, como, por exemplo, uma cidade ilustrada e uma cidade musical. Mesmo quanto às imagens que aqui tratamos não há a pretensão do esgotamento do assunto. Estudos sobre representações relacionadas à história da moda, da mulher, da vida infantil e da família (de brancos, negros e pardos) encontram no Acervo fontes férteis para outras leituras da referida

sociedade. Esses apontamentos bem que poderiam servir de pistas para novos estudos de História sobre Diamantina.

Por fim, é necessário notar que em Diamantina havia um longo espaço de experiência, que fortalecia a tradição, mas esta dialogou com novos espaços de expectativa criados pela população. Por isso, se compreende que o passado foi reinterpretado, destradicionalizado e, assim, apreendido de modo diferente, num constante *continuum.* Muito disso foi guardado nas *Cidades de Vidro* de Chichico Alkmim.

REFERÊNCIAS

1. Fontes

1.1. Acervo Fotográfico Chichico Alkmim

Acervo Fotográfico Chichico Alkmim, Diamantina-Minas Gerais. Acervo da Família Alkmim de Diamantina. 5.349 negativos de vidros, tamanhos variados, 9.628 imagens, 1900 a 1955.
Cópias digitais de 300 dpi por negativo.
Digitalização feita por: Dayse Lúcide Silva Santos, Donizette de Carvalho e Inês de Lima entre 1999 e 2007 (períodos irregulares).
Consulta feita quando este acervo pertencia à Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha/FEVALE. Atualmente, a cópia digital está em processo de doação para a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e os negativos originais, do mesmo modo, em processo de doação ao Instituto Moreira Sales, no Rio de Janeiro.

Cadernetas de Anotações Pessoais 1, 2 e 3, Francisco Augusto Alkmim. Diamantina, s/d.

PINTO, Raymundo Alves. *Tratado Prático de Photographia*. Belo Horizonte: Typ Beltrão & Comp, 1904.

Caixas de papel para acondicionar negativos de vidro, tamanhos 13 x 18 cm e 9 x 12 cm:

Kodak Anti-Halo, Rochester, N.Y.: Eastman Kodak Companhy.
Kodak Platte's – Polychrome. Tropical. Rochester, N.Y.: Eastman Kodak Companhy. Trade Marks Reg. V.S.
Agfa Isochrom platten. Alemanha: Berlim.
Agfa Extrarapid – Platten. Alemanha: Berlim.
Eisenberg. Extra-rapid. Eisengerg Trochen plattenfabrik. Otto Kirschten. [Vendido na casa Fotográfica em São Paulo, à rua São Bento, 55]
Gevaert Gevachrom. Super Ortho. Anti-Halo. Tropical.

1.2. Acervos Pessoais e Exposição

Acervo da Família Entreportes. Cadernetas de Anotações Pessoais, 1 e 2.

Acervo Histórico e Fotográfico "Zé da Sé" [José Aguilar de Paula]. Fotografias disponíveis em meio digital e sob os cuidados de seu filho, Nélio A. Lisboa. Disponível em < http://nelioblog.blogspot.com.br/> Acessado em 04 de julho de 2015.

Acervo da Família de Levy de Oliveira e Silva e Adelina Rodrigues da Silveira. Fotografia de família, tamanho 9 x 6 cm, 1934.

1.3. Arquivo da Biblioteca Nacional Brasileira

Acervo digital da Biblioteca Nacional Brasileira. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=5568 Acesso em 01/05/2015.
RIEDEL, Augusto (1836-1877). Fotografia 24, Papel Albuminado, p&b, 23,6 x 27,9 cm. Lavra de diamantes do Sr. Felisberto D'Andrade Brant: S. João da Chapada [Iconográfico]. Diamantina, MG, 1869.
Viagem de S.S.A.A. Reaes Duque de Saxe e seu augusto irmão D. Luís Philippe ao interior do Brazil, 1868.

1.4. Arquivo da Câmara Municipal (ACMD)

Livro de Registro de Leis e Resoluções, livro 2, lei nº 131, 13 de fevereiro de 1902.

Livro de Registro de Leis e Resoluções, livro 6, Decreto nº 109 de 02 de agosto de 1933.

Livro de Registro de Leis e Resoluções, livro 7, Decreto-lei nº 46, de 23 de maio de 1938.

Livro de Registro de Leis e Resoluções, Livro 7, Lei nº 01, de 10 de janeiro de 1938.

Registro de Atas, Livro de 1912 a 1916.

Registro de Atas, Livro de 1920 a 1930.

Lei nº 29202/02/1923.

Lei nº 283, 30 de janeiro de 1923.

Posturas da Câmara Municipal de Diamantina. Ouro Preto: Typographia Imparcial de B.X. Pinto de Souza, 1846.

1.5. Arquivo da Biblioteca Antônio Torres (BAT)

a) Jornais

A Ideia Nova, 04 de abril 1909.
A Ideia Nova, 01 de julho de 1909.
A Ideia Nova, "Vão se as tradições", 01 de Agosto de 1909.
A Ideia Nova, 23 de junho de 1912.

Diamantina, "O Cinema", 29 de novembro de 1913.

A Estrela Polar, fotografia do Comércio "Mota e Companhia", 10 de março de 1903.
A Estrela Polar, "O dever da imprensa", 08 de dezembro de 1935.

O Jequitinhonha, 10 de janeiro de 1869.

O Jequitinhonha, 23 de janeiro de 1870.
O Jequitinhonha, 06 de junho de 1870.
O Jequitinhonha, 2 de setembro de 1873.
O Jequitinhonha, “Tratado Prático de Photographia”, 18 de março de 1905.
O Jequitinhonha, 19 de julho 1905.

O Momento, 15 de janeiro de 1922.

O Município, “Boletim Denúncia”, 14 de março de 1896.
O Município, 8 de maio de 1900.
O Município, 24 de abril de 1897.

Pão de Santo Antônio, 31 de agosto de 1911.
Pão de Santo Antônio, 24 de junho de 1923.
Pão de Santo Antônio, “A obra do cinema”. 31 de janeiro de 1926.
Pão de Santo Antônio, 29 de junho de 1924.
Pão de Santo Antônio, 12 de abril de 1925.
Pão de Santo Antônio, 16 de junho de 1929.
Pão de Santo Antônio, “Grande Prédio, Hotel”, 04 de outubro de 1931.
Pão de Santo Antônio, 26 de março de 1933.
Pão de Santo Antônio, “Cruz das Almas”, 25 de junho de 1933.
Pão de Santo Antônio, “Prefeitura Municipal de Diamantina”, 25 de junho de 1933.
Pão de Santo Antônio, “O novo mercado”, 16 de julho de 1933.
Pão de Santo Antônio, “O Grande Hotel”, 25 de março de 1934.
Pão de Santo Antônio, 27 de maio de 1934.

Voz de Diamantina, “Novo Mercado”, 24 de abril de 1933.
Voz de Diamantina, “Uma campanha contra Diamantina”, 10 de agosto de 1936.
Voz de Diamantina, “O prédio dos Correios e Telégraphos”, 22 de agosto de 1936.
Voz de Diamantina, “A diretoria regional dos correios e telégrafos e a nossa inércia”, 03 de outubro de 1936.
Voz de Diamantina, 24 de outubro de 1936.
Voz de Diamantina, 21 de novembro de 1936.
Voz de Diamantina, 19 de dezembro de 1936.
Voz de Diamantina, “Demolição do Mercado”, 09 de janeiro de 1937.
Voz de Diamantina, “O sino da Sé”, 01 de janeiro de 1938,
Voz de Diamantina, 01 de janeiro de 1938.
Voz de Diamantina, “Centenário de Diamantina”, 22 de janeiro de 1938.
Voz de Diamantina. 05 de fevereiro de 1938.
Voz de Diamantina, 06 de março e 1938.
Voz de Diamantina, “Folia de Reis, Folia de Carnaval”, 06 de março de 1938.
Voz de Diamantina, 26 de março de 1938.
Voz de Diamantina, 05 abril de 1938,
Voz de Diamantina, “Garimpando”, 23 de abril 1938.
Voz de Diamantina, 23 julho de 1938.
Voz de Diamantina, “Ainda o caso do Mercado”, 18 de junho de 1939.
Voz de Diamantina, “O caso do pretenso antigo mercado”, 04 de junho de 1939.
Voz de Diamantina, “O caso do Mercado”, 02 de julho de 1939.
Voz de Diamantina, “Ecos das Ruas”, 25 de fevereiro de 1940.
Voz de Diamantina, 22 de dezembro de 1940.

Voz de Diamantina, 02 de fevereiro de 1945.
Voz de Diamantina, 30 de setembro de 1945.
Voz de Diamantina, 14 de julho de 1946.

MINAS GERAIS SUPLEMENTO LITERÁRIO. Antônio Torres, 1885-1985. Belo Horizonte, ano XX, nº 995, 26 de outubro de 1985.

b) Arquivo José Teixeira Neves (AJTN)

Arquivo José Teixeira Neves, Caderneta de anotação pessoal nº 04, Artistas.
Arquivo José Teixeira Neves, Caixa 03, Livro 1, Ourivesaria I.
Arquivo José Teixeira Neves, Caixa 03, Livro 1, Ourivesaria II.
Arquivo José Teixeira Neves, Caixa 03, Livro 1, Ourivesaria IV.
Arquivo José Teixeira Neves, Caixa 03, Livro 1, Mineração V.
Arquivo José Teixeira Neves, Caixa 03, Livro 1, Mineração XXXIX.
Arquivo José Teixeira Neves, Caixa 03, Livro 1, Mineração XXXVIII.
Arquivo José Teixeira Neves, Caixa 03, Livro 1, Mineração XLI.
Arquivo José Teixeira Neves, Caixa 03, Livro 2, Tradições 01.
Arquivo José Teixeira Neves. Caixa 04, Envelope 02. O Pão de Santo Antônio.
Arquivo José Teixeira Neves, Caixa 07, Envelope 01.
Arquivo José Teixeira Neves, Caixa 07, Envelope 02.
Arquivo José Teixeira Neves, Caixa 07, Envelope 02, A Estrela Polar.
Arquivo José Teixeira Neves, Caixa 07, Envelope 04, Biografia.
Arquivo José Teixeira Neves. Caixa 07, Envelope 07, Dom Joaquim e a Imprensa.

c) Livros de literatura e memorialistas.

DUARTE, João R. *Recordações Mineiras.* Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1917, 187p.

MORLEY, Helena. [Alice Dayrell Caldeira Brant]. *Minha vida de menina.* 13 ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2012.

RABELLO, Aristides. *O Hóspede.* Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1978, 204p.

SANTOS, Luiz Gonzaga dos. *Memórias de um carpinteiro.* Belo Horizonte: Bernardo Alvares, 1963. 191p.

d) Arquivo de Antônio Torres (AAT)

BAT, Arquivo particular de Antônio Torres, caixa nº 01, doc. 206.

TORRES, Antônio. *Verdades Indiscretas.* 2ed. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921.

e) Arquivo pessoal de Pedro Mata Machado

17 postais de Diamantina

Jornais completos: A Voz de Diamantina de 26 de março e de 05 de abril de 1938.

f) Outros

Anuário Estatístico do Brasil, 1927. Diretoria da Agricultura, Indústria e Comércio. 1º Ano, 1908 – 1912, v. 3. Rio de Janeiro: Typ da Estatística, 1927.

BRASIL, Decreto nº 466, de 4 de junho de 1938, Capítulo 1, Da Garimpagem.

BRASIL, Decreto nº 5.717, de 28 de Maio de 1940.

MINAS GERAIS. Lei nº 556, de 30 de agosto de 1911.

RELATÓRIO de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Diamantina. Diamantina, 1931.

BAT, Caixa 497, Cartório do 1º Ofício. Livro de Notas nº 34 (1917-1918), fl. 23-25.

1.6. Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina (AMAD)

a) jornais

A Catedral, 21 de abril de 1935.
A Catedral, 19 de maio de 1935.
A Catedral, 16 de junho de 1935.
A Catedral, 11 de agosto de 1935.
A Catedral, 08 de setembro de 1935.
A Catedral, 26 de junho de 1936.
A Catedral, 25 de dezembro de 1937
A Catedral, 25 de dezembro de 1937. “A Nova Catedral e o Natal”.
A Catedral, 25 de dezembro de 1937. “Reminiscências: A antiga catedral de Diamantina”.
A Estrella Polar. 20 de março de 1927.

b) fotografias

Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Caixa 412: 224.
Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Caixa 413: 334.
Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Caixa 414: 58.
Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Caixa 415: 123.
Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Caixa 416: 193.
Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Caixa 417: 287.
Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Caixa 420: 97.
Não foram contabilizadas as fotografias após 1950. Total de fotografias: 1.316.

c) livros e Carta Pastoral

CARVALHO, Celso. *Dom Joaquim*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1935.

FARIA, D. Paulo Lopes de. *Breve História Eclesiástica da Arquidiocese de Diamantina e promove o 4º Sínodo Arquidiocesano (2003-2004-2005),* s/d, 29p. (encadernado)

SOUZA, Joaquim Silvério de. *Et al*. *Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o Patrimônio Artístico.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1926.

SOUZA, Joaquim Silvério de. *Abreviado despertador dos deveres sacerdotais*. 2 ed. Diamantina: Tipografia Estrella Polar, 1913, 79 p.

c) outros

AMAD, Caixa 97- A. *Livros de Produção e Consumo de vinho de uvas e movimento de estampilhas na fábrica da Mitra Arquidiocesana*. Informações de 1919 a 1951.

AMAD, Caixa 98, Relatório da Arquidiocese de Diamantina, 1923.

AMAD, Caixa 98, *Relatio Trienalis de Statu Seminariorum*, 1949.

AMAD, Caixa 98, *Mensagem dos Bispos da província de Diamantina*, 1955.

1.7. Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

GUERRA, Joubert. Carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 09 de maio de 1938.

Processo 64-T-38, Processo de Tombamento de Diamantina. IPHAN/Diamantina.

2. Bibliografia

ALCÂNTARA, Carolina Paulino. “Princeza do Norte”: contradições da modernidade em Diamantina (1889-1930). 170f. 2015. (Dissertação em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2015.

ALKMIM, Mônica Guieiro Ramalho de. Piques e Repiques: a linguagem dos sinos de Diamantina. *Cadernos da FAFIDIA*, v.1, n.2, p.37-55, dezembro 1993.

ALKMIM, Paulo Francisco Flecha. Chichico Alkmim: um retrato retocado. In: SOUZA, Flander; ALKMIM, Verônica França. *O olhar eterno de Chichico Alkmim.* Belo Horizonte: Editora B, 2005.

ALMEIDA, José Maria Correia de. A Igreja na Primeira República. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio Pinheiro *et. al*. *O Brasil Republicano*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004. p.323-342. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.2).

ALTAMIRANO, Carlos. Introdução Geral. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia dos Intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

ALVES, Mônica Carneiro e VALERIO, Sergio Apelian. *Manual para Indexação de Documentos Fotográficos.* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 1998. 84 p. (Documentos Técnicos, 4)

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. *República em migalhas*: *história regional e local*. São Paulo: ANPUH, Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990, p. 7-15.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1952. 361 p.

ANGOTTI-SALGUERO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras visões iconográficas do Brasil moderno. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, nº 2, p.21-72, julho e dezembro 2005.

ANUÁRIO Católico do Brasil - 2012. Rio de Janeiro: Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS) e Promocat Marketing Integrado, 2012.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade.* 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 280 p.

ARIÈS, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média.* Lisboa: Teorema, 2003. 191 p.

ARRUDA, Rogério Pereira de. *O Ofício da fotografia em Minas Gerais no século XIX*. *1845-1900*. Belo Horizonte: Edição do autor, 2013. 232 p.

ARRUDA, Rogério Pereira. *Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880 – 1897.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. 263p.

ÁVILA, Afonso (coordenador). *Minas Gerais - Monumentos Históricos e Artísticos - Circuito do Diamante*, Barroco 16. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 522p. (Série Municípios e Regiões)

Baczko, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund. *Et al*. *Anthropos-Homem.* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BADARÓ, Murilo. *José Maria Alkmim: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1996. 400p.

BALANDIER, Georges. *O Contorno, poder e modernidade.* Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 1997. 280p.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARROS, José D´Assumpção. História, Espaço e Tempo. Interações Necessárias. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.22, nº. 36, p. 460-476, julho a Dezembro 2006.

BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. In: COELHO, Teixeira. *A modernidade de Baudelaire.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BAZIN, André. A ontologia da Imagem Fotográfica. In: TRACHTENDBERG, ALAN (org.). *Ensaios sobre fotografia: de Niépce a Krauss.* Lisboa: Orfeu Negro, 2013. p. 261-266.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. (1936). In: *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. *Obras Escolhidas,* volume 1. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. Pequena História da Fotografia. In: *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. *Obras Escolhidas,* volume 1. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 91-107.

BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. Obras Escolhidas II. São Paulo: Brasiliense, 1987, 277p.

BERGER, John. Compreender uma Fotografia. In: TRACHTENBERG, Alan (org.). Ensaios sobre Fotografia: de Niépce a Krauss. Lisboa: Orfeu Negro, 2013. p. 317-320.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.* São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BOLLE, Willi. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural.* São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 11-23.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Cultura dos Ofícios: patrimônio cultural, história e memória. *Varia História.* Belo Horizonte, vol. 27, nº 46. p. 481-508, julho a dezembro 2011.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Fotografia: desafios da interdisciplinaridade. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. 31, n. 2, p. 41-51, dezembro 2005.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & fotografia.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132 p. (História e Reflexões, 4)

BORGES, Maria Eliza Linhares. Resenha. O Olhar Eterno de Chichico Alkmim. *Varia história,* Belo Horizonte, v. 22, n. 35, Junho 2006.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 89-94.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 25 de 30 de Novembro de 1937. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>, Acesso em 15 de maio de 2015.

BRASIL. Decreto nº 466 de 4 de junho de 1938. *Novas Leis do Brasil*. A Constituição Federal e os Decretos e Decretos-Leis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939. p.186-204.

BRASIL. Decreto nº 5.717, de 28 de Maio de 1940. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-5717-28-maio-1940-341290-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em 19 de maio de 2015.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular, História e Imagem*. São Paulo: Edusc, 2004. 264p. (Coleção História).

CAMAREIRO, Luis A. e OLIVA, Jesús. *Paisajes sociales y metáforas del lugar: una exploración de la ruralidad itinerante en Navarra.* Universidad Pública de Navarra, 2002, 164p.

CAMPOS, Luana Carla Martins. *Instantes como este serão seus para sempre: práticas e representações fotográficas em Belo Horizonte – 1894 – 1939.* 2008. 221f. (Dissertação em História Social da Cultura) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2008.

CASTRO, Luiz Paiva de. O Cometa é um homem a cavalo. Poema Transfiguração, 1978.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano. 1. Artes de Fazer. 17 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011. 316p.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de Símbolos. Portugal: Teorema, 1995. 728p.

CHOAY, Françoise. Alegoria do Património. Portugal: Edições 70, 2013. 306p. (Arte e Comunicação, 71)

CHRISTO, Maraliz de Carvalho Vieira. A fotografia através dos anúncios de jornais. Juiz de Fora, 1877-1910. *Locus: Revista de História.* Juiz de Fora: UFJF, v.6, n.1, 2000. p. 127-146.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940).* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 480 p.

CONCEIÇÃO, Wander. *Síntese Histórica da Santa Casa de Caridade de Diamantina*. Diamantina, 2013. Disponível em <http://www.santacasadediamantina.com.br/index.php/home/fatos-historicos.html>, acesso em 24 de junho de 2015.

COUTO, Sóter Ramos. *Vultos e Fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954. 394 p.

D'ASSUMPÇÃO, Lívia Romanelli e FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre. Documentos Cartoriais da cidade de Diamantina: subsídios para uma visão sócio-cultural e urbana – século XIX. *Anais da XI Reunião SPBH*. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, São Paulo, 1991. (mimeo)

DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem.* A doutrina católica sobre autoridade no Brasil. 1922-1933. São Paulo: Unesp, 1996, 161p. (Prismas)

DUARTE, Regina Horta. Os sinos, os carros de bois e a locomotiva em São João del Rei: notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX. Varia História, Belo Horizonte, n.17, p.71-79, março 1997.

DULCI, Otavio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. 301 p.

FABRIS, Annateresa. A invenção da fotografia: repercussões sócias. In: FABRIS, Annateresa (org.) *Fotografia: usos se funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1998. p.11-37. (Texto & Arte, 3)

FARGE, Arlete. *O sabor do Arquivo.* São Paulo: Edusp, 2009. 120 p.

FERNANDES, Antônio Carlos & CONCEIÇÃO, Wander. 2 ed, revista e ampliada. *La Mezza Notte*. O lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata. Diamantina: UFVJM. 2007.

FERNANDES, Antônio Carlos & CONCEIÇÃO, Wander. *La Mezza Notte*. O lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata. Diamantina: Maria Fumaça. 2003.

FERNANDES, Antônio Carlos. *O turíbulo e a chaminé: a ação do Bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina. 1864-1917*. 2005. 210f. (Mestrado em História Social da Cultura) - Departamento de História/FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2005. (*mimeo*)

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina.* 2004. 253f. (Mestrado em História Social da Cultura) - Departamento de História/FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2004. (*mimeo*)

FONSECA, Cláudia Damasceno. Autoridade régia e poder local: o controle e a regularização da forma urbana nas Minas Gerais Setecentistas. In: TEIXEIRA, Manuel C. (org.). *A Construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros Horizontes, 2004, p.240-257.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora. In: FORTUNA, Carlos (org.). *Cidade, Cultura e Globalização.* Oeiras: Editora Celta, 1997, p.231-257.

FORTUNA, Carlos. *Imagens da Cidade: sobre a heurística das paisagens sonoras e os ambientes sociais urbanos*. Coimbra: Oficina do CES, nº 104, p. 1-17, abril 1998.

FORTUNA, Carlos. La ciudad de los sonidos. Una heurística de la sensibilidade em los paisajes urbanos contemporâneos. *Cadernos de Antropologia Social*, nº30, pp.39-58, 2009.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina. *Manual para Normalização de publicações técnico-científicas*. 9ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013. 263p.

FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 266p.

FREUND, Gisèle. *Fotografia e Sociedade.* 3 ed. Lisboa: Comunicação e Linguagens Vega, 2010.

FURTADO, Júnia Ferreira. Distrito dos Diamantes, uma terra de estrelas. In: RESENDE, M. Efigênia L. de e VILLALTA, Luis Carlos. *História de Minas Gerais*: *as Minas Setecentistas.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.1, p. 303-320.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O distrito diamantino*. [s/d] Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/distritodiamantino.pdf>. Acessado 01/05/2015.

FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde. O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. 2ed. Belo Horizonte: AnnaBlume, 2008. 210p.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009. 175p.

GONÇALVES, Cristiane Souza. Diamantina: Breve relato de sua formação. *Revista Arquitetura e Urbanismo*. nº 8, USJT, 2012.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Experimentações em Diamantina: um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado (1938-1967)*. 2010. 216f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, USP, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GOODWIN JUNIOR, James William. *Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora/MG (1884 a 1914).* 2007. 351f. Tese (Doutoramento em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social/FFLCH, USP, São Paulo, 2007. (mimeo)

GOODWIN JUNIOR, James William. O anúncio é a alma do negócio: anúncios na imprensa de Diamantina e Juiz de Fora na Belle Époque. *Anais. Seminário sobre a economia mineira.* Diamantina: Cedeplar, 2008. p. 1-22. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A035.pdf Acesso em 15 de maio de 2015.

GOODWIN JÚNIOR, James Willian. Impressões sobre a cidade: a urbanização vista pelos jornais. Diamantina e Juiz de Fora, 1884-1914. In: Douglas Colle Libby (org.). *Cortes, cidades, memórias:* trânsitos e transformações na modernidade. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 2010, p. 150-163.

GORCEIX, H. *Riquezas mineraes da Província de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano/vol. 18, 1913, p.19-32.

GOUBERT, Pierre. História Local. Revista Arrabaldes, ano 1, n. 1, maio e agosto de 1988. [publicação original: 1972]

GRANGEIRO, Cândido Domingues. As artes de um negócio: no mundo da técnica fotográfica do século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 18, n. 35, p. 185-205, 1998.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A preservação do patrimônio cultural no contexto Pan-Americano. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2012, p.13-48. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN).

GUINSBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. In: _____. *Olhos de Madeira. Nove reflexões sobre a distância.* Rio de Janeiro: São Paulo, 2001. p. 85-103.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores vêem.* Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011. (Coleção História e Historiografia, 5)

HORTA, Guilherme. *Assis Horta: a democratização do retrato fotográfico através da CLT*. Catálogo digital da Exposição. Ouro Preto: Funarte e MINC, 2012. Disponível em <http://issuu.com/studioanta/docs/catalogo_democratizacao>, acessado em 15 de agosto de 2015. (Prêmio Marc Ferrez de Fotografia, 2012)

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v.8, n.12, p.97-115, janeiro a junho 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006. p. 305-327.

KOSELLECK, Reinhart. Modernidade: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006. p. 267-303.

KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico-Fotográfico.* São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2002. 401 p.

KOSSOY, Boris. *História e Fotografia*. São Paulo: Ática, 1989.

KRACAUER, Siegfried. Fotografia. In: *Ensaios sobre Fotografia: de Niépce a Kraus*. Lisboa: Orfeu Negro, 2013. p. 267-294.

LAGE, Ana Cristina Pereira. *Conexões Vicentinas: Particularidades Políticas e Religiosas da Educação Confessional em Mariana e Lisboa Oitocentistas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 220 p.

LAVER, J. *A roupa e a moda.* Uma história concisa. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989. 285 p.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 535-553.

LENHARDT, Jacques. A construção da Identidade pessoal e social através da história e da literatura. In: LENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Discurso Histórico, Narrativa Literária*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998. p. 41-50.

LIMA, Henrique Espada. Narrar, pensar o detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v.9, n.15, p. 99-111, julho a dezembro 2007.

LIMA, Inês Cristina. *As festas dos cruzeiros e a devoção popular de 1889 a 1940.* 1998. 48f. (Monografia de Conclusão de Curso) – Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, FAFIDIA/FEVALE, Diamantina, dezembro1998. (*mimeo*).

LIMA, Solange Ferraz de. O circuito social da fotografia, estudo de caso II. In: FABRIS, Annateresa (org). *Fotografia, usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1991. p. 59-82.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, 306 p.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Dias e noites em Diamantina*. Folclore e turismo. Belo Horizonte: Edições do autor, 1972. 113 p.

MARQUES, Rita de Cássia. *Da Romanização à terceira via: a Igreja no Brasil de 1889 a 1945*. 1995. 169f. (Mestrado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas/FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 1995. (mimeo)

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da Fotografia e da Imagem.* São Paulo: Editora Contexto, 2009, 206 p.

MARTINS, Júnia Maria Lopes; MARTINS, Marcos Lobato. O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte\nordeste mineiro (1860-1940). *Revista Educação*, Belo Horizonte, n. 17, p. 11-19, 1993.

MARTINS, Marcos Lobato. A crise dos Negócios do Diamante e as respostas dos Homens de Fortuna no Alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v.38, nº 3, p. 611-638, julho-set. 2008.

MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais* (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. 226 p.

MARTINS, Marcos Lobato. Memorialistas e ensino de História Local na Diamantina do século XX. Revista Histórica & Patrimônio, Universidade Federal de Alfenas, v.1, n.1, p. 39-64. 2012.

MARTINS, Marcos Lobato. Os Mata Machado de Diamantina. Negócios e política na virada do século XIX para o XX. *Anais.* Diamantina, Cedeplar/UFMG, 2010. Disponível em: http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A104.pdf Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1970*. 2004. Tese (Doutoramento em História Econômica) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, FFLCH, São Paulo, 2004. (mimeo)

MAUAD, Ana Maria. Olhos para ver e conhecer: fotografia e os sentidos da história. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). *Imagem em Debate.* Londrina: Eduel, 2011. p. 109-134.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes: ensaios sobre História e Fotografia.* Niterói: Editora EDUFF, 2008,

MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da Imagem*. A produção da fotografia e o controle dos Códigos de representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 1990. 340f. (Dissertação de Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 1990.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Edusp, v.33, 1978. 243 p.

MENDES, Ricardo. Descobrindo a fotografia nos manuais: América (1840-1880). In: FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 83-130. (Texto & Arte, 3)

MENESES, José Newton Coelho. A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: COSTA, Everardo Batista; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (orgs.). *Valor Patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder.* São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 23-35.

MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 127 p. (História &... Reflexões)

MENESES, José Newton Coelho. Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas. In: RESENDE, M. Efigênia L. de e VILLALTA, Luis Carlos. *História de Minas Gerais*: *as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v.1, p.377-402.

MENESES, José Newton Coelho. *Pátio cercado com árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal doméstico e a economia de abastecimento das Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Belo Horizonte, 2013. (*mimeo*).

MENESES, José Newton. Produção de alimentos e atividade econômica na Comarca do Serro do Frio. In: *Anais*. IX Seminário Sobre Economia Mineira, Cedeplar: Diamantina, 2000, v.1, p. 123-146.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Bens Móveis e Imóveis inscritos nos livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 4ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

MIRANDA, Valéria Seabra de e SILVA, Oscar Vieira da. *Acayaca-1729*. Belo Horizonte: Editora Puc/Minas e Edições Traquitana, 2004. 190p.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: Entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.). História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p.155-220 (História da Vida Privada no Brasil).

MOURA, Antônio de Paiva. *Panorama Literário de Diamantina, séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: O escriba, 1994. 58 p.

NEVES, Erivaldo Fagundes Neves. História e Região: Tópicos de História Regional e Local. *Revista Ponta de Lança: história, memória & cultura*, vol.1, nº. 2, Abril - Outubro 2008, p.25-36.

NOGUEIRA, Clara Asperti. Revista Careta (1908-1922). Símbolo da modernização da imprensa no século XX. *Revista Miscelânea*, São Paulo: Assis, vol. 8, p. 60-80, jul/dez. 2010.

OLIVEIRA, Júlio César de. Fragmentos sonoros da cidade de diamantina. *Revista Emblemas*. Revista do Departamento de História e Ciências Sociais - UFG/CAC, v. 7, n. 1, p. 49-62, Janeiro - Junho 2010.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Meu caminho para Brasília*. V.1, Rio de Janeiro: Editora Bloc, 1974.

OLIVEIRA, Lívia Gabriele. *A presença da Igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro: o caso do Bispado de Diamantina – 1864-1888*. 2011. 112f. (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP, Mariana/MG, 2011.

PAIVA, Eduardo França. História & Imagens. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, 120P. (Coleção História &... Reflexões, 1)

PEREIRA, Célio Hugo Alves. *Efemérides. Do Arraial do Tejuco a Diamantina*. Belo Horizonte: Edições C.L.A., 2007. 295 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Cidades, Revista Brasileira de História*, vol. 27, nº 53, p.11-23. Agosto a julho 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural.* Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004. 132 p. (Coleção História &... Reflexões, 5)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano.* 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. 393p.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et. al. Igreja Católica: 1945-1970. In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et. al. *O Brasil Republicano.* Economia e Cultura. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004. p. 345-380. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.4)

POSSAMAI, Zita Rosane. Narrativas fotográficas sobre a cidade. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v.27, nº 53, p.55-90, 2007.
POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente.* São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239p.

PRIEN, Hans-Jyrgen. *La Historia del cristianismo em America Latina*. 11. Iglesia y sociedad em la época del liberalismo tardío y del cientismo. São Leopoldo/Brasil: Editora Sinodal, 1985. p. 495-710.

QUEIROZ, Maria da Graça Soto. *Diamantina: Imagens*. Brasília/Distrito Federal: IPHAN/Programa Monumenta, 2010. 71p. (Imagens, 3)

RAMA, Angel. Sistema Literário e Sistema Social na América Latina. In: RAMA, Angel. *Literatura, Cultura e Sociedade na América Latina.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 111-130.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São Paulo: Cia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Rúbia Soraya Lélis. *As fotografias de André Bello (1879-1941). Imagens da Modernidade em São João Del Rey.* 2006. 145f. (Dissertação em História Social da Cultura) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

RISÉRIO, Antônio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012. 368p.

RODRIGUES, Flávio Leite. *A decodificação da linguagem sineira feita em Diamantina na primeira metade do século XX*. 2007. 57F. (Monografia de Conclusão de Curso) – Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, FAFIDIA/FEVALE, Diamantina, Dezembro, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 233 p. (Reconquista do Brasil, v.5)

SANTOS, Dayse Lúcide Silva. Casamento e descasamento: o vinculo matrimonial no final do século XIX e início do século XX. In: MAIA, Cláudia e PUGA, Vera (orgs.). *História das Mulheres e do Gênero em Minas Gerais*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2015. p. 441-482.

SANTOS, Dayse Lúcide Silva. *Entre a norma e o desejo: estudo das tensões no relacionamento conjugal em Diamantina de 1863 a 1933.* 2003. 250f. (Dissertação de Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2003.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. *Revista de Teoria da História da Universidade Federal de Goiás*. Goiás, ano 3, nº 6, p. 27-53, dezembro 2011. Disponível em http://www.historia.ufg.br/up/114/o/Artigo%202,%20SANTOS.pdf?1325192377> acesso em 29 de dezembro de 2015.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976.338p.

SANTOS, Maurício Pereira. *Transporte rodoviário utilitário em Diamantina, 1940 e 1950.* 2005. 20f. (Monografia de Conclusão de Curso) - Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, FAFIDIA/FEVALE, Diamantina: FAFIDIA/FEVALE, Dezembro, 2005.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENCO, Nicolau (org.) e NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio.* São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 423-512 (História da vida privada no Brasil, 3)

SEGURA, Luis Armando Durán. Lo poroso y la ciudad. *Revistarquis*. Revista Academica de Arquitectura da Universidad de Costa Rica. Costa Rica, vol.2, n. 4, p.122-129, Agosto 2013.

SENNET, Richard. *O artífice.* 4ed. Rio de Janeiro: Editora Record. 2013, p. 328.

SILVA, Almir Neves Pereira da. *Diamantina, roteiro turístico.* 2ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975. 123p.

SILVA, Geanne Paula de Oliveira. Revista no Acervo: a coleção da Ilustração Brasileira (1935-1944). *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n. 36/37, ano 20, p. 43-55, 2007.

SILVA, Regina Helena Alves da. *São Paulo: a invenção da Metrópole.* 1997, 242f. Doutorado (Doutorado em História Social), USP, São Paulo, 1997.

SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. Práticas tradicionais de sepultamento na cidade de Diamantina. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 7, Maio 2010. Disponível em http://www.dhi.uem.br/gtreligiao, acesso em 3 de janeiro de 2016.

SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. Negociações sobre o espaço mortuário sagrado em Diamantina (1946-1915). Revista Nures, Ano 7, n. 19, setembro-dezembro de 1011. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/cemiterio%20diamantina%20FELIPE.pdf >, acesso em 3 de janeiro de 2016.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História. In: SILVA, Marco Antônio. *República em Migalhas:* História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990. p.17-42.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política.* 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 214-270.

SONTAG, Susan. *Ensaios sobre fotografia.* Lisboa: Quetzal Editores, 2012. 199p.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O Espírito das roupas*. A moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 255p.

SOUZA, José Moreira de. *Cidade, Momentos e Processos: Serro e Diamantina da formação do norte mineiro no século XIX*. São Paulo: Marco Zero/ANPOCS, 1993.

TAVARES, Denis Pereira. O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João Del-Rey: Negociação e Conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio Cultural (1938-1967). 2012. 186f. (Mestrado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

TAVARES, Denis Pereira. Representações da modernidade de São João del-Rei. *Revista de História Regional.* Nº18, vol.2, p438-461, 2013.

TEIXEIRA, Manuel C. Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira. In: TEIXEIRA, Manuel C. (org.). *A Construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros Horizontes, 2004. p. 23-46.

VAILATI, Luiz Lima. *As fotografias de "anjos" no Brasil do século XIX.* Anais do Museu Paulista. São Paulo. v. 14. n.2. p. 51-71. Jul.-dez. 2006.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Formação urbana do Arraial do Tejuco*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.14. Rio de Janeiro: MEC/IPHAN, 1959. p. 121-140.

VECCHI, Roberto. *Imago Mortis: o texto, a imagem, o rastro dos subalternos.* In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Imagens na História*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. p. 78-87.

VELLOSO, André; MATOS, Ralfo. A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX. *VII Seminário sobre a Economia Mineira*, vol.1. Belo Horizonte: Cedelar/UFMG, 1998, p.195-227.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1997. p. 189-222.

VIEIRA, Flávio César Freitas e SOARES, Layane Campos. Histórias de Instituições Educativas, Diamantina/MG: supressão e reabertura da Escola Normal Oficial de Diamantina (1938-1951). VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Universidade Federal de Mato Grosso de 20 a 23 de maio de 2013 - Cuiabá-MT. Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/ Acesso em 05 de setembro de 2015.

ANEXO I

Relação dos Negativos de vidro utilizados na tese

FUNDO	Nº DO NEGATIVO	Nº DO NEGATIVO	Nº DO NEGATIVO	Nº DO NEGATIVO
ARQUITETURA (114)	A-001	A-002	A-003	A-004
	A-005	A-006	A-007	A-008
	A-009	A-010	A-011	A-012
	A-013	A-022	A-019	A-016
	A-017	A-026	A-023	A-020
	A-021	A-030	A-027	A-024
	A-025	A-034	A-031	A-028
	A-029	A-038	A-035	A-032
	A-033	A-042	A-039	A-036
	A-037	A-046	A-043	A-040
	A-041	A-050	A-047	A-044
	A-045	A-054	A-051	A-048
	A-049	A-058	A-055	A-052
	A-053	A-061	A-059	A-056
	A-057	A-065	A-062	A-060
	A-060a	A-069	A-066	A-063
	A-064	A-073	A-070	A-067
	A-068	A-077	A-074	A-071
	A-072	A-081	A-078	A-079
	A-076	A-085	A-082	A-083
	A-080	A-089	A-086	A-087
	A-084	A-094	A-090	A-092
	A-088	A-098	A-095	A-096
	A-093	A-102	A-099	A-100
	A-097	A-106	A-103	A-104
	A-101	A-110	A-107	A-108
	A-109	A-114	A-111	A-112
	A-113	A-118	A-115	A-120
	A-117		A-119	
CRIANÇA (12)	C-103	C-121	C-165	C-239
	C-309	C-314	C-317	C-324
	C-357	C-372	C-511	C-532
DIVERSOS (05)	D-005	D-009	D-012	D-018
	D-019			
FESTA (06)	F-02	F-03	F-04	F-05
	F-06	F-07		
GRUPO DE PESSOAS (137)	G-044	G-031	G-084	G-037
	G-076	G-049	G-116	G-074
	G-091	G-083	G-145	G-130
	G-131	G-134	G-212	G-155
	G-137	G-143	G-251	G-189
	G-172	G-199	G-266	G-221
	G-197	G-223	G-277	G-232

	G-222	G-345	G-297	G-298
	G-235	G-263	G-338	G-278
	G-271	G-275	G-369	G-339
	G-281	G-325	G-377	G-374
	G-313	G-344	G-456	G-387
	G-343	G-376	G-542	G-447
	G-375	G-427	G-548	G-469
	G-402	G-454	G-560	G-508
	G-453	G-460	G-567	G-543
	G-458	G-495	G-576	G-557
	G-493	G-520	G-581	G-561
	G-515	G-546	G-601	G-571
	G-544	G-559	G-614	G-577
	G-558	G-564	G-624	G-583
	G-563	G-574	G-629	G-605
	G-573	G-580	G-634	G-625
	G-579	G-599	G-636	G-630
	G-584	G-622	G-645	G-635
	G-598	G-634	G-705	G-685
	G-607	G-635	G-718	G-710
	G-626	G-643	G-770	G-723
	G-633	G-660	G-778	G-775
	G-634	G-702	G-785	G-779
	G-638	G-740	G-790	G-786
	G-659	G-777	G-776	G-791
	G-697	G-783	G-782	
	G-711	G-789	G-788	
	G-724	G-800	G-796	
HOMEM (06)	H-016	H-102	H-250	H-264
	H-330	H-434		
MONTAGEM (11)	MT-029	MT-040	MT-146	MT-200
	MT-761	MT-763	MT-798	MT-1695
	MT-1726	MT-2134	MT-2180	
MULHER (03)	M-046	M-272	M-271	
PAISAGEM (54)	P-001	P-002	P-003	P-004
	P-005	P-006	P-007	P-008
	P-009	P-009a	P-010	P-010a
	P-011	P-012	P-013	P-014
	P-015	P-016	P-017	P-018
	P-019	P-020	P-021	P-022
	P-023	P-024	P-025	P-026
	P-027	P-028	P-029	P-030
	P-031	P-032	P-033	P-034
	P-035	P-036	P-037	P-038
	P-039	P-040	P-041	P-042
	P-043	P-044	P-045	P-046
	P-047	P-048	P-049	P-050
	P-051	P-052		
RETRATO (11)	R-008	R-012	R-013	R-014
	R-015	R-016	R-017	R-018
	R-046	R-047	R-048	

TRANSPORTE (10)	T-O1	T-02	T-03	T-04
	T-05	T-06	T-07	T-08
	T-09	T-10		
Total de negativos: 369 (6,89% de imagens do acervo)				

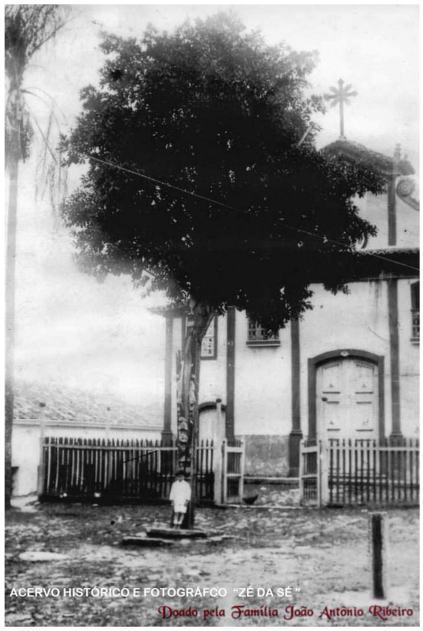
ANEXO II

ACERVO HISTÓRICO E FOTOGRÁFICO “Zé da Sé” - Blog com intenção de ser um Museu Histórico “Diamantina Histórica”.

Fonte: Disponível em < http://nelioblog.blogspot.com.br/> Acessado em 04 de julho de 2015.

Total de negativos identificados: 18.

Observação: As imagens a seguir correspondem a fotografias feitas pelo fotógrafo Chichico Alkmim, cujos negativos de vidro encontram-se no Acervo Fotográfico Chichico Alkmim (AFCA).



Doado pela Família João Antônio Ribeiro a Zé da Sé.
Negativo de vidro no AFCA: A-029



Negativo de vidro no AFCA: A-087



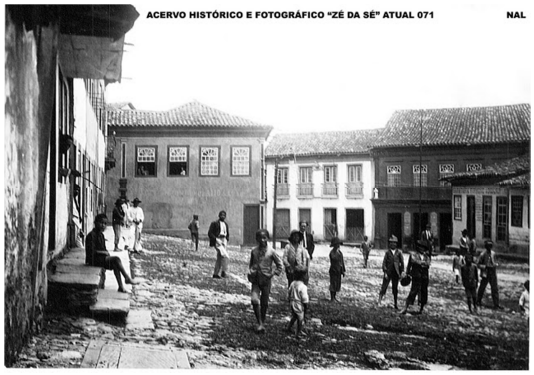
Negativo de vidro no AFCA: A-023



Rua Direita – Uma cerimônia Cívica, 1922.
Negativo de vidro no AFCA: A-033



Largo Dom João.
Negativo de vidro no AFCA: P-027



Praça do Bonfim.
Negativo de vidro no AFCA: A-071



Antiga Sé. Álbum João Antônio Ribeiro.
Negativo de vidro no AFCA: A-038



Antiga Sé. Negativo de vidro no AFCA: A-022



Rua Vicente Figueiredo.
Negativo de vidro no AFCA: A-036



Praça Barão de Guaicuí.
Negativo de vidro no AFCA: A-039



Seminário e Ferrovia.
Negativo de vidro no AFCA: A-067



Largo Dom João.
Negativo de vidro no AFCA: P-023



Prédio atual do Fórim "Joaquim Felício dos Santos" – Antiga Cadeia Pública e Guarda do Quartel.
Negativo de Vidro no AFCA: A-076



Rua Direita. Negativo de Vidro no AFCA: A-041



Prédio da Santa Casa de Caridade de Diamantina.
Negativo de vidro no AFCA: A-035



1924 – Comemoração da Fundação da União Operária de 1901, foto de 1924.. Obs.: assinalado com um X o Sr. José Diniz.
Negativo de vidro no AFCA: G-297



Prédio do velho Hospital onde ficava o Túmulo do Barão de Paraúna.
Negativo de vidro no AFCA: MT-029.



Auto Bonde- Primeiro Transporte Coletivo em Diamantina, 1924.
Negativo de vidro no AFCA: T-003



Alunas do Colégio Nª Sª da Dores: Zenilda Meneses- Das Dores Miranda- Maria José Motta- Lourdes Motta- Dulce Leão- Stael Jardim- Maria José Santos- Maria José Flexa- Lourdes Queiroga- Conceição Santos- Dolores Matta Machado- Graciola Motta- Diciola Leão- Nilda Miranda. (identificação deixada pelo Sr. José Aguilar de Paula - Zé da Sé).
Negativo de vidro no AFCA: G-563